

ISSN 0104-236X

E-ISSN 1983-201X

anos90

Revista do Programa de Pós-Graduação em História
v. 24, n. 45, julho de 2017

Porto Alegre

Anos 90	Porto Alegre	v. 24	n. 45	p. 1-323	jul. 2017
---------	--------------	-------	-------	----------	-----------



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Diretora do IFCH: Soraya Maria Vargas Cortes

Programa de Pós-Graduação em História:

COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Benito Bisso Schmidt (Coordenador)

Igor Salomão Teixeira (Coord. Substituto)

Alessander Mário Kerber

Enrique Serra Padrós

Mara Cristina de Campos Rodrigues

Regina Weber

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Alessander Mário Kerber (Editor)

Carla Brandalise

Igor Salomão Teixeira

Fábio Kuhn

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Aggio - *UNESP, Brasil*

Angela Castro Gomes - *CPDOC/FGV e UFF, Brasil*

Barbara Weinstein - *State University of New York,*

EUA

Caio Boschi - *PUCMG, Brasil*

Cláudio Batalha - *UNICAMP, Brasil*

Edgar de Decca - *UNICAMP, Brasil*

Eduardo Silva - *Fundação Casa de Rui Barbosa,*

Brasil

Fernando Catroga - *Universidade de Coimbra,*

Portugal

Hilda Sabato - *Universidad de Buenos Aires,*

Argentina

Ignacio Sosa Alvarez - *UNAM, México*

Jeffrey Lesser - *Emory University, EUA*

Jens Hentschke - *University of New Castle,*

Inglaterra

John French - *Duke University, EUA*

Jorge Ferreira - *UFF, Brasil*

Jose Pedro Rilla - *Universidad de la República,*

Uruguai

Maria Helena Rolim Capelato - *USP, Brasil*

Roger Kittleson - *Williams College, EUA*

Sabina Loriga - *EHSS, França*

EQUIPE TÉCNICA

Bolsista da revista:

Felipe Barba

Revisão de editoração:

Tayná Werlang e Thaise Dambros

Acompanhamento Editorial:

Glauber Machado

Editoração eletrônica:

Janaina Horn

Projeto gráfico:

Núcleo de Informação e Projetos (NIP/IFCH/UFGRS)

Criação da capa:

Giovana Radaelli

Imagem da capa:

Chart of Carte generale de l'Ocean Atlantique ou

Occidental, dressee au Depot general des cartes,

plans, et journaux de la marine, et publiee par ordre du

Ministre pour le service des vaisseaux francais, 1786.

CORRESPONDÊNCIA

Anos 90

Programa de Pós-Graduação em História –

UFGRS

Caixa Postal 15055

Agronomia

CEP 91501-970

Porto Alegre - RS - Brasil

Fone/fax: (51) 3308 6639

E-mail: anos90@ufgrs.br; ppghist@ufgrs.br

Sítio: <http://www.ufgrs.br/ppghist/anos90.htm>

<http://www.seer.ufgrs.br/index.php/anos90/>

APOIO:

PROPEAQ – UFGRS

©2017 Programa de Pós-Graduação em História, IFCH/UFGRS

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida,
desde que citada a fonte.

Publicação semestral

Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História/UFGRS, IFCH. Programa de Pós-Graduação em História. v. 24, n. 45, Porto Alegre: PPGH, jul. 2017.

E-ISSN 1983-201X

Revista indexada na Latin American Periodical Table of Contents – LAPTOC –, no Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal – LATINDEX ProQuest ; Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico.

SUMÁRIO

11

EDITORIAL

Alessander Mário Kerber

DOSSIÊ “AS CONEXÕES E AS DINÂMICAS ATLÂNTICAS NA FORMAÇÃO DO MUNDO MODERNO”

15

APRESENTAÇÃO

Eduardo Santos Neumann

Jonas Moreira Vargas

Renata Dal Sasso Freitas

23

El Atlántico, paradigma de la novedad en la época
del renacimiento. Imaginario y realidad

Carlos Alberto González Sánchez

45

A primeira modernidade e seu contexto intelectual:
subordinação política e mundialização

Rubens Leonardo Penegassi

El arbitrio de la hierba “provechosa” del Paraguay de 1637. 73

Experiencia y práctica en la construcción de saberes locales de Indias a través del Atlántico
Fernando Bouza

Conexões negreiras: contrabandistas de escravos no Atlântico Sul (Rio da Prata: 1730-1752) 101
Fábio Kuhn

Conexões Atlânticas: redes comerciais entre o Rio da Prata e os Estados Unidos (1790-1822) 133
Fabrício Prado

“Os segredos da carne”: o mercado atlântico das carnes secas e salgadas e a influência da matriz irlandesa de fabricação no extremo sul da América Latina (c. 1780 – c. 1820) 153
Jonas Moreira Vargas

ARTIGOS

Crise e fome na Alta Idade Média: o exemplo dos capitulários carolíngios 185
Marcelo Cândido da Silva

“Conversa com gente lá de fora”: conto rural e crônica urbana na obra de Roque Callage 209
Luciana Murari

“Uma grande empresa alemã na mais primitiva exploração da Amazônia”: a campanha ambientalista contra a Volkswagen (Anos 1970) 241
Elenita Malta Pereira

267

Cabra marcado para morrer:
um filme entre história e memória
Roberto Abdala Junior

293

Entre o nacional e o regional. Uma reflexão
sobre a importância dos recortes espaciais
na pesquisa e no ensino da História
André Roberto de Arruda Machado

321

Condições para Submissão

323

Política Editorial

CONTENTS

11

EDITORIAL

Alessander Mário Kerber

DOSSIER “ATLANTIC CONECTIONS AND DYNAMICS IN THE SHAPING OF THE MODERN WORLD”

15

INTRODUCTION

Eduardo Santos Neumann

Jonas Moreira Vargas

Renata Dal Sasso Freitas

23

The Atlantic, paradigm of novelty in the
renaissance age. Imaginary and reality

Carlos Alberto González Sánchez

45

The first modernity and its intellectual context:
political subordination and globalization

Rubens Leonardo Penegassi

The decision of the 1637 Paraguay “useful” herb.
Experience and practice in the construction
of Indian local knowledges through atlantic
Fernando Bouza 73

Slavery connections: slave contrabandists
in the South Atlantic (La Plata River: 1730-1752)
Fábio Kuhn 101

Atlantic connections: comercial network between
La Plata River and United States. (1790-1822)
Fabrício Prado

“The meat secrets”: the atlantic commerce of
dried and salted meat and the influence of the
Irish fabrication source on the Latin America
extreme south (1780-1820)
Jonas Moreira Vargas 133

ARTICLES

Crisis and famine in the High Middle Ages:
the example of the Carolingian capitulars
Marcelo Cândido da Silva 153

“Conversa com gente lá de fora”: rural tale
and urban chronicle in the work of Roque Callage
Luciana Murari 185

“A great german company in the most primitive
exploration of Amazon”: the environmental
campaign against Volkswagen (1970s)
Elenita Malta Pereira 209

241

Cabra marcado para morrer:
a movie between history and memory
Roberto Abdala Junior

267

Between the national and the regional. A reflection
about the importance of space cuts in researching
and teaching history
André Roberto de Arruda Machado

321

Norms for Submission

323

Editorial Policy

Editorial

A edição volume 24, número 45 da Revista Anos 90 é composta pelo dossiê “As Conexões e as Dinâmicas Atlânticas na Formação do Mundo Moderno”, organizados pelos professores doutores Eduardo Santos Neumann, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Jonas Moreira Vargas, da Universidade Federal de Pelotas, e Renata Dal Sasso Freitas, da Universidade Federal do Pampa, e por mais cinco artigos fora do dossiê.

A chamada para publicação de artigos no dossiê foi feita no dia 15 de março de 2016 e o prazo para submissão de artigos prolongou-se até o dia 31 de outubro do mesmo ano. Durante os meses de novembro e dezembro de 2016 e de janeiro e fevereiro de 2017, os artigos submetidos ao dossiê foram encaminhados para avaliação de doutores especialistas no tema, conforme as normas da revista.

A temática do dossiê e sua divulgação gerou a submissão de artigos de importantes pesquisadores dos dois lados do Atlântico. Ao final do processo de avaliação, foram aprovados para publicação nesse dossiê os artigos dos doutores: Carlos Alberto González Sánchez, professor catedrático de Historia Moderna da Universidad de Sevilla; Rubens Leonardo Panegassi, professor de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal de Viçosa; Fernando Bouza, professor catedrático de História Moderna da Universidad Complutense de Madrid; Fábio Kuhn, professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Fabricio Prado, do College of William and Mary/Department of History; e Jonas Moreira Vargas, professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas.

Os artigos aprovados submetidos fora do dossiê no regime de fluxo-contínuo que compõe essa edição da Revista são os dos doutores: Marcelo Cândido da Silva, professor de História Medieval da Universidade de São Paulo – USP; Luciana Murari, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS; Elenita Malta Pereira, professora da Universidade Estadual

do Centro-Oeste – UNICENTRO; Roberto Abdala Junior, professor da Universidade Federal de Goiás – UFG; e André Roberto de Arruda Machado, professor adjunto da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.

Gostaria de agradecer aos professores doutores avaliadores que, com sua disponibilidade e qualidade dos pareceres emitidos de forma anônima na avaliação dos artigos, permitiram que o nível de excelência da Anos 90 fosse mantido, assim como a sua periodicidade.

Gostaria de agradecer ao coordenador e ao coordenador substituto do PPG em História da UFRGS, professores doutores Benito Bisso Schmidt e Igor Salomão Teixeira, e à Equipe Editorial da Anos 90, composta pelas professoras doutoras Carla Brandalise e Mara Cristina de Matos Rodrigues, pelo professor doutor Igor Salomão Teixeira e por mim, cuja ação executiva permitiu o andamento das diversas atividades da Revista. Gostaria, também, de agradecer ao Núcleo de Criação, Editoração e Revisão da UFRGS, que cuida da revisão e editoração da revista, em especial a Tayná Werlang, Thaise Dambros, Glauber Machado e Janaína Horn.

Os recursos para manutenção da Anos 90 são todos públicos e garantidos a partir da aprovação no edital lançado anualmente pela Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Programa de Apoio à Editoração de Periódicos (PAEP-2016). Gostaria de agradecer, enfim, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que disponibiliza esses recursos necessários para o funcionamento da Anos 90, bem como para sua disponibilização eletrônica gratuita através do site da Revista e de diversos indexadores e portais de periódicos. Desejo a todas e a todos boas leituras.

Alessander Mário Kerber
Editor-Chefe

DOSSIÊ

As conexões e as dinâmicas atlânticas
na formação do mundo moderno

APRESENTAÇÃO

Eduardo Santos Neumann*

Jonas Moreira Vargas**

Renata Dal Sasso Freitas***

Entre os dias 5 e 7 de novembro de 2014, o Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA–UFRGS) foi palco do Seminário Internacional Conexões Atlânticas – evento promovido pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e organizado por nós, juntamente com o colega Luiz Alberto Grijó. O Seminário pretendeu ser um espaço de debates sobre a história brasileira entre os séculos XVI e XIX, a partir de perspectivas historiográficas recentes que tratassem das múltiplas dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais mais globais, com ênfase nas inter-relações entre as sociedades atlânticas – Europa, África e as Américas. Entendíamos que era um momento mais do que necessário para tais reflexões e debates, uma vez que o número de professores e estudantes brasileiros no exterior aumentava a cada ano, implicando em uma intensa troca de ideias e experiências acadêmicas com pesquisadores estrangeiros. Além disso, de uma realidade em que a nossa história era unicamente objeto de estudo de pesquisadores europeus e norte-americanos, os últimos anos nos revelavam um sentido inverso, pois numerosos grupos de historiadores brasileiros cada vez mais pesquisavam a história dos países latino-americanos, da Europa medieval e moderna e das sociedades africanas, entre outras. Portanto, o Seminário buscou oferecer uma oportunidade para pensarmos os mencionados caminhos até então percorridos e as possibilidades de pesquisa abertas às gerações futuras.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

** Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

*** Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Historiadores e historiadoras nacional e internacionalmente renomado(a)s conferenciaram ao longo dos três dias, revisitando antigos debates reanimados à luz de novas pesquisas, e propondo novos enfoques analíticos sobre diferentes temáticas. Carlos Alberto Sánchez e Giovanni Levi trataram da *Atlantic History*, suas contribuições, seus desafios e seus limites analíticos; João Paulo Pimenta, Ana Frega, Gabriel Di Meglio e Jose Carlos Chiaramonte proferiram suas falas a respeito do processo de Independência no sul da América e suas conexões políticas com o outro lado do Atlântico; Marcus Carvalho, Paulo Moreira e Eduardo França Paiva relacionaram a escravidão africana com o tráfico transatlântico e às dinâmicas de mestiçagem; João Luís Fragoso e Ana Volppi Scott refletiram sobre as migrações, as relações familiares e o uso das fontes paroquiais para o estudo do Brasil colonial; Tiago Luís Gil e Maria Fernanda Martins palestraram a respeito das estratégias sociais das elites luso-brasileiras no século XVIII; e Angela Alonso tratou das redes de relações e do papel dos mediadores no movimento abolicionista internacional no século XIX. Neste sentido, o presente Dossiê foi pensado não apenas como um capítulo final do Seminário que obteve um grande sucesso de público, como também um outro espaço para propiciar novas reflexões a respeito do tema, visto que o número de pesquisas inspiradas pelo mesmo continua crescendo.

Nos últimos anos, a grande repercussão internacional de algumas matrizes historiográficas que apostam nas abordagens e métodos de análise em escala mais global é notável. A “Global History”, por exemplo, tem pautado coletâneas, debates em periódicos e temáticas de eventos no mundo todo. Contudo, no que diz respeito à história das sociedades ocidentais, a chamada “Atlantic History” também atraiu uma série de investigadores preocupados com a chamada “formação” do mundo moderno entre os séculos XV e XIX. Fruto de uma iniciativa da parte de um grupo de historiadores da Universidade Johns Hopkins, liderados por Jack Greene, os mesmos adotaram o Atlântico como campo de investigação e promoveram um amplo e dinâmico grupo de pesquisa que reunia metodologias interdisciplinares e uma perspectiva comparativa. Uma das propostas do grupo era fugir do molde imperial ou nacionalista das análises anteriores, atravessando divisas e fronteiras

e estudando os movimentos das pessoas, de animais, de plantas e mercadorias, com fins de reconstituir o ir e vir de costumes, ideias, estilos e artes. Ao reunir estudiosos de várias disciplinas, as novas pesquisas contribuíram para a criação de uma nova perspectiva e uma aproximação original das facetas do Atlântico e da inter-conectividade dos povos que habitavam as costas dos continentes banhados pelo mesmo oceano.

Não demorou muito e estes ventos começaram a soprar para os lados do Brasil. Dialogando com estas e outras correntes historiográficas, um número significativo de pesquisas proporcionou uma profunda revisão de interpretações clássicas a respeito de temas ligados tanto à América portuguesa quanto ao Brasil monárquico. Por ocasião destas recentes perspectivas, a constituição da sociedade colonial tem sido entendida nos quadros do Império português e sob uma comparação mais complexa com outras realidades coloniais do período. O maior número de estudos escritos por africanistas possibilitou uma melhor compreensão da escravidão, do tráfico atlântico e das sociedades neles envolvidas sob uma perspectiva multiculturalista, valorizando, cada vez mais, a história da África e a sua importância para a compreensão da história do Brasil. A história dos povos originários também se viu renovada, apresentando importantes contribuições a partir de um diálogo mais aproximado com a Antropologia e a Arqueologia. As diferentes sociedades escravistas do atlântico, as migrações em escala mais global, as diversas elites locais forjadas em economias agrárias e mercantis, seus espaços de atuação e suas estratégias e a possibilidade de compará-las umas com as outras tem oferecido uma visão do passado muito mais complexa do que há 40 anos. Com relação aos aspectos políticos e econômicos, a preocupação em vincular a crise do Antigo Regime europeu com o processo de independência das colônias americanas e as distintas trajetórias institucionais dos Estados constituídos durante a “Era das Revoluções” com o avanço do capitalismo e a desagregação das economias escravistas tem crescido bastante. Em suma, pode-se dizer que a configuração de um mosaico social e econômico tem se tornado cada vez mais claro aos pesquisadores que buscam estudar realidades históricas circunscritas regionalmente sem perder de vista as dimensões atlânticas em que as ditas sociedades estavam envolvidas.

Não se pode dizer que estas preocupações estavam totalmente ausentes em pesquisas realizadas antes dos anos 1970. Contudo, a renovação historiográfica posterior pautou os novos estudos a partir de referenciais teóricos e metodológicos distintos. Escapando da rigidez estruturalista e dos postulados caros à Teoria da Dependência, a perspectiva atlântica das décadas posteriores trazia consigo um maior protagonismo dos agentes históricos, dialogando com uma história vista de baixo, e trazendo para o centro das atenções estudos referentes ao papel dos indígenas, dos escravos, dos libertos, dos homens livres pobres, das mulheres de todas as classes sociais, em diferentes enfoques. As noções de “Centro” e “Periferia”, “Metrópole” e “Colônia”, “Colonizadores” e “colonizados” foram revistas. Neste sentido, os antes chamados “povos sem história” também foram contemplados e a sua ação social foi encarada como ingrediente cultural fundamental na constituição das sociedades atlânticas do mundo moderno. Para tal empreitada, novas fontes documentais foram descobertas e novos métodos em história social disseminaram-se entre os historiadores que buscam a comparação de resultados gerais sem deixar de atender à riqueza das trajetórias individuais. O presente Dossiê reúne seis artigos e todos eles são tributários de parte dessas reflexões e debates.

Carlos Alberto Sanchez estuda o profundo impacto do descobrimento e da conquista da América no imaginário dos europeus do século XVI. Sevilha é destacada como a grande metrópole do século e, ao lado de Lisboa, tornou-se o eixo que coordenava as dinâmicas políticas e econômicas atlânticas daquele novo mundo. Por fim, o autor advoga a necessidade de se praticar uma “nova história atlântica” que integre o Mundo Atlântico em um contexto mais amplo da história global. Uma história que integre todas as Américas (espanhola, portuguesa, inglesa, francesa e holandesa) e que supere uma historiografia empenhada em destacar apenas as diferenças e disparidades. Neste sentido, critica vertentes que enfatizam a excepcionalidade do caso norte-americano que exhibe o sucesso do norte frente ao fracasso do sul, trazendo para o debate interpretações que defendem que a colonização puritana da Nova Inglaterra foi, também, uma continuação dos modelos ibéricos e não um capítulo de ruptura na história do período.

Rubens Leonardo Panegassi analisa o contexto intelectual que caracterizou a formação do mundo moderno enquanto espaço de circulação de ideias e juízos diversos. Para tanto, o autor recupera o senso de ordem social próprio do imaginário europeu da primeira modernidade a partir de diferentes registros literários produzidos no contexto do Renascimento ibérico. Tais registros remeteriam ao ideário do cristianismo primitivo – referência intelectual coerente aos propósitos espirituais da mundialização levada a cabo pelos ibéricos. Portanto, apesar das concepções etnológicas da primeira modernidade serem tributárias do “pensamento patrístico”, elas se vinculam à experiência estatal moderna. Neste sentido, nas palavras do autor, a sujeição política foi a tônica dominante do fenômeno da mundialização.

Fernando Bouza analisa os debates gerados no século XVII a respeito das potencialidades da exploração comercial da erva-mate (*Ilex Paraguaienseis*). Sua pesquisa permite acompanhar as discussões que pautaram a construção de saberes locais na América do Sul na primeira metade do seiscentos. No memorial enviado ao rei Felipe IV, pelo fray agostinho Gonzalo del Valle, em 1637, onde consta a sugestão de introduzir uma nova taxa sobre o consumo da erva mate paraguaia, – é possível compreender as estratégias presentes na tomada de decisão pelo governo espanhol e os critérios adotados nos assuntos referentes as Índias ocidentais. Bouza trabalha com documentos inéditos a respeito da produção, distribuição e consumo de erva mate nas colônias espanholas até sua eventual chegada na corte espanhola. A discussão reporta a um debate intelectual travado entre sujeitos que ocupavam posições de destaque tanto na Península Ibérica como na América, gerando uma circulação de saberes entre as duas margens do Atlântico, tema que evidencia as conexões entre o Velho e o Novo mundo.

Fábio Kuhn trabalha com a construção da hegemonia portuguesa no contrabando de escravos para o rio da Prata durante a primeira metade o século XVIII. Enquanto que entre 1715 e 1730, os contrabandistas luso-brasileiros atuaram a partir da Colônia de Sacramento, afrontando diretamente os interesses britânicos estabelecidos em Buenos Aires, após essa conjuntura, e por conta de mudanças no contexto político e da nova guerra anglo-espanhola

que interrompeu as operações da *South Sea Company* no rio da Prata, o domínio lusitano consolidou-se. Os traficantes luso-brasileiros passaram a tomar conta do negócio negreiro estabelecendo as conexões atlânticas necessárias para formação de uma rede de agentes envolvidos no comércio ilícito de cativos. O contrabando trans-imperial de escravos conectou os traficantes luso-brasileiros que operavam na Colônia do Sacramento aos dois principais portos negreiros da América portuguesa (Rio de Janeiro e Salvador). Tais negócios foram fundamentais no desenvolvimento econômico e social da região platina, aproximando mais ainda os interesses dos colonos tanto do lado português quanto do lado espanhol das fronteiras imperiais.

A presença de comerciantes estadunidenses no Rio da Prata entre a última década do século XVIII e o fim do período das independências na América do Sul é o objeto do artigo de Fabrício Prado. Normalmente negligenciada por historiadores em detrimento de análises da consolidação dos laços comerciais entre os países sul-americanos e o império britânico, a presença comercial norte-americana, de acordo com Prado, se estabeleceu através de redes construídas no contexto do domínio colonial ibérico na região do Prata e se reconfigurou de acordo com as mudanças políticas, entre elas a invasão de Napoleão à Espanha, a subsequente tomada de Montevideú e Buenos Aires pelos ingleses nos primeiros anos do oitocentos, o período das guerras revolucionárias e, no caso de Montevideú, o período Cisplatino. As flutuações das relações entre mercadores norte-americanos e as elites locais são aqui estudadas através da presença de navios estadunidenses na região do Prata.

Finalizando o Dossiê, Jonas Vargas estuda a importância da Irlanda na produção e no comércio atlântico das carnes preparadas nos séculos XVII e XVIII e de como tal êxito serviu de modelo para as Coroas ibéricas incentivarem a criação das suas próprias fábricas de carnes em barris no sul da América. Apesar da vinda de mestres irlandeses para as principais cidades da região, as tentativas foram frustradas e um outro tipo de carne, mais simples e de qualidade inferior (e que já era do conhecimento dos indígenas americanos), acabou vingando. O charque (que no Rio da Prata era conhecido como *tasajo*) trouxe grande riqueza para os investidores de Pelotas,

Montevidéo e Buenos Aires e teve uma função primordial no interior dos sistemas econômicos que caracterizaram o mundo atlântico no colonial tardio, pois fomentou a entrada de escravos africanos para trabalharem nas fábricas, abasteceu as plantations açucareiras e cafeeiras do Atlântico e garantiu a alimentação da tripulação dos navios negreiros.

Boa leitura!

El Atlántico, paradigma de la novedad en la época del renacimiento. Imaginario y realidad

Carlos Alberto González Sánchez*

Resumen: Escribir lo visto y oído en los nuevos mundos, fue objeto de un despliegue informativo a escala planetaria durante el Renacimiento. Las noticias de aquellos acontecimientos, reales o imaginarias, sin duda fueron esenciales para afrontar el impacto de América en Europa, sus prodigios y maravillas. En un tiempo apasionado con las novedades y el descubrimiento de la Naturaleza. Tal vez el origen de una incipiente “globalización” resultante de la proyección del Atlántico en el Pacífico. Una secuencia histórica capaz de menguar las incertidumbres y distancias de semejante reto para el Viejo Continente. Por ello rebasar los límites entre lo cierto y lo dudoso, fue una de las mayores aspiraciones de unas gentes que apreciaron lo asombroso como la antesala del conocimiento.

Palabras claves: Renacimiento, Ciencia, Maravilla, Información, Novedad.

El descubrimiento y conquista de nuevos mundos fue uno de los grandes acontecimientos del Renacimiento, una época de cambios impactantes, entusiasmada con sus invenciones, deseosa de novedades y de saber más sobre el universo¹. Aquella promoción de Occidente, una ofensiva frente al Oriente, desencadenó una inusitada curiosidad hacia lo alejado, exótico y desconocido; os móviles que hicieron posible la ruptura de unas fronteras geográficas, hasta entonces insalvables, en las que los antiguos proyectaron un cúmulo

* Professor Catedrático de Historia Moderna da Universidad de Sevilla. E-mail: calberto@us.es

de anhelos, esperanzas y miedos. Descubrir era viajar, un proceso vital que ofrecía a sus artífices la posibilidad de presenciar y conocer el mundo exterior, al menos desde una percepción individual o subjetiva que, a la vez, experimenta la inevitable transformación mental inherente al contacto con realidades al margen de lo cotidiano.

Por ello, rebasar los límites entre lo cierto y lo dudoso, entre lo real y lo imaginario o mítico, desde el siglo XIII se había convertido en una de las grandes aspiraciones de unos hombres que, gracias a los griegos, apreciaron el asombro como el principio del conocimiento. Más allá de los abismos, del agua y de la tierra, estaban los tesoros, monstruos y prodigios que durante tanto tiempo los clásicos, sin llegar a verlos nunca, recrearon y soñaron. Los europeos del Quinientos, gracias al enorme cúmulo informativo que lograron reunir de los novedosos continentes, de los abismales límites superados, pudieron imponer su hegemonía en la Tierra y estructurar los imperios coloniales de la Modernidad². Aunque no menos determinante, en una época preindustrial, fue la, a nuestros ojos, impresionante y diligente circulación jamás vista de hombres y noticias a escala planetaria, el principio, dicen algunos, de la mundialización actual. De ahí que el humanista milanés Pedro Mártir (1457-1526), el primer historiador de lo que él denominó *Nuevo Mundo*, sin moverse de la España de los Reyes Católicos, y debido a las noticias que recibía de los acontecimientos ultramarinos, tuviese la impresión de “estar recorriendo el mundo entero, e imaginar ser en la Corte un ciudadano universal, porque aquí estudio a fondo cuanto sucede en la redondez de la Tierra” (MÁRTIR, 1953-1957, v. 1, p. 356; 1989).

Este fenómeno precipitó en el mundo ibérico una sucesión ininterrumpida de descubrimientos y, acto seguido, una expansiva dominación militar, política y económica en el mundo. No de menor impronta fue la acumulación de nuevos saberes e información, de todo tipo y origen, y el tráfico continuo de seres, objetos, mercancías y creencias. S. Gruzinski (2007, 2010), en semejante movilización universal, además distingue consecuencias de gran impacto como la generalización de mestizajes vinculada con el tránsito de conocimientos, prácticas e imaginarios, una de las causas del enfrentamiento de modos de vida, tradiciones y sistemas de pensamiento diferentes que este proceso provocó.

En el imaginario occidental, el Atlántico, la *mar oceána*, realizaba la distancia, geográfica e intelectual, entre el mundo conocido y los que se estaban descubriendo. Por ello se convirtió en un *limes* difícil de aprehender para los europeos, generador de ilusiones y victorias espirituales y materiales. M. Foucault (1984) vería en él una de sus *heterotopías*, o sea, un espacio real, mágico y extraño al mismo tiempo, en tanto que incomprensible y, a la vez, capaz de resolver algunas de las grandes incógnitas culturales de la vieja Europa. Aquella desenfrenada búsqueda de rutas oceánicas y continentales, quimeras y tesoros, generó un inusitado piélago de aventuras y trances vitales, muchas veces más fabulosos que los narrados en los entonces muy exitosos libros de caballería. La perplejidad de sus protagonistas les llevó a creer que todo era resultado de embeleco u otras artes del demonio; o de la melancolía inherente al distanciamiento de los quehaceres cotidianos, una suerte de maléfica tristeza sin causa y de facultad imaginativa de la que todos temían un perverso síntoma: la incapacidad de distinguir entre lo natural y lo sobrenatural.

Pero siguiendo la estela de la Antigüedad y de otros que les precedieron, los protagonistas de la aventura oceánica, cautelosos con las habladurías de curiosos, pusieron por escrito lo que vieron o creyeron ver; de este modo harían verosímiles los hechos a los que los leyeren u oyeren y, de paso, a ellos mismos, ejecutores de unas gestas que, a menudo, atribuían a una nebulosa gama de ensueños y encantamientos propia de las misteriosas jornadas rumbo a lo desconocido que resistieron. En las fechas cierto era todo aquello que se manifestaba y fijaba, pese al transcurrir de los días y las noches, mediante la escritura en un soporte material. Aquí está la causa de creer muchos al pie de la letra los prodigios de las *mentirosas historias* de caballeros andantes (GONZÁLEZ SÁNCHEZ, 2007).

La aventura marítima posibilitó el conocimiento y la construcción de una diversa y diferente realidad. Los fines últimos de la humanidad, en la conciencia común, se van diluyendo en los horizontes que abren navegantes y conquistadores, artífices del triunfo de una nueva sensibilidad, regida por la razón y la experiencia, que despierta los sentidos y sus efectos inmediatos. El Renacimiento late en este vuelco de los conceptos de realidad y naturaleza, una diferente teoría del conocimiento que fluctúa desde las ideas *a priori*

a lo empírico, haciendo de la experiencia personal el más fiable criterio de autoridad.

De este modo, en un universo lleno de realidades abstractas, se busca una pauta de lo verdadero e inapelable, capaz de superar la desconfianza en los sentidos como medio de conocimiento, incluso aplicado a fenómenos tangibles. Una actitud que lleva a Pedro Cieza de León (1518-1554), conquistador del Perú, a considerar semejantes acontecimientos dignos del relato de “un Tito Livio o Valerio, u otro de los grandes escritores que ha habido en el mundo; porque, ¿quién podrá decir las cosas grandes y diferentes que en él son, quién podrá contar los nunca oídos trabajos que han pasado” (CIEZA DE LEÓN, 1985, p. 38). El humanista Gonzalo Fernández de Oviedo (1478-1557), a su vez, escribe altanero: “esto que he dicho no se puede aprender en Salamanca, ni en Boloña, ni en París” (FERNÁNDEZ DE OVIEDO, 1978, p. 45).

No es fortuito que tal cúmulo de extraordinarios sucesos se produjera en una época entusiasmada con la novedad, plena de primicias y en la que los hombres, queriendo emular a los antiguos, hicieron valer la sentencia *omnia nova placet*. El Atlántico es el abismo entre lo viejo y lo nuevo; a juicio de Jean de Léry (1534-1611), hugonote francés explorador en el Brasil de mediados del Quinientos, un espacio donde “todo lo que allí se ve, ya sea en la manera de vivir de los habitantes, en la forma de los animales, y en general en todo lo que produce la tierra, es diferente de lo que tenemos en Europa, Asia y África” (DE LÉRY, 1927, p. 83).

Ese recorrido a través de un mundo extraño predispuso una constante actitud de superación; así lo exótico o desconocido irá entrando de lleno en el ámbito de lo verosímil, pero sin anular del todo su confrontación con lo mágico, maravilloso e inexplicable. El aventurero del Renacimiento es un héroe ambicioso que ya no cuenta con una adversidad predestinada, sino sólo con la fortuna, su astucia, ingenio y una angustia constante. Su conciencia de dependencia de la fortuna, cambiante y caprichosa, deshace inmunidades e incrementa el miedo, el recelo, la inquietud y la ansiedad, todos símbolos de la muerte en unos escenarios ignotos, desconcertantes y a merced de la ventura. Hacía tiempo que los humanistas aconsejaron no confiar en la volubilidad y ligereza de la fortuna y, en

cambio, aceptar el destino como una consecuencia directa de las actuaciones humanas.

El periodo de tiempo en cierne en España coincide con el auge del modelo colector de la *Wunderkammer* o “cámara de maravillas”. Si bien, el Renacimiento trajo consigo una noción de maravilla diferente a la de la Edad Media, época esta en la que se nutría de los sucesos extraordinarios de moda inspirados en los bestiarios y relatados por viajeros, sobrados en fantasía, a países imaginarios; o sea: equinocéfalos, cinocéfalos, faunos, cíclopes, mujeres barbudas, niños con dos cabezas, hombres con seis pies, sirenas o dragones. Las gemas y otras piedras curativas mencionadas en los textos sagrados y diversos productos naturales taumatúrgicos cotidianos en el concepto de colección de entonces, el *tesoro*; donde las reliquias acaparaban la posesión, el tacto o la mera visión de los fieles, una simbólica y valiosa “mercancía turística” dice U. Eco (2009, p. 155). El móvil de un constante flujo de peregrinaciones cuya meta solía ser la veneración de unos objetos de culto y miríficos dotados de una especial vinculación con lo sagrado, cual testimonios de la divinidad y la santidad procedentes de un pasado mítico, que dispensan salvoconductos a la eternidad. Felipe II en El Escorial tenía un armario grande en el que custodiaba miles de reliquias, al que acudía a diario para besar, con los ojos y los labios, alguna de ellas (MULCAHY, 2004).

Pero, desde finales del siglo XV, la *maravilla* empezará a ser algo real y no lo legendario encontrado en geografías lejanas y ficticias. Una nueva perspectiva laica y científica, naturalista antes que mística, cambia el gusto por unos portentos antes contemplados como signos premonitorios de acontecimientos excepcionales. Los animales inusitados y las gentes pasmosas que los medievales viajeros a lo desconocido creían presenciar, e interpretaban con sus referentes clásicos y mitológicos, serán la sustancia de una distinta indagación, al menos precientífica. De ahí que les trajeran a la memoria los monstruos mitológicos de la Antigüedad, cuya observación contribuyó de manera decisiva al desarrollo de las ciencias naturales.

El entusiasmo de la era renacentista por conocer más del mundo, abrió paso a un estado de ánimo pleno de expectación hacia lo alejado, exótico y raro (FUMAROLI, 2008). Los prodigios de la naturaleza fascinaban porque revelaban los misterios escondidos en

el universo. Descubrir era viajar, tener la posibilidad de presenciar y averiguar geografías y cosas nuevas. Más allá de los abismos terrestres habitaban los arcanos y los *mirabilia* que durante tanto tiempo los antiguos recrearon y soñaron. El paraíso bíblico, colmado de bondades imperecederas, capaz de eliminar la permanente escasez de una existencia plagada de miserias espirituales y materiales. Maravillarse fue la respuesta inicial de los europeos frente a la realidad de los nuevos mundos, una experiencia emocional e intelectual ligada a las preocupaciones estéticas y filosóficas del discurso humanista. Esta mezcla de seducción y temor exigía la intervención de la experiencia en la representación de la relación entre una naturaleza admirable y bella y el horror de lo extraordinario.

En la escolástica, en cambio, los hechos singulares no conforman una fuente cierta de conocimiento, a lo sumo son curiosidades, aberraciones o excepciones de la norma. Aunque llegarían a ser científicos, normales y habituales, porque ocurrían y podían apreciarse a través de los sentidos. Sin embargo en el hombre del Renacimiento subyacía una memoria mítica llena de maravillas, otro de los principales estímulos de las exploraciones y la búsqueda de lugares extraños y no vividos, de las ansias de contrastar el orbe conocido con los desconocidos (SOLER, 2003). Ahora la *maravilla*, según la definición del lexicógrafo Sebastián de Covarrubias (1539-1613), ya era “cosa que causa admiración por extraordinaria, y maravillarse ver sus efectos ignorando las causas” (DE COVARRUBIAS, 1995, p. 736). Aunque la recepción de la novedad favorecerá otros espejismos y excesos de imaginación en el pensamiento occidental (PEROCCO, 1997).

El Atlántico, pues, auspició una distinta noción de *mirabilia*, algo portentoso e inopinado, en un medio asombroso y sobrecolector que puede ser verdad, y no lo fantástico e inadmisibles de la mentalidad mágica imperante. La presencia de lo extranatural no sorprende, al contrario, es asimilada como parte integrante de la realidad que provoca admiración. La maravilla reside tanto en la inmediatez como en lo irreal, actuando sobre el imaginario social y su expresión lingüística y estética. Mas siempre, apostilla Covarrubias, provoca *admiración* por desconocerse el origen de sus efectos, es decir, su incompreensión es la causa del estupor y, en consecuencia, de la

intriga del observador (GREENBLATT, 1991). Impresión similar a la de Antonio de Torquemada (c. 1507-1569) en su fabuloso *Jardín de flores curiosas* (Salamanca, 1570):

Es tan poderosa la naturaleza, y tan varia en sus cosas, y el mundo tan grande, que cada día vienen a nuestra noticia muchas novedades. Las cosas de admiración no las cuentan, que no saben todas gentes como son: porque diziendo entre simples e ignorantes se burlan de ellas. (DE TORQUEMADA, 1577, p. 4).

La misma esencia de lo maravilloso hace que se convierta en enigma oculto, en misterio insondable, propio de confines alejados, en el espacio y en el tiempo, de los que escaseen las noticias.

Las cámaras de maravillas o gabinetes de curiosidades, antepasados de nuestros museos de ciencias naturales, aspiraban a coleccionar todo lo que hay que conocer, o lo que tuviere aspecto de extraordinario e inaudito. Cosas extravagantes o hallazgos sorprendentes como animales raros, sus esqueletos, fetos deformados, órganos humanos en alcohol, piedras, conchas, taxidermias, estatuillas de bronce, mármol y otros materiales. Adminículos del culto pagano, amuletos, ídolos, candiles, anillos, campanillas, fósiles, rarezas de las Indias, artefactos, armas, pinturas, instrumentos musicales, relojes, astrolabios, telescopios, globos, esferas o sextantes (DASTON, 2004). Estos últimos, entonces de gran belleza, enseres decorativos y muy útiles en aquel mundo en expansión (IMPEY, MAC GREGOR, 1985). Eran auténticos museos en miniatura, el sueño del conocimiento científico total que Francis Bacon (1561-1626) representa utópicamente en su Nueva Atlántida (Londres, 1628), una isla-cámara de maravillas en sí misma, entregada a la averiguación de las causas y secretas nociones del planeta (BACON, 1985, p. 263).

Un fin que contribuiría al engrandecimiento de los límites de la mente humana y su capacidad creativa mediante la experiencia. Los impresores aprovecharon esta predisposición para estampar un alud de libros de temática exótica, aunque todavía imperaba el deseo general de unidad y orden en el conocimiento. La nueva ciencia estaba generando muchas más preguntas de las que era capaz de resolver.

Lo maravilloso también adquiere una función compensadora ante la trivialidad y la escasez cotidianas. No en vano se localiza en edades áureas y paraísos terrenales donde rigen la abundancia de alimentos, la desnudez de sus habitantes, la riqueza, la libertad sexual y el ocio: el Dorado, islas afortunadas, los trópicos, el país de la canela, el Paititi o las Siete Ciudades de Cibola. Un mundo al revés, pero en la vida real, repleto de bondades imperecederas capaces de colmar la permanente penuria de la existencia (BUARQUE, 2010). Es por ello que nada admirara más a los andaluces de la era de los descubrimientos que el maná de oro, plata y piedras preciosas desembarcado en los puertos atlánticos de la región.

El célebre Fray Bartolomé de las Casas (+1566) cuenta en su *Historia General de las Indias* que, siendo niño, presencié en su Sevilla natal las albricias del Nuevo Mundo que bullían en el puerto, calles y plazas de la ciudad. No pocas en boca de charlatanes sin medida, supuestos testigos de aquellas quimeras fronterizas. Unos nueve años tendría cuando Cristóbal Colón regresó de su primer viaje ultramarino, acontecimiento que, a su llegada a la urbe sevillana, se celebró con “una fiesta como la que se hace el día de Corpus Christi, que en muchos tiempos pasados cosas tan nuevas y diversas, festivas y de tanta solemnidad nunca fueron imaginadas”. Al Almirante lo recuerda como “varón de grande ánimo”, que traía consigo siete indios, lo más desconcertante para los espectadores, cuarenta papagayos verdes y colorados, *guaiçaras* – carátulas hechas de pedrería, aljófara y oro –, varias muestras autóctonas de árboles y plantas y “otras muchas cosas nunca antes vistas en España ni oídas” (LAS CASAS, 1994, p. 25 et seq.).

Al estilo del huerto sevillano del médico Nicolás Monardes Alfaro (c. 1493-1588), hijo de Niculoso Monardis, librero de ascendencia genovesa activo en la Sevilla de principios del Quinientos. Nicolás, testigo directo de las sorpresivas nuevas americanas que arribaban en el puerto del Guadalquivir, quedó fascinado ante la “gran suma de millones” y voluminosa descarga de perlas, esmeraldas, turquesas, papagayos, monos, leones, gerifaltes, azores, tigres y, en particular, las plantas, yerbas, licores, raíces, árboles, frutos y simientes de grandes propiedades medicinales. El fundamento del museo natural que creó, uno de los primeros conocidos, en 1554

alojado en la casa que acababa de comprar en la calle Sierpes, adonde lo trasladó desde la de los Francos. Los negocios mercantiles que mantenía con el Nuevo Continente, y la grata predisposición de sus factores y socios allí establecidos, siempre atentos a sus reclamos, le procuraron un exquisito surtido de semillas, piezas vegetales y substancias que los indios empleaban en la cura de enfermedades (MONARDES, 1569).

El hecho de recibir las disecadas, no le impidió asumir el reto de tenerlas en vivo, tras aclimatarlas y reproducirlas, para estudiarlas y aplicarlas a la medicina. Con este propósito formó su “jardín botánico”; de plantas exóticas como el *carlo sancto*, las cuentas jaboneras, el copal, la caraña, la higuera del infierno, el palo santo, el guayacán, la china, el tabaco, la cañafistola, el mastuerzo, la verbena, el leucoma y un largo etcétera. La estela del vademécum que publicó en 1574. Entre sus pacientes había gente de la talla de la duquesa de Béjar, el arzobispo Cristóbal de Rojas y el duque de Alcalá. Este último también dueño de una prolija colección de curiosidades y maravillas, como el VI de Medina Sidonia, el de Arcos y el de Osuna (RODRÍGUEZ MARÍN, 1988).

Otro médico hispalense, Juan de Cárdenas (1563-1609), nacido en la villa de Constantina y desde temprana edad residente en México, en 1591 editó el tratado *Problemas y secretos maravillosos de las Indias*, por no dejar de dar crédito a “las maravillas y ocultos secretos” de las Indias apreciados *in situ*; que, escribe, “si los oyera Plinio quedara absorto y espantado” (DE CÁRDENAS, 1591, p. 37). Tras observar, entre otros muchos fenómenos inexplicables, que el zumo de la yuca si se bebe crudo mata, pero hervido beneficia al cuerpo, en tanto que el peyote enloquece y provoca alucinaciones fantasmagóricas. Además de las virtudes curativas del azogue, el chocolate, el maíz o la grana. Del *Maluco*, el veneno de toda la fruta que nace en su banda de poniente; y de Ormuz, según destacaban los portugueses, cangrejos que excitan la lujuria. Al igual, y desde tiempos atrás, las ventajas taumatúrgicas del cuerno del unicornio, el rinoceronte, que en la Sevilla del siglo XVI, a ciencia cierta, atesoraron algunos médicos, el marqués de Tarifa y la esposa de Hernán Cortés (GIL, 2011). Incluso el medio ambiente de las Indias influía en la condición de los inmigrantes europeos, como si fuese por influencia astral, pues

solían degenerar en codicia, vagancia y otros vicios execrables. Los criollos, en cambio, acusaban ingenio vivo, trascendido y delicado.

Una acostumbrada vía de comunicación de dicha prodigalidad pervive todavía en las cartas que las gentes afincadas en el Nuevo Mundo enviaban a sus amigos y familiares de la Península. En ellas son persistentes los incentivos directos en forma de cantos de sirenas, reales o fingidos, o sea, llamadas de atención sobre semejante cornucopia americana. La propia existencia de las Indias, una maravilla en sí mismas, hubiera bastado para desencadenar esta ensoñación dinámica de la mejora social y la fortuna al alcance de la mano.

Así encontramos en las misivas cuantos modelos sean de desear, del tenor de la que desde Lima envía Sebastián Cabrera a su mujer en Sevilla (1576); en la que escribe: “Es la mejor tierra que calienta el sol en cristianos, porque no saben qué cosa es hambre, que no hay más que derramar el trigo y echarle agua, y hacerse un cañaveral de grano, que de una fanega cogen cincuenta”. De aquella otra que desde México remite Juan Cabeza a su hermano Manuel en Córdoba (1590): “En esta tierra no se sabe qué cosa es hambre, porque se coge trigo y maíz dos veces al año, y hay de todas las frutas de Castilla, donde no se echa de menos España, y así la gente pobre lo pasa mejor en esta tierra, porque mandan siempre y no trabajan personalmente”. También la que Francisco Sanz dirige desde Potosí a su hermano en Cádiz (1587): “La carne es de balde, oro y plata no hay que decir que es como tierra. Es una gloria esta tierra, que no falta más del paraíso para ser cielo toda ella” (OTTE, 1988, p. 483).

El mito y la información particular surtieron efecto, como lo dirime el cronista Fernández de Oviedo (1978, p. 87) cuando dice:

Hubo muchos que vendieron los patrimonios y rentas, y haciendas que tenían y heredaron de sus padres; y otros algo menos locos, las empeñaron por algunos años, dejando lo cierto por lo dudoso, no teniendo en nada el galardón que esperaban, en comparación de lo que habían de adquirir y ganar en este camino.

La suerte y las capacidades debieron repartir, equitativamente, miserias y abundancias, éxitos y fracasos.

Pese a ello aun no deja de admirarnos la asiduidad y aparente facilidad de aquellos desplazamientos intercontinentales, impronta que tampoco pasó desapercibida a sus coetáneos, quienes no daban crédito a lo que con embelesada sorpresa divisaban. Tal es, a principios del siglo XVII, la aturdida impresión del escritor Cristóbal Suárez de Figueroa (c. 1571-1644):

“Admira la facilidad con que se embarcan, sin más recámara y provisión que una camisa, para tan largo viaje, como es el de las Indias. Apenas se despiden de sus casas; pues con decir: “Ahí me llevo”, parten a Tierra Firme” (SUÁREZ DE FIGUEROA, 1988, vol. 2, 539).

El coleccionismo de la segunda mitad del siglo XVI, por tanto, suele ser la plasmación, exterior y microcósmica, del renovado interés por el avance de las ciencias en escena, en aras del ansiado y frustrante dominio de la naturaleza. En esta disyuntiva cualquier objeto podía formar parte de una colección, la clave de un ambiente donde lo misterioso y la excepción se transforman en un canon epistemológico (CHECA; MORÁN, 1985). Se trata de una actitud acumulativa, heredera de la tradición medieval, ecléctica y erudita, consecuencia de una novedosa inquietud frente al saber, la cultura y el arte. Desde esta perspectiva el contenido de la colección se aprecia de una manera autónoma e independiente de su finalidad práctica, porque en ella cobra mayor relevancia el sentido lúdico del arte y los libros, y de lo excepcional sobre lo normativo. La curiosidad y el placer estético conviven con la fruición de coleccionistas obsesionados con los inmediatos efectos emocionales y terrenales inherentes a la riqueza.

El repertorio en todo momento está abierto a su enriquecimiento, incluso de componentes perecederos e incongruentes, efecto no pocas veces del gusto compulsivo por el acopio sin límites ni metas definidas, más allá de su valor crematístico. Así sucedía con los símbolos inusuales de una historia sagrada, como las reliquias, o las gemas preciosas dotadas de sustancias mágicas – ópalo, crisopacio, berilo, ágata, diáspiro. Sin duda estas prácticas reflejan el progresivo refinamiento de la Corte durante el Quinientos. No es casual que

cuadros, libros y tapices alcancen una posición privilegiada en los palacios de aristócratas y príncipes entusiasmados con los *studia humanitatis*, elementos plásticos fundamentales en la ornamentación de las áridas y austeras residencias nobiliarias y en cualquier colección que se preciara. El mejor de los signos ostentatorios en la exhibición de la fortuna económica, la autoridad política y la dignidad social.

El reinado de Felipe II es el periodo de tiempo en el que cobran fuerza en España las colecciones según el fundamento de la “cámara de maravillas”; cuando estudios, camarines y gabinetes se pueblan de las *artificialia* y *naturalia* antes mencionadas, combinadas con ingredientes más característicos del *tesoro* medieval, caso de los relicarios y otros útiles de capillas y oratorios: estampas, libros de rezo y devoción e imágenes piadosas. Unos y otros contribuían a recrear un hábitat íntimo y personal, que los humanistas consideraban ideal para el estudio y el recogimiento. El impacto de América en Europa, y los avances científico-técnicos que facilitaron su descubrimiento, en buena medida latan en estas actitudes.

El Atlántico también se proyectaba en el Pacífico, ambos océanos, integrados en el Nuevo Continente, fueron el nexo de unión entre el lejano Oeste de Filipinas, China y Japón, con Europa y África, espacios hasta entonces casi en mutuo desconocimiento. No obstante quedarían globalizados en el mundo gracias a los intercambios comerciales entre unos y otros. La insaciable demanda asiática de plata americana logró conectar a la vieja Europa con las Indias y el fabuloso Oriente, mediante una red mundial de negocios, tratos y contratos.

Durante dos siglos Sevilla fue la capital de este complejo planetario. Los metales preciosos americanos y el tráfico de mercancías intercontinental la convirtieron en una gran metrópolis del mundo occidental, el punto de encuentro del Mediterráneo, el Norte de Europa, el Norte de África, América y la distante geografía oriental Oriente. La acumulación de rentas, ficticias o verdaderas, favoreció su conversión en una aclamada ciudad renacentista, asiento de excelsas obras de arte y la salida a escena de numerosos e insignes artistas, literatos, intelectuales; así como de una rancia nobleza y la variopinta y próspera burguesía de su vecindario. Baste mencionar al cronista Francisco de Medina (1516-1577), los poetas Fernando de

Herrera (1534-1597) y Rodrigo Caro (1573-1647), el músico Francisco Guerrero (1528-1599), el pintor Pablo de Céspedes (1538-1608), los humanistas Juan de Mal Lara (1524-1571) y el canónigo Francisco Pacheco (1535-1599), tío del maestro de la pintura (1564-1644), del mismo nombre, promotor del joven Velázquez (1599-1660). Al arrimo de la navegación y las instituciones ultramarinas, los cosmógrafos y expertos en náutica Alonso de Chaves (1492-1586), Pedro de Medina (1493-1567) y Rodrigo Zamorano (1542-1623).

Mas también viciosa Babilonia acopio de miserias y desventuras a causa de los espejismos de la plata americana, a raudales desembarcada en las orillas de su río Guadalquivir (MORALES, 1977). Porque además de ricos negociantes, sabios y artistas de cualquier procedencia, albergaba una desmedida cuantía de pobres, pícaros y malentretidos, bergantes y mujeres de mal vivir. Paisaje humano palmario en el Arenal y su tamaña mancebía, no menos en unas cárceles atestadas, de ahí que de Santa Teresa abominara de ella como añagaza de “pecados para afligir harto”. Las noticias de viajeros, escritores y vecinos varios dan fe de la admiración que amasaba la sin par y genuina plaza de los mercaderes de fray Tomás de Mercado (c. 1530-1575), quien en las fechas escribía:

Tienen los comerciantes sevillanos contratación en todas las partes de la Cristiandad y aún en Berbería. A Flandes cargan lanas, aceites y bastardos; de allá traen todo género de mercerías, tapicería y librería. A Florencia envían cochinilla, cueros, traen oro hilado, brocados, sedas y de todas aquellas partes gran multitud de lienzos. En Cabo Verde tienen el trato de negros, negocio de gran caudal y de mucho interés. A todas las Indias envían grandes cargazones de toda suerte de ropa, traen de allá oro, plata, perlas y cueros en grandísima cantidad (MERCADO, 1571, p. 65).

Sevilla, en el imaginario del común yacía como otra tierra prometida para todo aquel, de España o de fuera, con deseos de medrar. Mateo Alemán (1547-1614) lo refrenda en su *Guzmán de Alfarache*: “tierra de Jauja bien acomodada para cualquier granjería, pues corría la plata en el trato de las gentes como el cobre en otras

partes, y con poca estimación la dispensaban francamente” (ALEMÁN, 1983, p. 125). Si las expectativas no se cumplían siempre quedaba el recurso de emigrar a las Indias, una solución enunciada con exquisitez en *El celoso extremeño* de Miguel de Cervantes (1547-1616), buen conocedor de primera mano, de 1587 a 1600, de las cuitas y virtudes hispalenses:

Viéndose pues, tan falto de dineros, y aun no con muchos amigos, se acogió al remedio a que otros muchos perdidos en aquella ciudad se acogen, que es el pasarse a las Indias, refugio y amparo de los desesperados de España... engaño común de muchos y remedio particular de pocos (CERVANTES, 1981, v. 2, p. 63).

En suma, el Atlántico, y su eje Sevilla-Lisboa, como lugar de coincidencia de civilizaciones, lo hicieron posible la lengua como vehículo de cohesión y la plata como objeto de cambio. Las bulas papales y los tratados de Alcaçovas-Toledo (1479-80) y el de Tordesillas (1494) quisieron hacer del Atlántico un *Mare clausum* para Castilla y Portugal. Pero potencias europeas ribereñas no cesaron hasta convertirlo en un *Mare liberum* (ELLIOTT, 2010). No obstante, españoles y portugueses lograron transformarlo en un nuevo *Mare nostrum*, como los romanos con el Mediterráneo (MARTÍNEZ SHAW, 2014). Así, y a partir de intercambios de todo tipo, alcanzó una unidad de costumbres y formas, impuestas y mixturadas, de entender el mundo (VILA, 2012).

El Asia oriental, sin embargo, se veía como unos confines demasiado alejados del solar andaluz, por ello sus habitantes tenían una muy leve idea de China y Japón, salvo los funcionarios, misioneros y soldados que llegaron a asentarse en aquellos reinos. Para el común de la población eran emplazamientos legendarios en las postrimerías de la Tierra, repletos de maravillas, tesoros y especias que, desde mediados del siglo XVI, se identificaban sin distinción con Filipinas. El referente oriental de España donde dos sevillanos ocuparon el cargo de gobernador. El primero Guido Lavezaris (1512-1582), entre 1572 y 1575, hasta entonces un joven librero, de origen genovés, al servicio de la imprenta sevillana de los Cromberger en

México. El otro, de 1596 a 1602, el tesorero de la Casa de la Contratación Francisco Tello de Guzmán.

Como sucedió con los indios americanos, lo que más llamó la atención de los andaluces fueron los orientales, pocos, que recalaron en nuestra región, la mayoría en Sevilla y casi todos en calidad de esclavos, exotismos humanos que despertaban una pasmosa suspensión. Mas sabemos, gracias a los inventarios de bienes estudiados por Juan Gil, cómo a medida que Oriente se iba haciendo presente, las gentes garantes del nivel de vida pertinente se fueron aficionando al consumo de pimienta y otras especias; a tejidos finos y lujosos como el *calicut*, la *sinabafa*, el *canequí*, el *balagate* o el *pacharí*. No menos a vestidos, mantones y ropa doméstica de esmerada elaboración; lozas y porcelanas preciosas, abanicos, gemas, jaspe, rubíes y diamantes. A la vez de un exquisito y singular mobiliario de rica madera pintada y taracea: biombos, camas, mesas, bufetes, escritorios y escribanías (GIL, 2011). La mayor parte de lo enumerado en hogares de aristócratas, el alto clero y la burguesía en general.

El más encumbrado acontecimiento de esta secuencia oriental fue la embajada japonesa de Hasekura. Fruto del empeño del franciscano, y misionero en la tierra del Sol Naciente, Luis Sotelo, sevillano de la ilustre familia conversa de los Caballero, quien consiguió convencer al rey de Sendai, Date Masamune, para que, en 1613, enviase una representación diplomática a la corte de Felipe III y al Papa Paulo V. En estas cuitas, la delegación nipona, una vez superada la travesía del Pacífico, embarcó en Veracruz rumbo a España. Tras sobrevivir a la imprevisible y sempiterna singladura atlántica, la comitiva llegó a Sanlúcar de Barrameda el 30 de septiembre del año en cuestión. El duque de Medina Sidonia, enterado del arribo, le envió unas diestras y bien enjaezadas carrozas, que la llevarían al dadivoso alojamiento que había mandado preparar para darle la bienvenida y agasajarla. Días después aquellos embajadores remontaron el Guadalquivir hasta alcanzar Coria, donde fueron hospedados por el veinticuatro Pedro Galindo entre los vecinos del lugar. Finalmente pisan a Sevilla el 23 de octubre, ciudad en la que protagonizaron una solemnísimas y engalanada entrada, obsequio del concejo hispalense, en todo momento resuelto en liberalidad con tan extraños huéspedes. Cabe apuntar, como bien se sabe, que

algunos de aquellos nipones decidieron volver a Coria para radicarse allí, evento cuyas huellas todavía campean en el apellido Japón de por aquí (GIL, 2011).

Una llamada “nueva historia atlántica” acaricia la necesidad de insertar el Mundo Atlántico en el contexto más amplio de la “historia global”, el referente de la primera mundialización de los siglos XVI y XVII; cuando la plata americana y los intercambios comerciales de la Carrera de Indias lograron conectar Europa, a través de la América ibérica, con el Asia oriental. Para algunos este procedimiento metodológico podría solucionar muchos de los entresijos historiográficos hoy visibles. No obstante estimo más conveniente aspirar a una historia de toda América (española, portuguesa, inglesa, francesa y holandesa), encuadrada en una encrucijada atlántica compartida. La del Nuevo Mundo de los europeos, tal vez, capaz de superar una historiografía de las Américas empeñada en destacar diferencias y disparidades antes que los prolijos nexos de unión que el gran Océano ha venido conformando (ELLIOTT, 2006).

Al hilo, la tradición historiográfica norteamericana se ha volcado en el estudio de las Trece Colonias como entes aislados – la mejor forma de crear una “nación de chovinistas” dice Elliott –, con el fin de resaltar su tipicidad, originalidad y diferencias respecto al resto del Continente; sin ser consciente de sus propias disimilitudes internas, de que Virginia también difiere de Nueva Inglaterra. A ello se debe que hasta hoy, el tratamiento de cada una de las colonias norteamericanas se suele afrontar mediante el estudio de sus diversas comunidades locales, la premisa, idealista y microscópica, de una historia nacional propiciatoria del excepcionalismo americano. El resultado, pues, ha sido una historia, sólo de blancos europeos, que exhibe el éxito del Norte frente al fracaso del Sur; aunque en realidad no fueran tantas las divergencias entre los dos hemisferios coloniales enfrentados.

Incluso hay quien interpreta la colonización puritana de Nueva Inglaterra como una continuación de los modelos ibéricos, y no cual la abrupta y novedosa ruptura que parece sugerir la historiografía empeñada en ver en las sociedades puritanas formaciones radicalmente diferentes a las instituidas en las Indias por el catolicismo español. Es más, Fernández Armesto (2003) demuestra cómo el

Sur superó al Norte en términos demográficos, urbanos, políticos y culturales durante los siglos modernos, época en la que el primero también gana en secularización e individualismo; y concluye: “El hemisferio occidental americano comienza a reducirse de tamaño tan pronto como acaba el periodo colonial británico-americano” (FERNÁNDEZ ARMESTO, 2003, p. 75 et seq.).

Lamentablemente, una historiografía latinoamericana presa de sí misma, desde la liberal del siglo XIX, viene asumiendo la retórica del declive, frente al Sur, de la norteamericana, un trágico discurso propio de la leyenda negra y sus tópicos que R. Kagan denomina el “paradigma Prescott”. A William H. Prescott (1796-1859), en efecto, debemos la revitalización de la “leyenda negra” protestante para explicar el atraso del mundo hispánico y el meteórico auge de los Estados Unidos a lo largo de la Modernidad. Esta tendencia intenta contrarrestarla Herbert E. Bolton (1870-1953) desde 1933 promocionando una historia de América que superase las tradicionales perspectivas nacionales, en especial la de los Estados Unidos al margen del resto del Continente. Bolton, claro está, contribuyó a crear un clima contrario a estas descripciones simplistas y a favor de las realizaciones de los españoles en América, que sus discípulos desplegaron en monografías de impacto; entre ellos Irving A. Leonard, el autor de *Books of the brave*, que prefirió cambiar el negro de la leyenda por un gris claro (LEONARD, 1979).

En los últimos años, sin embargo, está aumentando el número de historiadores, liderados por J. Elliott, dispuestos a reivindicar que la trayectoria histórica de Estados Unidos comparte los mismos problemas con otros lugares del mundo, asequibles desde presupuestos metodológicos abiertos y comparados. La historia de las Américas, por tanto, tiene un sentido más claro si se examina interrelacionando sus distintas partes y, antes que nada, como un todo indisociable fruto de un océano y un continente comunes. Una meta posible si convertimos al Atlántico, al igual que el Mediterráneo, en la auténtica bisagra de unión de las dos mitades del mundo, o sea, una viable y eficaz unidad de estudio para engullir los contextos nacionales de la historiografía ensimismada y provinciana. En este sentido, el enfoque transnacional y el método comparativo quizás nos presten un horizonte renovador y pleno de posibilidades.

J. Cañizares-Esguerra, ferviente atlantista, argumenta que la historia de las Américas es la historia de las grandes migraciones atlánticas y del contacto multicultural de europeos, indígenas y africanos, en una red de circuitos comerciales, intelectuales, culturales y políticos.

Elliott es rotundo cuando dirime que América, al igual que Europa, tiene una historia común, porque ambas desarrollan una la misma civilización y comparten experiencias y rasgos en un pasado donde las semejanzas prevalecen sobre las diferencias. Todo ello no impide la diversidad ni grandes diferencias de estructura y experiencia histórica, o admitir que la cultura americana no fue una réplica exacta de la europea. Ha llegado la hora, pues, de buscar el equilibrio entre las percepciones sobre el Norte y las del Sur, de superar unas perspectivas nacionalistas y patrióticas impulsoras del neopositivismo y, por la falta de integración del análisis historiográfico en marcos generales, de una historia tendenciosa empeñada en resaltar hechos diferenciales que limitan la amplitud de miras propia del conocimiento científico.

THE ATLANTIC, PARADIGM OF NOVELTY IN THE RENAISSANCE AGE. IMAGINARY AND REALITY

Abstract: The writing about the things of the New Worlds was the platform of the universal display informative during the Renaissance. The news of those events were essentials to the knowledge of the impact of those new civilizations in Europe. Then the Europeans was surprised by the discoveries of the new lands across the Atlantic and Pacific, may be the beginningn of the current Globalization. This is that why nowadays the historians are very interested for the origin of the that Global World, its wonders and realities in the Early Modern Era.

Keywords: Renaissance. Knowledge. Wonders. Information. Novelities.

Notas

¹ Este trabajo se inscribe dentro del Proyecto I+D+I *Vida cotidiana, cultura gráfica y Reforma Católica en el Mundo Hispánico*, Ref. HAR2014-52434-C5-3-P, del Ministerio de Economía y Competitividad.

² Una investigación de este cariz, con óptimos resultados, pero referida al Mediterráneo, es la que lleva a cabo (SOLA, 2005, 2006). Muy sugerente es, del mismo modo, el ensayo de Salinero (2005, p. 3-22).

Referencias

- ALEMÁN, Mateo. *Guzmán de Alfarache*. Barcelona: Planeta, 1983.
- ARES, Berta; GRUZINSKI, Serge (coords.). *Entre dos mundos. Fronteras culturales y agentes mediadores*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 1997.
- BACON, Francis. *Nueva Atlántida*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil* (1959). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Cómo escribir la historia del Nuevo Mundo: historiografías, epistemologías e identidades en el mundo del Atlántico del siglo XVIII*. México: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- CERVANTES, Miguel de. *Novelas ejemplares*. Madrid: Editora Nacional, 1981.
- CIEZA DE LEÓN, Pedro. *Crónica del Perú*. Madrid: Orbis, 1985.
- CHECA CREMADES, Fernando; MORÁN TURINA, Miguel. *El coleccionismo en España. De la cámara de las maravillas a la galería de pinturas*. Madrid: Cátedra, 1985.
- DASTON, Lorraine. *Things that Talk. Objects Lessons from Art and Science*. Nueva York: Zone Books, 2004.
- DE CÁRDENAS, Juan. *Problemas y secretos maravillosos de las Indias*. México: Pedro de Ocharte, 1591.
- DE COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Madrid: Castalia, 1995.
- DE LÉRY, Jean. *Le voyage au Brésil de Jean de Léry: 1556-1558*, edic. de Ch. Clerc. París: Payot, 1927.

- DE TORQUEMADA, Antonio. *Jardín de flores curiosas, en que se tratan algunas materias de Humanidad, Philosophia, Teología, y Geographia, con otras cosas curiosas, y apacibles. Compuesto por Antonio de Torquemada*. Salamanca: Alonso de Terranova, 1577.
- ECO, Umberto. *El vértigo de las listas*. Barcelona: Lumen, 2009.
- ELLIOTT, John H. *Imperios del Mundo Atlántico. España y Gran Bretaña en América (1492-1830)*. Madrid: Taurus, 2006.
- ELLIOTT, John H. *España, Europa y el mundo de ultramar (1500-1800)*. Madrid: Taurus, 2010.
- FERNÁNDEZ ARMESTO, Felipe. *The Americas: A Hemispheric History*. New York: Ransom House, 2003.
- FERNÁNDEZ DE OVIEDO, Gonzalo. *Sumario de la Natural y General Historia de las Indias*. Madrid: Espasa-Calpe, 1978.
- FOUCAULT, Michel. Des autres espaces. Heterotopías. En *Dits et écrits*, n^o 5, 1984, p. 46-49.
- FUNAROLI, Marc. *Las abejas y las arañas: la querrela de los antiguos y modernos*. Barcelona: El Acantilado, 2008.
- GIL, Juan. *La India y el Lejano Oriente en la Sevilla del Siglo de Oro*. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 2011.
- GIL, Juan. *Historia de la embajada de Idate Masamune al Papa Paulo V (1613-1615)*. Madrid: Doce Calles, 2011.
- GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Carlos Alberto. *Homo Viator, homo scribens. Cultura gráfica, información y gobierno en la expansión atlántica (siglos XV-XVII)*. Madrid: Marcial Pons, 2007.
- GREENBLATT, Stephen. *Marvelous Possessions: The Wonder of the New World*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- Gruzinski, Serge. *El pensamiento mestizo*. Barcelona: Paidós, 2007.
- Gruzinski, Serge. *Las cuatro partes del mundo: historia de una mundialización*. México: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- IMPEY, O.; MAC GREGOR, A. *The Origins of Museums. The Cabinet of Curiosities in Sixteenth and Seventeenth Century Europe*. Oxford: Clarendon Press, 1985.
- LAS CASAS, Fray Bartolomé de. *Historia de las Indias*. Madrid: Alianza, 1994. v. 1, 2.
- LEONARS, Irving A. *Los libros del conquistador*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- LOUREIRO, Rui M.; GRUZINSKI, Serge (eds.). *Passar as fronteiras, II Coloquio Internacional sobre Mediadores Culturais, séculos XV a XVIII*. Lagos: Centro Gil Eanes, 1999.

- MARTINEZ SHAW, Carlos. *España y Portugal en el mundo (1581-1668)*. Madrid: Polifemo, 2014.
- MÁRTIR, Pedro. *Epistolario*. Madrid: DIHE, 1953-1957.
- MÁRTIR, Pedro. *Décadas del Nuevo Mundo*. Madrid: Ediciones Polifemo, 1989.
- MERCADO, Fray Tomás de. *Suma de tratos y contratos*. Sevilla: Hernando Díaz, 1571.
- MONARDES, Nicolás. *Historia medicinal de las cosas que se traen de nuestras Indias Occidentales que sirven en Medicina*. Sevilla: Hernando Díaz, 1569.
- MORALES PADRÓN, Francisco. *La ciudad del Quinientos*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1977.
- MORO, Rafaelle. Viajes y movilidad en los discursos de vida y en las autobiografías en el mundo hispánico (siglos XVI-XVIII). In: _____. *Passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo Ibérico, siglos XVI-XIX*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2005, p. 107-126.
- MULCAHY, Rosemarie. *Philip II of Spain, Patron of the Arts*. Dublín: Four Courts Press, 2004.
- OTTE, Enrique. *Cartas privadas de emigrantes a Indias, 1540-1616*. Sevilla: Junta de Andalucía, 1988.
- PEROCCO, Daria. *Viaggiare y raccontare. Narrazione di viaggio ed esperienze di racconto Cinque e Seicento*. Alessandria: Edizione dell'Orso, 1997.
- RODRÍGUEZ MARÍN, Francisco. *La verdadera biografía de Nicolás Monardes*. Sevilla: Padilla Libros, 1988
- RUSSELL-WOOD, John. *The Portuguese Empire, 1415-1808. A World on the Move*. Manchester: Carcanet, 1992.
- SALINERO, Gregoire. Mobilité et identités dans les études de la relation Espagne-Amérique (XVIe-XVIIIe siècles). In: _____. *Mezclado y sospechoso. Movilidad e identidades, España y América (siglos XVI-XVIII)*. Madrid: Casa de Velásquez, 2005, p. 3-22.
- SOLA, Emilio. *Los que van y vienen. Información y fronteras en el Mediterráneo clásico del siglo XVI*. Madrid: Universidad de Alcalá de Henares, 2005.
- SOLA, Emilio. Espionaje, información y cultura. Literatura de avisos en la época de Cervantes. In: CASADO, Manuel; CASTILLO, Antonio (eds.) *Escrituras silenciadas en la época de Cervantes*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá de Henares, 2006, p. 19-37.
- SOLER, Isabel. *El nudo y la esfera. El navegante como artífice del mundo moderno*. Barcelona: El Acantilado, 2003.

SUÁREZ DE FIGUEROA, Cristóbal. *El Pasajero*. Madrid: PPU. 1988.

VILA VILAR, Enriqueta. *Hispanismo e hispanización: el Atlántico como nuevo Mare Nostrum*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2012.

Recebido em: 22/12/2016

Aprovado em: 03/03/2017

A primeira modernidade e seu contexto intelectual: subordinação política e mundialização¹

Rubens Leonardo Panegassi*

Resumo: O objetivo deste artigo é circunscrever o contexto intelectual característico da formação do mundo moderno enquanto espaço de circulação de ideias e juízos diversos. Para isso, recuperamos o senso de ordem social próprio do imaginário europeu da primeira modernidade a partir de diferentes registros literários produzidos no contexto do Renascimento ibérico. Esta literatura nos remete ao ideário do cristianismo primitivo, referência intelectual coerente aos propósitos espirituais da mundialização levada a cabo por espanhóis e portugueses. Verificamos que embora as concepções etnológicas da primeira modernidade sejam tributárias do pensamento patrístico, encontram-se atreladas à experiência estatal moderna. Diante disso, concluímos que a sujeição política foi a tônica dominante do fenômeno da mundialização.

Palavras-chave: Mundialização ibérica. Cristianismo primitivo. Subordinação política.

Tessituras do mundo moderno

A mundialização levada a cabo pelos reinos ibéricos no contexto da primeira modernidade estabeleceu um campo de circulação de ideias a partir de uma grade de leitura hierarquizadora. Calcada no pressuposto de que tudo possuía uma ordenação definida desde a origem do mundo e da criação da humanidade, esta perspectiva

* Doutor em História pela Universidade de São Paulo – USP. Professor de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal de Viçosa – UFV. E-mail: rubenspanegassi@gmail.com.br

estruturou-se a partir de uma classificação dual da espécie humana, orientada tanto por sua filiação religiosa, quanto pelo nível e complexidade de sua civilização.

Esta divisão nos remete ao debate sobre a ideia de humanidade que acompanhou a formação do mundo moderno, e orientou a composição de pontes cognitivas entre a Europa e os mais diversos povos e culturas. Por sua vez, as crônicas produzidas neste momento fornecem elementos substantivos a respeito das referências que instrumentalizaram a composição de um imaginário que teceu, paulatinamente, uma relação de continuidade entre as mais distantes partes do mundo.

Referências normativas compartilhadas: o Atlântico e o mundo

O ponto de partida deste artigo define com precisão um campo de problemas inerente à dimensão planetária característica da formação do mundo moderno enquanto espaço de circulação de ideias e juízos diversos. Partindo da noção de mobilização sugerida por Serge Gruzinski para a recuperação da densidade dos feitos ibéricos sobre o globo (GRUZINSKI, 2014), nosso interesse é sublinhar a eficácia dos artifícios de codificação que acompanharam este fenômeno, uma vez que são responsáveis pela estruturação de inúmeros estereótipos, bem como pelas diferentes modalidades de segregação que historicamente regeram a interação entre as mais distantes partes do mundo.

Um primeiro movimento para a percepção da dinâmica inerente à conexão entre as diversas populações do orbe e a peculiaridade deste processo em termos de delimitação de um imaginário marcado por um profundo sentido de ordenação é visível, por exemplo, na *Historia natural y moral de las Indias*, crônica escrita pelo jesuíta José de Acosta e publicada no ano de 1590, em Sevilha. Documento de primeira ordem para a História das sociedades americanas, a obra de Acosta oferece um excelente reservatório de conhecimentos que rapidamente se difundiu pelo mundo a partir do Atlântico e suas conexões. Efetivamente, os portugueses na Ásia liam “os espanhóis que frequentaram a América,

e vice-versa” (GRUZINSKI, 2014, p. 240). Dentre os inúmeros assuntos abordados na obra, gostaríamos de atentar para a descrição que Acosta fez dos gêneros alimentares utilizados pelos povos americanos: para além de uma formidável descrição dos usos, costumes e vida material local, nota-se um olhar direcionado por um quadro de referências normativo, que assinala um sutil procedimento de hierarquização.

Em síntese, o jesuíta parte da premissa de que o principal mantimento do homem é o pão, e de que existe um termo correspondente a este alimento no vocabulário das populações autóctones da América. Com isso, reconhece que o pão indígena possui outra qualidade por não ser feito de trigo, e sim de outros tipos de grãos, como o milho. O trigo, relata o cronista, “que é o principal sustento dos *homens*”, é precedido pelo milho “para sustento de *homens* e *animais*”²² (ACOSTA, 1962, p. 267). A assertiva do religioso sobre os hábitos alimentares indígenas ganha relevância à medida que, tanto quanto a linguagem ou a religião, a alimentação pode ser compreendida como matriz identitária ou, em termos mais específicos, como fundamento etnocêntrico (VALERI, 1989).

Se, por um lado, a sumária recuperação do cronista espanhol denota nosso esforço em sublinhar a dimensão atlântica de um horizonte intelectual que pretendemos explorar em âmbito mundial, por outro lado atenta para a peculiaridade de seu escrito, uma vez que antes de hierarquizar, Acosta define um instrumento de comparação ao reconhecer a existência do termo pão no léxico indígena. Termo cuja conotação simbólica é da mais alta relevância no âmbito do cristianismo (CHÂTELET, 1985; MONTANARI, 2003). Sem dúvida, ao passo que a formação do mundo moderno assinala o primeiro momento de um irreversível processo de conexão entre povos e culturas em escala global, também define padrões de comparação que a longo prazo darão suporte às divisões políticas, culturais e ideológicas que orientarão a composição da ordem mundial.

Por sua vez, o lugar epistemológico de onde José de Acosta faz seu enunciado é compartilhado por outros cronistas, tal como o português João de Barros, autor das *Décadas da Ásia*. Publicada entre 1552 e 1563³, as *Décadas* nos apresentam “o mundo de um ponto de vista múltiplo e segundo uma escala planetária” (SARAIVA, 1972, p. 355). Ponto de vista

evidente em sua irônica apreciação das críticas veiculadas pelos opositores do Infante Dom Henrique e seus empreendimentos marítimos, onde Barros nos relata que o foco dos críticos incidia sobre a incerteza a respeito dos objetivos das conquistas, e na sugestão de que o infante se contentasse “com a terra que ora temos, a qual Deus deu por termo e *habitação dos homens*; e se alguma houver onde o Infante diz, devemos crer que Ele a deixou para *pasto dos brutos*”²⁴ (BARROS, 1778, p. 38). É notório que o cronista português reitera a hierarquização subjacente à própria codificação das diferenças que as narrativas produzidas em decorrência da mobilização ibérica criaram. Mais que isso, o excerto de João de Barros esclarece que a ordenação do mundo tem um pressuposto divino que reserva parte dele à “habitação dos homens”, ao passo que a outra parte era destinada a ser “pasto dos brutos”.

A oposição sugerida pelo historiador quinhentista ganha contornos mais bem definidos em sua descrição do diálogo travado no contexto do governo de D. João II, entre o fidalgo Diogo de Azambuja e Caramansa, régulo da Guiné. Segundo Barros, o português oferecia ao rei africano nada menos que a salvação de sua alma em troca de uma aliança política, visto que “era amor da salvação de sua alma, coisa mais preciosa que os *homens* tinham, por ela ser a que lhe dava vida, entendimento para conhecer e entender todas as coisas, e pela qual o homem era diferente dos *brutos*”²⁵ (BARROS, 1778, p. 159).

Oportunamente, John H. Elliott sugeriu que os interesses em explorar recursos naturais, somados à conversão religiosa e ao governo das populações locais foram as principais motivações que os europeus tiveram para ampliar sua visão de mundo, organizando e classificando sua experiência na América a partir de um enquadramento coerente de pensamento. Este enquadramento alinhava-se à herança clássica e judaico-cristã, que suscitou uma classificação dual da humanidade, ordenada quer por sua filiação religiosa, quer por seu grau de civilização. Em suma, paralelamente ao interesse epistemológico, havia o imperativo de incorporar a diversidade tão rápido quanto fosse possível à “república cristã” (ELLIOTT, 1984).

Tanto José de Acosta quanto João de Barros fazem uso de um critério de classificação que pressupõe uma diferenciação fundamental entre os homens. No caso do cronista português, cujo objeto

da obra é a própria mobilização lusa e os vínculos que se estabeleciam entre as quatro partes do mundo, fica mais notório seu esforço em estabelecer uma relação de continuidade entre regiões, povos e imaginários em escala mundial. Com efeito, a intrínseca relação estabelecida pelo cronista entre alma e entendimento denota, sem dúvida, a mediação de ambas heranças referidas por Elliott neste processo: enquanto a tradição cristã definia o homem em termos da sua receptividade da graça divina – alma –, a tradição clássica definia-o nos termos de sua racionalidade – entendimento. Em suma, as conexões entre Europa, América, África e Ásia foram orientadas por um pressuposto em que se articulavam uma dimensão religiosa – que dividia a humanidade entre cristãos e não cristãos (pagãos, infiéis e gentios) – e uma dimensão política proveniente da literatura clássica – que separava o grego do bárbaro (ELLIOTT, 1984).

Esta divisão nos remete a um debate sobre a noção de humanidade que atravessa a história das ideias etnológicas. Em síntese, a abrangência que esta noção alcançou soaria estranha à maioria das sociedades durante a maior parte da história (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2007). Autores como Margaret T. Hodgen (1964) e, mais recentemente Matthew R. Goodrum (2002), Joan-Pau Rubiés (2002), Felipe Fernandez-Armesto (2007) e David Abulafia (2008)⁶ se debruçaram sobre este assunto a partir de diferentes aspectos e atentaram ao fato de que o pensamento do cristianismo primitivo e as ideias do alto medievo – marcadas simultaneamente pelas sagradas escrituras e por ingredientes pagãos, fantásticos, monstruosos e fabulosos – tiveram impacto significativo sobre o ideário etnológico da primeira modernidade. De todo modo, o pressuposto bíblico da descendência do gênero humano a partir de um único par de genitores levou o pensamento etnológico a incorporar o pressuposto universalista do cristianismo como o elemento mediador das relações com os mais diversos povos e culturas ao longo do processo de mundialização que os reinos ibéricos estimularam.

Por sua vez, a definição de um horizonte intelectual planetário demandou a confecção de uma relação de continuidade entre as sociedades, o que abriu espaço para a discussão sobre a humanidade e seus limites, cujo ápice foi o debate entre Bartolomeu de Las Casas e Juan Ginez de Sepúlveda em Valladolid, entre 1550 e 1551

(PAGDEN, 1988). Este embate, que por um lado denota o eco das proposições aristotélicas a respeito da escravidão natural, por outro nos remete às reações da filosofia patrística ao naturalismo característico do pensamento pagão a respeito da ideia de humanidade.

Artifícios de codificação e pressupostos intelectuais

As reações da filosofia patrística ao naturalismo pagão foi objeto de estudo do historiador Matthew Goodrum, que circunscreveu este embate a partir das respostas dos apologetas cristãos ao paganismo, notavelmente a Demócrito de Abdera. Com efeito, as ideias de Demócrito são conhecidas essencialmente a partir de seus comentaristas. E foi mediado pela pena de um dos mais importantes apologetas do cristianismo que as ideias do filósofo grego ganharam seus contornos mais naturalistas: em sua obra *Instituições Divinas* (302-311 d.C.), Lucio Célio Firmiano Lactâncio, no intuito de refutar a cosmogonia pagã, escreve que Demócrito sugere terem os homens saído “da terra, à maneira dos vermes, sem terem sido criados por alguma razão especial” (DÉMOCRITE, 1993, p. 92).⁷

Com efeito, no que tange à concepção da origem da espécie humana, a perspectiva atribuída a Demócrito de Abdera se desenha por meio da ação de agentes naturais, invocados para explicar o fenômeno. Entretanto, esta concepção foi combatida pela filosofia do cristianismo primitivo: ao passo que Demócrito entendia a criação do homem a partir de processos caóticos orientados pela lei da natureza, o cristianismo entendia a criação do homem a partir do pressuposto bíblico da descendência do gênero humano de um único par de genitores: a criação do homem era compreendida como um ato singular, divino e orientado pelo plano de criação de Deus, onde o homem ocuparia o topo da hierarquia da criação (GOODRUM, 2002). Em linhas gerais, esta ordenação ocupou um lugar central no imaginário social, político e jurídico da Época Moderna (HESPANHA, 2010). Definitivamente, a produção intelectual patrística não pode ser esquecida como elemento de peso nas concepções etnológicas do século XVI. Vale lembrar que foi

com o Concílio de Nicéia que a heresia adquiriu o significado que se perpetuou ao longo de toda a Época Moderna (AGNOLIN, 2007).

Efetivamente, este debate sobre o problema da origem e da natureza do homem orientou parte dos escritos dos filósofos cristãos. No *Estrômatos* (198-203 d.C.), miscelânea composta por Clemente de Alexandria, ele foi posto em evidência pelo teólogo, que nos assegura ser por meio da “investigação sobre a origem do mundo que se poderá penetrar a natureza humana” (CLÉMENT D’ALEXANDRIE, 2001, p. 95). Em suma, a questão se articula, em última instância, ao aforismo grego inscrito nos pórticos do oráculo de Delfos: “conhece-te a ti mesmo” (FOUCAULT, 2004). É esta a problemática que orientou a filosofia patrística e seu debate a respeito da natureza da espécie humana. É neste sentido, por exemplo, que no diálogo *Octavio* (II-III d.C.), Marco Minúcio Félix assinalou que a importância de se conhecer a natureza humana é sustentada sob a perspectiva de que a ordem e a variedade do universo manifesta a existência de Deus. Com efeito, o apologeta aponta para o mesmo caminho dos termos do debate já apresentado:

Não nego que *Cecilo* tenha se esforçado em sublinhar a importância de que o homem deve conhecer-se a si mesmo e examinar quem é, de onde vem, por que existe, se é um agregado de elementos, um composto de átomos ou [...] animado por Deus. Isto não podemos, contudo, explorá-lo e descobri-lo sem investigar todo o universo, pois todas as coisas se acham tão vinculadas, conectadas e concatenadas, que se não se tiver examinado com atenção a natureza da divindade, não se pode conhecer a da humanidade, nem se pode tão pouco dirigir bem os assuntos civis se não se conhece antes essa cidade comum a todos que é o mundo; sobretudo, se tivermos em conta que nos diferenciamos das bestas pelo fato de que estas, inclinadas e voltadas em direção à terra, não nasceram senão para encher o pasto, enquanto nós, providos de um rosto erguido e de um olhar dirigido ao céu, a quem nos foi dada a palavra e a razão mediante as quais podemos conhecer, compreender e imitar a Deus, não nos está permitido nem nos é lícito ignorar a claridade celeste que se impõe a nossos olhos e a nossos sentidos;

é um grande sacrilégio buscar na terra o que se deve encontrar nas alturas (FELIX, 2000, p. 83-84).

Minúcio Félix reveste o ideário pagão de uma perspectiva cristã: é possível encontrarmos opiniões semelhantes em obras como o tratado sobre *A natureza dos deuses* (45 a.C.), de autoria de Marco Túlio Cícero ou no poema *Metamorfoses* (8 d.C.) de Públio Ovídio Nasão. Para Cícero, por exemplo, a natureza teria feito do homem um ser que, “ao invés de ser curvado para o chão, possui tronco alto e ereto, para que possa contemplar o céu e tomar consciência dos deuses” (CICÉRON, 1935. p. 229). Em suma, na pena do escritor romano, enquanto habitantes da terra, os homens teriam o privilégio de apreciar o “mundo supra-terrestre e divino, espetáculo que não é oferecido a qualquer outra espécie animal” (CICÉRON, 1935. p. 229).⁸ Por sua vez, ao tratar da criação do homem, Ovídio registra ser ele o detentor da mais alta inteligência:

Ente, que a todos legislar pudesse:
Eis o homem nasce, e – ou tu, suprema Origem
De melhor Natureza, e quanto há nela,
Ou tu, pasmoso Artífice, o formaste
Pura extração de divinal semente,
Ou a Terra ainda nova, inda de fresco
Separada dos céus, lhe tinha o germe.
Com águas fluviais embrandecida,
Dela o filho de Jápeto afeiçoa,
Organiza porções, e as assemelha
Aos entes imortais, que regem tudo.
As outras criaturas debruçadas
Olhando a Terra estão; porém ao homem
O Factor conferiu sublime rosto,
Erguido para o céu lhe deu que olhasse
(OVÍDIO, 2007. p. 43-45).

Ainda que a interação das perspectivas sobre a espécie humana oferecidas tanto por Cícero, quanto por Ovídio, tenham sido passíveis de uma apropriação intelectual, tal como a de Minúcio Félix, visto que sustentam a ideia da superioridade do homem em relação aos outros seres, importa notar a existência de um pressuposto naturalista, orientado pelo caos, que marca a obra do poeta latino:

Não tinha mais que um rosto a Natureza:
Este era o Caos, massa indigesta, rude,
E consistente só num peso inerte
(OVÍDIO, 2007. p. 39).

Com efeito, ao passo que a Patrística podia apropriar-se de parte do pensamento pagão a respeito da definição do homem, como já mencionamos anteriormente, a tese de que o homem surgiu ao acaso do caos não podia ser aceita. No segundo livro das *Instituições divinas*, em suas refutações à cosmogonia pagã, Lactâncio rebate a concepção do poeta latino segundo a qual o caos e a confusão teriam caracterizado o momento da criação do homem (LACTANCE, 1987, p. 115).⁹ Embora a tese da geração espontânea fosse inconcebível para o caso do homem, visto que ele teria sido criado diretamente por Deus e à sua imagem e semelhança, ela não era totalmente absurda para a filosofia Patrística, uma vez que, segundo o próprio livro de *Gênesis*, o Criador teria dito: “Que a terra produza seres vivos segundo sua espécie” (Gn 1, 24). Em face disso, em suas homilias sobre os seis dias da criação do mundo – o *Hexamerão* (IV d.C.) –, Basílio de Cesareia anuncia ver “a lama sozinha produzir enguias, que não procedem de nenhum ovo, nem de qualquer outra forma, é a terra sozinha que lhes dá nascimento” (BASIL, 2004, p. 102). No que tange ao homem, São Basílio anota ter a “cabeça voltada para o céu e os olhos para cima”, o que denota seu “crescimento celestial” (BASIL, 2004, p. 102), acima de todos os outros seres, “tanto pela dignidade de sua conformação corporal como pela dignidade de sua alma” (BASIL, 2004, p. 102).¹⁰ Em síntese, a posição ereta do homem estaria associada ao próprio uso racional do corpo, notavelmente das mãos, as quais, segundo Gregório de Nissa escreveu no

tratado *Sobre a criação do homem* (375-379 d.C.), pode facilmente produzir “toda arte e toda operação, tanto na guerra quanto na paz” e foram acrescentadas ao corpo humano “por uma questão racional” (GREGORY OF NYSSA, 2004, p. 394).¹¹

A percepção de que existia uma ordem universal era comum ao imaginário europeu da primeira modernidade. Imperava a ideia de que tudo possuía uma ordenação que fora definida desde a origem do mundo e da criação da humanidade (HESPANHA, 2001). Vale ainda assinalarmos a importância de nomes como Demócrito e Lactâncio na cultura do Renascimento. Para reforçarmos nosso argumento, não seria fora de propósito atentarmos à figuração do filósofo grego no afresco que Donato Bramante fez para o cortesão e poeta Gaspare Visconti.¹² Além disso, Lactâncio, que foi um dos principais difusores das concepções de Demócrito de Abdera no contexto, foi oportunamente comparado a Cícero pelo humanista Giovanni Pico della Mirandola (COLOT, 2015).

Assim, mapear o embate a respeito da criação do homem atende a nosso interesse em recuperar o efetivo pressuposto intelectual que não apenas estabeleceu pontes cognitivas, mas que também fundamentou e justificou ações no contexto da mundialização ibérica. Nosso interesse, agora, será delinear os ecos deste debate a partir da pena de João de Barros, cronista cujo horizonte estava atento à conexão de regiões e culturas em escala planetária.

Religião e política: horizonte inclusivo e subordinação

Como já assinalamos, os escritos de João de Barros nos fornecem elementos substantivos a respeito das conexões do Renascimento português com outras grandes civilizações do mundo. Efetivamente, seu inventário das diferenças orientava-se por uma perspectiva de conjunto coerente a um empreendimento espiritual, que procurava articular todas as extremidades do mundo. Das apropriações feitas por João de Barros da literatura antiga, bem como sua utilização dos textos dos primeiros filósofos cristãos, I. S. Révah nos deu notícias em artigo seminal (RÉVAH, 1967).

No que tange ao debate sobre a origem da espécie humana, ainda que o humanista não o recupere como objeto, é possível apontarmos alguns momentos em em que o historiador quinhentista tangencia o assunto, particularmente em dois pontos onde encontramos referências às *Metamorfoses* de Ovídio e às *Instituições divinas* de Lactâncio, ambas em seu diálogo *Ropicañnefma*, de 1532. Da menção ao apologeta cristão foi I. S. Révah quem nos chamou a atenção onde lemos:

A alma, enquanto está retida em o cárcere do corpo, sentindo corruptas paixões, dá lugar às mortais dores. Mas tanto que o corpo é corrompido e ela acha a liberdade, é levada ao céu, onde está eternamente sem pena, porque assim o despôs a divina Providência (BARROS, 1983, p. 61).

Para Révah, o excerto nos remete ao sétimo livro das *Instituições divinas*: mais especificamente, é possível sugerir que a transcrição refere-se ao capítulo sobre a imortalidade da alma. Todavia, além da menção a Lactâncio em sua discussão a respeito da imortalidade da alma, Barros também faz referência literal a Ovídio ao anotar: “Deu o Fabricador de todas as coisas ao homem rosto alto e mandou-lhe contemplar o céu; não o fez, como os outros animais, com ele derrubado, curvo e posto na terra” (BARROS, 1983, p. 61). O que podemos notar, portanto, é sua necessidade em demarcar a fronteira entre homens e animais. Em suma, Barros estende à esfera planetária o artifício de uma Antiguidade religiosa de notável eficácia na demarcação das diferenças. Artifício reconhecido pela antropologia contemporânea, e que levaria Edmund Leach a admitir a inexistência de “uma linha de demarcação nítida entre a Natureza e a Cultura” (LEACH, 1985, p. 139).

O debate a respeito das diferenças entre os homens e os animais nos remete às discussões sobre a própria origem da espécie humana e colabora na construção de uma doutrina em que transparecem as exigências sociais cristãs. Segundo Adone Agnolin:

O século IV representa [...] o marco de uma cristandade que adquire uma forma histórica caracterizada pela unidade

doutrinária e eclesiástica, fundamentada no caráter majoritário e, por consequência, necessariamente sujeita a fracassos minoritários que adquirem o nome de heresias ou cismas (AGNOLIN, 2007, p. 131).

Além disso, assinala a histórica relação que se estabeleceu entre a esfera religiosa e a esfera política. Ainda que seja possível especificarmos que o peso da pregação cristã como fonte de inspiração das reflexões sobre o poder tenha alcançado seu ápice entre os séculos V e XII, não podemos perder de vista que o plano político e religioso permaneceriam entrelaçados mesmo após a renovação da filosofia e do direito levada a cabo pelos humanistas (NAY, 2007).

Uma vez que nosso interesse é indagar a respeito dos pressupostos inerentes às ideias que acompanharam a formação do mundo moderno e a composição de um imaginário em escala planetária, importa observar que a histórica relação estabelecida entre religião e política foi acompanhada por uma desconfiança judaico-cristã em relação ao poder laico: enquanto gregos e romanos confiavam nas virtudes cívicas e na organização da cidade como espaço de realização do cidadão, os homens da *Bíblia* desprezavam os poderes temporais com a certeza de que a justiça era um assunto fundamentalmente divino. Além disso, entendiam a cidade como lugar de devassidão e corrupção (NAY, 2007). Quando nos deparamos com o ideário do cristianismo primitivo, segundo o qual a boa direção dos assuntos civis deve ser entregue ao homem por sua capacidade de fazer o uso da razão – dentro de uma significativa articulação com sua capacidade de contemplar e imitar a Deus em diferenciação das bestas –, estamos nos defrontando, em última instância, com o ideal de cidadão – bem como de seu oposto, o bárbaro – concebido por Aristóteles em sua *Política* (325 a.C.), todavia, já revestido pelos fundamentos doutrinários da religião cristã. Em síntese, “a ‘cidade de Deus’ é potencialmente aberta a todas as gentes e a ‘doctrina christiana’ compatibilizou, de fato, todas as elaborações universalistas da Antiguidade pagã, da filosofia grega ao direito romano” (GASBARRO, 2006, p. 76). Especificamente no que tange à diferenciação entre o bárbaro e o cidadão, a autoridade das sagradas escrituras e do pensamento

patrístico se articulam a um pensamento de orientação filosófica preponderantemente aristotélica.

Como vimos, para o apologeta Minúcio Félix, a capacidade do uso racional do corpo e da palavra, credenciam o homem a dirigir os assuntos civis da “cidade comum a todos que é o mundo” (FÉLIX, 2000, p. 84). A estabilização desta concepção foi mediada pela filosofia Patrística que se desdobra da noção desenhada por Aristóteles em sua *Política*, segundo a qual o homem é um animal cívico. Em suma, o Estagirita argumenta que a dependência mútua inscreve a vida social nos desígnios da natureza, de modo que estando a cidade na natureza, o homem é naturalmente feito para a vida política: por ser um animal cívico o homem foi agraciado com o dom da fala, elemento articulador de toda a sociedade civil. Em linhas gerais, sua ideia é de que nenhum homem pode bastar-se por si mesmo e aquele que não depende de outros homens, ou é um deus, ou um bruto. Em síntese, a fala projeta o homem no plano da vida política (ARISTÓTELES, 2006).

Ainda segundo o filósofo grego, este pressuposto hierarquizador é uma resposta natural da sociedade, que para sua autoconservação demanda uma estrutura na qual alguém exerce a função de comando, enquanto outro submete-se. Ou seja, todos estão marcados desde seu nascimento para o comando, ou para a submissão. É desígnio da natureza que os mais inteligentes comandem aqueles que não possam contribuir com nada além do trabalho do seu corpo para a prosperidade comum: “todos os que não têm nada melhor para nos oferecer de que o uso de seus corpos e de seus membros são condenados pela natureza à escravidão” (ARISTÓTELES, 2006, p. 13), argumenta. Entretanto, ainda em sua perspectiva, o mando é tão mais nobre quanto mais elevado é o súdito: mais vale comandar homens do que animais, escreve em sua *Política* (ARISTÓTELES, 2006, p. 13). É sob esta perspectiva que devemos compreender a ideia de que o príncipe é tido como o rei dos costumes, tal como sugere mais uma vez João de Barros em sua *Ropica pñesma*:

Lugares, homens, costumes, muitos têm o cunho do rei que os enobreceu. De onde vieram fidalguias e trajas, se não do

gosto que os reis tiveram deles: Sempre se disse: ‘Tal rei folgava em tal lugar, fez tal casta honrada, era monteiro, vestia as armas, estimava as letras e outros exercícios, prazer de sua vida’. Reina outro, e desfaz quanto este fez. Todos vêm interpolados: um guerreiro, outro pacífico; um cobiçoso, outro liberal; um previsto, outro inábil. Isso é geral: províncias, reinos, cidades, homens, costumes, todos têm sua vez, sua frol, seu princípio e seu fim. E bem-aventurado o príncipe em cujo tempo floresceram coisas de louvor e homens de perfeita vida medraram, cá é sinal da perfeição da sua. *Não há mister mais célebre à coroa que os costumes de seus povos*, porque tal será o rei quais eles forem, por ser um espírito potencial da sua república (BARROS, 1983, p. 139).¹³

O sentido da assertiva de João de Barros é inerente à natureza das circunstâncias de sua formulação. Efetivamente, a centralização de poder decorrente do processo de formação dos Estados está associado à disciplina social dos súditos. Segundo Gerhard Oestreich, “a ideia do bem comum e da boa polícia liga-se estreitamente com a ideia de disciplina” (OESTREICH, s.d., p. 196). Em síntese, ao passo que a distinção de um reino encontra-se, também, na qualidade de seus súditos, a própria dignidade do soberano define-se pela qualidade de seus povos. Daí o papel moral-pedagógico e disciplinador do príncipe.

O papel moral-pedagógico atribuído ao príncipe é perceptível no *Panegírico do Rei Dom João III*, escrito por João de Barros. Neste encômio, que foi lido em Évora para o rei no ano de 1533, o autor das *Décadas da Ásia* assinala que “é o verdadeiro ofício do rei” inventar “novas e proveitosas leis” (BARROS, 1943, p. 5)¹⁴ inspiradas por Deus, uma vez que “V. Alteza [...] traz todos seus pensamentos em Deus. Este é a verdadeira lei, e deste nasce a verdadeira justiça” (BARROS, 1943, p. 11). Em síntese, Barros não separa o papel do príncipe das motivações religiosas, uma vez que Dom João III é responsável tanto pela paz na república, quanto pela difusão da fé cristã: “Qual príncipe converteu à Fé de Cristo tantas províncias, tanta multidão de almas, cuja bem-aventurança não pode deixar de ser comunicada com a causa dela?” (BARROS, 1943, p. 38), pergunta-se o humanista em seu encômio. Tendo em vista que sob o

prisma de Barros, por um lado, as repúblicas poderiam se governar tanto pelas leis quanto pelos bons costumes, e por outro, que os costumes eram mais antigos que as leis, importa considerar que ao soberano, caberia a difusão – e conservação – de ambos, visto que “[...] leis e bons costumes eram necessários para a conservação da boa república” (BARROS, 1943, p. 15).

Ao passo que a dignidade do soberano é definida, também, pelos costumes de seus súditos, é importante considerar que o surgimento dos primeiros impérios modernos foram acompanhados pela necessidade de incorporar novos espaços habitados por populações culturalmente distintas e adeptas das mais diversas crenças e costumes. Sobre o assunto, John H. Elliott chamou nossa atenção para a existência de monarquias caracteristicamente compósitas no âmbito da dinâmica da formação dos estados europeus modernos. Envolvendo, muitas vezes, uma miríade de povos e territórios, a manutenção destas monarquias dependia da observância de suas leis e costumes em um ambiente marcadamente descontínuo e heterogêneo: desse modo, a continuidade seria forjada em termos religiosos – e simultaneamente civis –, o que permitiria a configuração de uma unidade relativa para o Estado (ELLIOTT, 1992). Por outro lado, uma vez que o governo depende, também, do consenso do governado, é imperativo que se respeite minimamente a cultura local (PAGDEN, 2002). Por isso, no caso de uma monarquia católica como a portuguesa, cujo poder fundamentava-se também na religião, o universalismo cristão permitiu a inclusão da diversidade. Sem dúvida, é preciso assinalar que é a possibilidade de conversão à fé que marca a diferença entre a figura do bárbaro para um cristão do século XVI e a figura do bárbaro da época helenística, enfim, a diferença entre a “*congregatio fidelium*” e o “*oikuméne*”:

[...] enquanto o *oikuméne* era um mundo completamente fechado, a cristandade não era. O mito cristão de um só progenitor para toda a humanidade e a crença cristã na perfeição do plano divino para o mundo natural fizeram que a unidade do gênero *homo sapiens* fosse essencial para a antropologia e para a teologia, como o havia sido para a biologia grega (PAGDEN, 1988, p. 40).¹⁵

Ainda que nosso enfoque não incida sobre a retórica da alteridade, é relevante atentarmos à figuração do bárbaro, todavia associada à predisposição pela unidade característica do horizonte inclusivo que está na matriz da experiência estatal moderna. Uma vez que a modernidade se identifica com os procedimentos de disciplinamento social promovidos pelo Estado moderno (TARANTO, 2006), nosso interesse é assinalar que a dimensão defectiva inerente às ideias etnográficas da primeira modernidade pressupõem sujeição e subordinação política. Este movimento ecoa na formulação da ideia de soberania feita por Jean Bodin n' *Os seis livros da República* (1576), definida em termos de superioridade, como “o maior poder a comandar” (BODIN, 2011, p. 196).

Em síntese, o pressuposto de subordinação aponta para os defeitos que devem ser corrigidos por meio da normatização dos modos de fazer e de todos os procedimentos de disciplinamento em sentido mais amplo, o que garante o distanciamento do soberano frente aos diferentes grupos sociais, bem como o respeito à ordem social. Por sua vez, a experiência Ibérica assinala um primeiro movimento neste sentido, de modo que as descrições de um autor como João de Barros, “ideólogo” do Império Português, apresentam-se articuladas ao empreendimento espiritual que acompanha os interesses da monarquia portuguesa. A construção de pontes cognitivas no contexto da mobilização ibérica engendrou esteriótipos que nortearão divisões políticas e culturais que atingirão sua forma mais bem acabada no mundo contemporâneo.

Significativa, neste sentido, é a descrição de Moçambique feita por Barros, que a apresenta como um “pedaço de terra torneado de água salgada com que fica em ilha, tudo terra baixa e alagadiça”, um lugar “doentio e bárbaro” em que ficou “sepultada a maior parte da gente” de uma armada que ali fizera escala para invernar. Indício evidente da pobreza de sua cultura material, suas “casas eram palhoças”, sendo que as únicas construções “de taipa com eirados por cima”, eram a Mesquita e as casas do Xequê (BARROS, 1778, p. 296). Ainda neste sentido, importa recuperar a descrição que o autor português faz da comarca de Teroa, região pertencente ao reino de Sofala habitada por uma gente que “é muito bárbara e todas suas casas são de madeira” (BARROS, 1777, p. 379).

A ideia de que as faculdades intelectuais definiam a conduta moral e a capacidade de governo era comum no imaginário europeu do século XVI (PAGDEN, 1988). Com isso, a incapacidade política figura paralelamente à imagem do bárbaro e sua pobreza material.

De fato, as considerações de João de Barros a respeito da escolha do local para as construções e suas técnicas acenam para os limites da vida política local, tal como a região do Zanguebar, cuja aspereza da terra dificulta a habitação de gente política. O historiador anota que na região até mesmo os “animais, aves, frutas e sementes, tudo responde à barbaria da gente em serem feras e agrestes”, por ser “áspera e estéril terra para habitação de gente política” (BARROS, 1777, p. 210). É diante da incapacidade de transformar seu meio, que o homem agreste se opõe ao político. Neste sentido, caso emblemático, também são os beduínos, considerados bárbaros por aqueles que “habitam cidades e povoações políticas” (BARROS, 1777, p. 210).

Por sua vez, os habitantes da Guiné também eram considerados bárbaros pelo cronista português:

Neste tempo o negócio de Guiné andava já corrente entre os nossos e os moradores daquelas partes, e uns com os outros se comunicavam nas coisas do comércio com paz e amor, sem aquelas entradas e saltos de roubos de guerra que no princípio houve. O que não pôde ser de outra maneira, principalmente acerca de gente tão agreste e bárbara, assim em lei e costumes, como no uso das coisas desta nossa Europa (BARROS, 1778, p. 141).

O caso da Guiné merece atenção especial quando nos lembramos que o título de “Senhor da Guiné” fora incorporado pelos Avis desde Dom João II. Se, como vimos argumentando, a qualidade e a boa fama da coroa depende também dos costumes de seus súditos, que interesse poderia haver por parte do reino de Portugal na incorporação desse título? A resposta está no comércio, visto que “o negócio de Guiné andava já corrente”: definitivamente, ainda que a cobiça e os interesses estritamente materiais fossem condenáveis, o comércio era compreendido como fundamento de boa política; “o comércio e comutação, [...] é o meio pelo qual se concilia

e trata a paz e amor entre todos os homens, por este comércio ser o fundamento de toda a humana polícia” (BARROS, 1778, p. 385). O comércio é um eficiente instrumento de comunicação e o trato da Guiné estava no escopo português a muito tempo e foi explorado de formas diversas (THOMAZ, 1994). Diante disso, mesmo considerado bárbaros:

[...] depois que tiveram alguma notícia da verdade pelos benefícios que recebiam, assim na alma como no entendimento, e coisas para seus usos, ficaram tão domésticos, que não havia mais que partirem os navios deste reino, e, chegados a seus portos, concorriam muitos povos do sertão ao comércio de nossas mercadorias, que lhe davam a troco de almas, as quais mais vinham receber salvação que cativoiro (BARROS, 1778, p. 141-142).

De fato, o número de cristãos na Guiné esteve em crescimento permanente ao longo dos primeiros séculos da presença portuguesa (CALDEIRA; NEVES, 2005). Entretanto, os benefícios que recebia a gente da Guiné não se limitavam à alma, mas compreendiam também o entendimento e as coisas de uso: o proveito das relações com os portugueses não se esgotava na esfera religiosa, uma vez que a salvação da alma haveria de ser acompanhada de uma “melhoria” significativa em todos os níveis da vida material. Sem dúvida, no século XVI, a economia não apenas tinha origem nas relações políticas mas situava-se dentro delas.¹⁶

Como apontamos, a cultura material era claro indício de vida política e boa polícia, de modo que as edificações ocupavam espaço notável na identificação das diferenças. Malaca é exemplar neste sentido, uma vez que foi considerada pelo cronista como “das mais populosas e de maior polícia em edifícios de todo o Mundo” (BARROS, 1777a, p. 14). Os artifícios de codificação que acompanham o fenômeno da mundialização definem um campo de circulação de ideias, juízos e esteriótipos elaborados a partir de um parâmetro hierárquico da diversidade de povos e culturas dos mais diversos lugares do mundo. No horizonte inclusivo da experiência estatal moderna, importa identificar o bárbaro para que seja

transformado em homem político. Entretanto, a identificação do bárbaro define-se também pela homologia em face do imperativo da unidade do gênero humano inerente ao ecumenismo cristão. É isto o que permite ao cronista estabelecer uma relação de continuidade entre ocidente e oriente, tal como já observou Zoltán Biedermann em sugestivo artigo (BIEDERMANN, 2003).

Na crônica de João de Barros a homologia ganha contornos bem definidos no que se refere à China. Se a construção de pontes entre as quatro partes do mundo demanda a confecção de um inventário das diferenças, vale notar que apresenta também pontos em comum (GRUZINSKI, 2014). Em síntese, o cronista compara os chineses aos gregos e romanos sendo que os primeiros poderiam ser considerados ainda mais prudentes na construção de seu império, uma vez que de acordo com o historiador quinhentista, “tiveram maior prudência que os gregos, cartagineses e romanos; os quais, por causa de conquistar terras alheias, tanto se alongaram da pátria, que a vieram perder; porém os chineses não quiseram experimentar este total dano” (BARROS, 1777b, p. 196). A comparação entre chineses e gregos foi oportunamente assinalada por Antônio José Saraiva, que nos atentou para a efetiva conotação de tal recurso. Para ele, este confronto denota substantiva aproximação com o ideal de Antiguidade e tudo o que ele representou no contexto intelectual do Renascimento. Em vista disso, conclui: “como elogio e manifestação de admiração, era o máximo que de um humanista se podia esperar” (SARAIVA, 1972, p. 352).

O sentido da comparação estabelecida pelo cronista não prescinde da natureza das circunstâncias em que foi formulada, ou seja, um contexto intelectual que vive sob o signo da *imitatio*. De fato, como sugeriu Zoltán Biedermann, ao passo que a China podia servir de exemplo para o leitor português, é porque os fenômenos da vida social eram compreendidos como essencialmente semelhantes nas diversas regiões do globo (2003). E a comparação não pára por aí. Luís Filipe F. R. Thomaz sugere haver um diálogo entre os soberanos da China e de Portugal que mais parecia “uma conversa de surdos”, em face das pretensões universalistas de ambos. Diante disso, o historiador atenta para a autorrepresentação do imperador chinês:

Figurava-se o céu como um círculo, a terra como um quadrado; a projeção do céu na terra era a China, os quatro cantos o país dos bárbaros, que assim quedavam privados dos eflúvios celestes e prisioneiros da sua própria barbárie; se logravam escapar-lhe um pouco, era na medida em que vinham sorver à China as migalhas de civilidade que tombavam da mesa do Filho do Céu, a quem tinham, por isso, o dever de mandar embaixadas, a prestar tributo e vassalagem (THOMAZ, 1998, p. 88).

A China era de fato um lugar político segundo João de Barros, uma vez que seu rei, “em terra, povo, potência, riqueza e polícia é mais que todos estes outros” (BARROS, 1777, p. 320). Em suma, a noção de política sugere uma efetiva possibilidade de comparação. Por sua vez, esta comparação reside em um procedimento que opera um instrumental atrelado à especificidade do contexto intelectual português do século XVI. Se existe, de fato, alguma admiração por parte de João de Barros, ela está longe de aceitar a relatividade de sua civilização, mas se deve, principalmente, ao fato de que, para ele, as relações econômicas encontram-se no interior das relações políticas e obedecem a uma lógica que denota a possibilidade de compartilhar um imaginário comum e estabelecer pontes efetivas entre as diferentes civilizações em relação. Esta ponte é o reconhecimento dos limites do exercício do poder a partir daquilo que poderíamos chamar com muitas reservas de “soberania nacional”: definitivamente, as relações econômicas entre portugueses e chineses só foram levadas a efeito “sob as condições estabelecidas pelas autoridades chinesas e não por aquelas impostas” pelos portugueses (BOXER, 2002, p. 64).

Por fim, ainda que partilhando de uma origem comum – ou seja, o pressuposto da unidade do gênero humano –, bem como da efetiva possibilidade de comunicação – principalmente por meio do comércio –, a configuração das diferenças orienta-se por meio de uma opressão simbólica sistematicamente veiculada pelos pressupostos hierarquizadores que norteiam a estruturação das relações nos mais diversos espaços de interação descritos pelo historiador quinhentista. Contudo, encontram homologia na esfera do poder,

ou seja, nos limites à ingerência. Todavia, o reconhecimento dos limites do exercício do poder não se desdobra na admiração por outras civilizações como sugeriu Saraiva, mas sim em um ímpeto normatizador. Exemplo significativo, neste sentido, é a proposta pedagógica veiculada literalmente por João de Barros tanto em suas gramáticas, quanto em sua defesa da linguagem: franco tributário de Coluccio Salutati, para quem o conhecimento dos rudimentos gramaticais e do uso da língua seria a porta de entrada de todo discernimento espiritual e apreensão da palavra de Deus (GARIN, 1993), Barros compreende a necessidade estratégica de levar a efeito um procedimento de aculturação elementar (ROCHE, 2001) através da alfabetização infantil em português, “por ser o primeiro leite de sua criação” (BARROS, 1540, p. 1):

As armas e padrões portugueses postos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da terra, materiais são, e pode-as o tempo gastar, porém não gastará doutrina, costumes, *linguagem, que os portugueses nesta terra deixarem* (BARROS, 2007, p. 53).¹⁷

Evidência notória do binômio língua e império, notemos que os portugueses é que haveriam de deixar suas marcas na esfera dos costumes, o que denota tanto pretensão ao direcionamento espiritual, quanto procedimento de segregação. Com efeito, a incorporação de costumes diversos implicaria degeneração, conhecida como barbarismo no caso específico da linguagem, compreendido como um “vício que se comete na escritura [...] ou na pronúncia”, o qual em nenhuma outra parte da terra se cometia tanto quanto no reino de Portugal, “por causa das muitas nações que trouxemos ao jugo de nosso serviço” (BARROS, 1540, p. 34). Efetivamente, a mundialização ibérica define um campo de circulação de ideias a partir de um viés hierarquizador que reserva espaço de relevância tanto à cultura material quanto à linguagem, sendo esta última considerada o artifício da vida política por excelência. Ainda que a comparação com os antigos possa revelar alguma admiração e reconhecimento por uma civilização não europeia, vale lembrar que ela é sincrônica à veiculação de esteriótipos por meio da língua no

interior da sociedade portuguesa. É imperativo sublinhar que seriam principalmente as variações locais no uso da fala que instrumentalizaria a violência simbólica inerente às diferenças que eram tecidas a partir de uma pretensa relação de subordinação dos locais onde não se reproduzisse fielmente a cultura lusa, notavelmente a língua portuguesa: “por que bem como os gregos e Roma haviam por bárbaras todas as outras nações estranhas a eles, por não poderem formar sua linguagem: assim nós podemos dizer que as nações de África, Guiné, Ásia, Brasil, barbarizam quando querem imitar a nossa” (BARROS, 1540, p. 34).

Considerações finais

Em síntese, podemos concluir que a necessidade de sujeição política foi a tônica dominante da mundialização levada a cabo pelos povos ibéricos ao longo da primeira modernidade. Esta necessidade fica evidente quando atentamos para o horizonte intelectual de uma sociedade que se entendia cosmologicamente ordenada e naturalmente estabilizada. Foi este o contexto intelectual que definiu a eficácia dos artifícios de codificação inerentes à relação de continuidade que se instaurou entre as diversas sociedades e culturas do mundo.

Em vista disso, o sentido de hierarquização subjacente à codificação das diferenças apresenta, também, pontos em comum. O caráter inclusivo compartilhado pelos enunciados dos letrados aqui apresentados não pode perder de vista os pressupostos de disciplinamento social inerentes à formação do Estado moderno. Neste sentido, vale lembrar que, em oposição à tirania, o justo governo depende do consentimento do governado. Ainda assim, a manutenção das incipientes formações estatais dependia da observância de suas leis e costumes em um ambiente marcadamente descontínuo e heterogêneo. Daí um acervo de referências intelectuais orientado por uma perspectiva de conjunto coerente com um empreendimento espiritual que se estendia à esfera planetária, a partir de uma histórica relação estabelecida entre religião e política.

THE FIRST MODERNITY AND ITS INTELLECTUAL CONTEXT: POLITICAL SUBORDINATION AND MUNDIALIZATION

Abstract: The purpose of this article is to study the formation of the modern world and its intellectual context. Considering that the idea of social order marked the European imaginary of the first modernity, we focus on the presence of judgments and stereotypes in literary production of the Iberian writers of the Renaissance. This literature takes us back to primitive Christianity, a consistent intellectual reference to the spiritual purposes of Iberian mundialization. Thus, we see that the ethnological thought of the first modernity is heir to the patristic thought, but is also linked to the experience of the formation of the modern state. In conclusion, we observed that the political subjection was the dominant tone of the mundialization.

Keywords: Iberian mundialization. Primitive christianity. Political subordination.

Notas

¹Este texto, acrescido de modificações, se desdobra de nossa tese de doutorado, defendida no Departamento de História da USP, em 2013, e que contou com o financiamento da FAPESP. Por sua vez, as modificações do texto foram elaboradas no âmbito das atividades do Laboratório de Estudos de História das Ideias e Contextos Intelectuais (LEHICON) da UFV, e do desenvolvimento do projeto *A vocação imperial e o reino imaginário: a linguagem política portuguesa nos governos de D. Manuel e D. João III (1495-1557)*, que conta com financiamento do CNPq.

² A tradução do espanhol foi feita por mim. Os grifos são meus.

³ A “primeira década”, cujo título é *Ásia de João de Barros, dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* foi editada em 1552, enquanto a *Segunda década da Ásia de João de Barros* e a *Terceira década da Ásia de João de Barros* foram publicadas, respectivamente, em 1553 e 1563. A *Quarta década da Ásia de João de Barros* foi publicada em 1615, por João Batista Lavanha, a partir dos manuscritos de João de Barros.

⁴ Os grifos são meus. Optamos pela atualização da grafia nas transcrições uma vez que o valor semântico das palavras não fica comprometido para nosso propósito. A grafia foi atualizada por mim.

⁵ Os grifos são meus.

⁶ Vale aqui a referência a outros estudos que nos remetem a esta problemática; DUCHET, M. *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel, 1995; FERGUSON, A. B. *Utter Antiquity: perception of Prehistory in Renaissance England*. Durham: Duke University Press, 1993.

⁷ A tradução foi feita por mim.

⁸ A tradução foi feita por mim.

⁹ A tradução foi feita por mim.

¹⁰ A tradução foi feita por mim. Cf. tbm. GOODRUM, 2002.

¹¹ A tradução foi feita por mim. Cf. tbm. GOODRUM, 2002.

¹² Disponível em: <<http://pinacotecabrera.org/en/collezione-online/opere/heraclitus-and-democritus/>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

¹³ O grifo é meu.

¹⁴ É válida a comparação da formulação de João de Barros com a de Nicolau Maquiavel, segundo a qual, “nunca coisa nenhuma deu tanta honra a um governante novo como as novas leis e regulamentos que elaborasse” (MAQUIAVEL, 1996, p. 137).

¹⁵ A tradução foi feita por mim.

¹⁶ Para esta inferência, cf. GODELIER, 1995.

¹⁷ O grifo é meu.

Referências

ABULAFIA, David. *The Discovery of mankind*. Atlantic encounters in the age of Columbus. New Haven, CT: Yale University Press, 2008.

ACOSTA, José de. *Historia natural y moral de las Indias*. Estudio preliminar de Edmundo O’Gorman. México: Fondo de Cultura Económica, 1962.

AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi* (séculos XVI-XVII). São Paulo: Humanitas Editorial, 2007.

ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Roberto Leal ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARROS, João de. *Da Asia de João de Barros e de Diogo de Couto*. Da Asia de João de Barros dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente. Decada Primeira. Parte Primeira. Nova Edição oferecida a sua Magestade D. Maria I. Rainha Fidelíssima. Lisboa: Na Régia Officina Typografica, 1778.

_____. *Da Asia de João de Barros dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente*. Decada Primeira. Parte Segunda. Lisboa: Na Régia Officina Typografica, 1777.

_____. *Da Asia de João de Barros dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento*

dos mares e terras do Oriente. Decada Segunda. Parte Segunda. Lisboa: Na Régia Officina Typografica, 1777a.

_____. *Da Asia de João de Barros dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento dos mares e terras do Oriente*. Decada Terceira. Parte Primeira. Lisboa: Na Régia Officina Typografica, 1777b.

_____. *Grammatica da língua Portuguesa*. Olyssipone: Lodouicum Rotorigiu Typographum: M.D.X.L. (1540).

_____. *Panegíricos* (Panegírico de D. João III e da Infanta D. Maria). Texto restituído, prefaciado e notas pelo prof. M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1943.

_____. *Ropicaþnefma*. Reprodução fac-similada da edição de 1532. Leitura modernizada, notas e estudo de I. S. Révah. 2 v. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983.

_____. Diálogo em louvor da nossa linguagem. In: *Diálogos em defesa e louvor da Língua Portuguesa*. Edição, introdução e notas Sheila Moura Hue. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

BASIL. The Hexaameron. In: *Nicene and post-Nicene Fathers*. Basil: Letters and Select Works. Second Series. Peabody, Mass: Hendrickson Publishers, 2004.

Bíblia de Jerusalém. Nova edição revista e ampliada. Gilberto da Silva Gorgulho et al. (Coord.). Tradução do texto em língua portuguesa diretamente dos originais. Tradução das introduções e notas de *La Bible de Jérusalem*, edição em língua francesa. São Paulo: Paulus, 2003.

BIEDERMANN, Zoltán. Nos primórdios da antropologia moderna: a Ásia de João de Barros. *Anais de História de Além-Mar*, v. IV, p. 29-61, 2003.

BODIN, Jean. *Os seis livros da República*. Livro Primeiro. Tradução, introdução e notas, José Carlos Orsi Morel; revisão técnica da tradução, José Ignacio Coelho Mendes Neto. São Paulo: Ícone, 2011.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415 – 1825*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAMANTE, Donato (Donato di Pascuccio). *Heraclitus and Democritus*. Fresco transferred to canvas, 1490 – 1492. Disponível em: <<http://pinacotecabrera.org/en/collezione-online/opere/heraclitus-and-democritus/>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

CALDEIRA, Arlindo Manuel; NEVES, Carlos Agostinho das. A Igreja e a cultura. In: SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. (Dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. A Colonização Atlântica. v. III, t. 2. Coord. Artur Teodoro de Matos. Lisboa: Editorial Estampa, 2005.

CHÂTELET, Noëlle. *La aventura de comer*. Trad. Isabel Izquierdo. Madrid: Ediciones Júcar, 1985.

CICÉRON. *De la nature des dieux*. Traduction nouvelle avec des notice et notes par Charles Appuhn. Paris: Librairie Garnier Frères, 1935.

CLÉMENT D'ALEXANDRIE. *Les Stromates*. Introduction, texte critique et notes par Annewies Van Den Hoek. Traduction de Claude Mondésert, s. j. Paris: Les Éditions du Cerf, 2001.

COLOT, Blandine. Lactance, le 'Cicéron chretien': transmission des textes et contextes. In: BRIZAY, François et SARRAZIN, Véronique (sous la direction de). *Érudition et culture savant*. De l'Antiquité à l'époque moderne. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015.

DÉMOCRITE. *L'atomisme ancien*. Fragments et témoignages. Textes traduits par Maurice Solovine. Révision de la traduction, introduction et commentaires de Pierre-Marie Morel. Paris: Pocket, 1993.

DUCHET, M. *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel, 1995.

ELLIOTT, J. H. A Europe of Composite Monarchies. *Past and Present*, n. 137, The Cultural and Political Construction of Europe. p. 48-71, nov. 1992.

_____. *O velho mundo e o novo 1492-1650*. Trad. Maria Lucília Filipe. Lisboa: Querco, 1984.

FÉLIX, Minucio. *Octavio*. Introducción, traducción y notas de Víctor Sanz Santacruz. Madrid: Ciudad Nueva, 2000.

FERGUSON, A. B. *Utter Antiquity: perception of Prehistory in Renaissance England*. Durham: Duke University Press, 1993.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Então você pensa que é humano?* Uma breve história da humanidade. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FOUCAULT, Michel. Tecnologias de si, 1982. *Verve*: Revista Semestral do NUSOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Trad. Andre Degenszajn. PUC-SP, n. 6, p. 321-360, out. 2004.

GARIN, Eugenio. *L'umanesimo italiano*. Filosofia e vita civile nel Rinascimento. Roma: Editori Laterza, 1993.

- GASBARRO, Nicola. Missões: a civilização cristã em ação. In: MONTERO, Paula (Org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006.
- GODELIER, Maurice. Economia. In: *Enciclopédia Einaudi*. v. 28. Produção/Distribuição – Excedente. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995.
- GOODRUM, M. R. Biblical anthropology and the Idea of human Prehistory in Late Antiquity. In: *History and Anthropology*. v. 13, n. 2, p. 69-78, 2002.
- GREGORY OF NYSSA. On the making of man. In: *Nicene and post-Nicene Fathers*. Gregory of Nyssa: Dogmatic Treatises, etc. Second Series. Peabody, Mass: Hendrickson Publishers, 2004.
- GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo*. História de uma mundialização. Trad. Cleonica Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.
- HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica grega e latina*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- HESPANHA, António M. As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna. In: TENGARRINHA, J. (Org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; PORTUGAL, PT: Instituto Camões, 2001.
- _____. *Imbecillitas*. As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.
- HODGEN, M. T. *Early anthropology in the sixteenth and seventeenth centuries*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1964.
- LACTANCE. *Institutiones Divines*. Livre II. Introduction, texte critique, traduction et notes par Pierre Monat. Paris, Éditions du Cerf, 1987.
- LEACH, Edmund. Etnocentrismos. In: *Enciclopédia Einaudi*. v. 5. Anthropos – Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Escritos Políticos. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- MONTANARI, Massimo. *A fome e a abundância: história da alimentação na Europa*. Trad. Andréa Doré. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- MORESCHINI, Claudio e NORELLI, Enrico. *História da literatura cristã antiga grega e latina*. 3 v. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Edições Loyola, 2000 (v. II e III); 2014 (v. I).
- NAY, Olivier. *História das ideias políticas*. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OESTREICH, G. Problemas estruturais do absolutismo europeu. In: HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. (colectânea de textos). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, s.d.

OVÍDIO. *Metamorfoses*. Trad. Bocage. São Paulo: Hedra, 2007.

PAGDEN, Anthony. *La caída del hombre natural*. El índio americano y los orígenes de la etnología comparativa. Trad. Belén Urrutia Domínguez. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

_____. *Povos e impérios: uma história de migrações e conquistas, da Grécia até a atualidade*. Trad. Marta Miranda O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

RÉVAH, I. S. 'Antiquité et christianisme', 'anciens et modernes' dans l'oeuvre de João de Barros. *Revue philosophique de la France et de l'étranger*, n. 92, Paris, p. 165-185, 1967.

ROCHE, Daniel. As práticas de escrita nas cidades francesas do século XVIII. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

RUBIÉS, Joan-Pau. *Travel and ethnology in the Renaissance*. South India through European Eyes, 1250-1625. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SARAIVA, António José. *Para a História da Cultura em Portugal*. v. II. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.

TARANTO, Domenico. Tomás Morus (1478-1535), Tomás Campanela (1568-1639): o eudemonismo utópico. In: CAILLÉ, Alain et al. (Org.) *História argumentada da filosofia moral e política*. A felicidade e o útil. Trad. Alessandro Zir. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2006.

The Catholic Encyclopedia. s.d. Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/>>. Acesso em: 3 set. 2016.

THOMAZ, Luis Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa, Difel: 1994.

_____. Introdução. In: MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). *História dos portugueses no extremo oriente*. v. 1, t. I. Em torno de Macau. Lisboa: Fundação Oriente, 1998.

VALERI, Renée. Alimentação. In: *Enciclopédia Einaudi*. v. 16. Homo-Domesticação/Cultura material. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

Recebido em: 12/10/2016

Aprovado em: 01/03/2017

El arbitrio de la hierba “provechosa” del Paraguay de 1637. Experiencia y práctica en la construcción de saberes locales de Indias a través del Atlántico

Fernando Bouza*

Resumen: La propuesta de establecer una imposición nueva sobre el consumo de hierba mate paraguaya en 1637 permite analizar los mecanismos por los que el gobierno hispano de Indias tomaba algunas de sus decisiones a mediados del siglo XVII a partir de la construcción de un saber local basado en un conocimiento práctico y experimentado. La búsqueda de personas que pudiesen testimoniar dicho conocimiento se convertía en una exigencia en unos momentos en los que los criollos americanos pretendían ingresar por derecho propio en el Consejo de Indias. Al mismo tiempo, se ofrecen noticias hasta ahora inéditas sobre la producción, la distribución y el consumo de hierba mate desde Paraguay, Río de la Plata y Perú hasta alcanzar incluso el lejano mercado de la corte de los Austrias hispanos.

Palabras clave: Saberes locales. Saberes prácticos. Gobierno de Indias. Paraguay. Yerba mate (*Ilex Paraguaiensis*).

El padre Antonio Ruiz de Montoya viajó en 1637 a la corte de Madrid como procurador de la Compañía de Jesús en Paraguay

* Professor Doutor Catedrático em História Moderna da Universidad Complutense de Madrid. E-mail: ortegal@ghis.ucm.es

y regresó a las Indias en 1643 habiendo desarrollado importantes labores de mediación en Madrid, ante los órganos de despacho y gobierno de la Monarquía y ante el propio rey Felipe IV¹ (ROUIL-LON ARRÓSPIDE, 1997; AGUILAR, 2002; FEITLER, 2007). En el marco de esta imponente actividad desarrollada en la corte también hubo, por supuesto, un capítulo tipográfico (PALOMO, 2016).

Además de dar a la imprenta varios memoriales sobre los “agravios” paulistas² (FEITLER, 2007) y su resonante *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape*³, Ruiz de Montoya publicó cuatro obras sobre la lengua guaraní (NEUMANN, 2015), cuyos manuscritos había traído consigo a Europa desde América, pues las aprobaciones eclesiástica y de su orden están fechadas en Buenos Aires en 1637. Se trataba, obviamente, del *Tesoro*⁴, el *Catecismo*⁵ y el doble *Arte y vocabulario de la lengua guaraní*⁶ para los que el jesuita había obtenido privilegio real único por un período de diez años (Madrid, 25 de marzo de 1639).

Aunque puestos al amparo del mismo privilegio, los cuatro títulos salieron de dos oficinas tipográficas distintas, formando tres volúmenes con sus propios pies de imprenta. Pese a ello, aparecieron con idénticas aprobaciones del Provincial de la Compañía y del Vicariato en Buenos Aires (4 de octubre de 1637), así como con la licencia del vicariato madrileño (14 de febrero de 1639) y con la aprobación a propuesta del Consejo de Castilla que Lourenço de Mendonça, Prelado de Río de Janeiro, firmó en Madrid a 7 de marzo de 1639⁷. En el fondo, el único de los paratextos tipográficos que varía de obra en obra son las fes de erratas. Al corresponder a textos distintos, tenían obviamente que ser diferentes, como también habían variado los fallos de los oficiales de imprenta que se enfrentaron al reto tipográfico de componer un texto verdaderamente singular (POLLACK, 2014).

En la *Vida prodigiosa* de Jarque, la biografía clásica de Ruiz de Montoya, se evocan las dificultades que entrañó la impresión, “por ser lengua peregrina, y necesarios nuevos caracteres, anotaciones y puntos para esprimir las pronunciaciones diuersas que unas mismas letras tienen de la Española, y Latina”. Mientras duró el período de estampación, el propio jesuita limeño asistió a los impresores,

quienes “se hallauan confusos; y todo lo auía de allanar el Autor, con su trauajo y paciencia”⁸.

Aunque en la corte de los Austrias no existía ni siquiera un pálido reflejo de un establecimiento como la tipografía políglota dependiente de *Propaganda Fide* en Roma (PIZZORUSSO, 2004), se logró superar el reto de la estampación fundiéndose caracteres especiales de imprenta atribuidos a los sonidos de la lengua guaraní⁹. No obstante, quedaba un último obstáculo. ¿Cómo realizar en el Madrid de 1639 la preceptiva revisión de textos impresos en guaraní a la luz de los originales manuscritos que el Consejo de Castilla exigía y que, obviamente, no se podía confiar al autor?

La respuesta es sencilla: quien se ocupó la revisión de los textos para localizar y corregir las erratas que se habían deslizado en ellos no fue otro que Lourenço de Mendonça, obispo electo de Río de Janeiro (RUBERT, 1976; CARDIM, 2008; CURTO, 2010). De esta forma, si la *Conquista espiritual* de Montoya contiene unas erratas firmadas, como era habitual entonces, por el corrector Licenciado Murcia de la Llana (DÍAZ MORENO, 2009), las de su *Tesoro* (Madrid, 22 de noviembre de 1639) y las del *Arte y vocabulario* están firmadas por el Prelado de Río, siendo posible conjeturar que también corrigió el texto del *Catecismo*, aunque su fe de erratas va sin firmar. En su antes citada aprobación de marzo de 1639, Mendonça proclamaba que “he visto, y leído [...] escrito en la lengua de las dichas Prouincias, en las quales he estado, y por la experiencia que tengo dellas, y de sus lenguas, y de otras del Perú”, pero, además, “lo conferí todo con otras personas de allá, y con algunos Indios de las dichas Prouincias, y otros de mi Diócesis del Brasil, prácticos y ladinos, assí en nuestra lengua, como en aquella suya”¹⁰.

El Consejo de Castilla tuvo que recurrir a Lourenço de Mendonça para aprobar los libros de Ruiz de Montoya y, asimismo, para corregir sus erratas en el caso de los tratados bilingües. Además de comprobarse una vez más la permeabilidad biográfica de las fronteras entre Brasil y el Río de la Plata *circa* 1640, el prelado fluminense fue elegido por su experiencia y por el “saber” que se derivaba directamente de ella y de las personas prácticas con las que había podido conferir su contenido.

Sin duda, la estancia en Madrid de Antonio Ruiz de Montoya marcó de forma sustancial – y jesuítica – la construcción de un saber autorizado (DE CASTELNAU-L'ESTOILE; COPETE; MAL-DAVSKY; ZUPANOV, 2011) en materias paraguayas (WILDE, 2009) en la corte de la Monarquía de los Austrias hispanos. El calado de la influencia de sus obras se puede testimoniar si, a título de ejemplo, se considera cuáles son los títulos relacionados de forma directa con Paraguay que aparecen en el inventario de la bien surtida biblioteca de Lorenzo Ramírez de Prado. Junto a sendos ejemplares de la *Relación* de los martirios de noviembre de 1628, cuya impresión promovió Giovanni Battista Ferrufino, y de las *Litterae annuae provinciae Paraquariae Societatis Iesu* de 1636, figuran hasta cuatro entradas correspondientes a obras de Antonio Ruiz de Montoya, la *Conquista*, el *Tesoro*, el *Arte* y el *Catecismo*¹¹.

La importancia extraordinaria de la estancia en Madrid del procurador de la Compañía de Jesús no debe hacer olvidar que en esa misma década de 1630 otros “andantes en corte” habían venido hasta ella para tratar materias relativas al Paraguay. Uno de ellos fue el agustino fray Gonzalo del Valle que, llegado de Indias, promovió una negociación sobre el estanco de la hierba mate en enero de 1637. Con este motivo, la Monarquía tuvo que dar muestras de qué sabía sobre las provincias del Paraguay y cómo podía aprender más sobre ellas.

Uno de los primeros testimonios de la llegada de la hierba mate a la corte real lo proporciona Antonio de León Pinelo en su justamente célebre *Questión moral*, donde, como es bien sabido, no sólo se ocupa del chocolate y de si éste “quebranta el ayuno eclesiástico”¹². En este tratado publicado en 1636, pero concluido tres años antes, el relator del Consejo de Indias pasa revista en este tratado a toda otra serie de productos americanos llegados a Europa (PÉREZ SAMPER, 1996), algunos de los cuales se consumían, e incluso se vendían, en la corte de Madrid. Sus observaciones son muy sugerentes a este último respecto.

Por ejemplo, al señalar que en Nueva España se mezclaba el atole de maíz con chocolate, añade “que ya se usa también en esta Corte por algunos Mexicanos”¹³. A propósito de la preparación del chuño en Perú, explica que “las Papas [...] son de la misma forma

que las criadillas de tierra, aunque mayores, más blandas y esponjosas” y que “en esta Corte se venden ya muchas con nombre de raíces”, especificando que, mientras “los Indios le mezclan pimienta” a la pasta seca del tubérculo, “los Españoles [le mezclan] azúcar y especias aromáticas”¹⁴. Por último, también se hace eco de que “se ha extendido por todo el Perú, i a veces llegado a esta Corte” una hierba que “por antonomasia le ha quedado el nombre de Yerua del Paraguay”, la cual se “echa en agua caliente, i en un mate”¹⁵.

La veracidad de las afirmaciones de Pinelo puede ser atestiguada de manera fehaciente. En lo que respecta al consumo y venta de chocolate, bastará recordar que, por ejemplo, la *Tassa de los precios* de 1628 ordenaba que la libra del chocolate novohispano – “de Guajaca” – se vendiese a doce reales y que “lo hecho en Seuilla con materiales de Indias” costase ocho reales¹⁶. Algo más complicado es testimoniar el consumo cortesano de patatas, papas o raíces, aunque es posible documentar que Inés de Zúñiga, esposa de Olivares, conseguía un pasaporte de aduana en 1633 para “algunas caxas de patata en conserva” que enviaba desde Madrid a su hermano Manuel de Zúñiga, por entonces virrey de Nápoles¹⁷. Sobre la hierba del Paraguay, debe decirse que, en efecto, se consumía en la corte de los Austrias en la década de 1630 y que, como se ha adelantado, se estaba discutiendo abiertamente sobre ella en enero de 1637.

La discusión sobre el mate respondió a un memorial remitido a Felipe IV por el agustino fray Gonzalo del Valle en el que se proponía el establecimiento de un estanco real que, bien administrado directamente por oficiales de la Corona bien arrendado a uno o más particulares, sacase partido hacendístico a la venta de hierba del Paraguay, cuyo consumo se supone en crecimiento constante y se compara con el del tabaco o el chocolate. Una vez consultado en el seno de una junta particular, en la que entraron Lorenzo Ramírez de Prado, Bartolomé Morquecho y Rodrigo Jurado, el rey ordenó que se avanzase en la realización de este arbitrio en forma de estanco o, según las preferencias de la Junta, como una imposición, recompensándose a su promotor con el cuatro por ciento de la renta que llegase a producir¹⁸.

El objetivo de este estudio es dar a conocer la documentación generada en torno a lo propuesto por Gonzalo del Valle en 1637.

En ella, se ofrecen interesantes noticias sobre la producción, el consumo y la distribución indiana de la hierba del Paraguay en la década de 1630 (GARAVAGLIA, 1981, 1983). Pero, además, permite analizar el proceso por el que en la corte madrileña de la década de 1630 se obtenían informaciones consideradas suficientemente autorizadas y fehacientes como para fundamentar la toma de decisiones sobre una materia que, aunque no desconocida para el Consejo, suponía una relativa novedad en los asuntos de su despacho y gobierno.

En el memorial que dio origen a la discusión sobre la hierba de Paraguay de 1637, Gonzalo del Valle se presenta como fraile agustino, natural de Puebla de Don Gonzalo¹⁹, llegado “desde las Indias donde a asistido de algunos años a esta parte”²⁰. Del desarrollo de la negociación, se deduce que había abandonado América sin licencia, ni de los prelados de su orden ni de las autoridades competentes en Indias²¹, sin que sea posible precisar cuándo había llegado a Madrid. No obstante, el fraile asegura que se había embarcado en el mismo navío que el también agustino Fernando de Abreu, quien, según León Pinelo, se hallaba residiendo en la corte desde 1636²².

Por razones que se ignoran²³, Gonzalo del Valle encabezó su propuesta diciendo que actuaba en nombre de un hermano suyo llamado Bartolomé Alonso del Valle²⁴, ausente entonces de la corte. Pese a ello, en la documentación se le cita a él como promotor y beneficiario del arbitrio. De hecho, fue invitado a hablar ante la Junta para facilitar noticias complementarias a lo expuesto en su memorial, componiendo, además, un segundo escrito con el ánimo de solventar algunas de las dudas abiertas a lo largo de la negociación.

La naturaleza de la hierba del Paraguay sobre la que sugería la creación de un estanco era descrita de la siguiente manera:

“[hay en Mbaracayú] unos árboles que no se hallan en otras partes y son a manera de encinas y no dan más fruto que hojas que son como de naranjo, tan saludables que secándolas i haciéndolas poluos, bebidos en agua más caliente que tiuia preseruan de toda enfermedad contajiosa (como son tabardillos, fiebres y otras), haçen a los hombres robustos para el trabajo, valientes para la guerra, y les dilata la vida”.

Aunque la atención del memorial y de los interesados cálculos de fray Gonzalo se centran en Mbaracayú, no obstante conviene resaltar que el agustino indica también que “otros árboles semejantes a los referidos se hallan en la Prouincia del Vururay, y en la del Tapé, que son vecinas a la del Paraguay”. Estas provincias “están pobladas de indios sin habitación de españoles”, por lo que “los Padres de la Compañía de Jesús tienen repartidas algunas dotrinas, o reducciones (como ellos llaman)”. También los jesuitas trajinan con sus hojas “y las sacan a vender fuera a otras Prouincias, aunque – a juicio de Gonzalo del Valle – no son tenidas estas hojas por tan saludables como las primeras ni son tan estimadas, mas con todo esso se gastan, y venden, aunque a menor precio”.

En el memorial de 1637 no se califica a la hierba de “santa”, como había hecho Antonio Vázquez de Espinosa en el capítulo “De otras prouincias y Naciones, y del Maracayû de donde cogen la yerba Santa que llaman del Paraguay” en 1629 (VÁZQUEZ DE ESPINOSA, 1948, p. 636-637). Sin embargo, por razones obvias, el agustino enfatiza al máximo sus calidades, señalando, en cuanto a su origen, que algunos “afirman por tradición que fue remedio y medicina contra toda enfermedad dada por el Apóstol S. Thomé a sus passados”.

La presencia apostólica en Indias se repetía con insistencia en la época (SÁNCHEZ, 1994, p. 216-218). En 1639, por ejemplo, coincidían en darla por segura tanto el agustino Antonio de la Calancha²⁵ como Antonio Ruiz de Montoya²⁶. Sin embargo, éste último no aceptaba que se relacionase la yerba con santidad alguna, sino que, por el contrario, parecía maldecirla al vincularla estrechamente a los agravios que se hacían a los indígenas²⁷. De esta forma, mientras que Gonzalo del Valle, en 1637, dice que ha viajado a Madrid con algunos polvos para hacer el mate – y, además, “dirá de la manera en que se toman” –, Montoya asegura que “nunca la he prouado”²⁸, pese a que admite haberse alimentado con “los ordinarios manjares que los Indios comúnmente usan”²⁹.

A la hora de encarecer sus muchos beneficios, el agustino señalaba que “comúnmente los españoles llaman a esta ierua la Plouechosa”. A su juicio, era éste un producto cuyo consumo estaba creciendo de forma tan acelerada que a la Hacienda regia le convenía

sacarle el mejor partido posible. Y, esto, tanto a la de Mbaracayú como a la de las reducciones jesuíticas, porque de ella “ai de pressente tanto gasto en el Perú como en la Nueva España del cacao de que se hace el chocolate”.

Como ya se ha señalado, para estudiar la propuesta de la hierba del Paraguay se reunieron en junta Ramírez de Prado, Morquecho y Jurado, tres figuras bien conocidas y vinculadas a Indias y a Hacienda. Teniendo en cuenta que la propuesta pasaba por el establecimiento de un estanco regio sobre un consumo, las cuestiones que esta Junta tenía que dilucidar era quiénes, cuántos y dónde se consumía, pero, además, a qué precios y en qué cantidades, sin olvidar informaciones a propósito de cómo era su comercio y cuáles las rutas de su distribución que iba a estancarse.

A la luz de las noticias que Gonzalo del Valle ofrece en 1637, la hierba constituía “el principal trato de aquella tierra”, trasladándose “de ordinario en barcos” por el Paraná hasta Asunción, para alcanzar a Tucumán y a Buenos Aires “de donde se diuierde a otras diferentes Prouincias”. Fray Gonzalo no olvida señalar que mientras “los naturales la toman de ordinario casi todo el día, y la tienen por sustento”, en cambio “los españoles [la consumen] con más moderación, aunque suelen usar della una o dos veces al día”.

La posibilidad de transformar su comercio en un estanco regio nacía de que están “todos los árboles en tierras Realengas, con que a nadie se hace perjuicio”, calculando que “importará [...] una buena suma de plata”, pues “se gastarán cada año seiscientas mil libras”. Como los precios de venta de la libra se mueven entre los cuatro y los ocho reales –“y en la misma tierra a dos” –, el fraile propone que “hecho el estanco se puede regular una libra con otra a quatro reales, que vienen a ser treçientos mil pesos”. Todo esto si el estanco fuese gestionado directamente por oficiales de la Corona, que se ocuparían del beneficio y transporte de la hierba. No obstante, también se podría dar en arriendo a una o más personas, de forma que “den estos primeros años ciento i çinquenta mil pesos, y cada día será mejor el arrendamiento con las çiertas experiencias de la ganancia”.

En su segundo escrito, que también consideró la Junta, fray Gonzalo del Valle ofrece noticias complementarias que justifican las magnitudes de consumo sobre las que se basan estos cálculos,

viniendo a asegurar que “es el gasto tan grande como en España y en todas partes el tabaco y tanto como en la nueva España el chocolate”. Ante la insistencia de la Junta, de un lado, se ve obligado a hacer hincapié en que la venta de la hierba estaría garantizada porque “es muy singular el que no la toma”, ya que “los indios, indias, negros i españoles criollos de allá, y los más de los que an ido, dos veces todos los días, otros una y otros menos”. De otro lado, tiene que arriesgarse a conjeturar el número de almas o vecinos que la consumirían *in situ*, señalando que:

[...] en la ciudad de la Assumpción cabeça del Paraguay con su destrito ay de españoles y indios que los sirven y doctrinas o reducciones más de veinte mil almas de comunión [...] En las provincias del Río de la plata ai más porque solo los padres de la compañía de Jesús en el Ururay y el Tapé tienen en las reducciones (que son unas 17) más de ocho mil almas de comunión. En la gobernación de Tucumán ai muchos más indios amigos y españoles que en estas”.

En suma, “en las tres gobernaciones del Paraguay, Tucumán y Río de la Plata ay por lo menos sesenta mil personas, de las cuales los más o casi todos toman la dicha yerba”.

Los cálculos del agustino cordobés continúan en su intento de probar la enorme magnitud del consumo, abriendo horizontes hacia Perú e, incluso, la propia España:

“Y no ai hombre que aya de hacer viaje por mar o tierra en todas aquellas partes que no compre ante todas cosas la dicha yerba pues en el nauío que yo me envarqué solo el dicho fray Fernando de Abreu que assiste aquí en S. Phelipe envarcó diez y doce arrovas y esto no para vender sino solo para él tomar y fuera desta todos cada qual para sí envarcaron más y menos”.

Frente a la vinculación de la cosecha y tráfico de la hierba con el maltrato de los indígenas, cuyo devastador trabajo en los yerbales pintaba con horror Antonio Ruiz de Montoya, en el memorial de 1637 se supone que los habitantes de Mbracayú y los otros territorios

en los que recogía la hierba resultarían beneficiados por el establecimiento del arbitrio propuesto. Incluso, se aventura que con un estanco regulado se evitarían los agravios que les hacían los “ricos i poderosos” respaldados por las autoridades civiles:

“Con este estanco no se hace daño a los naturales, antes beneficio, pues siendo (como son) indios tendrán todo el año en que trabajar, y ganar dineros, y resulta maior comodidad y beneficio a los que habitan la Prouincia del Paraguay, porque ahora los ricos i poderosos se aúnan con los gouernadores, y ellos solos goçan deste beneficio, rebendiendo esta mercadería sin permitir que otros traten en ella, sino es por su mano, y ponen los preçios a su voluntad, y como se tiene por remedio para preservar de toda enfermedad y recuperar la salud, por qualquier precio se compra, y siendo este estanco puesto por V.Mgd se puede haçer preçio acomodado para todos”.

Del mismo modo, en su segundo escrito se insistía en que el estanco les garantizaría el suministro de la hierba a un precio acomodado “porque ellos siempre la compran como todos y como los reuendedores que la tragan se la venden a como quieren podrá su magd hacerlo y darles algo más barata con que ellos y todos quedarán contentos”. De esta forma, la Corona sacará suficiente provecho de “aquello que es suio y oi lo goçan quatro o seis particulares”.

Por último, en los planes de fray Gonzalo del Valle entraba la creación de una figura de “teniente” puesto por el administrador o los arrendadores del estanco a cuyo cargo quedarían “los indios de Maracayú (que es donde están los montes de yerua)” que “acudirán a su beneficio” y serán pagados “en la misma yerua con largueça”. Sin duda, mayor sería su propio beneficio, pues Gonzalo del Valle cerraba su memorial suplicando que “se le despache luego la cédula ordinaria del quatro por ciento” de lo que se recaudase como consecuencia del medio que proponía.

La Junta *ad hoc* buscó otras fuentes de información sobre la hierba del Paraguay, cuyos provechos habían sido tan encomiados por fray Gonzalo del Valle. Se conservan cuatro pareceres que entonces

recabó de Fernando de Abreu y Figueroa, el doctor Juan Bautista de Elorriaga, Salvador Correa de Sa e Benavides y un dictamen anónimo.

Este último ofrece informaciones sobre la hierba que destacan por su carácter médico³⁰, aunque no deja de entrar en la cuestión de su consumo, señalando que “donde más introducido está su usso es en el mismo Paraguay y Tucumán entre los indios”, aunque “en lo particular, qual y qual español la toma”. La cantidad consumida, sin embargo, se cifra en menos de “100 arrobas al año que en la tierra valen muy poco y donde más caro se vende, en Potossí, es a quatro reales la libra y con una ay en una casa para un año”. Aunque Gonzalo del Valle se esforzaba en comparar la hierba del Paraguay con el tabaco u otros productos americanos de extendido consumo, en este parecer se insiste que “ni en todas partes está introducido su usso como el tabaco en humo y polvo, ni como la sarza, ni como la yerba coca de el Pyrú que todas las naciones y estados lo gastan según que medicinal o biciossamente se inclinan”.

En suma, la Junta era informada de que “esta yerba son raros los que la toman”, de forma que no sería “capaz de [sostener] ninguna carga”. A tenor del dictamen, el estanco iría a la postre “en daño de aquellos miserables indios desnudos y pobres que se ayudan con ella”, pues el establecimiento del medio implicaría que el precio de la hierba bajara “para ellos”, es decir, lo que les pagaban por recogerla, “y subirá al consumidor”, que, salvo excepciones, también “es el mismo indio en lo general”.

Por su parte, fray Fernando de Abreu y Figueroa señalaba (Madrid 14 de enero de 1637) que, sin duda, el consumo estaba extendido, pues:

“[...] no sólo es este jénero de yerba moneda usual entre la jente del paraguai, sino lexítimo sustento y alimento en especial a los naturales de todo el paraguai y su distrito de buenos ayres y los nacidos españoles especialmente nacidos en el mismo paraguai porque a éstos los engendran y engendrarán sus padres y los crían y alimentan con esta yerba”.

La cosecha se elevaría “un año con otro hasta en cantidad de ocho mill arrobas poco más o menos”, vendiéndose la libra “por menudo” en Buenos Aires y Tucumán “a real y medio, a beças a dos reales y medio y quando más a tres”.

No obstante, cada vez parecía más difícil recolectar la hierba porque, de un lado, habían aumentado los riesgos de “entrar muy adentro de la tierra” cerca de “los indios enemigos que la defienden” y, de otro, “porque son los indios muchos menos que antes, que son los que la ban a sacar”. No sólo habría disminuido su número, sino que “estos pocos los tiene ya declarados la audiencia de las Charcas por casi libres y por de su Magestad y que no acudan al servicio personal de los españoles con tal que den el tributo que antes dauan a quien les tiene hordenado la dicha audiencia”. En atención, por tanto, a la aplicación de la real cédula de 14 de abril de 1633 sobre el trabajo personal de los indígenas³¹, “a de yr cada día mucho menos la cosecha de dicha yerba”.

Además de que “tiene muchos costos y muchas tardanças el sacarla la tierra afuera”, los intereses en torno a su “traxín” hacían que se viesen envueltos los intereses de obispos, curas, órdenes religiosas y gobernadores, con lo que el agustino Abreu y Figueroa dudaba que el estanco pudiese llevarse a la práctica realmente. Algo a lo que también se sumaba que si a los españoles “se les sacase [la cosecha de la hierba] de su poder y se les prohibiese y obligase a que goçen della por mano ajena a de resultar mucha discordia y pesadumbre”.

En este momento, fray Fernando ofrece una información que demostraría lo acendrado del consumo por parte de los pobladores españoles, al asegurar que las anunciadas discordias y pesadumbres surgirían porque “los que usan en aquel distrito desta yerba de las quatro partes de la vida las tres y media gustan en usar desta yerba”. La introducción del estanco sobre la hierba del Paraguay equivaldría a que “se les prohibiese que no usen della por mano propia”, con lo que “no sólo an de quedar destemplados y en discordia”, sino que disminuirá su cultivo, “sino fuere sólo para sí en la cantidad que lo ubiere menester ni la sacará de donde oy se da, sino fuere en el mismo grado y tan solamente para el socorro de su necesidad”. En consecuencia, “es muy poco o ninguno el interés que a su Magestad se le puede seguir deste arbitrio”.

Pero, además, Fernando de Abreu alerta a la Junta de que la creación del estanco supondría “poner aquella jente en ocasión de conocido riesgo de discordia y alteración”, pues, además de que son de “natureza muy belicossa”, la población de españoles se encuentra muy “sentida por los agrauios que cada día reciuieron con quitarles los indios de su seruicio a título de que son para su Magestad, como por estar muy circumbeçinos a tantos enemigos olandeses y indios rebelados”.

Por su parte, Salvador Correia de Sa presentó el siguiente dictamen, que también fecha en Madrid a 14 de enero de 1637:

“Lo que se me a preguntado acerca del gasto de la yerua del Paraguay y del Probecho que Haze a quien la toma en el tiempo que anduve por aquellas partes que fueron Passante de tres años vide que los de la Provincia del Paraguay Donde ella se Coge, ansy Indios como españoles naturales, y las mismas mugeres, todos en general toman la dicha yerua aplicándola a las más de sus enfermedades que les viene a seruir de Doctor por no averlo en aquella Provincia, en la qual hay muchos ymdios y assí juzgo que el gasto que un día por otro Podrán hazer serán ochosientas asta nuebesientas liuras. En la Provincia del Ryo de la Plata también la toma la mayor parte de la gente, hay pocos indios, entiendo que lo que podrán gastar cada día serán siento y cincuenta hasta Duzientas libras. En la Provinçia de tucumán también la toman en general indios y españoles, en esta Provincia me Pareçe se podrán gastar cada día trezientas y cincuenta hasta quatrozientas liuras. En las chichas, Potosy, y chuquissaqua que fueron Partes donde estuve también la vy tomar a mucha gente, y la compré en Potosy a tres Reales de a ocho por auer falta della. Su Preçio ordinario en el Paraguay son Dos Reales, y sirue de moneda por no auer Plata. En la del Ryo de la Plata la he visto valer a Real de Plata, y a quatro Reales de Plata, en la de tucumán su preçio ordinario son quatro Reales, y la he comprado a Patacón. Esto es lo que sé, y he experimentado, en las otras Partes del Perú he oýdo decir que también la toman, no lo sé por que no lo he visto. Sé que la tierra Donde se coge es Pobre y que no tiene otro

Refugio más que éste, y las mercadurías que a ella ban suben por este género, y por algún azúcar poco. No sé más de que pueda informar, y assý lo juro por el Ábito de Christo de que soi Professo, fecha en Madrid, 14 de Henero de 1637.

Saluador Correa de saa y benauides
[rubricado]”

86

Es interesante destacar que Correia de Sa, en este texto que documenta su presencia en la corte madrileña todavía a comienzos de 1637 (BOXER, 1952, p. 111-112) además de presentarse a sí mismo como consumidor – lo compré, he comprado –, destaca que su conocimiento de la materia ha sido práctico – anduve, estuve, ví, sé, he experimentado, no lo sé porque no lo he visto.

A lo largo de la década de 1630 (MOLINA, 1950-1951; BOXER, 1952, p. 88-89), que es el momento de su participación en distintos hechos de armas en Paraguay, el Río de la Plata o Catamarca³² y de su matrimonio tucumano con Catalina de Velasco, Salvador Correia de Sá forjó fuertes lazos familiares y de servicio a la Monarquía superando las fronteras jurisdiccionales entre Brasil y el virreinato del Perú. Con preocupación, Lourenço de Mendonça – el corrector de erratas de Ruiz de Montoya – advertía en abril de 1636 de los peligros que a su juicio entrañaba el establecimiento de semejante alianza de dos grandes familias de Río de Janeiro y de Tucumán, alertando sobre los inconvenientes de que se le concediese el oficio de Gobernador de Río que, precisamente entonces, lo estaba llevando a la corte a pretender personalmente³³. No obstante, era esa condición transfronteriza la que lo convertía en un hombre práctico en la materia de la hierba del Paraguay y hacía posible que su experiencia fuese reclamada por la Junta.

Por último, Juan Bautista de Elorriaga, quien decía basar su “relación” en lo que “he uisto y praticado asi en el Paragoay como en la provincia de tucumán donde he asistido más de doze años”, señalaba que:

“Esta yerua, señor, se llama en el idioma de los naturales donde se da Caá, cójenla en oja de árboles en Goayra 200 leguas ryo arriua de la Ciudad de la Asumpción del paragoay

por los Yndios que allí hauitan que son pocos y algunos criollos que casi su vivir es como los mesmos Yndios, sin ornato ni pulicia ni forma de república ni permanencia y los más que cojen y trajinan este género son gentiles indios [...].

Los Yndios que ay por todo el Ryo arriua hasta Goayra desde buenos ayres son los más gentiles y bárbaros campestres y desnudos sin labranças ni otra ocupación de trauajo ni permanencia oy en una parte y mañana en otra sin más albergue que unas esteras de juncos gruesos que las lleuan a cuestras a donde quiera que van, andan ordinariamente por las tierras del Paraná (que es nombre proprio del dicho Ryo de la Plata) y son los que siruen de bogar en las canoas y balsas de los pasajeros que andan aquella nauegación y se mudan a trechos por tantas jornadas, pagáseles en camisetas, chaquieras, cuchillos y otras cosas de poca importancia y ellos ni la compran ni tratan de yerua, sino de sustentarse de montería y de pescado y raíces de la tierra, los pasajeros además del concierto les van dando el tiempo que nauegan alguna yerua porque vayan contentos y gratos por el riesgo de la nauegación y vidas que pende dellos. [...].”

Después de rescatarla “a los dichos Yndios de Goayra por algunas comidas, cuchillos, chaquiras, lienço de algodón y camisetas dello y de sayal y otras menudencias”, Asunción sería el primer destino de la hierba, siendo allí “el trato y comercio menor de la plaça y la moneda usual por que en ella no se maneja oro ni plata”. Aquí, “la toman en agua caliente molida y cernida, casi todos los días, que por la ociosidad de no tener comunicación de otras partes o por la costumbre es vicio introducido por entretenimiento y así lo que la continúan tanto andan pálidos y descoloridos”.

Desde Asunción, la hierba llega a la provincia de Tucumán en expediciones que organizan algunos vecinos que comercian con conservas de azúcar y “que hazen un viaje tan penoso y largo [...] por ser 500 leguas las que se andan parte por nauegación de balsas y canoas y parte por tierras despobladas y con carretas a tiro de

bueyes y en la yda y buelta se tardan un año poco más o menos”. En esta provincia, sólo la toman los hombres, aunque no con tanto “vicio” como en Asunción y “los naturales no la gastan ni compran una libra y en ésta tiene cada qual para diez veces”.

Los vecinos de Asunción “llegan asta las ciudades de Santiago del Estero y a la de Córdoba donde reparten la mayor parte de la yerua entre sus amigos y correspondientes”. Si la venden, “los pulperos la dan a dos reales la libra y no son treinta arrovas las que en cada lugar de Tucumán se venden en tienda”, mencionándose, además de Santiago del Estero y de Córdoba, los lugares de Talavera de Madrid, Nueva Rioja de Todos los Santos, Valle de Lerma y San Juan Bautista de la Paz, arrasada por “los indios de Calchaquí”. La yerba también alcanza Buenos Aires, donde “vale más barata”, Santa Fe de Garay, pero que “tendrá cien vezinos pobre y poco abastecida de todo lo necesario no se maneja dinero”, Corrientes, apenas un “asiento de quatro ranchos de paxa”, y Río Bermejo, que se “despobló por hauer muerto los indios a sus moradores, que serían quatro o cinco vezinos con algunos domésticos y familia, que era paso y refugio de los que yvan del Paragoay a Tucumán”.

Fuera de aquí, aunque “muchas noticias dan desta yerua los que salen de las dichas Prouincias a otras”, no se usaría demasiado en las “contiguas a ellas”, ni en Potosí ni en Chile, “adonde se pudiera hauer introducido y he uisto que algunos confiteros que han ynuiado por ella no la han podido vender y se les ha podrido parte y pasado otra”.

En suma, a su juicio los trescientos mil pesos que calculaba recaudar fray Gonzalo del Valle no llegarían, en el mejor de los casos, a los treinta mil. Además, si se hiciera el estanco, sería imposible “asegurar el registro de lo que se sacaua del paragoay a otras partes” viniendo en detrimento de “aquella gente miserable del paragoay que con el corto rescate que dan a los indios de Goayra sustentan el referido modo de comercio en su república en lugar de moneda corriente”.

Sobre la base de estos testimonios, la Junta (28 de enero de 1637) consultó a Felipe IV que el consumo de la hierba era indudable, pues “ha pasado a deliciossa en tanto grado que por agasajo i conversación se usa della no una vez solamente al día, sino con

repetición algunas, que también la demasía que en esto ay la ha hecho preciosa”. No obstante, “no es en tanta cantidad ni con mucho su gasto según en el memorial se refiere”. Además, la experiencia demostraba que la Corona ya había fracasado al establecer un estanco sobre el tabaco, producto que “era de tanto consumo, i que le extraen con introducción tan universal i dilatada”.

La propuesta de la Junta era, en suma, que “se podía introducir [...] alguna imposición tolerable, con proporción a la posibilidad de los habitadores, al trabajo que ponen en coxerla, i al interés que en la venta tienen”, no sin que antes se recabase el parecer de los gobernadores de Paraguay y de Buenos Aires, la real Audiencia y el virrey del Perú. Concluida, así, la discusión sobre los memoriales de fray Gonzalo del Valle en el seno de la Junta, una serie de reales cédulas datadas en San Lorenzo del Escorial a 31 de octubre de 1637 fueron enviadas al virrey del Perú, Conde de Chinchón, a las audiencias de Charcas y Lima y a los gobernadores de Paraguay y Río de la Plata, con el mandato de que “informe y envíe su parecer sobre la conveniencia de hacer estanco, beneficiar y administrar por parte de la Real Hacienda una yerba que llaman del Paraguay y crece especialmente en esas provincias, y qué derechos se podrían introducir en ella”³⁴. No obstante, como recoge Gaspar de Escalona y Agüero en su *Gazofilacium Regium Perubicum*, “conociendo su importancia su Magestad, y su comercio, y gasto, mandó imponer sobre ella algún derecho; pero no se ha dispuesto por lo impracticable, mediante ser cosecha de Indios, y poco su interés, y su traxín de incierta, y difícil aueriguación”³⁵.

Quedaba, sin embargo, una delicada cuestión sobre la que la Junta de la hierba del Paraguay había tenido también que declararse: la concesión del cuatro por ciento de la imposición a un religioso, un asunto que revelará alguna circunstancia de especial importancia. Lorenzo Ramírez del Prado y Rodrigo Jurado se mostraron partidarios a la concesión, sugiriendo que su condición eclesiástica no le impedía recibir tal beneficio, aunque el fraile no hubiese llegado a un acuerdo previo con su orden. No entraban los dos letrados en que el agustino se hubiese ausentado de Indias y llegado a Madrid sin contar con la licencia de su prelado. En cambio, Bartolomé Morquecho se oponía a que se le diesen los despachos para que el

religioso gozase el cuatro por ciento, porque, además de no haber viajado con licencia, “jamás ha estado en la parte en la que se coxe la Hierva i según la relación que ha dado en la junta i lo que habló en ella quando se le permitió entrar no mostró de estar capaz en la materia sino por lo oído a otros ausentes”.

Por tanto, fray Gonzalo del Valle, que sí había estado en Indias, no era tan práctico en la hierba del Paraguay como había querido dar a entender. Y, a juicio del consejero Morquecho, esta falta de un conocimiento experimentado rebajaba la credibilidad que su propuesta podía merecer.

Como expusieron en la consulta que elevaron al monarca, los miembros de la Junta habían “solicitado todas las noticias que ha podido así por lo que se ha escrito de esta Hierva en las Historias i libros, como de personas inteligentes i prácticas i que an estado en aquella Provincia”. Es decir, la Junta recurrió tanto a la información nacida de una autoridad textual, en principio de naturaleza histórica y médica, como a la resultante de un conocimiento basado en la experiencia práctica de distintas personas.

Fue el propio Gonzalo del Valle quien propuso los nombres de varios personajes que, encontrándose entonces en Madrid, responderían a esa condición de inteligencia y practicidad en el conocimiento de la hierba. Entre ellos, se hallaba Salvador Correia de Sá e Benavides y que, según el fraile agustino, “enuarcó mucha [hierba] y oi aquí [en Madrid] no está sin ella”.

Aparte del ilustre descendiente de Mem de Sá, que, a la sazón, estaba “proueído por Gobernador del Rio Jenero en el Brasil”, el fraile agustino sugirió a la Junta que podía recabar noticias sobre la hierba del Paraguay de Vasco Mascarenhas, quien acababa de regresar del Brasil, de contraer matrimonio con Jerónima de la Cueva y, en consecuencia, de ser agraciado con el título condal de Óbidos (CUNHA, 2009, p. 226); del criollo de Popayán Diego de Ribera Maldonado, con larga experiencia en oficios de gobierno en el virreinato peruano, de Ica y Potosí a Tucumán y Buenos Aires³⁶; de Guillén López de Palacios, contador vinculado al mundo de la hacienda rioplatense (MAGDALENO, 1954, p. 596; HEREDIA HERRERA, 1990, p. 336, 372, 382); de fray Miguel de Vereo, provincial de los mercedarios de Cuzco³⁷ (PALACIO, 1999); y, por último, del limeño fray Fernando

de Abreu y Figueroa, también agustino, autor de no pocas propuestas en materia de regalías indianas (SANTIAGO VELA, 1913, p. 8-12).

La Junta solicitó en efecto, como hemos visto, a Correia de Sá y a Abreu y Figueroa que presentaran sendos escritos sobre el consumo y tráfico del mate a la luz de su propia experiencia, declinando el concurso de los otros individuos propuestos por Gonzalo del Valle. Además, decidió recurrir al del vizcaíno Juan Bautista de Elorriaga, antiguo secretario de cámara de Julián de Cortázar, obispo de Tucumán, que, tras desembarcar con el nuevo prelado en Buenos Aires, “fue con él a la ciudad de la Asunción del Paraguay a consagrarse, en que padeció grandes trauxos”. Ya en Tucumán, asistió a Cortázar en la visita de su obispado en 1622 (LEVILLIER, 1926, p. 308-323) “y después él solo la volvió a hacer de la mayor parte dél”³⁸. Se entiende, así, que el propio Juan Bautista de Elorriaga afirmase ante la Junta de 1637 que su extenso parecer sobre la hierba se basaba en todo lo que “he uisto y praticado así en el Paragoay como en la provincia de Tucumán donde he asistido más de doze años”.

Congruente con su criterio de asesorarse con “personas inteligentes i prácticas i que an estado en aquella Provincia”, la Junta había elegido informarse con Salvador Correia de Sá, Fernando de Abreu y Juan Bautista de Elorriaga. Los tres contaban con experiencia directa de las tierras donde se producía o se consumía ampliamente la hierba del Paraguay. Incluso resulta elocuente que una parte las dudas que rodean el testimonio de Gonzalo del Valle tienen que ver con que sí había estado en Indias, pero en “la parte en la que se coxe la Hierva”.

Esta insistencia en el conocimiento directo evoca la cuestión ineludible de cómo tomaba sus decisiones el Consejo en las materias propias de su despacho y gobierno (BRENDENCKE, 2012). A la altura de 1637, tanto el Consejo de Indias como el de Estado ya habían tenido que consultar “sobre la pretensión que tienen los naturales de las Indias llamados criollos de que uno dellos sea de ordinario consejero deste consejo”. El origen de estas consultas, evacuadas en 1635, se encontraba en una propuesta del Virrey del Perú, Conde de Chinchón, quien había encarecido “quán conueniente es que aya en los consejos personas notiçiosas de las prouinçias que se gouernan por ellos”. El propio Felipe IV se habría mostrado partidario

de conceder dicha merced “por los exemplares de los consejos de Aragón, Italia y Portugal”³⁹.

Como se ve, la petición venía a suponer que el Consejo de Indias tuviese en cuenta, aunque fuese sólo para la designación de una de sus plazas, el criterio de naturaleza a la hora de establecer una parte de su composición ordinaria. De hecho, el argumento pasaba por insistir en que el conocimiento práctico de las materias indianas que tenían los “llamados criollos” mejoraría la toma de decisiones en el seno del Consejo y, sin duda, constituye un hito importante para el mejor conocimiento de la percepción y autopercepción del fenómeno criollo (ARROM, 1951; PAGDEN, 1987; BRADING, 1991; PONCE, 1997; ALBERRO, 2000). No obstante, la propia diferencia indiana terminó siendo invocada para argumentar contra la posibilidad de que hubiera una plaza de asiento reservada para criollos en el Consejo de Indias, pues la enorme extensión y diversidad de los territorios americanos haría imposible encontrar un criollo que tuviera conocimiento de todos ellos⁴⁰.

Como debía ofrecer un panorama general del hipotético mercado de la hierba del Paraguay, distinguiendo los varios grupos de posibles consumidores, en su memorial de 1637 fray Gonzalo del Valle asegura que tomaban la hierba “los indios, indias, negros i españoles criollos de allá, y los más de los que an ido”, De esta forma, su memorial revela un uso del término “criollos” que permite identificarlos claramente como “españoles criollos de allá”, que no deberían confundirse con “los que an ido”. Igualmente, el agustino y los autores de otros pareceres tenidos en cuenta por la Junta destacan prácticas de consumo distintas entre españoles criollos y españoles no naturales de Indias, con observaciones como la hecha por Fernando de Abreu sobre la hierba era sustento y alimento para los españoles “nacidos en el mismo paraguai porque a éstos los engendran y engendrarán sus padres y los crían y alimentan con esta yerba”.

El arbitrio del agustino cordobés ofrece, como vemos, una cantidad importante de noticias sobre la producción, distribución y consumo de la hierba mate a mediados de la década de 1630, ofreciendo testimonios que permiten contextualizar mejor el paisaje trazado por los preeminentes textos de Antonio Ruiz de Montoya. Además, la discusión sobre sus propuestas muestra que los criterios con los que

la Monarquía deseaba construir nuevos saberes en materias locales de Indias superaban lo meramente textual para adentrarse en la experiencia y la práctica. Por ello, argumentos como el conocimiento directo de las provincias de Paraguay, o del Río de la Plata y del Perú donde la hierba se consumía, fueron esgrimidos para elegir quiénes debían actuar como expertos sobre cuyos dictámenes fundamentar la toma de decisiones de la Corona. En ese sentido, el concurso de criollos parece haber sido reconocido como una necesidad indiscutible, pese que, al mismo tiempo, la Monarquía desoía por entonces las voces que reclamaban abiertamente un puesto de asiento para los criollos en el seno del Consejo de Indias.

36

THE 1637 EXPEDIENT OF THE “BENEFICIAL” YERBA MATE FROM PARAGUAY. EXPERIENCE AND PRACTICALITY ON THE CONSTRUCTION OF LOCAL KNOWLEDGES ON AMERICAN MATTERS ACROSS THE ATLANTIC

Abstract: The proposal of a new tax on the consumption of Paraguayan yerba mate in 1637 is the starting point to analyze the mechanisms used by the Spanish West Indies government in order to take some of its decisions in the mid-seventeenth century. These decisions were taken by the the fabrication of a particular local knowledge constructed on practical and experienced knowledges. To search and find people who could testify that kind og knowledge became a prior requirement to decisions just in a time when the American criollos tried to enter the Consejo de Indias. Previously unpublished documents about the production, distribution and consumption of yerba mate from Paraguay, Rio de la Plata and Peru, even to reach the distant market of the Spanish Habsburg court, are also offered.

Keywords: Local knowledges. Practical knowlegdes. Spanish West Indies Government. Paraguay. Yerba mate (*Ilex Paraguaiensis*).

Notas

¹ Esta investigación ha sido realizada en el marco del proyecto MINECO HAR2014-54492-P financiado por el Gobierno de España. Sobre la importancia de los procuradores de la Compañía, MARTÍNEZ-SERNA, 2008.

² [Memorial]: *Señor. Antonio Ruiz de Montoya de la Compañía de Jesús, y su procurador general de la provincia del Paraguay, dize: que estando prohibido por cédulas, y ordenes reales, so graues penas, que los portugueses del Brasil no puedan entrar en la dicha provincia. S.l. [Madrid]: n.i., n.a. [1639?]; y [Memorial:] Háseme mandado, que así como representé a Su Magestad, y señores del Real Consejo, en vn memorial impresso los agrauios enormes, que los vezinos de la villa de S. Pablo, y demas villas de la costa del Brasil han hecho, y al presente hazen a los Indios christianos, e infieles de las provincias del Paraguay, y Río de la Plata. S.l. [Madrid]: n.i., n.a. [1639?].*

³ En Madrid: en la imprenta del Reyno, 1639. Privilegio dado en Madrid, 5 de julio de 1639.

⁴ En Madrid: por Iuan Sánchez, 1639.

⁵ En Madrid: Por Diego Díaz de la Carrera, 1640.

⁶ En Madrid: por Iuan Sánchez, 1640.

⁷ La impresión de los volúmenes había concluido en diciembre de 1639, pues sus respectivas tasas están fechadas todas a 5 días de dicho mes.

⁸ JARQUE, Francisco. *Vida prodigiosa en lo vario de los sucesos [...] del Venerable Padre Antonio Ruiz de Montoya*. Zaragoza: por Miguel de Luna, impresor, 1662, p. 523.

⁹ Al volver a Indias, el jesuita embarcó nada menos que “veinte cajones de los quatro libros” que había impreso en Madrid con licencia real “de la lengua guaraní [...] todo en lengua del Paraguay y del Río Marañón, para que los curas aprendan la lengua y puedan predicar y ayudar a aquella nueva combersión”. Archivo General de Indias, Sevilla [AGI], Contratación, 5426, 79.

¹⁰ “Aprovación del muy ilvstre Doct. D. Lorenço Hurtado de Mendoza, Prelado Obispo electo del Río de Ianeiro”, Madrid, 7 de marzo de 1639. Como ya se ha mencionado, esta aprobación aparece tanto en el *Tesoro*, el *Catecismo* y el *Arte y vocabulario*.

¹¹ *Inventario de la librería del señor D. Lorenço Ramírez de Prado*, [S.l. [Madrid]: n.i., n.a. [c.1660]. “Relación del Martirio de unos Iesuitas, en Paraguay, 1628”, *Inventario...*, fol. 22 v. *Relación del martirio de los padres Roque Gonçález de Santacruz, Alonso Rodríguez, Iuan del Castillo de la Compañía de Iesus, padecido en el Paraguay, a 16 de noviembre de 1628. Al Rey Don Felipe N.S. El P. Juan Baptista Ferrufino Procurador General de la Provincia del Paragway*. [S.l.: n.i., n.a. [c. 1633?]. Sobre los años de la procuración general de Ferrufino, de 1632 a 1636, que implica la hipotética datación de esta obra, STORNI, 1980, p. 101; “Litterae Societatis de Paraguay, Antuerp. 1636”, fol. 28v. *Litterae annuae provinciae Paraquariae Societatis Iesu ad admodum R.P. Mutium Vitellescum eiusdem Societatis Praepositum Generalem missae a R.P. Nicolao Duran Paraquariae Praeposito Provinciale; eius nomine ac inssu scriptae a P. Iacobo Rançonier Belga eiusdem Societatis*, Antuerpiae: Typis J. Mersius, 1636; y “Conquista espiritual del Paraguay, por Antonio Ruiz, Mad. 1639”; “Tesoro de la lengua Guaraní, de Antonio Ruiz, en Madrid 1639”; “Vocabulario

de la lengua Guaraní, por Antonio Ruiz, Madrid 1640”; y “Catecismo de la lengua Guaraní, por Antonio Ruiz, Mad. 1640” (*Inventario...*, respectivamente, fols. 15v; 43r; 4r; y 8r.). Cfr. PENA SUEIRO, 2013.

¹² PINELO, Antonio de León. *Questión moral, si el chocolate quebranta el ayuno eclesiástico*. Madrid: Por la viuda de Juan Gonçález, 1636.

¹³ León Pinelo, *Questión moral*, fol. 63r.

¹⁴ *Idem*, fol. 63 r.-v.

¹⁵ *Idem*, fol. 64v.

¹⁶ *Tassa de los precios a que se han de vender las mercancías y otras cosas*, En Madrid: Por Iuan Gonçález, 1628, fol. 9r.

¹⁷ Madrid, 5 de abril de 1633, Archivo de la Corona de Aragón, Barcelona, Consejo de Aragón, legajo 54-196.

¹⁸ Archivo Histórico Nacional, Madrid, [AHN], Ministerio de Asuntos Exteriores, Obra Pía, caja 43, Papeles de Lorenzo Ramírez de Prado. Se remite a esta referencia para todas las citas textuales a la documentación concerniente a esta negociación que se harán a continuación en texto y notas.

¹⁹ Poco se sabe de este personaje, que debe ser identificado con el fraile del mismo nombre que en SANTIAGO VELA, 1931, p. 84-85, se recuerda como hijo del Convento de San Agustín de Córdoba y que murió en México en 1682 después de haber alcanzado la dignidad de Provincial de la Provincia del Santísimo Nombre de Jesús de Nueva España entre 1675 y 1678. En sus algo tumultuosos años novohispanos (RUBIAL, 1990, p. 51-53), publicó una *Palestra de varios sermones* [...]. En México: por la Viuda de Bernardo Calderón, 1676; y un *Espejo de varios colores* [...]. En México: por Francisco Rodríguez Lupercio, 1676. Pero, más cerca de la discusión sobre la hierba del Paraguay, cuando era lector en teología, dio a la imprenta el *Triunfo de Iudith, y vitoria de Bethulia*. En Madrid: por Diego Díaz, 1639, un raro impreso dedicado a João Coutinho, arzobispo de Évora e hijo del Conde de Vila Franca.

²⁰ Fray Gonzalo sólo invoca una autoridad textual, al afirmar que “destos árboles escriuíó en nuestros tiempos el doctor Çisneros médico famoso del Potosí en un libro que compuso”, que no hemos llegado a identificar.

²¹ “[...] el dicho religioso no viene a estos Reynos con licencia de su prelado ni de Virrey, Presidente ni otro Gobernador”, consulta de la Junta al rey, 28 de enero de 1637.

²² [Antonio de León Pinelo], *Relación de los servicios del Padre Maestro Fr. Fernando de Abren, de la Orden de San Agustín*, S.I. [Madrid]: n.i., n.a. [1649], AGI, Indiferente General, 193, 51.

²³ La condición religiosa de Gonzalo del Valle parece encontrarse detrás de este hecho. Como había viajado sin licencia de su orden, no se habría compuesto

previamente con ella para promover el arbitrio de la hierba. Dicha condición, además, abría dudas sobre que su eficacia como recaudador, siendo poco capaz de “levantar los ánimos, que en partes tan remotas tiene peligro”.

²⁴ Dos décadas después, un Bartolomé del Valle, natural de Puente de Don Gonzalo, fue encausado en Cartagena de Indias en un proceso por bigamia. En una de las declaraciones, relata que tiene dos hermanos agustinos, uno se llama fray Pedro del Pino Valle y reside en Montilla; el otro es “fray gonçalo del valle religioso assimismo del señor San Agustín”. Gracias a las indagaciones hechas en este proceso es posible saber que el promotor del medio de la hierba del Paraguay era hijo de Pedro Alonso Bermejo y María del Valle. AHN, Inquisición, 1621, 7.

²⁵ *Corónica moralizada del Orden de san Agustín en el Perú, con sucesos egenplares vistos en esta Monarquía*. Barcelona: Por Pedro de Lacavallería, 1639, p. 318-319.

²⁶ *Conquista espiritual...*, fols. 29-32.

²⁷ *Conquista...*, fols. 8-9. Cfr. MELIA, 1982 con su expresiva evocación de la “erva infernal”.

²⁸ *Conquista...*, fol. 9v.

²⁹ *Conquista...*, fol. 1v.

³⁰ “Su forma es como la de el cen, en el tamaño y en el color de la oxa; su sabor ingrato al gusto, el olor, horrible. Como de sumaque, la calidad caliente y seca, su propiedad agitar los umores detenidos y colectos en el estómago, y sus efectos, provocar a vómitos, sirviéndola el aguacaliente, o tépida en que se toma y bebe de vehículo cosida en ella esta yerba, o echada en polbos en cantidad de una onza, y conforme es la del agua que se bebe sucede la operación violenta y aspresurada que haze bolbiéndose con los umores que halla en el estómago y solo para este efecto es su usso sin que se le halle otra virtud oculta o conocida de lo qual se averigua no ser apta para mantener ni deleytable para embriagar como no se podrá creer esto de el Cen y Ruibarbo, siendo tan purgante como estos dos medicamentos y más activo que el cohombriello amargo. [...] con este Regimiento se precerban de graues enfermedades por ser de difícil digestión y que crian crudessa y flema los mantenimientos que tomen, estos mismos se ualen como pobres de coxerla por la esterilidad de la tierra y truecan y rescatan a cosas que an menester [...] ni está en las Boticas ni receptada por los médicos, pues en caso de necesidad sola el agua caliente suplirá su falta”.

³¹ La relevancia de esta real cédula hizo que Ruiz de Montoya la incorporara a su *Conquista espiritual...*, fols. 99v.-100v.

³² Con motivo de su reclamación de una encomienda de indios en Tucumán, el propio Almirante presentó, en 1636, un interesante memorial en el que constan sus servicios de esos años, AGI, Charcas, 101, 61A.

³³ *Lourenço de Mendonça a Su Majestad*, Río de Janeiro, 4 de abril de 1636, AGI, Charcas, 101, 61F.

³⁴ Tomo la descripción de <pares.mcu.es>, registro correspondiente a AGI, Buenos Aires, 2, L. 5, fol. 269v. LIBROS REGISTROS-CEDULARIOS, 1984, p. 304-305.

³⁵ En ced. Real de postr. de Otubr. 637. Gaspar de Escalona y Agüero, *Arca limensis. Gazophilatium regium perubicum*. [Madrid: Imprenta Real, 1647], p. 236. La real cédula también es citada en LAMAS, 1874, p. 208.

³⁶ Ribera – o Rivera – ofrece una semblanza de sus servicios indianos en AGI, Filipinas, 163, 2.

³⁷ Gonzalo del Valle propone que también se podría convocar a “su compañero”, sin indicar su nombre. Cuando regresó a Perú, Miguel de Vereo lo hizo en compañía de dos compañeros que lo habían acompañado desde Indias y que se llamaban fray Juan de Bustamante y fray Francisco de Cepeda. AGI, Contratación, 5419, 47.

³⁸ AGI, Indiferente, 194, 37. Elorriaga siguió a Cortázar desde Tucumán a la nueve sede de Santa Fe de Bogotá, donde el prelado falleció en 1630.

³⁹ Archivo General de Simancas, Estado, 2655, 37. Consultas de Madrid, 28 de abril, 2 de mayo y de 18 de junio de 1635.

⁴⁰ En una negociación en la que Estado se mostró bastante más partidario que Indias a acceder a lo sugerido en las consultas, salen a relucir abiertamente los temores a que esa plaza ordinaria pudiera ser utilizada como argumento favorable a los criollos en la polémica de la alternativa eclesiástica.

Referências

AGUILAR, Jurandir Coronado. *Conquista espiritual. A história da evangelização na Província Guairá na obra de Antonio Ruiz de Montoya, S.I. (1585-1652)*, Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 2002.

ALBERRO, Solange. La emergencia de la conciencia criolla: el caso novohispano. In: MAZZOTTI, José Antonio (ed.), *Agencias criollas. La ambigüedad “colonial” en las letras hispanoamericanas*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 2000, p. 55-71.

ARROM, Juan José. Criollo: definición y matices de un concepto. In: *Hispania*. American Association of Teachers of Spanish and Portuguese, v. 34, n. 2, p. 172-176, 1951.

BOXER, Charles R. *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola. 1602-1686*. London: The Athlone Press, 1952.

BRADING, David A. *The First America. The Spanish monarchy, Creole patriots and the Liberal state, 1492-1867*, Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1991.

BRENDECKE, Arndt. *Imperio e información*. Funciones del saber en el mundo colonial español. Madrid: Iberoamericana Vervuet, 2012.

CARDIM, Pedro Almeida. Todos los que no son de Castilla son yguales. El estatuto de Portugal en la monarquía española en tiempos de Olivares. *Pedralbes*, v. 28, 2008, p. 521-552.

CUNHA, Mafalda Soares da. Títulos portugueses y matrimonios mixtos en la Monarquía Hispánica. YUN, Bartolomé (Dir.). *Las redes del Imperio*. Élités sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714. Madrid: Marcial Pons, 2009, p. 205-232.

CURTO, Diogo Ramada. O Padre Lourenço de Mendonça: entre o Brasil e o Peru (c. 1630 - c. 1640). *Topoi*, v. 11, n. 20, p. 27-35, 2010.

DÍAZ MORENO, Félix. El control de la verdad: los Murcia de la Llana una familia de correctores de libros. *Arbor*, v. 185, n. 740, p. 1301-1311, 2009.

FEITLER, Bruno Guilherme. Usos políticos del Santo Oficio portugués en el Atlántico (Brasil y África Occidental). El período filipino. *Hispania Sacra*, v. 119, p. 269-291, 2007.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. El mercado interno colonial y la yerba mate (siglos XVI-XIX). *Nova Americana*, n. 4, p. 163-210, 1981.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Mercado interno y economía colonial*. Tres siglos de historia de la yerba mate. México: Grijalbo, 1983.

DE CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte; COPETE, Marie-Lucie; MAL-DAVSKY, Aliocha; ZUPANOV, Ines G. (edrs.). *Missions d'évangélisation et circulation des savoirs. XVIe-XVIIIe siècle*. Madrid: Casa de Velázquez, 2011.

HEREDIA HERRERA, Antonia (dira). *Catálogo de las consultas del Consejo de Indias (1637-1643)*. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1990.

LAMAS, Andrés. *Historia de la conquista del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán escrita por el P. Pedro Lozano de la Compañía de Jesús*, I. Buenos Aires: Casa Editora Imprenta Popular, 1874.

LEVILLIER, Roberto. *Papeles eclesiásticos del Tucumán*. Documentos originales del Archivo de Indias. Volumen I. Madrid: Imprenta de Juan Pueyo, 1926.

LIBROS registros-cedularios del Río de la Plata (1534-1717). *Catálogo*, v. I. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1984.

MAGDALENO, Ricardo. *Catálogo XX del Archivo General de Simancas*. Títulos de Indias. Valladolid: Patronato Nacional de Archivos Históricos, 1954.

MARTÍNEZ-SERNA, José Gabriel. Procurators and the Making of the Jesuits' Atlantic Network. In: BAILYN, Bernard; DENAULT, Patricia L. (Ed.). *Soundings in Atlantic History*. Latent Structures and Intellectual Currents, 1500-1830. Cambridge: Harvard University Press, 2009, p. 181-209.

MELIÀ, Bartomeu. Assembleia guarani de 1630 denuncia exploração através do plantio da erva infernal. *Porantim*, n. 39, maio 1982, p. 6.

MOLINA, Raúl A. Salvador Correa de Saa y Benavidez. Un héroe americano ligado al Brasil y a la Argentina. *Instituto Argentino de Ciencias Genealógicas. Revista*, 9-10 (195-1951), p. 261-309.

NEUMANN, Eduardo Santos. *Letra de índios*. Cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.

PAGDEN, Anthony. Identity Formation in Spanish America. In: CANNY, Nicholas; PAGDEN, Anthony (Ed.). *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500-1800*. Princeton: Princeton University Press, 1989, p. 51-93.

PALACIO, Eudoxio de Jesús. *Provinciales de Cuzco de la Orden Mercedaria (1556-1944)*. Roma: Instituto Histórico de la Orden de la Merced, 1999.

PALOMO, Federico. Religious procurators and cultural circulation in the early modern Portuguese world: prints, images, and relics from Japan in the António Cardim's Roman journey (1644-1646). *E-Journal of Portuguese History*, v. 14, n. 2, 2016.

PENA SUEIRO, Nieves. América en la librería de Don Lorenzo Ramírez de Prado, Consejero de Indias. *Revista Chilena de Literatura*, v. 85, p. 247-270, 2013.

PÉREZ SAMPER, María de los Ángeles. La integración de los productos americanos en los sistemas alimentarios mediterráneos. *XIV Jornades d'Estudis Històrics Locals. La Mediterrània àrea de convergència de sistemes alimentaries (segles V-XVII)*. Palma de Mallorca: IEB, 1996, p. 89-148.

PIZZORUSSO, Giovanni. I satelliti di Propaganda Fide: il Collegio Urbano e la Tipografia Poliglotta. *Mélanges de l'École Française de Rome*, n. 116-2, 2004, p. 471-498.

POLLACK, John H. *Native American words, early American texts*. Pennsylvania: University of Pennsylvania, 1 jan. 2014. Disponível em: <<http://repository.upenn.edu/dissertations/AAI3670950>>.

PONCE, Pilar. *Certezas ante la incertidumbre*. Élite y cabildo de Quito en el siglo XVII. Quito: Abya-Yala, 1997.



ROUILLON ARRÓSPIDE, José Luis. *Antonio Ruiz de Montoya y las reducciones del Paraguay*. Asunción: Centro de Estudios Paraguayos Antonio Guasch, 1997.

RUBERT, Arlindo. O prelado Lourenço de Mendonça, 1º bispo eleito de Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 311, 1976, p.13-33.

RUBIAL, Antonio. *Una monarquía criolla*. La provincia agustina de México en el siglo XVII. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1990.

SÁNCHEZ, Jean-Pierre. Myths and Legends in the Old World and European Expansionism on the American Continent. HAASE, Wolfgang; REINHOLD, Meyer. (Ed.). *The classical tradition and the Americas. European images of the Americas and the classical tradition. v. 1*. Berlin: Walter de Gruyter, 1994, p. 180-240.

SANTIAGO VELA, Gregorio de. *Ensayo de una biblioteca ibero-americana de la Orden de San Agustín*. v. I, A-Ce. Madrid: Imprenta del Asilo de Huérfanos del Sagrado Corazón de Jesús, 1913.

SANTIAGO VELA, Gregorio de. *Ensayo de una biblioteca ibero-americana de la Orden de San Agustín*. v. VIII, U-Z. Anónimos, adiciones y enmiendas. Madrid: Imprenta del Asilo de Huérfanos del Sagrado Corazón de Jesús, 1931.

STORNI, Hugo. *Catálogo de los jesuitas de la Provincia del Paraguay (Cuenca del Plata) 1585-1768*. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1980, p. 101.

VÁZQUEZ DE ESPINOSA, Antonio. *Compendio y descripción de las Indias Occidentales*. Transcrito del manuscrito original por Charles Upson Clark. Washington: Smithsonian Institution, 1948.

WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009.

Recebido em: 22/12/2016

Aprovado em: 01/03/2017

Conexões negreiras: contrabandistas de escravos no Atlântico sul (Rio da Prata, 1730-1752)¹

Fábio Kuhn*

Resumo: O artigo procura mostrar como se construiu a hegemonia portuguesa no contrabando de escravos para o Rio da Prata durante a primeira metade o século XVIII. Na década de 1730 iniciou-se uma nova conjuntura, marcada por mudanças no contexto político e nova guerra anglo-espanhola que interrompeu as operações da *South Sea Company* no rio da Prata. Isso abriu caminho para o predomínio português, sendo que os traficantes luso-brasileiros passaram a tomar conta paulatinamente do negócio negreiro estabelecendo as conexões atlânticas necessárias para formação de uma rede de agentes envolvidos no comércio ilícito de cativos. O contrabando trans-imperial de escravos conectou os traficantes luso-brasileiros que operavam na Colônia do Sacramento aos dois principais portos negreiros da América portuguesa (Rio de Janeiro e Salvador). **Palavras-chave:** Tráfico de escravos. *Asiento*. Contrabandistas. Atlântico Sul. Colônia do Sacramento.

Introdução

No começo de agosto de 1749, o navio negreiro Nossa Senhora do Rosário e Santo Antônio e Almas deixava o porto de Benguela, rumo à cidade da Bahia, onde residia o proprietário da embarcação, Luís Coelho Ferreira. O homem de negócio soteropolitano pode

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: fabio.kuhn@ufrgs.br

ter comprado essa carga humana dos seus parceiros angolanos, o tenente-coronel Inácio Rodrigues da Cruz, estabelecido em Benguela ou o coronel Custódio Simões da Silva, morador em Luanda. Provavelmente o navio tenha passado por Luanda, onde teria adquirido parte do seu carregamento, composto por 406 escravos. Após a travessia transatlântica, uma pequena parte deles ficaria na Bahia e o restante deste contingente seria distribuído pela América portuguesa, com destino preferencial para as Minas Gerais, mas com envios menores para outras regiões, como a Colônia do Sacramento, por exemplo. Entre estes escravizados, que fizeram sua “passagem final” em direção ao Rio da Prata, estava o moleque Joaquim, de nação Angola. Em outra embarcação menor, adequada ao comércio de cabotagem, o jovem escravo seria despachado de Salvador para o rio da Prata, dividindo o espaço do porão com algumas dezenas de companheiros de cativeiro, além de uma possível carga de tabaco e açúcar. Não sabemos quando exatamente ele teria chegado na Colônia, mas Joaquim acabaria nas mãos de um dos maiores traficantes de escravos da localidade, o capitão Manuel Coelho Rosa, que esperava com sua venda receber entre 180 e 200 pesos de prata. Todavia, o negócio com os compradores de Buenos Aires acabaria por não ocorrer. Por motivo desconhecido, Joaquim seria sepultado no cemitério da povoação platina: no dia 06 de julho de 1750, no rigor do inverno sulino, o vigário João de Almeida Cardoso faria o breve registro de sua morte. A triste sina deste escravizado ilustra as conexões necessárias para o funcionamento do tráfico negreiro, desde os fornecedores luso-africanos que providenciavam os cativos para os navios, passando pelos traficantes luso-brasileiros que operavam no Rio de Janeiro e na Bahia, até o atravessador que revendia os escravos para os compradores espanhóis residentes em Buenos Aires.²

O artigo procura mostrar como se construiu a hegemonia portuguesa no contrabando de escravos para o Rio da Prata durante a primeira metade o século XVIII, apresentando distintos momentos da atuação lusitana no *trato dos viventes*: uma fase inicial, posterior ao Tratado de Utrecht, onde os ingleses controlavam através do *Asiento* o comércio legal de cativos para a América espanhola, sendo que através desta concessão eles tiveram a possibilidade de romper com o monopólio comercial da Espanha, pois além dos

escravizados, aproveitavam para vender também os produtos de sua nascente indústria manufatureira. Essa fase inicial corresponde ao período compreendido entre 1715 e 1730, onde os contrabandistas de escravos luso-brasileiros operando a partir da Colônia do Sacramento principiaram a afrontar diretamente os interesses britânicos estabelecidos em Buenos Aires.

Porém, desde o começo da década de 1730 iniciou-se uma nova conjuntura, onde os traficantes portugueses passaram a tomar conta paulatinamente deste lucrativo negócio estabelecendo as conexões atlânticas necessárias para formação de uma rede de agentes envolvidos no comércio ilícito de cativos. Com as mudanças no contexto político e a nova guerra anglo-espanhola em 1739 foram interrompidas as operações da *South Sea Company* no rio da Prata, o que abriu caminho para o predomínio lusitano. O contrabando trans-imperial de escravos conectou os traficantes luso-brasileiros que operavam na Colônia do Sacramento aos dois principais portos negreiros da América portuguesa (Rio de Janeiro e Salvador)³, contribuindo para que não houvesse quebra no fornecimento de escravos, mesmo com a retirada dos ingleses. Foi justamente esta situação que o Alvará de 14 de outubro de 1751 tentava regular, quando a Coroa portuguesa se referia à “grande desordem com que no Brasil se estão extraíndo e passando Negros para domínios que me não pertencem”. Determinava que os escravos de contrabando, caso apreendidos, resultariam numa multa no triplo do seu valor para os réus, além do degredo para Angola por dez anos dos contrabandistas envolvidos. O alvará era explícito quando ordenava que não se desse “despacho para a Colônia do Sacramento ou outros lugares vizinhos à Raia portuguesa”, o que evidencia a relevância da cidade platina nessa questão espinhosa, que estava sendo encaminhada no contexto imediatamente posterior à assinatura do Tratado de Madri.⁴

O Asiento britânico em Buenos Aires.

No princípio do século XVIII, como consequência das negociações diplomáticas resultantes da Guerra da Sucessão Espanhola, a Grã-Bretanha obteve o direito de introduzir até 4800 “piezas de

Índias”⁵ a cada ano na América espanhola pelo prazo de três décadas, o denominado *Asiento de negros*, uma concessão estabelecida pelo Tratado de Utrecht em 1713. Esse privilégio se constituía em um “contrato de comércio de escravos extremamente valioso”, na medida em que os britânicos passaram a abastecer os domínios castelhanos na América, e não somente com cativos (ELLIOTT, 2006, p. 231). Isso porque a concessão incluía também o famoso “navio de permiso” enviado anualmente pela *South Sea Company*, a companhia inglesa que era responsável pela execução do *Asiento*. O quartel general da Companhia dos Mares do Sul era na Jamaica, mas os britânicos tinham o direito de estabelecer feitorias em lugares estratégicos das colônias espanholas, como Vera Cruz, Panamá, Portobelo, Havana, Santiago de Cuba, Cartagena, Caracas e Buenos Aires (PALMER, 1981, p. 60).

No caso de Buenos Aires, onde os ingleses atuavam desde 1715, existiam algumas peculiaridades em relação às demais feitorias: primeiro, a posição relativamente periférica da cidade na América hispânica, distante dos centros econômicos do Peru e do México; segundo, a feitoria também ficava distante de qualquer colônia inglesa, situação muito distinta da existente no Caribe, que sediava as operações da companhia; por fim, a situação isolada do entreposto platino fazia com que a Companhia abastecesse a feitoria com escravos vindos diretamente da África, diferentemente das demais feitorias que eram abastecidas principalmente através dos reembarques de escravos enviados desde a Jamaica ou Barbados (O’MALLEY, 2014, p. 224). O contrato do *Asiento* previa que 1200 *piezas de Indias* seriam introduzidas todos os anos em Buenos Aires, sendo oitocentas comercializadas na cidade portenha e as demais enviadas para outras regiões da América meridional. Por exemplo, em setembro de 1731, o feitor John Cox informava que uma remessa de quase quatrocentos escravos tinha sido enviada para o Alto Peru, sendo mandados em carretas que formavam comboios devidamente escoltados, por óbvias razões de segurança (AITON, 1928, p. 171). Cabe lembrar que não obstante sua posição marginal, a feitoria inglesa em Buenos Aires introduziu mais de 16 mil escravos durante o período em que vigorou a concessão (1715-1739), o que fazia do porto platino o segundo destino mais importante para

a Companhia, recebendo cerca de um quarto do total de cativos africanos, perdendo em volume apenas para Panamá e Portobelo (PALMER, 1981, p. 110).

Desde o começo da vigência do *Asiento*, os ingleses aproveitavam para contrabandear diversas mercadorias, além dos escravos que eram trazidos. No relato do médico britânico John Burnet, que esteve em Buenos Aires em 1716, o próprio capitão e os oficiais do navio negreiro no qual ele viajara da África para o Rio da Prata estiveram envolvidos no comércio ilícito, da mesma forma que os oficiais a bordo do navio de guerra que trouxe os primeiros feitores para a cidade. Durante os quatro meses que passou em Buenos Aires entraram no porto três embarcações que traziam escravizados; e em todas elas os capitães, oficiais e tripulação agiram de forma similar (BROWN, 1926, p. 672).

Um outro aspecto fundamental para a compreensão do caráter específico da feitoria buenairense era a proximidade da Colônia do Sacramento, bastião português no rio da Prata. A existência da praça lusitana foi motivo de segurança para os ingleses que atuavam em Buenos Aires, principalmente naqueles momentos em que as relações diplomáticas anglo-castelhanas eram rompidas e o *Asiento* ficava suspenso, como foi entre os anos de 1719-1721 e 1727-1729. Os ingleses utilizavam a Colônia do Sacramento para continuar introduzindo clandestinamente escravos em Buenos Aires, como foi relatado pelo padre jesuíta Carlos Gervasoni que esteve na cidade em 1729. Após comentar que somente aos ingleses era permitido vender cativos africanos, ele observou que naquele momento nem mesmo eles podiam conduzir este negócio e constatou a suspensão das atividades legais: “Entretanto, eles [os ingleses] os trazem continuamente para a colônia dos portugueses, que está em frente a cidade na outra parte do rio, e comprados os escravos ali de contrabando os fazem desembarcar em uma praia deserta e os introduzem em Buenos Aires”.⁶

Os britânicos também aproveitavam para contrabandear quando da chegada em Buenos Aires das embarcações da companhia inglesa envolvida no tráfico negreiro. Esta situação era percebida especialmente na Colônia do Sacramento, pois quando isso sucedia, o tráfico ilícito praticado pelos portugueses era negativamente impactado.

Certamente havia a cooperação de alguns governadores (como Antônio Pedro de Vasconcelos) ou vínculos de facções mercantis da Colônia com mercadores ingleses, mas existem evidências de que nem todos se beneficiavam com a presença britânica na região. Aqueles que estavam fora das redes hegemônicas de comércio e de poder podiam sofrer pesadas consequências. O comerciante José Meira da Rocha informava ao homem de negócios lisboeta Francisco Pinheiro sobre as vicissitudes das suas atividades mercantis na praça da Colônia. Em uma carta de 1726, falando com ironia do ambivalente governador Vasconcelos, o alfinetou dizendo que “o prejuízo que causou ao inglês foi mandá-lo chamar e dar-lhe de jantar em seu palácio; e desta sorte estou com tudo em ser, sem vender cousa alguma”. Alguns anos depois, no princípio de 1733, com a chegada dos navios do *Asiento*, informava novamente que “[...] se suspendeu o comércio desta praça, de qualidade que se acha ao presente tudo parado, sem aparecer castelhano algum a procurar gêneros” (LISANTI FILHO, 1973, p. 274 e 360). Apesar desses contratemplos para alguns mercadores portugueses, cabe anotar que a presença inglesa na Colônia do Sacramento acabava por ser um diferencial da região platina, pois conferia às autoridades e negociantes da região uma situação peculiar, com alguma autonomia em relação aos circuitos oficiais ibéricos (PRADO, 2002, p. 167-168).

A “maliciosa” colônia portuguesa.

Mas as relações entre os portugueses da Colônia do Sacramento e os ingleses da Companhia nem sempre seriam propriamente harmoniosas. Já em 1730, estabelecido novamente o *Asiento* britânico em Buenos Aires, o secretário da *South Sea Company* comunicava ao embaixador britânico em Madri acerca dos “abusos cometidos pela Colônia portuguesa”, que seria responsável pelas “práticas clandestinas que violavam as ordens de proibição”.⁷ No ano seguinte, um inspetor da feitoria britânica em Buenos Aires informava - talvez com algum exagero - aos diretores que “era impossível vender 50 Negros em seis meses naquele lugar, devido às introduções portuguesas, que traziam mais [escravos] do que o lugar podia consumir”.

Além disso, criticava a conivência do governador local, bem como a introdução de grandes quantidades de outras mercadorias através da Colônia, o que prejudicava o próprio contrabando inglês na região.⁸

Após o final da última represália espanhola (1729)⁹, os britânicos começam a enfrentar a crescente concorrência portuguesa no rio da Prata, operada a partir da praça mercantil da Colônia do Sacramento. A correspondência entre a Corte de Diretores da *South Sea Company* em Londres e Benjamin Keene, o embaixador britânico em Madri mostra que os feitores buenaienses se queixam sistematicamente a partir de então. As reclamações eram variadas, mas a principal refere-se ao fato de que eles não conseguiam mais vender escravos como antes, pois os portugueses da Colônia estavam contrabandeando cativos africanos. A Corte de Diretores chegou a suspeitar de uma conivência entre os feitores de Buenos Aires e os portugueses envolvidos nesse tráfico, já que desde o começo dos anos 1720 surgem denúncias de escravos introduzidos na América espanhola sem a “marca” da Companhia (PALMER, 1981, p. 85).

A partir da década de 1730, os negócios escravistas britânicos no rio da Prata não se realizam com a mesma intensidade dos anos anteriores, o que levou a Companhia a solicitar a redução dos envios de cativos africanos para a região, diante da demanda cada vez menor. O comércio de escravos não parece ter florescido muito nesses anos, sendo que a grande maioria dos compradores eram vizinhos de cidades interioranas, que transitoriamente viviam em Buenos Aires (STUDER, 1958, p. 220). Os números efetivamente indicam que a procura teria caído quase pela metade: entre 1722 e 1728 os ingleses introduziram 5834 escravos em Buenos Aires, cifras que decresceram para 5238 cativos africanos no período 1729-1740 (SORSBY, 1975, p. 421-422).¹⁰ Essa concorrência lusitana no tráfico negreiro aponta para a necessidade de estabelecer alguns matizes na questão da aliança anglo-portuguesa, vista em geral pela historiografia como inquestionável na primeira metade do século XVIII.¹¹

Em 1732, a diretoria da *South Sea Company* fez uma avaliação geral da feitoria na região platina, considerando que a Companhia “diminuiu seu comércio para Buenos Aires”. Nesse sentido, a Corte de Diretores escreveu mais uma vez para o embaixador britânico em Madri, denunciando “as práticas da Colônia portuguesa no Rio da

Prata, onde negociações tem sido feitas em grande excesso; [...] que nas suas introduções de Negros são grandemente prejudicados por eles, com grandes quantidades sendo todos os anos transportados clandestinamente para as Províncias vizinhas”.¹² Evidentemente, estes percalços sofridos pelos ingleses não eram exclusivos da feitoria buenairense. No Caribe, os contrabandistas também atormentavam a Companhia em Veracruz e Portobelo, introduzindo escravos ilegais, driblando a vigilância dos oficiais espanhóis e dos feitores ingleses. Ironicamente, uma parte deste contrabando de escravos era feito por judeus portugueses residentes na Jamaica, que revendiam escravos considerados de “refugo” para os espanhóis (O’MALLEY, 2014, p. 244-246).

Os portugueses da Colônia do Sacramento, atingidos pela concorrência inglesa na venda de outras mercadorias (têxteis e manufaturados), responderam com sua maior especialização no tráfico negreiro. Se inseriram em redes trans-imperiais que conectavam os compradores espanhóis com os mercadores luso-brasileiros, que tinham contatos, por seu turno, com os fornecedores africanos de escravos. Os feitores britânicos estabelecidos em Buenos Aires sentiram o golpe e pediram aos diretores da companhia londrina que o comércio de escravos fosse reduzido na cidade, para a metade do que tinha sido, o que “significava que 600 Negros comprados na Costa da Guiné seriam totalmente suficientes para abastecer aquele mercado”.¹³ Poucos anos depois, a companhia revisaria novamente esses números, sugerindo que o total a ser enviado não deveria ultrapassar “400 Negros a serem comprados na Costa [da África]”, sendo apenas um navio deveria ser mandado por ano para Buenos Aires.¹⁴

Resumindo a situação dos últimos anos, a Companhia reconhecia que, segundo os relatos recebidos pelos feitores, “a razão pela qual os Negros não eram mais procurados em Buenos Aires, devia-se em grande medida aos números [de cativos] clandestinamente introduzidos através da dita Colônia”, acrescentando ainda que “sendo aquela costa [do rio da Prata] de tão grande extensão, era muito difícil, talvez impossível, de detectá-los sem o concurso e a assistência das autoridades espanholas”. Os oficiais castelhanos, no entanto, não se mostravam muito colaborativos, pois ao invés de entregar para a Companhia os escravos de contrabando que eram

apreendidos, ficavam com eles, alegando que estas apreensões não tinham sido feitas pelos próprios ingleses, como previa o tratado do *Asiento*.¹⁵

O ano de 1735 é chave para compreender a inflexão que marcou a preponderância luso-brasileira no comércio clandestino de escravos no rio da Prata. Nesse ano, forças espanholas comandadas pelo governador de Buenos Aires, Miguel de Salcedo, iniciaram um longo cerco à Colônia do Sacramento, procurando desalojar os portugueses daquela praça forte. Quando o governo lusitano pediu ajuda aos ingleses recebeu respostas evasivas e nenhum auxílio da frota britânica, justamente porque a posição da Coroa britânica era a de evitar maiores atritos com o governo espanhol, o que poderia novamente afastar o comércio inglês das suas possessões americanas. A situação causou bastante desconforto na Corte portuguesa, o que foi constatado pelo representante britânico em Lisboa, lorde Tyrawly. Relatando uma conferência particular que tivera com o rei Dom João V, este lhe disse que esperava que a Inglaterra estivesse tão insultada quanto Portugal, diante das hostilidades espanholas praticadas no rio da Prata. E teria acrescentado que “nós [ingleses] deveríamos considerar mais a perda da Nova Colônia para o nosso comércio do que ele sentiria, já que esta praça consumia mais tecidos de lã do que todo o Brasil”.¹⁶

O fato é que se os ingleses continuavam preponderantes no contrabando de artigos manufaturados, os portugueses estavam se assenhoreando aos poucos do comércio de cativos. No início de 1736 o monarca espanhol enviava ordens para que seus oficiais residentes em Buenos Aires auxiliassem a Companhia, procurando interromper a introdução ilícita de escravos provenientes da “maliciosa” Colônia portuguesa, objetivo que se demonstrou, ao final das contas, inatingível.¹⁷ A concorrência não se limitava ao contrabando de escravos, no entanto. Em abril de 1736 os portugueses da Colônia assaltaram, saquearam e atearam fogo ao estabelecimento – uma espécie de mini-feitoria para armazenamento de couros – que a Companhia mantinha no arroio de las Vacas, próximo a atual cidade de Carmelo, no Uruguai (MIR, 2008, p. 61). O ataque luso ao depósito da *South Sea Company* causou um prejuízo de cerca de 1400 pesos fortes aos ingleses, além de desalojá-los das proximidades da

Colônia do Sacramento, fazendo como que eles tivessem que ir a partir de então a Montevideú para fazer os carregamentos de couros que eram levados para a Europa.¹⁸

A concorrência portuguesa no contrabando de escravos era tão intensa, que chegou a ser denunciada até mesmo pelas autoridades castelhanas. Em uma carta escrita a Tomás Geraldino por José da la Quintana, o feitor espanhol em Buenos Aires pedia uma carruagem para poder deslocar-se “ao largo do Mar del Plata [Rio da Prata]” e vigiar que os portugueses não introduzissem escravos desde o Brasil, no caso, desde a Colônia do Sacramento (FERNÁNDEZ DURAN, 2001, p. 251-252).¹⁹

Apesar das reclamações e eventuais atritos, enquanto os ingleses estiveram em Buenos Aires, a praça portuguesa foi útil aos seus desígnios. Afinal, mesmo com a concorrência acirrada no comércio ilegal de escravos, a Nova Colônia foi sempre uma fonte de mercadorias de contrabando e provisões. Ainda em 1738, as mercadorias eram enviadas desde a Colônia em pequenas embarcações, diretamente aos navios do *Asiento* ancorados no rio da Prata; outros barcos faziam então transbordo desses artigos para os domínios de Sua Majestade Católica (NELSON, 1945, p. 60-61). Com o início de nova guerra anglo-castelhana em 1739 (a denominada Guerra da Orelha de Jenkins) suspendeu-se novamente o *Asiento*, procedendo-se à expulsão dos feitores ingleses de Buenos Aires e abrindo caminho para a hegemonia portuguesa no contrabando de escravos no rio da Prata. Embora alguns autores (MIR, 2008, p. 104) defendam a ideia de que as atividades escravistas britânicas não tenham cessado efetivamente na década de 1740, sugerindo a continuidade operativa da Companhia desde o baluarte “anglo-português” da Colônia, as evidências que temos indicam que os ingleses são na prática substituídos no tráfico negreiro platino pelos luso-brasileiros.²⁰

Traficantes de escravos na Colônia do Sacramento

O contrabando de escravos feito a partir da Colônia do Sacramento envolvia uma diversidade de agentes, começando com os traficantes locais, residentes na praça. Os dados disponíveis para

o período 1735-1752 mostram que uma parcela considerável dos mercadores e homens de negócio sacramentinos esteve envolvido de alguma forma ao trato negreiro. Estes agentes locais, atuantes no contrabando platino, estavam por sua vez vinculados aos homens de negócios fluminenses e baianos, quase todos também envolvidos no comércio de escravos. Em geral, a prática do contrabando não era registrada, por motivos evidentes, mas através dos registros de óbitos de escravos se tornou possível saber as identidades desses agentes, desvelando – ainda que de forma parcial – as redes que se formavam para que o tráfico negreiro fosse possível.

A partir do começo da década de 1740, o novo pároco da Colônia do Sacramento passou a registrar detalhadamente nos livros paroquiais os nomes dos proprietários e consignatários dos cativos que eram trazidos para a praça mercantil. O uso das fontes paroquiais apresenta certamente alguns problemas metodológicos em relação às fontes tradicionais, a começar pelo fato de que elas não revelam os nomes de todos os traficantes de escravos. Ademais, por seu caráter fortuito, elas impedem que se tenha alguma quantificação mais exata, pois aqueles cativos que não faleciam na Colônia do Sacramento ou aqueles que já vinham batizados da África simplesmente escapam dos assentos feitos pelos párocos. Porém, com dados seriais que muitas vezes compreendem diversas gerações, esses repositórios de informação sobre batismos, casamentos e óbitos podem ser usados de forma inovadora (STARK, 2009, p. 492). Entre 1735 e inícios de 1752, um total de 1017 escravos foram sepultados na Colônia do Sacramento, dos quais pelo menos 250 cativos foram inequivocamente objeto de negociação entre interessados do Rio de Janeiro e da Bahia e moradores e traficantes da praça platina. Um exemplo, no registro feito em 20 de maio de 1748: “*Sebastião, preto boçal angola, que disse Gonçalo da Costa lbe era consignado por Luís Coelbo Ferreira, morador da cidade da Bahia*”.²¹ Basicamente é possível obter alguma informação sobre os escravizados (grau de “aculturação” e regiões de procedência), mas também dados a respeito dos agentes envolvidos no tráfico, tanto na Colônia, quanto nas principais praças negreiras da América lusa.

Os homens de negócio e mercadores da Colônia relacionavam-se fundamentalmente com seus congêneres sediados nas duas principais praças mercantis brasileiras do século XVIII: Rio de

Janeiro e Salvador. Essas redes mercantis eram particularmente importantes no tráfico de escravos, sendo que o envolvimento direto dos homens de negócio e mercadores da Colônia do Sacramento no tráfico negreiro era expressivo. Foi possível identificar a presença de pelo menos 34 traficantes nos livros de óbitos de escravos, ou seja, cerca de 30% da comunidade mercantil atuante na praça entre os anos de 1737-1777.²² Se observamos mais de perto esse sub-grupo de comerciantes, encontraremos alguns traficantes de escravos muito atuantes, a julgar pelo número de oportunidades em que registraram o falecimento dos escravos que estavam em seu poder. No entanto, a grande maioria dos traficantes da Colônia aparece poucas vezes nos registros de óbitos: mais de 80% registram de 1 a 5 falecimentos no período considerado, o que indica uma atuação mais esporádica no comércio de cativos. Um pequeno grupo formado por quatro traficantes (Diogo Gonçalves Lima, Gonçalo da Costa Cunha, João Borges de Freitas e José da Costa Pereira) consta de 6 a 10 vezes nos assentos, o que mostra um envolvimento mais contínuo no negócio negreiro. Apenas dois comerciantes que aparecem como consignatários mais de dez vezes: Manuel Coelho Rosa (17 vezes) e Bartolomeu Nogueira (11 vezes). Por fim, cabe dizer algo sobre os vínculos com os traficantes baianos e fluminenses. Devido à própria origem da Colônia do Sacramento, praticamente uma “feitoria” fluminense, os traficantes locais mantinham relações preferenciais com seus congêneres do Rio de Janeiro, mas um pequeno e significativo grupo (cerca de um quarto do total) também mantinha contatos e negócios com importantes comerciantes baianos.

Entre os anos de 1748 e 1752, o capitão Manuel Coelho Rosa compareceu 23 vezes diante do pároco local, informando a morte de escravos que estavam em seu poder.²³ Em somente um dos registros de óbito, no caso da mulatinha Ana “párvula”, o sepultamento foi na Matriz, todos os demais sepultamentos foram no cemitério paroquial. Dos 22 casos associados ao tráfico negreiro, em 14 (63%) os escravos que morreram aparecem designados como moleques ou molecas. Mais da metade (12) também foram descritos pelo pároco como “boçais”, ou seja, ainda não eram considerados “ladinos” que dominavam os fundamentos da religião católica e da língua portuguesa. Daqueles escravos que tiveram a origem identificada,

em 13 casos a região de procedência foi Angola, sendo que somente três cativos eram provenientes da Costa da Mina. Manuel Coelho Rosa atuava na rota que ligava a Colônia do Sacramento com Salvador, já que a maioria dos proprietários dos cativos que ele levou à sepultura residiam na Bahia, entre eles José Vaz de Carvalho, Luís Coelho Ferreira e Paulo Ribeiro do Vale, todos eles reputados homens de negócio soteropolitanos. Em dois registros constava o nome do comprador dos escravos em Buenos Aires, um certo Dom Pedro Coelho, que não chegou a receber os moleques angolanos que havia comprado do capitão Manuel Coelho Rosa.

Para concluir este esboço, uma característica notável do grupo de traficantes sacramentinos aponta para o seu acesso privilegiado aos postos militares e de ordenanças. Três quartos do grupo tinha alguma patente, sendo a maioria na graduação de capitão, sendo que alguns desses mercadores detinham postos “honoríficos” de capitães de algumas das ilhas fluviais vizinhas à Colônia. José de Barros Coelho era capitão da ilha de São Gabriel e José de São Luiz era capitão da ilha das Duas Irmãs, por exemplo. O acesso e controle a estas pequenas ilhas era essencial para a prática do contrabando, inclusive de escravos.

Os traficantes do Rio de Janeiro

Durante o século XVIII o Rio de Janeiro se tornou um dos principais portos atlânticos ligados ao tráfico negreiro, juntamente com Salvador. A descoberta das minas auríferas deu um renovado impulso à economia da capitania fluminense, que adquiriu um inequívoco caráter mercantil. Isso significou a ascensão social e econômica dos homens de negócio do Rio de Janeiro, “constituindo-se como uma elite verdadeiramente nova, apartada em sua maioria da antiga nobreza da terra” (SAMPAIO, 2007, p. 253).

A crescente importância das atividades mercantis durante o século XVIII faz com que essa nova elite de comerciantes se diferenciasse cada vez mais da elite agrária, fortalecendo-se economicamente e passando a ter sua própria esfera de ação – controlando o mercado de bens urbanos, de crédito e, claro, o comércio de

escravos. Formou-se um conjunto de negociantes de escravos novos constituído de pessoas de distintos níveis econômicos e sociais: negociantes retalhistas com armazéns e atacadistas de grosso trato que tinham interesses no comércio negreiro, além de mestres de navios e pequenos comerciantes, muitos deles atravessadores de escravos. Entre esses homens, um pequeno grupo especializou-se no comércio de escravos, totalizando 36 agentes mercantis ou cerca de 18% do total dos comerciantes que atuavam na praça do Rio de Janeiro entre os anos de 1753 e 1766 (CAVALCANTI, 2005, p. 49-50).

Em meados do século XVIII, o número de cativos que ingressava pela praça fluminense superava a marca de 7000 escravos anuais (CAVALCANTI, 2005, p. 64), dos quais talvez cerca de 10% fossem encaminhados para o extremo sul da América portuguesa.²⁴ Entre 1737 e 1752 foram registrados 154 óbitos de escravos na Colônia do Sacramento cujos proprietários residiam no Rio de Janeiro, cerca de 62% do total de assentos onde fica evidente a prática do tráfico.²⁵ Foi possível identificar cerca de uma centena de nomes diferentes, sendo que os dados demonstram a participação de diversificados agentes sociais no tráfico fluminense para o Rio da Prata, entre eles membros da administração régia (oficiais da Alfândega, da Casa da Moeda e da Fazenda Real), capitães de embarcações, eclesiásticos, militares e oficiais mecânicos. Em destaque estão evidentemente alguns dos homens de negócio da praça carioca, além de indivíduos simultaneamente ligados aos ofícios fazendários e à arrematação dos contratos régios.

Dos 95 proprietários de escravos que moravam no Rio de Janeiro, 29 correspondem a comerciantes (cerca de 30%). Eles foram identificados através do cruzamento das fontes paroquiais com as fontes administrativas e inquisitoriais. Os nomes surgidos nos livros de óbitos foram cruzados com os dados da documentação enviada ao Conselho Ultramarino, bem como com algumas habilitações de familiares do Santo Ofício. Com recurso ao método onomástico tentamos obter uma quantidade significativa de informações sobre estes negociantes que traficaram escravos para a Colônia do Sacramento, com o intuito de traçar um breve perfil desse grupo.

Muitos são referidos como homens de negócio, uma titulação que, segundo a auto-definição existente no Compromisso da Mesa

do Bem Comum do Comércio do Rio de Janeiro significava “comerciar do mar em fora”, ou seja, estar vinculado ao comércio de longa distância. Os “homens de negócio” se constituíam na elite comercial propriamente dita, estando no topo da hierarquia mercantil, atuando no comércio transatlântico ou inter-colonial. Eles lidavam com comércio atacadista e tinham interesses diversificados, investindo em bens imóveis e arrematação de impostos (DONOVAN, 1990, p. 256). Cabe dizer que esses agentes mercantis estavam envolvidos em muitos outros negócios, sendo o tráfico de escravos uma forma ocasional de aumentar seus rendimentos.

Alguns dos traficantes fluminenses de escravos tinham cargos de oficiais em corpos de ordenanças, organizações milicianas que contribuía para a manutenção da ordem social, além de conferir prestígio aos seus ocupantes e a possibilidade de formar redes de clientela. Ou seja, ocupar estes postos contribuía para sua mobilidade social ascendente, apesar dos limites existentes para os comerciantes do Antigo Regime, como a quase exclusão dos cargos da alta hierarquia das ordenanças (SAMPAIO, 2010, p. 471). A maioria atingia a patente de capitão, com poucos chegando aos postos máximos, como o sargento-mor Jácome Ribeiro da Costa ou o capitão-mor Anacleto Elias da Fonseca. Este último foi um dos principais personagens da cena política e econômica fluminense setecentista. Em 1742 ele foi aceito como familiar do Santo Ofício, ainda morador em Lisboa e era comissário de fazendas para o Rio de Janeiro. Em 1744, consegue licença para mandar da Bahia uma embarcação para Benguela a fim de carregar escravos (PESAVENTO, 2013, p. 126-130).²⁶

Uma parte relevante da amostra de negociantes de escravos fez parte da administração colonial em algum momento das suas trajetórias, ocupando cargos na Fazenda Real, na Alfândega, na Casa da Moeda, na Mesa do Bem Comum e na Junta de Comércio, por exemplo. Ocupar cargos na administração colonial era uma forma complementar de obter rendimentos, especialmente nas instituições fazendárias. Evidentemente que o acesso a essas posições interessava ao conjunto do grupo mercantil, mas com isso quero enfatizar que uma pequena elite de traficantes esteve diretamente envolvida com a estrutura administrativa do Estado colonial português.

Se existia uma repartição estratégica para os negociantes, essa instituição era a Fazenda Real. Ela deveria fiscalizar e garantir o bom funcionamento da cobrança de impostos no Rio de Janeiro, supervisionando os departamentos da tesouraria-geral, da contadoria, da Provedoria, da Alfândega e da Casa da Moeda (ALDEN, 1968, p. 282). Por isso não surpreende a presença de traficantes que ocuparam o cargo de almoxarifes, como no caso de Antônio Alvares de Oliveira, também membro da Mesa do Bem Comum ou o abastado homem de negócios Domingos Correia Bandeira.²⁷ Diversos comerciantes ocuparam posições de relevo na administração fazendária, além dos mencionados, aparece também o traficante Agostinho de Faria Monteiro, que foi recebedor da Fazenda Real entre os anos de 1755 e 1757.²⁸

Os cargos ligados à Alfândega tinham também grande importância por serem altamente rentáveis e, principalmente, pelo seu caráter estratégico, “pois estava ligado à atividade principal” dos comerciantes (SAMPAIO, 2010, p. 465). Os traficantes ocuparam cargos de relevo na hierarquia dessa repartição, como nos casos do juiz da Alfândega Domingos Martins Brito ou do tesoureiro Luís Duarte Francisco.²⁹ Alguns disputavam com avidez estas posições, dispondo-se a pagar quantias relativamente elevadas para ocupar determinados cargos, como o traficante Bernardo Pereira de Faria, que deu como “donativo” a quantia de 460\$000 réis para se tornar escrivão da balança da Alfândega.³⁰ Mais arrojado ainda foi o homem de negócio Antônio Lopes da Costa que arrematou pelo período de três anos em 1747 o cargo de porteiro e guarda da Alfândega por 2:900\$000 réis. Este último foi ainda deputado da Junta do Comércio em 1753, era proprietário de diversos navios e estava envolvido em várias atividades mercantis, inclusive no comércio de tecidos com a Índia. Diferentemente de muitos comerciantes, acabou casando no Rio de Janeiro com uma filha da “nobreza da terra”, estabelecendo-se em definitivo na cidade (OLIVEIRA, 2014, p. 267 e 275).³¹

Por seu turno, os cargos ligados à Casa da Moeda, por exemplo, eram igualmente bastante visados: suas atividades eram fundamentais para a cunhagem do numerário, tanto em ouro, como em prata, além de garantir um importante capital político, pois a instituição era essencial para o funcionamento da economia colonial

(SOUSA, 2006, p. 153-154).³² Já os comerciantes, ao ocuparem esses cargos, procuravam benefícios econômicos, fiscais, políticos e sociais, buscando um relacionamento mais direto com a Coroa. Os traficantes apareciam como oficiais dessa instituição, caso de Antônio de Oliveira Durão, homem de negócios que contrabandeou escravos para a Colônia nos anos de 1751-1752 e que apareceria pouco depois como procurador do Cabido da Casa da Moeda do Rio de Janeiro.³³ Mas alguns comerciantes de escravos do Rio de Janeiro faziam parte dos chamados “moedeiros de número”: este cargo contava com grande participação dos homens de negócio, pois exigia habilidades desenvolvidas por eles em seu cotidiano e possibilitava aos seus ocupantes prestígio social e isenções fiscais. Dentro do grupo investigado constam como moedeiros do número os negociantes Domingos Correia Bandeira, Domingos Martins Brito, Jácome Ribeiro da Costa e João Gonçalves da Costa.³⁴

Cabe ainda apontar que os traficantes estavam representados na Mesa do Bem Comum do Comércio, criada em 1753 (depois, Junta do Comércio, a partir de 1756). Essas instituições procuravam estabelecer regras para o comércio, bem como formalizar as relações entre comerciantes e amparar a atividade mercantil. Para os homens de negócio era evidente a importância de fazer parte destas duas instituições, que davam identidade a esse grupo. Assim, aparecem como membros fundadores da Mesa do Bem Comum, Antônio Álvares de Oliveira, Antônio de Oliveira Durão, Antônio José Diniz. Da Junta do Comércio faziam parte Antônio Lopes da Costa e Antônio Ramalho, ambos designados como traficantes de escravos novos em 1758.³⁵

Por fim, o grupo dos arrematadores dos principais contratos da capitania do Rio de Janeiro, formavam parte do topo da elite dessa sociedade, pois a cobrança de impostos garantia rendimentos extras e prestígio social, já que a arrecadação tributária do império português se dava em grande parte através deste mecanismo (PESAVENTO; GUIMARÃES, 2013, p. 81-87). Para ser arrematador, era necessário possuir boa capacidade financeira (para convencer a Coroa e para conseguir fiadores), além de uma rede bem articulada de procuradores para investimentos de longas distâncias. Por ser preciso ter um bom cabedal e boas relações, a arrematação de contratos tornava-se um

fator de distinção social significativo. Entre os principais contratadores envolvidos com o tráfico negreiro para o Prata, temos Anacleto Elias da Fonseca e Antônio de Oliveira Durão, arrematadores do contrato dos dízimos do Rio de Janeiro. Além deles, outro nome de destaque era o capitão Domingos Ferreira da Veiga, que remeteu um carregamento de escravos para a Colônia em 1743. Ele também foi contratador da Dízima do Rio de Janeiro e administrador do contrato dos direitos dos escravos que saem do Rio de Janeiro para as Minas e outras localidades. Em 1748, aparece em um requerimento, onde se queixava dizendo que “há muitos anos não se navega do Rio de Janeiro até a Nova Colônia”, porque nunca foi permitido navegarem em “direitura” as embarcações nacionais, que sempre vieram buscar as frotas do Brasil para com elas voltarem ao Reino, e que “o comércio da Colônia de muitos anos se acha restrito para esta parte [Rio de Janeiro], pois não se navega para lá sem licença”.³⁶ Com licença ou não, muitas embarcações fluminenses devem ter enviado para o extremo sul uma quantidade expressiva de escravos contrabandeados, oriundos especialmente da África Centro Ocidental.

Traficantes na cidade da Bahia

Se os negociantes fluminenses tinham a hegemonia no tráfico negreiro para o rio da Prata no período analisado, os comerciantes soteropolitanos também estavam presentes nas fontes, embora em menor escala, evidentemente. Cabe lembrar que no século XVIII, Salvador se constituía em um dos grandes portos atlânticos do Brasil, rivalizando com o Rio de Janeiro. Nos documentos setecentistas, aparecia como a “cabeça de Estado”, indicando a centralidade que a cidade exercia no interior da capitania da Bahia, da colônia e do próprio Império português. A historiografia recente tem reconhecido que “se houve alguma perda de importância com a transferência da capital para o Rio de Janeiro em 1763, esta não alterou a condição de centralidade/capitalidade econômica da cidade” (SOUSA, 2016, p. 102).

Um dos motivos dessa centralidade da cidade da Bahia era sem dúvida o tráfico negreiro, sendo que até meados do século XVIII, Salvador recebia mais escravos do que o Rio de Janeiro

(RIBEIRO, 2008, p. 153).³⁷ Esta situação mudaria na segunda metade do século, mas para o período em tela deve ser levada em conta a pujança do tráfico baiano, que inclusive re-exportava parte das suas importações para o Rio de Janeiro.³⁸ Originalmente, a comunidade mercantil residente na cidade da Bahia era pequena.³⁹ Mas a partir do princípio do século XVIII, o contingente e a posição social dos negociantes teria um incremento, a partir da criação da Mesa do Bem Comum em 1726 (FLORY, 1978, p. 266). Esta associação era formada principalmente por negociantes que traficavam escravos com a Costa da Mina, entre eles alguns que também operavam no rio da Prata.⁴⁰ Na *Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia* elaborada em 1759 por José Antônio Caldas, o autor relaciona 120 “homens de negócio, mercadores, traficantes e todas as mais pessoas que na cidade da Bahia vivem de algum gênero”.⁴¹ Destes, quase metade estavam envolvidos no comércio transatlântico de cativos (RIBEIRO, 2006, p. 16).

Retomando os vínculos existentes entre a Bahia e a Colônia do Sacramento, temos que em 22% (55 de 250) dos registros de óbitos de escravos analisados, os proprietários dos escravos enviados para o entreposto platino eram residentes em Salvador. Foram identificados 43 diferentes nomes entre 1735 e 1752, dos quais temos alguma informação para cerca de vinte indivíduos. Assim como no caso do Rio de Janeiro, predominam os comerciantes, muito embora também apareçam os detentores de ofícios na administração colonial, armadores de navios e eclesiásticos. O padrão é semelhante ao já descrito para o porto fluminense, destacando-se os homens de negócio e mercadores de loja como os principais traficantes.

Um destes poderosos homens de negócio era o capitão Luís Coelho Ferreira, que entre 1748 e 1751, aparece como proprietário de escravos sepultados no cemitério da Colônia do Sacramento. Ele foi um dos negociantes baianos mais atuantes tanto no comércio atlântico de escravos quanto na sua redistribuição para as áreas mineadoras da América portuguesa. No seu processo de habilitação de familiar do Santo Ofício, iniciado em 1735, foi descrito da seguinte forma: “É morador na Praia desta Cidade, freguesia de Nossa Senhora da Conceição ao Arco de Ignácio Alvares, e que vive de sua loja de fazendas secas e de seu negócio que faz como mercador e de suas

comissões”. Nesse momento da sua trajetória, ainda jovem (tinha cerca de 30 anos) e solteiro, ele aparece somente como mercador com “loja de fazendas”. Alguns anos depois, em 1743, pouco antes de casar com Maria Dias do Vale, ele já se declarava como homem de negócio, morador na cidade da Bahia.⁴² Era também tido por Caldas como um dos “homens de negócios em que na cidade da Bahia se considera maior inteligência nos preceitos mercantis, e capacidade para freqüentar o comércio”. Em 1757 como um dos “oito homens de negócio dos mais principais dessa praça”, sendo também armador e proprietário de navios (XIMENES, 2012, p. 243). Em 1761 arrematou por 16 mil cruzados (6:400\$000 réis) a hereditariedade do cargo de Guarda-mor da Alfândega da Bahia (RIBEIRO, 2006, p. 19-23). Ferreira operava na rota do tráfico negreiro entre Luanda e Brasil (e também tinha interesses na Costa da Mina). Trazidos para a Bahia, esses escravos eram revendidos em diversas regiões da América portuguesa, o que deu origem a um complexo sistema de créditos e débitos que conectava esse homem de negócios com seus pares nas diversas praças (ADELMAN, 2006, p. 81).

Uma recorrência notável é a presença de comerciantes ligados à Casa da Moeda da Bahia⁴³ como oficiais, casos de Alexandre de Campos Lima e José Vaz de Carvalho. Alexandre de Campos Lima era um homem de negócios envolvido em diversas atividades além do eventual tráfico negreiro: arrematou por sete vezes as rendas da Balança da Praia e em 1760 foi nomeado escrivão da receita e despesa da Casa da Moeda. (SOUSA, 2012, p. 230).⁴⁴ Por seu turno, José Vaz de Carvalho aparece no início da década de 1750 enviando escravos para a Colônia do Sacramento. Na relação de Caldas (1759) é apontado como tendo negócios “para o Reino e sua loja”. Em 1764 consta na documentação do Conselho Ultramarino como ocupante do cargo de tesoureiro da Casa da Moeda.⁴⁵

Mas, da mesma forma que no Rio de Janeiro, os homens de negócio também aparecem como moedeiros do número. Em 1762, existiam 42 moedeiros atuantes na Bahia, todos comerciantes com seus caixeiros e escravos. Entre eles Jacinto José Coelho e Joaquim Inácio da Cruz, ambos envolvidos com o tráfico negreiro para a Colônia do Sacramento.⁴⁶ Cabe assinalar que os moedeiros, embora não fossem oficiais da Casa da Moeda, nela prestavam trabalho de

forma intermitente, desde que o serviço exigisse sua assistência. Entre as funções exercidas contavam-se a de compradores de metais preciosos (SOUSA, 2006, p. 41).

Pelo menos um dos traficantes – Lourenço da Silva Niza – seria ainda deputado da Mesa de Inspeção da Bahia.⁴⁷ Ele é listado como homem de negócio em duas relações compostas por Caldas: em ambas seu nome é citado associado à prática de “dinheiro a avanças”. Sua atividade de prestamista para o tráfico de escravos apareceu com clareza quando em 25 de junho de 1756, o capitão negroiro Manoel da Fonseca escreveu seu testamento (estava de partida para a África), para que seus negócios fossem conhecidos: “Declaro que para o poder fazer pedi ao Senhor Lourenço da Silva Niza um conto e seiscentos mil réis a [juros de] dezoito por cento para lhe pagar na volta da minha viagem [...] Levo mais bastante dinheiro em prata para trocar na Costa da Mina” (SOUZA, 2011, p. 169-170). É bastante tentador imaginar que esse “dinheiro de prata” pudesse ser oriundo de negócios realizados por Niza na Colônia do Sacramento, embora não haja nenhuma evidência conclusiva a esse respeito. A moeda de prata não era utilizada no resgate de cativos, mas os agentes no litoral africano adquiriam mercadorias asiáticas – especialmente têxteis – que entravam posteriormente nas aquisições de escravos (ACIOLI; MENZ, 2008, p. 51). De todo modo, este caso demonstra que nem somente com ouro, tabaco e cachaça eram feitos os negócios negreiros no litoral africano.⁴⁸

Seja como for, Manoel da Fonseca desembarcou da viagem muito doente, e poucas semanas depois faleceu. Lourenço da Silva Niza, seu testamenteiro, “recebeu os trinta africanos novos em 28 de outubro de 1757. Cabia a ele alugar um local para mantê-los armazenados, cuidar daqueles que chegaram doentes e dos que adoeceriam, bem como alimentá-los até o dia da venda”. Os escravos trazidos por Manoel demoraram para serem vendidos, pois como o capitão negroiro não tinha família na Bahia, a negociação destes escravos dependia das decisões judiciais que se prolongaram. Por fim, depois de passar um ano e meio presos a correntes, os escravos foram a leilão em praça pública no dia 24 de abril de 1759” (SOUZA, 2011, p. 176). Esse episódio mostra a atuação direta do negociante no tráfico de escravos, seja como financiador de parte da empreitada

ou responsável pela venda dos cativos. Mas também mostra as conexões negreiras que uniam o distante rio da Prata com a Bahia.

Considerações finais

A presença portuguesa no rio da Prata remonta ao domínio lusitano dos negócios negreiros na América espanhola durante boa parte da União Ibérica. Os portugueses detiveram o *Asiento* de escravos até 1640, tendo perdido a concessão para os franceses e depois ingleses. Neste sentido, a fundação da Colônia do Sacramento em 1680 marcou o retorno dos luso-brasileiros para a região platina e também o retorno do comércio de escravos, atividade que se acentua no século XVIII e vai se contrapor ao poderio dos interesses ingleses consubstanciado na *South Sea Company*. Não obstante, o histórico de aliança diplomática entre Portugal e Inglaterra, no campo específico do tráfico de escravos a relação apresentava tensões, que afetava precisamente o ramo buenairense das operações da Companhia. O final do *Asiento* inglês abriu caminho para que os portugueses se assenhoreassem do comércio escravista, apesar de todas as restrições legais que porventura pudessem existir. O alvará de 1751 não chegou a modificar a situação do contrabando substantivamente, sendo que nos anos seguintes o tráfico ilícito de escravos continuou bastante intenso na Colônia do Sacramento.

O contrabando trans-imperial de escravos envolvia uma série de agentes, que formavam uma complexa rede conectando os portos africanos com os compradores de escravos da América hispânica. Ela se iniciava com os negociantes de escravos que operavam nos portos angolanos ou com os capitães negreiros que adquiriam escravos na Costa da Mina, passando pelos mercadores e homens de negócio que atuavam nos portos principais da América lusa. Desde Salvador ou Rio de Janeiro os escravos eram despachados na “terceira perna” do tráfico, vindo para o extremo sul dos domínios portugueses. Finalmente, chegando na Colônia, os cativos eram negociados pelos traficantes sacramentinos com os vizinhos castelhanos de Buenos Aires, de onde ainda podiam ser reenviados para o Chile ou o Alto Perú. Evidentemente, os registros de óbitos

de escravos capturam apenas um fragmento dessa rede, mas nos permitiram conhecer melhor quem eram os comerciantes que atuavam no tráfico negreiro no entreposto português do Prata, além de nos revelar também os nomes dos agentes mercantis estabelecidos no Rio e na Bahia. A partir destes nomes, foi possível traçar um rápido perfil dos traficantes de escravos luso-brasileiros, um perfil que não é, na verdade, muito diferente dos comerciantes coloniais em geral. Os homens de negócio da América lusa, como se sabe, buscavam a promoção social através da ocupação de cargos e ofícios, bem como procuravam distintas formas de acumulação mercantil.

A presença de traficantes ocupando posições na administração colonial, especialmente nos cargos fazendários e alfandegários não deve causar estranheza, na medida em que estas instituições estavam diretamente ligadas à ocupação mercantil. Não parece ser casual também a presença de traficantes que tinham negócios no rio da Prata como oficiais da Casa da Moeda ou como moedeiros. Para além dos privilégios decorrentes aos pertencimento a essa corporação, o acesso facilitado à matéria prima metálica poderia ser um trunfo para aqueles que ocupavam esses cargos e podiam fornecer prata para a cunhagem de moedas⁴⁹ ou para a realização do próprio tráfico, como foi visto no caso do traficante baiano Lourenço da Silva Niza.

O ouro brasileiro, a prata espanhola, o tabaco baiano, a cachaça fluminense, além dos têxteis orientais e manufaturados europeus permitiram que as conexões negreiras se tornassem possíveis, conectando os domínios ibéricos na América meridional com as diversas regiões africanas, no processo de formação do complexo econômico do Atlântico sul. Essas conexões fizeram com que o tráfico de escravos luso-brasileiro pudesse se desenvolver ao longo da primeira metade do século XVIII na região platina, suplantando a atuação da *South Sea Company* e consolidando a hegemonia dos traficantes portugueses nas franjas dos Impérios ibéricos. A força desse tráfico clandestino sobreviveria inclusive ao final da própria Colônia do Sacramento, com o enraizamento dos contrabandistas lusos na Banda Oriental.

SLAVE TRADE CONNECTIONS: SLAVE SMUGGLERS IN THE SOUTH ATLANTIC (RÍO DE LA PLATA, 1730-1752)

Abstract: The article tries to show how the Portuguese built their hegemony in the slave smuggling business to the Rio de la Plata during the first half of the 18th century. In the decade of 1730 a new conjuncture begins, marked by changes in the political context and the new Anglo-Spanish war that interrupted the operations of the South Sea Company on the River Plate. This paved the way for the predominance of the Portuguese merchants, with Luso-Brazilian traffickers gradually taking over the slave trade by establishing the necessary Atlantic connections to form a network of agents involved in the illicit trade of captives. Trans-imperial smuggling of slaves connected the Luso-Brazilian traffickers operating in the Colonia do Sacramento to the two main slave ports of Portuguese America (Rio de Janeiro and Salvador).

Keywords: Slave trade. *Asiento*. Smugglers. South Atlantic. Colonia do Sacramento.

Notas

¹ A pesquisa que deu origem a este artigo teve apoio financeiro da CAPES e do CNPq.

² TSTD (Trans-Atlantic Slave Trade Database). slavevoyages.org - Viagem nº 49845 (01.08.1749). ACMRJ (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro). Livro 6ª de óbitos de negros, índios, mulatos e cativos (1747-1774), fl. 39v. Para os traficantes angolanos mencionados, ver CANDIDO, 2007, p. 5 e ORIOLI, 2013, p. 101. A expressão “passagem final” é utilizada por O’MALLEY (2014) para fazer referência à etapa final do tráfico, a redistribuição de escravos na América portuguesa, após a chegada nos principais portos negreiros.

³ Além de Salvador e do Rio de Janeiro, no século XVIII Recife era outro porto negreiro importante no Brasil. No entanto, desde 1734 havia uma proibição de comércio direto entre Pernambuco e a Colônia do Sacramento, determinação esta que deve ter afastado os traficantes pernambucanos do rio da Prata. Em 1747 a Câmara do Recife solicitou a revogação desta proibição, mas o pedido foi negado pelo governador da capitania, o Conde dos Arcos. AHU-PE. Cx. 66, D. 5601.

⁴ Os mercadores do Rio de Janeiro se intrometeram na exclusividade britânica desde cedo, atendendo a uma demanda crescente por escravos, contrabandeados através da Colônia do Sacramento. A interrupção do *Asiento* em 1739 abriu ainda maiores possibilidades aos “brasileiros” no suprimento de escravos para o rio da Prata nos anos 1740. Sobre o alvará de 1751, ele teria a intenção de excluir os traficantes “brasileiros” das colônias espanholas, mas teria levado a um “comércio

indireto nominalmente legal através do Rio para a Colônia dos Sacramento na década de 1750". (MILLER, 1988, p. 484-485).

⁵ *Apięza de Índias* era uma medida utilizada para classificar os escravos. Era o equivalente a um escravo masculino adulto, saudável e apto para o trabalho. Os demais escravos eram contabilizados como frações de uma *pieęza*.

⁶ Gervasoni considerou Buenos Aires uma cidade de grande extensão, habitada por cerca de 24 mil pessoas, das quais um terço pelo menos era formada por escravos. *Buenos Aires y Cordoba en 1729 segun cartas de los padres C. Cattaneo y C. Gervasoni, S.J.* Buenos Aires: Compañia de Editoriales y Publicaciones Asociadas, 1941 (carta del padre Carlos Gervasoni al padre Comini. Buenos Aires, 9 de junio de 1729, p. 197-207 (citação na p. 199-200).

⁷ BL (British Library), Add. MS 32770, fl. 244v. Carta do secretário Wescomb para Benjamin Keene. Londres, 10/12/1730.

⁸ BL, Add. MS 25553, fl. 85v-86. Informe do capitão Goldsborough ao Comitê de Correspondência da South Sea Company. Londres, 05/08/1731.

⁹ As ditas represálias decorriam dos atritos diplomáticos entre Espanha e Inglaterra durante o período de execução do *Asiento*. Neste momentos, as feitorias tinham suas atividades suspensas.

¹⁰ Os números totais apresentados por SORSBY (1975) são ligeiramente inferiores aos levantados por PALMER (1981). No período 1722-1728, o número médio anual de 833 escravos eram introduzidos em Buenos Aires; no período seguinte (1729-1740), entraram, em média, 436 escravos por ano.

¹¹ A maior parte dos historiadores chama a atenção para a dependência econômica e política de Portugal em relação à Inglaterra, intensificada no século XVIII. Embora a aliança diplomática fosse inegável, a atuação dos traficantes luso-brasileiros no Prata prejudicava os interesses da *South Sea Company*, uma companhia privada, mas que tinha íntimos vínculos com o Estado britânico, sendo inclusive responsável pela administração do débito público da Inglaterra (PAUL, 2009, p. 2).

¹² BL, Add. MS 25553, fl. 120-122. Londres, 04/05/1732 e Add. MS 32779, fl. 15. Court of Directors to Mr. Benjamin Keene, Londres, 27/10/1732.

¹³ BL, Add. MS 25554, fls. 75v-76. Informe do Comitê de Correspondência. Londres, 07/02/1733.

¹⁴ BL, Add. MS 25554, fl. 182-182v. Informe do Comitê de Correspondência. Londres, 02/12/1735.

¹⁵ BL, Add MS 32788, fl. 169-169v. Court of Directors of the Royal Asiento to Benjamin Keene. Londres, 04/07/1735.

¹⁶ National Archives. State Papers Portugal, SP 89/38/104, fls. 285-285v. Lord Tyrwaly to Duke of Newcastle. Lisboa, 19/02/1736.

¹⁷ AGI (Archivo General de Indias, Sevilla). Indiferente General, 2769. Carta de Felipe V ao governador e oficiais reais de Buenos Aires, 19/10/1736.

¹⁸ AGN (Archivo General de la Nación, Buenos Aires). División Colonia, Tribunales, Legajo C, n^o 13, expediente 6.

¹⁹ A partir de 1732, para tentar evitar o contrabando, o governo espanhol decidiu manter um feitor em cada porto onde atuasse a Companhia inglesa. Estes feitores deviam reportar-se diretamente a Tomás Geraldino, o diretor que representava os interesses espanhóis na sede da South Sea Company em Londres.

²⁰ Lucio Mir levanta algumas evidências (como a apreensão em 1742 de um paquebote inglês carregado de prata em frente à Colônia) de que o contrabando britânico seguiria incólume após o final do *Asiento*. Muito embora ele esteja correto no que se refere ao comércio ilícito em geral, no que tange ao comércio ilegal de escravos os portugueses parecem ter adquirido prevalência.

²¹ ACMRJ. Livro 6^a de óbitos de negros, índios, mulatos e cativos (1747-1774), fl. 12v.

²² De um total de 116 agentes mercantis atuantes na Colônia, 34 foram identificados nos livros de óbitos.

²³ Somamos os 17 registros onde ele aparece como consignatário com os 6 onde ele consta como proprietário dos escravos sepultados. Manuel Coelho Rosa, natural da freguesia da Sé da cidade do Porto, casou-se na praça platina em 27 de novembro de 1751 com Dona Vitória Silveira de Lacerda, tendo por testemunhas o governador da Colônia Luiz Garcia de Bivar e o também traficante de escravos Antônio da Costa Quintão. ACMRJ. Colônia do Sacramento - Livro 1^o de Batismos, casamentos e óbitos, fl. 209v.

²⁴ Entre 1735 e 1752 o porto do Rio recebeu 132.677 cativos africanos, uma média de cerca de 7400 escravos anuais. A estimativa de 10% enviados para o extremo sul pode estar sub-dimensionada, mas é compatível com os dados trazidos por observadores contemporâneos, que apontam números entre 400 e 1200 escravos contrabandeados por ano através da Colônia do Sacramento.

²⁵ Por evidência, consideramos todos aqueles registros onde havia um consignatário residente na Colônia do Sacramento e um proprietário de escravos residente no Rio de Janeiro.

²⁶ AHU-RJ. Cx. 203, D. 14315.

²⁷ AHU-RJ. Cx. 53, D. 5312 e Cx. 28, D. 2957. Entre as atribuições dos almoxarifes estava fiscalizar – juntamente com o provedor – o movimento da Alfândega e participar dos pregões públicos onde eram arrematadas as mercadorias arrecadadas como pagamento dos dízimos (SALGADO, 1985, p. 161).

²⁸ AHU-RJ. Cx. 49, D. 4902.

²⁹ AHU-RJ. Cx. 42, D. 4346 e Cx. 39, D. 4097.

³⁰ A partir de 1741 foi instituído um *donativo* para a provisão de ofícios nos domínios ultramarinos, uma possibilidade para a Coroa de obtenção de uma renda ampla, regular e renovável. Quem desejasse determinado ofício apresentava sua oferta, que era analisada pelo Conselho Ultramarino. Este órgão arrematava o ofício para aquele que oferecesse a maior quantia, desde que o postulante fosse apto ao serviço (GALLO, 2000, p. 106-107).

³¹ AHU-RJ. Cx. 40, D. 4107.

³² A lei de 8 de março de 1694 determinou a abertura de uma Casa da Moeda na cidade da Bahia (Salvador), tendo esta sido transferida para o Rio de Janeiro em 1698, onde operou por dois anos. Posteriormente, em 1702, foi reaberta a Casa da Moeda do Rio de Janeiro, a princípio para cunhar moedas de ouro.

³³ Em 1756, Antônio de Oliveira Durão e Antônio Pinto de Miranda, procuradores do cabido da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, fazem um requerimento ao rei solicitando que o provedor daquela casa nomeie novos moedeiros para cunhagem, contagem e guarda da produção de moedas, já que os moedeiros que lá trabalhavam estão impossibilitados de exercerem suas funções. AHU-RJ. Cx. 51, D. 5117.

³⁴ Conforme uma listagem de 1735 existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, existiam 123 moedeiros no Rio de Janeiro (COSTA, 2006, p. 138-142).

³⁵ AHU-RJ. Cx. 79, D. 18331. Compromisso da Mesa do Bem Comum do Comércio da Praça do Rio de Janeiro (1753).

³⁶ AHU-RJ. Cx. 37, D. 3928 e Cx. 54, D. 5388; AHU-RJ/CA. Cx. 58, D. 13498.

³⁷ Entre os anos de 1735 e 1752, o número estimado de escravos desembarcados na Bahia foi de 156.184, uma média de quase 8700 cativos africanos por ano, cerca de 18% a mais do que o Rio de Janeiro no mesmo período.

³⁸ Entre 1731 e 1735 entraram 37.114 escravos no porto do Rio de Janeiro, dos quais mais de um terço vinha da Bahia e de Pernambuco. Somente do porto de Salvador foram enviados 6.673 escravos nesse quinquênio (CAVALCANTI, 2005, p. 54).

³⁹ Os dados para o ano de 1648 indicam um total de 76 indivíduos, entre “mercadores de loja e homens de negócio” (SMITH, 1975, p. 283).

⁴⁰ Com o objetivo de estimular o comércio de escravos, desorganizado em virtude da ocupação do Castelo de São Jorge pelos holandeses, o governador da Bahia autorizou a construção de vinte e quatro navios destinados ao comércio com a Costa da Mina. Esses navios foram distribuídos entre os principais negociantes da Mesa do Bem Comum, que passaram a exercer um verdadeiro monopólio no comércio de escravos. (KIRSCHNER, 2005, p. 3).

⁴¹ O engenheiro José Antônio Caldas (c. 1725-1782) era natural de Salvador, tendo escrito esta obra por incumbência da Academia dos Renascidos. Ele elabora seu

texto como conhecedor das práticas políticas e sociais de uma classe particular, a dos comerciantes, associadas às suas condições de existência e modo de organização (XIMENES, 2011, p. 140).

⁴² ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa). Habilitações do Santo Ofício, maço 18, nº 380.

⁴³ A Casa da Moeda da Bahia fora originalmente criada em 1698, mas depois transferida para Pernambuco e Rio de Janeiro. Em 1714 foi reaberta em Salvador, operando até 1830.

⁴⁴ AHU-BA. Cx. 145, D. 11139.

⁴⁵ AHU-BA.Cx. 152, D. 11641.

⁴⁶ AHU-BA/Castro Almeida. D. 5957: “Mapa dos moedeiros da cidade da Bahia com indicação dos filhos, caixeiros que cada um deles possuía”. Bahia, 15 de abril de 1762.

⁴⁷ A principal função da Mesa da Inspeção da Bahia consistia no controle da qualidade do açúcar e do tabaco exportado pela capitania, na fiscalização dos seus preços e no combate ao contrabando. Cabia-lhe também verificar a carga dos navios que saíam e entravam em Salvador, distribuir o carregamento dos navios entre os negociantes da praça, além de fornecer passaportes para todos que deixavam a capitania. (KIRSCHNER, 2005, p. 1-2).

⁴⁸ Estas operações aconteciam em Luanda durante o século XVII, por onde passavam as frotas das Índias no retorno. Possivelmente transações semelhantes fossem realizadas na Costa da Mina durante o século XVIII (onde também os têteis eram artigos importantes no tráfico), sendo os panos asiáticos comprados de mercadores estrangeiros, ingleses ou holandeses.

⁴⁹ A Carta Régia de 27 de março de 1744 revogou disposições anteriores que determinavam que as casas monetárias do Brasil só cunhassem moedas de ouro para a Metrópole (COIMBRA, 1959, p. 229). A Casa da Moeda do Rio de Janeiro cunhou séries de moedas de prata provincial entre os anos de 1748-1750, nos valores de 160, 320 e 640 réis, diante da abundância do metal argênteo que chegava da Colônia do Sacramento.

Referências

- ACIOLI, Gustavo & MENZ, Maximiliano. Resgate e mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (século XVIII). *Afro-Ásia*, n. 37, 2008, p. 43-73.
- ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2006.
- AITON, Arthur S. The Asiento Treaty as Reflected in the Papers of Lord Shelburne. *The Hispanic American Historical Review*, v. 8, n. 2, p. 167-177, 1928.
- ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1968.
- BROWN, Vera Lee. *The South Sea Company and Contraband Trade*. In: *The American Historical Review*, v. 31, n. 4, jul. 1926, p. 662-678.
- CALDAS, José Antônio. Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, Salvador, n. 57, 1931.
- CANDIDO, Mariana P. Merchants and the Business of the Slave trade at Benguela, 1750-1850. *African Economic History*, v. 35, p. 1-30, 2007.
- CAVALCANTI, Nireu. O comércio de escravos novos no Rio setecentista. In: FLORENTINO, Manolo (Org.) *Tráfico, cativo e liberdade – Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 15-77.
- COIMBRA, Álvaro da Veiga. Noções de numismática brasileira (III). Reinado de D. João V (1706-1750). *Revista de História*, v. 19, n. 39, 1959, p. 215-271.
- COSTA, Grasiela Frago da. *A Casa da Moeda do Rio de Janeiro: a instituição e seus membros, c. 1694 - c. 1750*. Rio de Janeiro: PPG - História UFRJ, 2006.
- DONOVAN, William M. *Commercial enterprise and Luso-Brazilian society during the Brazilian gold rush: The mercantile house of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil trade, 1695-1750*. Baltimore: The John Hopkins University, PhD dissertation, 1990.
- ELLIOTT, J. H. *Empires of the Atlantic World – Britain and Spain in America, 1492-1830*. New Haven & London: Yale University Press, 2006.
- FERNÁNDEZ DURAN, Reyes. *La Corona Española y el tráfico de negros – Del monopolio al libre comercio*. Madrid: Ecobook – Editorial Del Economista, 2011.

GALLO, Alberto. La venalidad de oficios públicos en Brasil durante el siglo XVIII. In: Marco Bellingeri (Coord.). *Dinámicas de Antiguo Régimen y orden constitucional: representación, justicia y administración en Iberoamérica, siglos XVII-I-XIX*. Torino: Otto Editore, 2000, p. 97-175.

KIRSCHNER, Tereza C. A administração portuguesa no espaço atlântico: a Mesa da Inspeção da Bahia (1751-1808). Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. Lisboa: Biblioteca Digital Instituto Camões, 2005.

LISANTI F^a, Luis. *Negócios Coloniais* – Uma correspondência comercial do século XVIII. Brasília: Ministério da Fazenda, 1973.

MILLER, Joseph. *Way of Death* – Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

MIR, Lucio B. *Ladrones de Guante Blanco* – La corrupción porteña em tiempos de la South Sea Company (1713-1752). Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008.

NELSON, George H. Contraband Trade Under the Asiento, 1730-1739. *The American Historical Review*, v. 51, n. 1, out. 1945, p. 55-67.

OLIVEIRA, Lucimeire da Silva. Para além da praça mercantil: notas sobre laços de parentesco e alianças matrimoniais dos homens de negócio da praça do Rio de Janeiro setecentista. In: FRAGOSO, J.; GUEDES, R.; SAMPAIO, A. (Org.). *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 259-277.

O'MALLEY, Gregory E. *Final Passages* - The Intercolonial Slave Trade of British America, 1619-1807. Chapel Hill: University of North Carolina Press/Omohundro Institute, 2014.

ORIOLI, Júlia P. *Identidade e mobilidade na comunidade de comerciantes de escravos em Angola no final do século XVIII*. Brasília: PPG-História/UnB, 2013.

PALMER, Colin A. *Human Cargoes: The British Slave Trade to Spanish America, 1700-1739*. Urbana; London: University of Illinois Press, 1981.

PAUL, Helen J. *The South Sea Company's Slaving Activities*. Southampton: School of Social Sciences, Economics Division, University of Southampton, 2009.

PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte* – A economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos. Jundiá: Paco Editorial, 2013.

PESAVENTO, Fábio; GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Contratos e Contratadores do Atlântico Sul na segunda metade do setecentos. *História, histórias*. Brasília, v. 1, n. 1, 2013. p. 72-87.

PRADO, Fabrício P. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: Fumproarte, 2002.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. O comércio das almas e a obtenção de prestígio social: traficantes de escravos na Bahia ao longo do século XVIII. *Locus – Revista de História*, v. 12, n. 2, Juiz de Fora, 2006, p. 9-27.

_____. The Transatlantic Slave Trade to Bahia, 1582-1851. In: ELTIS, David; RICHARDSON, David (Ed.). *Extending the Frontiers – Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*. New Haven & London: Yale University Press, 2008, p. 130-154.

SALGADO, Graça (Coord.) *Fiscais e Meirinhos – A administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio. *Conquistadores e negociantes – Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos: América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 225-264.

_____. Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na Trama das Redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 459-484.

SMITH, David Grant. *The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a socio-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1699*. Austin: The University of Texas, PhD dissertation, 1975.

SORSBY, Victoria G. *British Trade with Spanish America under the Asiento (1713-1740)*. London: Department of History/University College of London, PhD thesis, 1975.

SOUSA, Rita Martins de. *Moeda e metais preciosos no Portugal setecentista: 1688-1797*. Temas portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006.

SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. A centralidade/capitalidade econômica de Salvador no século XVIII. In: Evergton Sales Souza, Guida Marques e Hugo R. Silva (Org.). *Salvador da Bahia - Retratos de uma cidade atlântica*. Salvador, Lisboa: Edufba, CHAM, 2016, p. 99-125.

SOUZA, Cândido Eugênio D. *Perseguidores da espécie humana: capitães negreiros da Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII*. Salvador: PPG-História/UFBA, dissertação de mestrado, 2011.

STARK, David M. A New Look at the African Slave Trade in Puerto Rico through the use of parish registers: 1660-1815. *Slavery and Abolition*. v. 30, n. 4, dez. 2009, p. 491-520.

STUDER, Elena F. S. de. *La trata de negros en el Rio de la Plata durante el siglo XVIII*. Buenos Aires: Libros de Hispanoamerica, 1984 (1958).

XIMENES, Cristiana Ferreira L. *Bahia e Angola: redes comerciais e o tráfico de escravos (1750-1808)*. Niterói: PPG-História/UFF, 2012.

Recebido em: 30/12/2016

Aprovado em: 20/03/2017

Conexões Atlânticas: redes comerciais entre o Rio da Prata e os Estados Unidos (1790-1822)

Fabrcício Prado*

Resumo: Este artigo analisa a presença comercial norte-americana no Rio da Prata, especificamente em Montevideu entre 1790 e 1822. Nas primeiras décadas do século XIX, a presença comercial dos E.U.A. cresceu nos territórios americanos sob controle das monarquias ibéricas no Atlântico Sul. Comerciantes norte-americanos utilizaram diferentes estratégias comerciais para penetrar nos mercados espanhóis do Rio da Prata utilizando redes de comércio construídas no contexto do colonialismo ibérico. Durante a década de 1810, os comerciantes norte-americanos mantiveram as suas ligações com as monarquias espanhola e portuguesa, obtendo acesso legal aos portos ibero-americanos.

Palavras-chave: Mundo Atlântico. Comércio. Contrabando. Tráfico de escravos. Independências. Redes sociais. Rio da Prata.

Durante as últimas décadas do colonialismo espanhol e durante o período das guerras revolucionárias na América Latina (1810-1822), conflitos intermitentes interromperam o sistema comercial que ligava a Espanha a seus territórios americanos. Historiadores dos processos de independência na América Latina enfatizam a importância da penetração comercial estrangeira na reconfiguração dos padrões comerciais no Atlântico Ibérico. O crescimento das

* Doutor em História da América Latina pela Emory University (Atlanta, EUA), Professor do College of William and Mary/Department of History. E-mail: fprado@wm.edu

trocas comerciais entre súditos de impérios atlânticos estrangeiros e súditos hispano-americanos é considerado crucial para a crise do império espanhol. Especialmente durante as Guerras Napoleônicas, o Império Espanhol permitiu o comércio com nações neutras nas suas colônias americanas. No Rio da Prata, o comércio com os nações neutras teve impacto econômico substancial (PRADO, 2015, p. 1-15). Os historiadores do Rio de Prata ressaltam o aumento do comércio com estrangeiros (especialmente britânicos), como cruciais para o processo da região de obter autonomia política e livre-comércio (FISHER, 1998, p. 459-479). Entretanto, apesar da pouca atenção por parte dos historiadores, na década de 1790 e durante as turbulentas duas primeiras décadas do século XIX, comerciantes americanos penetraram nos mercados hispano-americanos de forma significativa. O número de navios mercantes anglo-americanos em Montevideu durante o período entre 1797 e 1822 é semelhante ao número de navios britânicos. Mais ainda, o comércio com norte-americanos experimentou picos durante os anos em que a cidade estava sob controle ibérico (até 1814 espanhol, e entre 1817-1822 luso-brasileiro). Dessa forma, o comércio Estadounidense-Montevideano foi crucial à manutenção de projetos políticos lealistas e monarquistas no Atlântico sul nas duas primeiras décadas do século XIX.¹

Este artigo examina a presença comercial de comerciantes norte-americanos no Rio da Prata, especificamente em Montevideu. Nas primeiras décadas do século XIX, a presença comercial dos EUA cresceu nos territórios americanos sob o controle das monarquias ibéricas no Atlântico Sul. Comerciantes norte-americanos penetraram nos mercados do Rio da Prata utilizando redes de comércio construídas no contexto do colonialismo ibérico. Durante a década de 1810, os comerciantes norte-americanos mantiveram as suas ligações com as monarquias espanhola e portuguesa, obtendo acesso legal aos portos ibero-americanos.

Ao examinar o período tardo-colonial e os processos de independências no Rio da Prata, historiadores tenderam a concentrar-se na compreensão do crescimento e eventual preeminência do Império

Britânico na região (BROWN, 2008). A presença norte-americana no Rio da Prata durante os últimos anos de domínio espanhol foi negligenciada por historiadores, em parte devido ao crescente envolvimento e presença dos Estados Unidos no México e no Caribe espanhol, e à proclamação da Doutrina Monroe na década de 1820 (CHANDLER, 1917). Arthur Whitaker, em seu influente livro *Os Estados Unidos e a Independência da América Latina*, sugere que entre 1810 e 1830, o público nos Estados Unidos “testemunhou a descoberta da América Latina” (WHITAKER, 1964, p. 6). Além disso, Whitaker enfatiza a importância dos laços político-econômicos entre norte-americanos e latino-americanos no período pós-Doutrina Monroe, sugerindo a existência de laços de solidariedade e apoio baseados em ideais republicanos. Em 1826, das dez legações diplomáticas norte-americanas, cinco estavam localizadas em novas repúblicas da América Latina (Buenos Aires, Bogotá, Santiago do Chile, México e Peru), enquanto as demais estavam todas na Europa (WHITAKER, 1964; FITZ, 2013).² No entanto, uma análise mais aprofundada das relações comerciais entre os Estados Unidos e o Rio de la Prata mostra um quadro diferente. Durante o século XIX até a década de 1820, o comércio entre os Estados Unidos e os territórios hispano-americanos ainda estava profundamente ligado às monarquias ibéricas, no que os historiadores Paquette e Brown identificaram como continuidades após o colonialismo (PAQUETTE; BROWN, 2013).

O apoio e o reconhecimento norte-americano aos governos revolucionários na América do Sul não foi imediato. Como observa Jay Sexton, “nos anos de 1810 e 1820 os Estados Unidos ainda estavam no processo de consolidar sua independência e unidade interna” (SEXTON, 2013, p. 140). Além disso, os Estados Unidos do início do século XIX não era o país poderoso do final dos anos 1800 e tinha muito a temer dos impérios do Velho Mundo em relação ao seu status político e comercial. Nas duas primeiras décadas do século XIX, a “jovem república” da América do Norte encontrou não apenas maneiras de evitar as turbulências políticas derivadas das Guerras Napoleônicas utilizando-se das reformas comerciais liberalizantes do império espanhol, mas também conseguiu lucrar durante tal período de crise e instabilidade no Atlântico (SEXTON, 2013, p. 140-141; POMPEIAN, 2013). Negociar com

comerciantes lealistas de Montevideu e mais tarde com a administração monarquista luso-brasileira foi uma maneira diplomática e comercialmente segura de conduzir negócios na região. Manter os laços com os impérios ibéricos em perigo foi uma forma de penetrar os mercados sul-americanos contando com certa segurança legal e comercial sem perturbar as relações diplomáticas com outras potências europeias.

A rivalidade entre Montevideu e Buenos Aires na crise da monarquia espanhola

O processo de independência no Rio da Prata foi complexo envolvendo várias facções regionais assim como agentes políticos internacionais. Enquanto Buenos Aires rompia com o domínio espanhol no início da década de 1810, Montevideu permaneceu como um bastião lealista no Rio da Prata até 1814. Durante esse período, as elites de Montevideu mantiveram a centralidade dos *pueblos* como fonte de soberania na área, o cabildo de Montevideu exerceu influência sobre o território de toda a província, ao mesmo tempo que a exploravam as diversas brechas legais das políticas comerciais para aumentar o intercâmbio comercial com potências estrangeiras, especificamente com a comunidade comercial do Rio de Janeiro. A diferença nas maneiras como as elites políticas e econômicas de Buenos Aires e Montevideu reagiram à crise monárquica em Espanha constituiram o ápice de disputas que já se desenrolavam desde as últimas décadas do período colonial.

A expulsão dos portugueses da Colônia do Sacramento, em 1777, provocou profundas mudanças econômicas, políticas e sociais no estuário do Rio da Prata. No final da década de 1770, quando Buenos Aires tornou-se a capital do recém-fundado Vice-reinado do Rio da Prata, Montevideu tornou-se o principal porto atlântico no estuário do Rio da Prata. Montevideu foi beneficiada pelas Reformas Bourbonicas tornando-se o porto de escala obrigatório para todos os navios que entram no Rio da Prata a partir do Oceano Atlântico, o único porto autorizado para o desembarque de escravos, e a base da frota naval espanhola Sul (e teve as Malvinas assim como os assentamentos patagônicos sob sua jurisdição). Além

disso, Montevideu foi sede da recém-criada *Comandacia del Resguardo* (órgão encarregado de reprimir o comércio ilegal, tanto marítimo como terrestre). Esta nova arquitetura imperial na região permitiu o surgimento de novos grupos comerciais e políticos baseados em Montevideu, bem como exigiu que comerciantes de Buenos Aires passassem a manter procuradores e apoderados em Montevideu, a fim de encaminhar as operações e agências comerciais através de autoridades Montevideanas.

O status imperial recém-adquirido não foi a única variável que contribuiu para o crescente papel comercial de Montevideu no final do século XVIII. Após a queda da Colônia do Sacramento, Montevideu tornou-se o centro das relações comerciais com os comerciantes portugueses e britânicos. Uma vez que as tropas espanholas conquistaram Sacramento em 1777, ricos e bem conectados comerciantes luso-platinos mudaram-se para Montevideu, onde eles criaram alianças com a emergente elite Montevideana. Estes indivíduos ocuparam papéis estratégicos ao reconectar o comércio do Rio da Prata com a América portuguesa. Entre 1778 e 1806, mais de 500 embarcações navegaram entre a América portuguesa e Montevideu, muitas vezes utilizando-se de diferentes pretextos legais para introduzir bens manufacturados europeus, açúcar, tabaco, e escravos em territórios espanhóis. Por volta de 1800, Montevideu era o principal porto da região no que diz respeito ao comércio transatlântico, e as elites de Montevideu contavam com redes de comércio de longa data com comerciantes luso-brasileiros.

As tensões entre as comunidades mercantis de Buenos Aires e Montevideu emergiram durante a década de 1790 sob a forma de uma série de casos legais. Os comerciantes *porteños* questionaram legalmente o status de Montevideu como porto de escala obrigatório para todos os navios atlânticos que entram no estuário, e questionaram também a jurisdição das autoridades Montevideanas sobre a repressão do contrabando marítimo.³ Apesar da dependência das elites comerciais de Montevideu dos mercados e do capital de Buenos Aires, os comerciantes de Montevideu não só defenderam o status legal do porto da Banda Oriental, mas também peticionaram à Coroa seu próprio Consulado de Comércio como uma tentativa de aumentar sua autonomia em relação às elites mercantis

de Buenos Aires. A divergência de interesses entre as comunidades de Montevideu e de Buenos Aires ficou ainda mais explícita depois das invasões britânicas de 1806-1807. Após a expulsão das forças invasoras de Buenos Aires, os comerciantes britânicos puderam permanecer em Montevideo por sete meses. Durante este período, os comerciantes de Montevideu lucraram com a aquisição de bens britânicos a preços de pechincha. Essa manobra provocou revolta entre os círculos mercantis de Buenos Aires.⁴ Além disso, depois das invasões britânicas, Santiago de Liniers, vice-rei provisório do Vice-Reino do Prata, apoiado pelas elites e forças militares de Buenos Aires, tentou despojar Montevideo de sua condição de base da frota do sul, bem como da jurisdição da cidade sobre as Ilhas Malvinas e sobre os assentamentos patagônicos (STREET, 1959). Em 1808, as elites de Buenos Aires e de Montevideu estavam em desacordo entre si em matérias políticas, legais e comerciais.

A crise política desencadeada pela invasão de Napoleão à Península Ibérica colocou as duas principais cidades portuárias do Rio da Prata em uma encruzilhada. Como resultado, o Cabildo Abierto de Montevideu criou sua própria Junta que jurou lealdade à Junta Suprema de Sevilha, não reconhecendo a liderança de Buenos Aires. Tal dissensão foi reforçada em maio de 1810, quando os cabildantes de Montevideu recusaram-se a seguir a radicalização da Junta de Buenos Aires e deposição do vice-rei Cisneros (1809-1810), o último vice-rei de Buenos Aires. A partir desse momento, Montevideu tornou-se o centro do lealismo espanhol no Rio da Prata. As elites de Montevideu proclamaram Montevideu como a nova capital do vice-reinado, e, o então governador da cidade, Francisco Javier de Elío, como novo vice-rei do Rio da Prata. As elites de Montevideu mantiveram as instituições administrativas do antigo regime, o projeto monárquico, e o princípio de *soberania particular de los pueblos*, com os cabildos como fonte de poder local. Este projeto, no entanto, não foi unânime, e no interior da Banda Oriental, projetos políticos rivais, republicanos, contaram com a adesão de um grande segmento da população rural.

Entre 1810 e 1814, Montevideo manteve-se fiel à monarquia espanhola e manteve relações comerciais ativas com a América portuguesa, com os Estados Unidos e com a Grã-Bretanha.⁵ O bastião

lealista de Montevideo caiu frente os ataques de forças revolucionárias de Buenos Aires (1814), posteriormente a cidade passou ao controle das forças da confederação de Artigas (1815), e por fim as forças do Império Luso-Brasileiro ocuparam Montevideu e a Banda Oriental (1816). O controle luso-brasileiro sobre Montevideo e a Banda Oriental, sob a hábil liderança de Carlos Lecor, o Barão da Laguna, perdurou até a independência brasileira, em 1822. A independência formal do Brasil provocou uma divisão entre tropas leais ao rei lusitano e tropas portuguesas em favor do imperador brasileiro. Após a independência do Brasil, tropas leais à monarquia portuguesa ocuparam Montevideu, deslocando as tropas brasileiras sob o comando de Lecor para o interior da Banda Oriental. O conflito entre estas duas facções durou até 1824 e foi um dos mais longos e violentos movimentos de resistência à independência brasileira. No rescaldo da “guerra civil” luso-brasileira, um grupo de caudilhos, os chamados 33 Orientais (1825), invadiu a Banda Oriental para acabar com o governo luso-brasileiro na região. Este foi o estopim da guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas e, finalmente, culminou na independência do Uruguai em 1828. Durante a ocupação luso-brasileira (1817-1822), houve um aumento significativo do comércio com portugueses, britânicos e norte-americanos. Essas relações comerciais tiveram sua origem nas últimas décadas do período colonial.

Presença Comercial Estadounidense no Rio da Prata até 1808

Entre 1778 e 1810, um mínimo de 740 navios foram envolvidos no comércio trans-imperial com a região do Rio da Prata (Montevideu). Deste total, 286 navios eram portugueses (38,6%), 271 espanhóis (36,6%), 86 anglo-americanos (11,6%), 92 navios britânicos (12,4%), 3 franceses (0,5%) e 2 dinamarqueses. Em alguns casos, não havia informação, e, em outros casos, os documentos encontravam-se deteriorados, de modo que a informação acerca da bandeira de origem não era legível em 42 registros.⁶

A prevalência de navios portugueses e espanhóis deve ser considerada no contexto de conflitos atlânticos intermitentes, comércio

neutro, e políticas comerciais mais livres em relação ao tráfico de africanos escravizados. Durante este período, comerciantes do Rio da Prata aproveitaram as leis espanholas permitindo comércio com nações neutras e usaram navios portugueses para enviar mercadorias, prata e informações para Espanha sob a proteção da frota luso-brasileira. A presença norte-americana no Rio da Prata deve ser entendida no contexto do comércio com nações neutras e as reformas liberalizantes do império espanhol no período tardo colonial.

Os comerciantes anglo-americanos apareceram em números significativos na região munidos de licenças comerciais espanholas obtidas sob as leis de comércio neutro de 1797 (ALDEN, 1969, p. 267-288). Os comerciantes norte-americanos foram rápidos em compreender as novas oportunidades comerciais em territórios espanhóis; no entanto, apesar das medidas liberalizantes do império espanhol, havia risco significativo nessas operações. Em 1801/1802, vários comerciantes norte-americanos enfrentaram problemas com autoridades espanholas no Rio da Prata. Como parte de uma demonstração de força das autoridades locais em relação a prescrição dos decretos comércio neutro em 1800, as autoridades rio-platenses embargaram diversos navios mercantes dos EUA no Rio da Prata, impedindo-os de continuar suas viagens.⁷ O incidente de 1802 apareceu nas páginas de jornais dos EUA em diferentes regiões.⁸

O incidente dos navios embargados ilumina o escopo das atividades mercantes americanas no Rio da Prata. O incidente envolveu cerca de 44 navios americanos no Rio da Prata (incluindo embarcações em Buenos Aires e Montevideo). A maioria das embarcações embargadas eram provenientes de portos na Nova Inglaterra: 22 de Boston, 5 de Rhode Island e um navio de New Hampshire, Massachusetts, e Nova York, respectivamente. Quinze navios da Filadélfia encontraram dificuldades legais no Rio da Prata. Nas páginas do New York Evening Post, um “respeitável cavalheiro americano em Buenos Aires”, exigiu que o governo dos EUA intervisse diretamente junto a corte Espanhola a favor dos comerciantes americanos.⁹ O artigo mencionava 32 embarcações americanas confiscadas pelas autoridades espanholas que transportavam “bens no valor de três milhões de dólares”.¹⁰ A tonelagem média desses navios norte-americanos era de aproximadamente 330 toneladas, o que indica uma

grande capacidade de carga dos navios estadunidenses, permitindo longas viagens inter-oceânicos com pontos de comércio multi-lateral, envolvendo portos e agentes em diferentes impérios.¹¹ Muitos destes navios estavam no meio de viagens mais longas, visitando outros portos na América do Sul e na Ásia (CHANDLER, 1917, p. 40). Como resultado, o embargo de embarcações dos EUA no Rio da Prata trazia consequências ainda mais significativas, para além do Rio da Prata, visto da impossibilidade dos barcos norte-americanos prosseguirem para seus próximos portos de escala. O incidente foi resultado da determinação das autoridades espanholas em suprimir os comerciantes que estendem a validade de licenças de comércio neutral. Este episódio primeiro e acima de tudo ensinou comerciantes americanos da importância de ter pelo menos pretextos legais e conexões locais com as autoridades hispano-americanas.

Com o restabelecimento de licenças comerciais neutras, em 1805, o comércio americano no Rio da Prata experimentou um rápido ressurgimento. Durante 1805 e 1806, 46 navios americanos entraram no Porto de Montevideú. Os navios norte-americanos entraram legalmente no Rio da Prata sob licenças espanholas para o comércio com países neutros. As concessão de licenças de comércio neutral para navios dos EUA permitindo-os atracar em Montevideú revela a complexa relação comercial envolvendo comerciantes norte-americanos e a Coroa Espanhola. Navios norte-americanos recebiam licenças para transportar mercadorias de Montevideú para La Habana – especialmente tasajo, para o transbordo de mercadorias, prata e informações para a Europa, e para o comércio regular de frutos do país. Em 1806, o comerciante da Filadélfia, Frances Brenil, obteve licença para adquirir couros e charque em Montevideú como recompensa por fornecer trigo e outros bens nos anos anteriores para Porto Rico.¹² Os comerciantes americanos comprederam a importância de artifícios legais quando tratando com súditos da monarquia espanhola a fim de assegurar a segurança de suas operações sul-americanas. Além disso, os comerciantes anglo-americanos estavam lucrando com o abastecimento das colônias espanholas nas Américas e simultaneamente obtendo acesso aos seus mercados.

Comerciantes americanos também se utilizaram da liberalização no comércio de escravos para explorar as oportunidades comerciais

nas colônias hispano-americanas. Dos 86 navios norte-americanos que entraram no estuário do Rio da Prata entre 1797 e 1810, 58 estavam envolvidos em operações de escravatura e 26 desses navios também carregavam cargas comerciais junto com escravos (embora tecnicamente proibido pelas leis espanhola). Embora apenas 48 navios tenham saído diretamente da África rumo ao Rio da Prata, outros 8 navios negreiros tocaram outros portos das Américas (Rio de Janeiro, Bahia). Outros dois barcos escravistas dos EUA embarcaram pessoas escravizadas no Rio de Janeiro para se dirigirem posteriormente ao Rio da Prata. Das viagens escravistas americanas, uma foi contrabando, visto que desembarcou escravos em 1809, após a proibição estadunidense do tráfico em 1808.¹³ O tráfico de escravos nos Estados Unidos foi responsável por 8,2% das viagens escravas totais ao Rio da Prata, ou 11% das viagens para Montevidéu entre 1780 e 1809. Outras duas viagens chegaram durante a ocupação britânica de Montevideo em 1807.¹⁴

Quanto aos portos de origem das viagens escravistas dos Estados Unidos, a Nova Inglaterra foi a região de origem de aproximadamente 56% das viagens negreiras dos Estados Unidos ao Rio da Prata (31). Rhode Island (Providence, Bristol, Newport) sozinha foi a região de origem de 23 viagens escravistas (40%). Outros portos que enviaram navios negreiros para o Atlântico Sul incluíam Portland, Maine e Boston, MA. O porto de Charleston foi a origem de 6 viagens escravistas, e Portsmouth, uma. Durante o período de 21 anos em que foram registradas expedições escravistas dos Estados Unidos para o Atlântico sul, Rhode Island estava no centro do tráfico de escravos dos Estados Unidos para o Rio da Prata. Embora o Rio da Prata não fosse uma região central para os traficantes de escravos dos Estados Unidos (os traficantes de escravos dos Estados Unidos apareceram esporadicamente no comércio platino), embarcações de Rhode Island chegaram à região entre 1797 e 1807 (MARQUES, 2016, p. 23). Tais padrões observados para o tráfico de escravos dos EUA ao Rio da Prata refletem aproximadamente o padrão geral de viagens de escravos organizadas nos Estados Unidos durante o período.

Atestando a natureza trans-imperial e multi-lateral dos traficantes de escravos dos Estados Unidos, as embarcações estadunidenses utilizavam portos ibéricos independentemente de serem portugueses ou espanhóis. Enquanto duas viagens começaram diretamente do Rio de Janeiro levando escravos para o Rio da Prata, outras 8 expedições utilizaram o Rio de Janeiro como escala, seja a caminho para a costa africana, ou no retorno da África a caminho do Rio da Prata. Outras embarcações dos Estados Unidos também aportaram na Bahia quando a caminho do Rio da Prata.¹⁵ Depois de entrar em portos brasileiros, os navios dos Estados Unidos eram normalmente autorizados a permanecer por um período variando de dez dias a um mês inteiro, e recebiam autorizações limitadas para negociarem (normalmente relacionadas com reparos ou aquisição de suprimentos). Esse padrão se encaixa no movimento geral do tráfico de escravos nos Estados Unidos no período do fortalecimento das ligações com os circuitos brasileiros de comércio de escravos (MARQUES, 2015, p. 53-55).

Comércio Estadounidense no Rio da Prata Durante a longa década revolucionária (1808-1822)

Na longa década de 1810, a presença norte-americana tendeu a coincidir com o controle espanhol sobre Montevideú (1810-1814), ou luso-brasileiro no Rio da Prata (1817-1822). As Tabelas 1 e 2 mostram um claro aumento no número de embarcações norte-americanas que entraram oficialmente no porto de Montevideú durante anos de controle lealista e monárquico sobre Montevideú e Banda Oriental.

Tabela 1 - Ships Entering the Port of Montevideo

Year/Flag	Spanish	Portuguese	English	US	Other	Total
1805	7	18	0	17	6	48
1806	21	19	0	29	7	76
1807*	0	2	0	0	0	2*
1808	58	11	10	5	1	85
1809	83	23	29	9	1	145
1810	118	30	56	24	1	229
1811	91	25	23	50	2	191
1812	60	26	10	9	0	105
1813	37	40	0	0	0	77
1814	14	21	3	0	0	38

Fonte: AGNU – ExAGA Libro 95 – Aduana, Libro de Entrada de Embarcaciones, * Missing Data

Tabela 2 - Ships Entering the Port of Montevideo

	Spanish	Port	Brit.	US	French	Nac.	BsAs	Other	Total
1817	0	13	13	6	2	-	13	0	47
1818	2	52 48%	17 16%	12 11%	5 5%	-	18 16%	3 3%	109
1819*	0	4	4	2	-	-	-	0*	10
1820	0	123 48%	49 19%	32 13%	20 8%	-	16 6%	14 5%	254
1821	0	121 34%	90 25%	57 16%	26 7%	22 6%	18 5%	25 7%	359
1822	1	0	73 19%	68 18%	18 5%	187 48%	25 6%	11 3%	383

Fonte: AGNU - ExAGA Libro 99 Aduana, Libro de Entrada de Embarcaciones, * Missing data.

Entre 1810 e 1812, 83 navios norte-americanos entraram no porto de Montevidéu. Embarcações comerciais dos Estados Unidos utilizavam ainda das prerrogativas do comércio neutral entre 1810 e 1814. Durante esse período, os comerciantes norte-americanos desempenharam um papel crucial no fornecimento de trigo, munições e armas aos exércitos que lutavam contra Napoleão na Península Ibérica. Como resultado, negociantes estadunidenses utilizaram-se desta conjuntura para penetrar também em outros mercados hispano-americanos. Para os comerciantes montevidéanos, o comércio com os anglo-americanos representava a possibilidade de manter o comércio trans-imperial enquanto a cidade permanecia leal à Espanha. Em 1810, os navios norte-americanos constituíam a terceira maior frota estrangeira em Montevidéu. Em 1811, os comerciantes dos EUA foram a maior frota mercante estrangeira, aproximadamente 1 em cada 4 navios ancorados em Montevidéu. Enquanto as guerras napoleônicas interromperam as tradicionais rotas comerciais na Europa, os comerciantes anglo-americanos encontraram condições para lucrar. Em 1811, os navios britânicos representaram apenas 12% do movimento anual do porto, contra o forte aumento da presença EUA-América (26%). A guerra entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, em 1812, teve efeito adverso sobre o comércio norte-americano no Rio da Prata. O ano de 1812 foi marcado por um declínio geral no movimento de embarcações no porto de Montevidéu (apenas 105, em comparação com 191 em 1812). Os navios americanos representaram 9% do movimento naval Atlântico, enquanto os navios britânicos compreendiam mais 10% do movimento do porto de Montevidéu.

Os anos 1814 e 1816 foram marcados por intensa turbulência política e econômica no Rio da Prata. Em 1814, o governo lealista de Montevidéu caiu sob o controle das forças revolucionárias de Buenos Aires. Quase um ano depois, as tropas revolucionárias da Confederação de Artigas ocuparam a cidade. Em 1817, por convite/pedido das elites mercantis de Montevidéu, tropas luso-brasileiras invadiram e ocuparam Montevidéu e a Banda Oriental. Em 1820,

a Banda Oriental foi formalmente anexada ao Império Luso-Brasileiro como a Província Cisplatina, com sua capital em Montevidéu.

A ocupação e anexação de Montevidéu e da Banda Oriental pelo Império Luso-Brasileiro representou os interesses das elites mercantis de Montevidéu envolvidas no comércio trans-imperial. O projeto monárquico para a área envolveu a manutenção de instituições coloniais (incluindo Cabildos, autoridades administrativas e instituições comerciais). Para as elites mercantis Montevideanas, tornar-se uma província do Império Luso-Brasileiro era uma forma de manter redes comerciais com a América portuguesa e países estrangeiros no Atlântico, especialmente Inglaterra e Estados Unidos.

O movimento de navios mercantes norte-americanos no Rio da Prata experimentou um significativo incremento durante o período da Cisplatina. Entre 1818 e 1822, os navios norte-americanos constituíram a segunda maior frota mercante estrangeira em Montevidéu, atrás apenas dos navios britânicos.¹⁶ Durante este período, quase metade dos navios que chegam a Montevidéu eram luso-brasileiros (navios luso-brasileiros aparecem sob a bandeira “Nacional”). No entanto, a maior parte dos navios luso-brasileiros eram navios de tamanho médio a pequeno, utilizados principalmente na navegação costeira. A reduzida tonelagem das embarcações luso-brasileiras fica explícita quando comparada com a tonelagem média de navios britânicos ou americanos que operavam no Rio da Prata. A tonelagem média para os navios que saíram de Buenos Aires em 1823 indicou que a em média embarcações portuguesas tinham capacidade de 97 toneladas, contra 225 toneladas por navio norte-americano, e 166 toneladas por navio inglês (BARBA, 1978, p. 60-70). Dessa forma, apesar do número total de embarcações britânicas e norte-americanas ter sido inferior ao número de barcos luso-brasileiros, a grande capacidade dos barcos provenientes do Atlântico norte também indicava, especialmente no caso dos navios norte-americanos, que eles estavam envolvidos em comércio multilateral, em viagens longas, comprando e vendendo mercadorias em diferentes portos ao longo da viagem.

O itinerário oficial dos navios norte-americanos que entraram no porto de Montevidéu entre 1818 e 1822 revelam um padrão multilateral de comércio que ligava vários portos da América do

Sul, da América do Norte, do Caribe, da Europa e da Ásia. Os navios americanos tendiam a fazer escala em vários portos durante uma viagem, adquirindo bens e produtos em função da demanda comercial do(s) próximo(s) portos(s), ou produtos de valor comercial no porto de retorno final da viagem. Navios norte-americanos poderiam deixar Filadélfia ou Boston, parar em Cuba, no Rio de Janeiro, adquirir açúcar, rum e vendê-los no Rio da Prata. Na viagem de volta, Hamburgo poderia ser um porto de escala, onde Cascarilla (casca Cinchona para produção de quinino) e couros estavam em demanda. Entretanto, a maioria dos navios americanos que zarpou para Montevideu nas décadas de 1810 e 1820 declarou intenções de retornar para um porto nos Estados Unidos. Cerca de um terço dos navios norte-americanos deixaram o porto de Montevideu declarando como destino Buenos Aires, Colônias Estrangeiras, Hamburgo, La Habana ou Rio de Janeiro. Entre 1810 e 1822, aproximadamente dois terços de todos os navios norte-americanos que entraram em Montevideu pararam em um ou mais portos de escala no caminho para o Rio da Prata. Os portos ao longo da costa do Brasil (Rio e Bahia) foram os portos mais comumente utilizados, mas La Habana e até Buenos Aires foram freqüentes pontos de escala. O comércio multilateral trans-imperial foi um novo padrão nas operações comerciais no estuário do Rio da Prata se comparado com os padrões de comércio britânico e luso-brasileiro.

A análise das cargas comerciais dos navios norte-americanos que partiram desde o porto de Montevideu permite uma visão mais detalhada dos padrões de comércio entre Montevideu e os Estados Unidos. Os navios norte-americanos que saíam do Rio da Prata, com destino direto aos Estados Unidos costumavam levar couro em pelo, chapas (couros cortados especificamente para uso como correias para motores) e cera. Mais ainda, peles de outros animais e outras mercadorias como lã, cobre e sabão também eram produtos freqüentes exportados de Montevideu para os Estados Unidos. Em mais de uma dúzia de ocasiões, navios norte-americanos transportaram charque de Montevideu para Cuba. Tais itinerários e operações comerciais revelam o grau de envolvimento norte-americano em redes que permeavam as monarquias ibéricas. Os navios norte-americanos não só adquiriam produção agrícola de áreas sob controle

espanhol ou português no Rio da Prata, mas também asseguraram o abastecimento de outras colônias do império espanhol, neste caso Cuba, com alimentos.

Os comerciantes norte-americanos também estiveram envolvidos no fornecimento de alimentos e outros produtos atlânticos em Montevideu. Durante a década de 1810 e início da década de 1820, grandes quantidades de trigo, tabaco, açúcar e móveis entraram no Rio da Prata através de embarcações norte-americanas. Farinha, vinho, cachaça e tabaco eram as principais *commodities* introduzidas no Rio da Prata por comerciantes norte-americanos. Móveis, papel, têxteis e outros bens manufaturados também eram entradas frequentes nos registros aduaneiros.

A importância da introdução regular do trigo americano em uma região que sofria com conflitos armados há quase uma década não pode ser subestimada. A disponibilidade de alimentos e “vícios” (aguardiente, tabaco) contribuiu não apenas para a estabilidade social e política, mas também para o rendimento das administrações lealistas e monárquicas. De 1810 a 1814, Montevideu esteve sob cerco militar, o que tornou ainda mais crucial a introdução de gêneros alimentícios para a manutenção do projeto monarquista na cidade-porto. Neste período, a produção agrícola caiu para níveis insuficientes para abastecer a população da região. Dessa forma, o trigo norte-americano desempenhou um papel crucial na manutenção da população de Montevideu, assim como a manutenção da cidade como um bastião monárquico e anti-revolucionário no Atlântico Sul.

O comércio multilateral entre os EUA e o Rio da Prata teve um significado mais profundo do que o apoio econômico de áreas sob o domínio ibérico. Os navios norte-americanos ligaram territórios hispano-americanos (Cuba, Porto Rico, Montevideu) e outras regiões do Atlântico (Boston, Rio de Janeiro, Curaçao) durante um período de extremo risco para navios que desfraldavam a bandeira espanhola. Os navios norte-americanos transportavam informações, mercadorias e moviam prata entre territórios espanhóis. Como resultado, os navios mercantes norte-americanos contribuíram para a manutenção do Império Espanhol nas Américas e, mais tarde, para a província de Cisplatina.

Conclusão

Durante as últimas décadas do período colonial comerciantes norte-americanos se converteram em importantes agentes comerciais no Rio da Prata. Tal tendência persistiu durante a década revolucionária de 1810. O comércio entre os Estados Unidos no Rio da Prata floresceu durante períodos de controle ibérico na região. Essa tendência reflete o cuidadoso posicionamento político dos comerciantes norte-americanos, bem como uma profunda preocupação com a segurança jurídica das transações. O status de nação neutra permitiu aos comerciantes estadunidenses penetrar nos mercados sul-americanos sob a proteção dos impérios ibéricos nas Américas. Tal comércio se revelou crucial para a manutenção de projetos políticos lealistas e monárquicos no Rio da Prata, especificamente para os projetos políticos apoiados pelas elites de Montevidéu. Apesar da crescente presença de comerciantes britânicos e franceses na região no final dos anos 1820 e 1830, as redes de comércio entre o Atlântico Norte e o Atlântico sul desempenharam um papel crítico para a manutenção do colonialismo ibérico desde o final da década de 1790 até o início da década de 1820.

ATLANTIC CONNECTIONS: RIO DE LA PLATA AND UNITED STATES COMMERCIAL NETWORKS (1790-1822)

Abstract: This article examines the United States commercial presence in Rio de la Plata, specifically in Montevideo, between 1790 and 1722. In the first decades of the nineteenth century, US commercial presence grew in American territories under the control of Iberian monarchies in the South Atlantic. United States merchants used different commercial strategies to penetrate the Spanish markets of Rio de la Plata using commercial networks built in the context of Iberian colonialism. During the decade of 1810, the North American merchants maintained their connections with the Spanish and Portuguese monarchies, obtaining legal access to the Ibero-American ports.

Keywords: Atlantic World. Commerce. Contraband trade. Independence. Slave trade. Networks. Rio de la Plata.

Notas

¹ Utilizo o termo “lealistas” para referir aos grupos apoiadores das Juntas espanholas e Fernando VII durante os anos 1810-1814. Utilizo o termo monarquistas em referência aos grupos apoiadores da administração Luso-Brasileira, incluindo grupos que viam na solução Luso-Brasileira um arranjo temporário até que um novo arranjo monárquico com a Espanha fosse possível. Ver: DI MEGLIO, Gabriel. *Viva el Bajo Pueblo*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006. FREGA, Ana. *Historia Regional y Independencia Nacional*. Montevideo: EBO, 2009, especialmente o capítulo acerca da conspiração monarquista de 1817-1821.

² Recentemente, Caitlin Fitz demonstrou a importância do apoio da opinião pública norte-americana aos esforços revolucionários e republicanos na América Latina. Jornais, associações civis, e até mesmo a re-nomeação de cidades e batismo de bebês celebrando cidades hispano-americanas e líderes revolucionários. Caitlin Flitz, *Our Sister Republics...*

³ AGN Sala IX 1.2.5 – October, 8, 1804, and AGI Buenos Aires Gobierno Leg 346 – February, 27, 1797. Para uma análise detalhada dos conflitos entre as comunidades de Buenos Aires e Montevideo, ver: PRADO, 2015.

⁴ JCB - Documentos 1807-9 B81 A692c v. 1, 1-Size. Observaciones de los Recientes Acontecimientos en Montevideo. Anonymous. c. 1810. O autor anônimo, escrevendo desde Buenos Aires se refere aos comerciantes montevidianos como “¡Reptiles de la sociedad!” De forma menos dramática: MAWE, John. *Voyage in the Interior of Brazil, particularly in the Gold and Diamond Districts of that Country, by Authority of the Prince Regent of Portugal, Including a Voyage to the Rio de la Plata, and a Historical Sketch of the Revolution of Buenos Ayres*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, Paternoster-Row, 1812, p. 40-53. Mawe também menciona um grande contingente de ex-soldados britânicos que tomou residência em Montevideo após jurar fidelidade ao Rei de Espanha. Mawe comenta que podia identificá-los pois esses indivíduos ainda utilizavam os velhos uniformes das forças britânicas.

⁵ John Carter Brown Library, B81 A692c v. 1, 1-Size - REGLAMENTO Formado por la Junta de Comercio de Montevideo Sobre El Metodo y Formalidades que Deben Observarse en las Expediciones Procedentes de Extrangeros aprobado por el Superior Gobierno. 1811.

⁶ AGNM, EHG, Libros 96 - Salida de Buques; AGNM, EHG, Libro 99 Entrada de Buques; Prado, *Edge of Empire...* p. 67.

⁷ Neutral Trade policy has officially ended in 1799; however, neutral trade has continued despite protest of metropolitan authorities.

⁸ Early American Newspapers. *The New-York Evening Post*, 10 jun. 1802; *Albany Gazette*, 15 jul. 1802; *Norwich Courier*, 07 jul. 1802; *Philladelphia Gazette*, 30 ago. 1802; *Salem Register*, 28 ago. 1802; *The United States Oracle*, and *Portsmouth Advertiser*, 24 jul. 1802.

⁹ *Evening Post*, New York, 14 jul. 1802.

¹⁰ *Albany Gazette*, 15 jul. 1802.

¹¹ *Albany Gazette*, 15 jul. 1802.

¹² Archivo General de Indias, Buenos Aires 139, *En la Fragata Americana...* 10 fev. 1806.

¹³ Quarenta e oito expedições escravistas aparecem em *Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database Online*, os números que utilizo neste artigo incluem informação a respeito de viagens adicionais. Agradeço a Alex Borucki a indicação de várias dessas fontes, especialmente sobre a viagem de 1809. AGN-U Libro 95, AGN-A Sala IX 3.1.7, 18.8.1, 2.10.2.

¹⁴ *The Southern Star*. Montevideo, 1807.

¹⁵ Rhode Island Historical Society, *Ship Resource*, Reel 20. TANNER, Earl C. *A Question as to Buenos Aires: Rhode Islanders in the River Plate Slave Trade 1807/07*. Rhode Island History, 1964.

¹⁶ AGNU – Ex-AGA – Libros de Entrada de Buques. Libro 95 e Libro 99.

Referências

ALDEN, Dauril. Yankee Sperm Whalers in Brazilian Waters, and the Decline of the Portuguese Whale Fishery (1773-1801). *The Americas*, v. 20, n. 3, p. 267-288, jan. 1964.

BARBA, Enrique. *Relacion del Comercio de Buenos Aires*. Buenos Aires: Academia Nacional de Historia, 1978.

BORUCKI, Alex. The Slave Trade to Rio de la Plata, 1777–1812: Trans-Imperial Networks and Atlantic Warfare. *Colonial Latin American Review*, v. 20, n. 1, p. 81–107, abr. 2011.

BROWN, Matthew. *Informal Empires*. London: Wiley-Blackwell, 2008.

CHANDLER, Lyon. *Inter-American Acquaintances*. The Univ. Press of Sewanee Tennessee, 1917.

DI MEGLIO, Gabriel. *Viva el Bajo Pueblo*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

FISHER, John. Commerce and Imperial Decline: Spanish Trade with Spanish America 1797-1820. *Journal of Latin American Studies*, v. 30, p. 459-479, 1998.

FREGA, Ana. *Historia Regional y Independencia Nacional*. Montevideo: EBO, 2009.

FREGA, Ana. *Pueblos y Soberania en la Revolucion Artiguista*. Montevideo: Ed. De la Banda Oriental, 2007.

LYNCH, John. *Latin American revolutions, 1808-1826: Old and New World origins*. Norman: University of Oklahoma Press, 1994.

MARQUES, Leonardo. *The US and the Atlantic Slave Trade*. New Haven: Yale University Press, 2015.

MAWE, John. *Voyage in the Interior of Brazil, particularly in the Gold and Diamond Districts of that Country, by Authority of the Prince Regent of Portugal, Including a Voyage to the Rio de la Plata, and a Historical Sketch of the Revolucion of Buenos Ayres*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, Paternoster-Row, 1812.

PAQUETTE, Gabriel; BROWN, Matthew. *Connections after Colonialism*. Oxford: University of Alabama Press, 2013.

POMPEIAN, Edward. *Spirited Enterprises: Venezuela, the United States, and the Independence of Spanish America, 1789-1824*. The College of William and Mary, Ph.D. Dissertation, 2013.

PRADO, Fabrício. *Edge of Empire: Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Rio de la Plata*. Oakland: UC Press, 2015.

SEXTON, Jay. An American System: the North American Union and Latin America in the 1820s. In: PAQUETTE, Gabriel; BROWN, Matthew. *Connections after Colonialism*. Oxford: University of Alabama Press. 2013.

STREET, John. *Artigas and the Emancipation of Uruguay*. Cambridge: Cambridge University Press, 1959.

TANNER, Earl C. *A Question as to Buenos Aires: Rhode Islanders in the River Plate Slave Trade 1807/07*. Rhode Island History, 1964.

WHITAKER, Arthur. *The United States and the Independence of Spanish America*. New York: Norton & Co., 1964.

Recebido em: 30/12/2016

Aprovado em: 15/03/2017

“Os segredos da carne”: o mercado atlântico das carnes secas e salgadas e a influência da matriz irlandesa de fabricação no extremo sul da América Latina (c. 1780 – c. 1820)

Jonas Moreira Vargas*

Resumo: Durante o colonial tardio, Pelotas (no Rio Grande do Sul), Buenos Aires e Montevideu destacaram-se economicamente por reunirem vários estabelecimentos produtores de carne-seca destinados a abastecer a crescente demanda por alimentos que caracterizou o período. Mas antes disso, e utilizando-se de técnicas distintas, a Irlanda tinha notável importância na fabricação e comércio de carnes salgadas no Atlântico. O presente artigo busca demonstrar, dentro do contexto socioeconômico da época, a influência e a presença de irlandeses no Rio da Prata e Rio Grande do Sul, prontos a ensinarem os colonos locais, a disputa entre as matrizes irlandesa e nativa no preparo de carnes e a história de alguns dos investidores neste ramo de negócios.

Palavras-chave: Charque. Comércio atlântico. Escravidão. Rio da Prata.

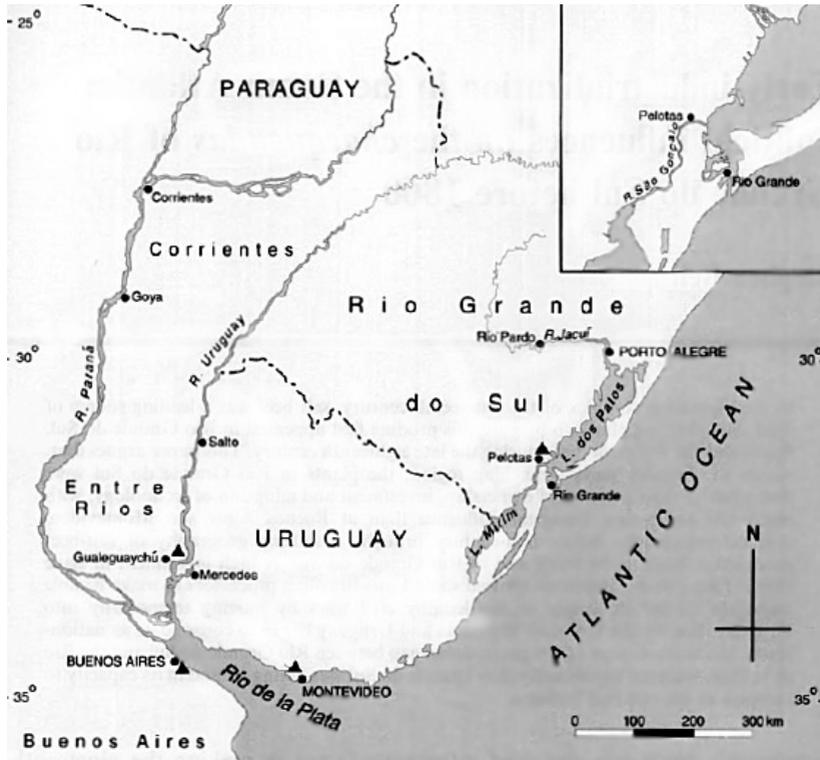
De acordo com os dados disponíveis no site www.slavevoyages.org, entre 1776 e 1825 foram desembarcados nos portos das Américas quase 3,5 milhões de escravos africanos. Tal índice de cativos trazidos

* Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. E-mail: jonasmvargas@yahoo.com.br

no espaço de 50 anos representou, aproximadamente, 1/3 do total de africanos que cruzaram o oceano via comércio negreiro, entre 1500 e 1850¹, ou seja, tratava-se do mais intenso fluxo de escravos levados para as Américas, refletindo que aquele foi um período de notável desenvolvimento da economia em diferentes setores de ambos os lados do Atlântico. Naquele contexto, a montagem de milhares de *plantations* algodoeiras, açucareiras e cafeeiras nas Américas – que vinham atender direta e indiretamente a demanda europeia causada pela Revolução Industrial e os estímulos metropolitanos para o desenvolvimento da economia colonial – promoveu este intenso tráfico de escravos para as colônias britânicas, francesas e ibéricas, dinamizando e conectando distintos espaços econômicos de trocas. Como consequência desse rápido crescimento populacional que marcou o período e da necessidade de alimentar o enorme contingente de escravos que vinham sendo desembarcados, não apenas Pelotas e Montevidéu (na década de 1780) como também Buenos Aires (após 1810) se destacaram como os principais centros produtores de carne-seca e salgada da América do Sul (Figura 1).²

Como argumentou Bertie Mandelblatt é necessário que se deixe de ver os escravos africanos no mundo atlântico somente como trabalhadores e como mercadorias, passando a pensá-los também como consumidores (MANDELBLATT, 2007, p. 21). Seguindo estas premissas, pode-se perceber a ligação do charque com a manutenção do tráfico atlântico e da escravidão a partir de uma tripla relação. Ao mesmo tempo em que a mão de obra cativa foi essencial para a montagem das charqueadas e *saladeros* em Pelotas e no Rio da Prata, a crescente escravaria das numerosas *plantations* atlânticas fazia aumentar a demanda pelo produto. Além disso, por se tratar de um alimento resistente à deterioração e conservável por muitos meses, o charque também acompanhava as tripulações dos negreiros que cruzavam o Atlântico garantindo os suprimentos dos escravos no retorno de suas viagens (SLUYTER, 2010; FLORENTINO, 1997, p. 122-125; VARGAS, 2013, p. 94).

Figura 1 – Localização de Pelotas, Montevideu e Buenos Aires no espaço fronteiriço do cone sul americano (século XIX)



Fonte: BELL (1993, p. 400).

Para Andrew Sluyter, esta rota mercantil de charque (ou *tasajo*, para os platinos) que ligava o Rio da Prata à Cuba, por exemplo, conectava duas regiões e duas atividades produtivas na qual a escravidão africana era fundamental, criando um circuito mercantil lucrativo no qual a mercadoria principal, o *tasajo*, era fabricado, principalmente, “por” e “para” trabalhadores cativos. Neste contexto,

a importação de escravos para Pelotas, Montevideu e Buenos Aires também fez parte de um mesmo processo no qual a ampliação do tráfico atlântico, a montagem das novas *plantations* e a produção de gêneros alimentícios estavam intimamente conectadas.³ Sluyter chamou esse novo circuito mercantil de *tasajo trail* e, embora o autor tenha pesquisado somente a produção de carnes em Buenos Aires, esta rota também envolvia as carnes preparadas em Montevideu e em Pelotas. Para o autor, o *tasajo trail* ajudou a sustentar os mais proeminentes fluxos mercantis de açúcar e escravos que definiram a própria compreensão do mundo atlântico no período (SLUYTER, 2010, p. 101). Portanto, a necessidade de se estudar esses espaços produtores de alimentos deixa de ser algo pouco importante para o estudo dos sistemas econômicos atlânticos e passa a ocupar um lugar fundamental de análise.

O processo de salga da carne para a sua conservação é bastante antigo e era conhecido por diferentes povos em várias partes do mundo. Contudo, a constituição de um espaço regional dedicado a tais atividades econômicas em enorme escala (com a finalidade de obter lucros no mercado externo), o emprego de um enorme contingente de trabalhadores em moldes fabris e a consequente transformação da paisagem rural no qual o mesmo se situava, caracterizou poucas localidades. Uma delas foi a Irlanda, que teve nos centros fabris de Belfast, Cork e Dublin vigorosos espaços de produção e comércio de carne salgada – fenômeno que marcou o mundo atlântico no século XVIII. Conhecedoras do protagonismo irlandês, as Coroas ibéricas estimularam as suas respectivas colônias ao sul da América para que investissem em tais negócios, buscando uma autossuficiência neste ramo. A abundância de bovinos nas vastas pastagens da Bacia do Prata e a necessidade de abastecer as escravarias das crescentes *plantations* açucareiras e as tripulações das Marinhas metropolitanas favoreceriam tal empreendimento.

Contudo, a forma como os irlandeses preparavam a carne com fins de conservá-la diferia bastante de outras práticas mais usuais entre os colonos sul-americanos. Os irlandeses preparavam e condicionavam as suas carnes em barris, no qual a mercadoria ficava imersa numa espécie de salmoura. Tal método exigia um contínuo abastecimento de barris e técnicas de preparo bastante

meticulosas, sendo que poucos obtinham sucesso na sua fabricação. Ao que parece era um alimento comum nas tripulações das embarcações que navegavam o Atlântico norte, mas também utilizado no abastecimento das *plantations* antilhanas. Essa mercadoria era conhecida como “carne em barris”, “carne salgada”, “carne de moura” ou “carne em salmoura”. Em contrapartida, a carne bovina cortada em finas mantas que posteriormente eram impregnadas de sal e colocadas ao sol para secar em compridos varais tratava-se de um produto distinto. Na América lusa, esse alimento era conhecido como charque ou carne-seca e na América platina como *tasajo*. Os próprios indígenas americanos conheciam essa forma de conservação e, ao longo de todo o século XVIII, antes que Pelotas surgisse como grande produtora, as capitânicas do Ceará e do Piauí já fabricavam a mercadoria em larga escala. Foram as sucessivas secas dos anos 1770 e 1790 que eliminaram ambas as capitânicas do norte deste mercado, abrindo espaço para os produtores pelotenses e platinos.⁴

O presente artigo busca analisar o contexto de montagem destes primeiros estabelecimentos em Pelotas e no Rio da Prata, com ênfase na influência irlandesa sobre a forma de se preparar as carnes para o mercado atlântico. Se por um lado as Coroas ibéricas tinham nessa matriz o seu ideal de mercadoria a ser fabricada pelos colonos empreendedores no ramo, por outro, estes não possuíam infraestrutura e a *expertise* necessárias para reproduzir em escala sul-americana o sucesso mercantil que os irlandeses obtiveram no Atlântico norte. Contudo, a escolha por fabricar a carne-seca em detrimento das carnes em barris também se explica pela autonomia dos colonos em decidir o melhor a cerca dos seus investimentos, tomando decisões econômicas de acordo com os seus interesses pessoais e as redes mercantis na qual estavam inseridos. Além disso, é importante ressaltar que comerciantes, saladeiristas e charqueadores agiam numa conjuntura de ampla difusão de ideias e trocas políticas e socioculturais intensas que caracterizaram o processo de independência das colônias americanas e que colocaram em contato indivíduos e ideias de distintas partes do Atlântico. A formação dos complexos fabris pelotenses e platinos no colonial tardio foi fruto deste processo.⁵

Os fabricantes irlandeses no mercado atlântico das carnes preparadas

Muito antes do surgimento das oficinas de carne seca no norte da América portuguesa, das charqueadas de Pelotas e dos *saladeros* em Montevideu e Buenos Aires, o comércio atlântico de carnes preparadas já movimentava centenas de embarcações e viabilizava, por exemplo, o abastecimento das *plantations* caribenhas e das tripulações dos navios europeus. A partir de meados do século XVII, a Irlanda destacou-se na fabricação e no comércio destes gêneros, dominando o mercado atlântico durante boa parte do século posterior. No amplo circuito mercantil do qual os comerciantes irlandeses faziam parte, o porto de Cork tornou-se o principal pólo fabril de carne salgada dos séculos XVII e XVIII, desenvolvendo o único sistema bancário considerável na Irlanda. Neste tempo, sua população multiplicou-se várias vezes, tornando a cidade uma das mais cosmopolitas da Europa (MANDELBLATT, 2007, p. 26). Uma análise do funcionamento desta rede mercantil, desde a sua formação até a sua decadência, é de fundamental importância para compreender o surgimento dos complexos charqueadores no extremo sul da América, tanto em Pelotas, quanto nas margens do Rio da Prata – em Buenos Aires e Montevideu.

Região de vastas pastagens, a Irlanda já remetia seus rebanhos *vacuns* e barris de carne salgada para a Inglaterra, mesmo antes da montagem das *plantations* açucareiras no Caribe. Enquanto o gado era destinado para o abastecimento da população, as carnes preparadas tinham na Marinha inglesa a sua principal consumidora. Entre 1663 e 1664, por exemplo, a pequena ilha exportou mais de 76 mil cabeças de gado para a Inglaterra. Contudo, a crescente importação de bovinos irlandeses, que caracterizou o conturbado período em que Oliver Cromwell esteve no poder, não vinha agradando os pecuaristas do norte da Inglaterra. Organizados, estes fizeram intensa pressão sobre o Parlamento britânico e conseguiram que o mesmo promulgasse leis para interromper a entrada do gado irlandês no Reino. Foram os *Cattle Acts*, sendo o primeiro de 1663 (que teve um caráter experimental de seis meses) e o segundo de 1667 (que decidiu pela proibição definitiva das importações). Estas medidas

provocaram a baixa dos preços do gado na Irlanda, o que favoreceu o acesso dos pequenos comerciantes no ramo e a consequente ampliação do número de fábricas de carne salgada em Cork, Belfast e Dublin (OIMAIRE; GALLAGHER, 2011, p. 7).

O desenvolvimento da indústria das carnes salgadas também estimulou a expansão de outros ramos da economia atlântica. Como a colocação das carnes no mercado necessitava de uma grande quantidade de barris, a tanoaria irlandesa cresceu conjuntamente, movimentando a importação de madeiras, tanto do interior da Irlanda, como de outras regiões (as colônias inglesas no norte da América, por exemplo). Soma-se a isto o aumento da demanda por sal – produto indispensável no preparo das carnes – que tinha como principais fornecedores a França, a Espanha e Portugal. Além de utilizado na salmoura da carne bovina, o sal também era empregado na salga da carne de porco e na conservação da manteiga, outros dois importantes produtos exportados pelos irlandeses (HORTA, 2005).

Com os *Cattle Acts*, os rebanhos irlandeses, anteriormente exportados para a Inglaterra, passaram a alimentar a crescente demanda das novas fábricas de carne. Se no meado do XVII o mercado consumidor das carnes salgadas ainda era relativamente pequeno, nas décadas seguintes o crescimento das exportações foi notável. Em 1665, o volume das remessas do produto dobrou com relação à década de 1640 e, em 1683, as exportações duplicaram novamente com relação aos anos 1660. Conforme Thomas Truxes, esta foi a fase de arranque da indústria de carnes irlandesa e, entre 1660 e 1688, nenhuma outra mercadoria negociada pelos portos das ilhas britânicas ultrapassou o volume exportado do produto (TRUXES, 1988, p. 26-27). Tal fenômeno estava diretamente relacionado ao desenvolvimento do comércio atlântico e à fase inicial da expansão das unidades açucareiras no Caribe, que provocaram o aumento da entrada de escravos para a região, assim como de colonos, mercados e membros da burocracia.⁶ Além disso, a disponibilidade de grandes extensões de pastagens férteis e próximas das principais cidades portuárias irlandesas e a existência de uma rede de transportes interna bem desenvolvida foram fundamentais para baixar os custos da produção da carne salgada. Conforme Mandelblatt, a razão para o sucesso da carne irlandesa no mercado caribenho

era o seu baixo custo em relação a outras fontes de abastecimento (MANDELBLATT, 2007, p. 26).

Passada a fase inicial de expansão, as exportações irlandesas continuaram crescendo ao longo do século XVIII. Na década de 1710, pela primeira vez elas ultrapassaram os 100 mil barris anuais. Nas décadas de 1720 e 1730, elas atingiram uma média de 140 a 150 mil barris, vindo a superar os 200 mil barris nos anos 1760, média que se manteve constante até o início da década de 1780 e que marcou o auge das exportações irlandesas. A principal causa do *boom* ocorrido entre 1710 e 1760, foi a ampliação do setor açucareiro francês.⁷ Entre 1715 e 1730, a população total das Antilhas Francesas e da Guiana duplicou, alcançando 195.073 pessoas (dos quais 160.278 eram negros escravos). Uma geração mais tarde, essa população tinha quase dobrado, chegando, em 1750, a 323.433 pessoas, dos quais 281.658 eram escravos (MANDELBLATT, 2007, p. 36). Nesse contexto, entre 1718 e 1754, as ilhas francesas ultrapassaram as inglesas como principais compradoras das carnes em diversos anos, reunindo algo entre 40% e 60% do total das exportações irlandesas.⁸ Em termos de volume, as quantidades importadas pelas antilhas francesas neste período foram de duas a quatro vezes superiores aos montantes negociados nos anos 1680.⁹

Outro fator que favoreceu o desenvolvimento econômico da Irlanda neste período foi a liberdade comercial que os ingleses ofereciam às suas colônias dentro dos portos que pertenciam ao “primeiro Império Britânico”. Como demonstrou Truxes, uma vigorosa rede mercantil conectava os comerciantes estabelecidos nos portos ingleses e irlandeses com os das colônias do Caribe e da América do Norte. Em New York, Boston e Philadelphia, por exemplo, verdadeiras comunidades de comerciantes irlandeses, ligados por vínculos parentais e religiosos com outros tantos grupos de mercadores estabelecidos nos outros portos, atuavam fortemente nos negócios transatlânticos. Neste circuito que envolvia o Caribe inglês, as ilhas britânicas e as colônias do norte da América, era muito comum a prática do comércio triangular, como, por exemplo, Boston – Cork – Jamaica – Boston. Das colônias americanas saíam embarcações com madeiras, linhaça e rum para a Irlanda, de onde

seguiram para as ilhas caribenhas com carnes salgadas e manufaturas, direcionando-se posteriormente para Boston com mais melão e rum. Além deste comércio, a América do Norte também remetia trigo e farinha diretamente para o caribe inglês. Na segunda metade do XVIII, estas exportações também atingiram Lisboa, Cadiz e outras partes do Mediterrâneo, trazendo no retorno manufaturas europeias (TRUXES, 1988, p. 111-117).

Conforme Mandelblatt, qualquer grande comerciante em atividade no Atlântico daqueles tempos conhecia a fama das carnes irlandesas (MANDELBLATT, 2007). Estudando os negociantes franceses Jean e Pierre Pellet, Fernand Braudel destacou a fortuna adquirida por ambos os irmãos numa rede mercantil constituída na primeira metade do setecentos e que alcançou notável amplitude, envolvendo uma série de comissionistas e “capitães gerentes” de seus navios. Sobre a atuação de Jean, Braudel escreveu:

A quantidade de suas relações de negócios e de seus negócios é simplesmente espantosa: ei-lo armador, negociante, financista em certas ocasiões, proprietário fundiário, produtor e mercador de vinhos, possuidor de rendimentos; ei-lo ligado à Martinica, a São Domingos, a Caracas, a Cádiz, à Biscaia, a Bayonne, a Toulouse, a Marselha, a Nantes, a Rouen, a Dieppe, a Londres, a Amsterdam, a Middelburgo, a Hamburgo, à Irlanda (para comprar carne bovina salgada), à Bretanha (para comprar tecido) e não digo tudo... E naturalmente aos banqueiros de Paris, de Genebra, de Rouen (BRAUDEL, 1996, p. 125-127, grifo nosso).

Passada a época de ouro da carne salgada irlandesa, outros rivais começaram a disputar os mercados consumidores do produto. As colônias inglesas do norte da América sempre foram as maiores concorrentes dos irlandeses e ingressaram no mercado das carnes favorecidas pelos conflitos políticos internos que afetaram a Irlanda após a Revolução Gloriosa (1688-1689).¹⁰ Na década de 1720, os irlandeses perderam a posição de maiores abastecedores das antilhas inglesas exatamente para estas colônias (muito embora não tenham

deixado de ser os maiores exportadores de carnes).¹¹ Além da pesca, o trunfo destas colônias era a agricultura, destacando-se o cultivo do trigo, do arroz, do milho, entre outros.¹²

Com o desencadear da Revolução Americana, em 1776, a Irlanda começou a perder os privilégios que lhe beneficiavam por fazer parte do sistema comercial no interior do Império Britânico, já que mantinha intensa e lucrativa transação mercantil com os portos da América do Norte. Por mais que os ingleses tentassem impedir, a jovem nação estadonidense expandiu sua rede de abastecimento para todo o Caribe e ampliou as suas exportações de alimentos para a Europa nas décadas que sucederam a Revolução. Conforme Gary Walton, o papel abastecedor das colônias no norte da América já era notável mesmo antes da Independência. Entre os anos 1760 e 1770, elas já exportavam grandes quantias de carnes salgadas (bovina e suína), milho, farinha e trigo para o Caribe e o Sul da Europa (WALTON, 1979, p. 81-82; 193). Além disso, a Revolução em Santo Domingo interrompeu momentaneamente o mercado caribenho francês trazendo prejuízos aos comerciantes e provocando uma queda nas exportações de carne salgada irlandesa (MANDELBLATT, 2007, p. 20). Em 1800, a união dos Reinos da Irlanda e da Grã-Bretanha colocou os primeiros sob a hegemonia do Parlamento inglês, restringindo parte da sua autonomia política e econômica. No início do século XIX, a Irlanda continuou exportando carne salgada, mas jamais recuperou os índices setecentistas. Em 1815, por exemplo, as remessas do produto eram quatro vezes inferiores ao que havia sido negociado na década de 1770, e em 1840, os números não chegavam a 3% do que o país havia exportado nos anos 1780 (IOMAIRE; GALLAGHER, 2011). A decadência econômica da pequena ilha foi marcada pela Grande Fome (1845-1849) que ceifou cerca de 1,5 milhões de vidas. Apesar disso, o “legado” irlandês no interior do sistema mercantil atlântico havia fincado raízes...

Os mistérios das carnes: especialistas e estrangeiros nas primeiras fábricas do extremo sul da América

Conforme Mandelblatt, as fábricas irlandesas combinavam especialização da mão de obra, baixos salários e técnicas avançadas de processamento, permitindo a mais eficiente produção de carnes de sua época. Observador perspicaz, o ministro Colbert tentou imitar o sucesso dos fabricantes irlandeses patrocinando a formação de um complexo fabril de carne salgada na própria França. No entanto, devido às guerras, aos grandes custos de produção, aos tributos sobre o sal e à concorrência irlandesa, Colbert deu-se por vencido e abriu de vez o comércio dos portos franceses às carnes irlandesas (MANDELBLATT, 2007, p. 25-30). O resultado disto foi que os irlandeses não legaram apenas um modelo fabril e mercantil das carnes para o mundo atlântico, como também deixaram um exemplo de que era possível obter grandes lucros alimentando escravos e marinheiros. As muitas décadas de exportação de sal para a Irlanda e importação de carne salgada para abastecer as suas tripulações marítimas aproximou bastante os comerciantes portugueses e espanhóis do circuito mercantil intra-europeu do qual os irlandeses faziam parte.¹³ Os comerciantes ibero-americanos nunca estiveram indiferentes às rotas atlânticas das carnes. Portanto, durante o colonial tardio, foi comum comerciantes e proprietários luso-brasileiros e hispano-pletinos interessados nos negócios com as carnes fazerem referência aos irlandeses.

Como foi dito, o modelo de fabricação irlandês constituía-se em preparar as carnes e conservá-las salgadas em barris de madeira com salmoura.¹⁴ Nesta época, este tipo de carne era o produto preferido para o abastecimento das tripulações navais. Neste sentido, as Coroas ibéricas, que importavam as mesmas dos irlandeses, pareciam incentivar mais a sua manufatura do que a do charque. Sabedores desta preferência, tanto os comerciantes espanhóis e portugueses, quanto os ibero-americanos, começaram a propor o abastecimento das Armadas ibéricas com este tipo de carne. Em 1789, por exemplo, três comerciantes portugueses requisitaram ao Conselho Ultramarino enviar para o Rio Grande do Sul seus navios com “o sal necessário para a salga das carnes e dos couros”, argumentando que

o território era muito próprio para “fazer carnes de moura para o serviço da Marinha, à imitação das da Irlanda, e tirar o sebo apurado e necessário a usos domésticos”. No entanto, suas propostas eram ainda mais ousadas e previam remeter para o Rio Grande escravos da Costa da África e Moçambique e réus condenados que tivessem como ofício a tanoaria e a carpintaria (para serem empregados nas fábricas na manufatura dos barris), estimular a criação de carneiros (para a produção da lã) e porcos (para a fabricação de toucinho), plantar pinhos e carvalhos, “a exemplo do que fizeram os ingleses em Filadélfia e Nova York”, e instalar uma fábrica de solas, para aproveitar os couros das charqueadas, além de outros planos.¹⁵

Com exceção da entrada de cativos africanos para o Rio Grande do Sul, os demais objetivos não vingaram. A produção de carnes salgadas em barris nesta capitania, embora tenha rendido seus lucros para alguns fabricantes, nunca atingiu índices semelhantes aos das exportação de charque. Nos primeiros anos de funcionamento das charqueadas muitas vezes as autoridades lusitanas reclamavam da qualidade da carne em barris produzida no Rio Grande do Sul. Em setembro de 1789, por exemplo, alguns comerciantes reinóis disseram que as carnes salgadas trazidas do Rio Grande por Manoel Pinto da Silva não estavam em perfeito estado e que, em Lisboa, ninguém as queria comprar. Os mesmos acrescentavam que o problema não era a qualidade das carnes, mas sim os métodos usados pelos fabricantes.¹⁶ Anos mais tarde, o capitão de um outro navio ordenou que a tripulação jogasse uma carga inteira de carne salgada em alto mar por ela haver se deteriorado na viagem.¹⁷ No início do século XIX, o Governador da Capitania ainda se ressentia do pouco sucesso das carnes em barris e o Vice-Rei Conde de Resende compartilhou com ele os mesmos anseios:

É certo que a primeira amostra da tentativa que se fez das carnes salgadas não correspondeu aos bons desejos que tanto eu como V. Ex.^a teríamos de ver o feliz êxito de tão eficazes diligências [...], mas além do que com o tempo e com trabalho que promete para o futuro grandes lucros é que se [aperfeiçoe] semelhantes fábricas. Penso que a assistência desses homens que vieram do Reino para instruírem sobre

o modo de fazer as salgas, ter-se-á adquirido outro melhor conhecimento e mais seguro método; e por [consequência], pôr em giro o comércio das carnes, ainda que por ora, se aplique toda a que se puder beneficiar para o consumo da Esquadra, enquanto aquele não tem maior extensão.¹⁸

Observe-se que o Conde de Resende não apenas tinha esperanças de abastecer a Marinha lusitana, como também colocar no mercado o excedente das carnes salgadas produzidas no Rio Grande. Para que os negócios deslanchassem, os administradores entendiam que era necessário a presença de fabricantes mais instruídos naquele ramo, pois a sua ausência vinha sendo prejudicial aos mesmos. A participação de *experts* na fabricação das carnes era encarada como algo fundamental para o sucesso tanto nas charqueadas pelotenses, como entre os *saladeros* platinos do período. No entanto, quem seriam estes *experts*? Numa outra missiva remetida pelos comerciantes portugueses mencionados anteriormente, os mesmos se obrigavam a: “fazer as carnes de moura à imitação da Irlanda, *o que é facilimo assim que haja Mestre, e ainda sem ele, haverá portugueses que a tem feito no ardente clima da Nossa América, e que vão a Índia e voltam à Lisboa*”.¹⁹

De fato, já existiam portugueses fabricando pequenas quantias de carnes em barris no próprio Rio Grande do Sul e, igualmente, na Ilha de Marajó (ao norte do Grão Pará).²⁰ Mas o mais interessante, conforme o trecho grifado acima, é que estes especialistas portugueses pareciam ser a segunda opção diante dos indivíduos desejáveis para ocupar a função de “mestre” de salga. Os *experts* com maior reputação neste ramo de negócios eram os irlandeses e os ingleses. Em agosto de 1801, o Visconde de Anadia recebeu um ofício relatando que o comerciante João Rodrigues Pereira de Almeida enviara para Lisboa uma segunda amostra de carnes em barris “o qual encarregou da dita salga, a dois irlandeses que daqui mandou ir”, com o objetivo de prover o Arsenal Real da Marinha.²¹ Pereira de Almeida, que era um dos mais ricos comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro, havia construído uma fábrica de salgar carnes no Rio Grande do Sul. Anos antes, ele socilitou instrumentos de trabalho para os irlandeses João Seechy (mestre), Pedro O’Donnel (salgador) e Diogo Sheehy (curtidor) (GUTIERREZ, 2001, p. 121).

Em 1805, Pereira de Almeida, oferecendo-se para abastecer a Marinha lusa, propôs um contrato de fornecimento de barris de carne, “cuja salga é feita por mestres irlandeses que ali tem, e como a de Irlanda da melhor qualidade”. Nesta ocasião, Pereira de Almeida recebeu parecer negativo, pois o período de 9 anos de contrato foi considerado muito arriscado. Os funcionários da Coroa argumentaram que era possível conseguir carne irlandesa de melhor qualidade por um preço inferior. Nesta época, conforme os mesmos, além da Irlanda, Portugal também recebia carnes salgadas da “América” e da Dinamarca.²² Em 1808, Pereira de Almeida ainda possuía a sua fábrica de carnes na capitania sul-rio-grandense. Conforme o relato de um contemporâneo sobre o seu “grande e interessante estabelecimento”, ele possuía “grandes ordenados e despesas”, pois mandara “vir a sua custa mestres da Irlanda” (MAGALHÃES, 1980, p. 88).

Tal exigência não se tratava de uma singularidade luso-brasileira. Entre os hispano-plateanos, a escolha de mestres irlandeses e ingleses para operacionalizarem a produção das carnes salgadas nos primeiros anos também foi marcante. Além do conhecimento técnico que possuíam, a preferência da Marinha europeia pelas carnes irlandesas os credenciavam para esta atividade. O saladeirista Francisco de Medina teria sido o primeiro a conseguir realizar tais técnicas com perfeição, “[...] através da instalação de um laboratório montado no estabelecimento, dirigido por técnicos irlandeses” (MONQUELAT, 2012, p. 80). O desafio em acertar o ponto correto do preparo das carnes, seu sabor e a resistência à deterioração era tão difícil que o Vice-Rei Nicolás de Arredondo comemorou com entusiasmo tal feito, revelando que os especialistas haviam descoberto o “segredo”.²³ O ânimo deve ter tomado conta de muita gente e a notícia se espalhou rapidamente. Em 1794, entre as medidas aconselhadas pelos estancieiros e fabricantes de Buenos Aires e Montevideu a um ministro espanhol para que a indústria saladeril obtivesse êxito, estavam, primeiramente, “hacer venir de Irlanda de 80 a 100 maestros en salar carnes” e “fundar una Compañía Marítima que tuviera a su cargo el transporte de los barriles a la península” (MONTROYA, 1956, p. 29-30).

Contudo, na fase inicial desta indústria, além da mão de obra e da orientação técnica qualificada também havia outros problemas.

Conforme Aníbal Pintos, a ausência de *toneleros* constituía-se num obstáculo para a ampliação dos negócios. No fim do século XVIII, só existiam 8 destes especialistas em Montevidéu e os mesmos não davam conta da demanda por barris. A solução, segundo o autor, foi agregar com frequência cerca de 5 ou 6 ingleses que haviam chegado no Prata para caçar baleias e que conheciam as técnicas irlandesas (PINTOS, 1973, p. 150). Quando não era possível trazer irlandeses ou ingleses, os investidores menos exigentes aceitavam os ibéricos, desde que fossem talentosos nesta atividade. Em 1778, por exemplo, o projeto de implantação de uma fábrica de carnes salgadas enviado à Coroa espanhola pelo Cabildo de Buenos Aires solicitava que viessem da Espanha vários *toneleros* e quatro sujeitos inteligentes que conhecessem das carnes salgadas (MONTROYA, 1956). Portanto, o *know-how* trazido por estes indivíduos foi de extrema importância no início desta fase empresarial. Nos anos 1780, por exemplo, Miguel Ryan, espanhol de ascendência irlandesa, instalou-se na Banda Oriental trazendo antiga experiência com salga de carnes no Chile (MONQUELAT, 2010b).

Portanto, desde os primeiros anos de funcionamento dos *saladeros* no Rio da Prata, os ingleses e irlandeses estiveram presentes tanto entre os *experts* do setor produtivo, quanto nos setores mais subalternos das fábricas. E, igualmente, desde os anos 1780, os *saladeros* exportaram quantidades significativas de carnes em barris.²⁴ Em 1781, Manuel Melian, um dos primeiros empresários a instalar-se no Prata, remeteu para Cadiz cerca de 136 barris em dois navios. Em 1785, o catalão Juan Ros remeteu 202 barris do produto para Cuba (PINTOS, 1973, p. 147-148).

Outros seguiram o mesmo exemplo e Montevidéu continuou atraindo comerciantes e investidores nos anos 1780. Da primeira geração de saladeiristas orientais destacaram-se o mencionado Francisco de Medina e também Francisco Maciel. O primeiro deles teria fundado seu estabelecimento em 1780, mantendo uma produção anual de 8 mil quintais de carne salgada (cerca de 360 toneladas) (CASTELLANOS, 1871, p. 31). Quando faleceu, Medina possuía um grande patrimônio, onde se destacavam uma estância com 25 mil cabeças de gado e 6 embarcações empregadas tanto no carregamento de sal, quanto na exportação de carnes e couros para

a Europa (MONTROYA, 1956, p. 25). Em 1788, Maciel (que era assentista de víveres da Real Armada em Montevidéu), estabeleceu uma fábrica de carnes salgadas, *tasajo* e sebo, tornando-se um dos mais ricos saladeiristas da região. O sucesso de ambos motivou o estabelecimento de outros empresários. Juan Camilo Trápani, Juan Balvín y Vallejo e Don Miguel Ryan tiveram matadouro em Arroio Seco. Manuel Solsona e Luiz Antonio Gutierrez também se estabeleceram nesta década. Em 1790, Nicolás Lacort instalou-se nas imediações de Montevidéu. Em 1791, foi a vez de Esteban Durán e Fernando Martínez; em 1793, Juan Ignacio Martínez, cujo mestre de salga era Tadeo González; em 1797, em La Estanzuela, o de Juan Jose Seco; em 1798, o de Salvador Tort, na Ponta das Carretas, entre outros (PINTOS, 1973). Em 1801 havia cerca de 30 *saladeros* na parte oriental do Rio da Prata, abatendo anualmente 120 mil reses e empregando mais de 1.000 homens – livres e escravos – em suas fábricas (MONTROYA, 1956, p. 31).

Contudo, ao contrário de Montevidéu, a região de Buenos Aires teve seus primeiros *saladeros* somente a partir da década de 1810 (MONTROYA, 1956, p. 31). Uma das explicações para este investimento tardio pode ser dada pelo fato de que os comerciantes portenhos lucravam muito com as exportações de couro e prata, os desviando de um maior interesse em investir seus capitais em fábricas de carne salgada. A independência do Vice-Reinado do Rio da Prata e a conseqüente ruptura das rotas mercantis terrestres com os territórios que viriam a ser a Bolívia e o Peru, cessaram o fluxo de metais para a região, possibilitando o crescimento das inversões na pecuária e nas fábricas de carne (SOCOLOW, 1975; ROSAL; SCHMIT, 1999). Além disso, o Movimento de maio de 1810 e a Junta governativa que lhe sucedeu favoreceram a indústria com uma série de medidas. Um grupo de comerciantes e estancieros que acompanhou o processo de Independência logrou franquias mercantis e tornou-se líder nos negócios com a carne buenairense. Entre eles estava Juan Manuel de Rosas, que viria a ser governador da Província de Buenos Aires. Conforme Horacio Giberti, Rosas não encontrou dificuldades para reunir outros sócios capitalistas e formar a *Rosas, Terrero y Cia.*, cujo primeiro *saladero* começou a funcionar em 1815. A influência que exercia em setores governamentais

estratégicos e seus laços de parentesco o favoreceram bastante neste ramo de atividades (GIBERTI, 1981).

Além de Rosas e Dorrego, entre os primeiros saladeiristas instalados naquelas terras estavam os ingleses R. Staples e J. Mac Neil, que ergueram sua fábrica no ano de 1812. Investindo um grande montante de capital, eles possuíam 60 trabalhadores assalariados, sendo 8 *toneleros*, 2 carpinteiros e 4 peões trazidos especialmente da Europa. Quase que instantaneamente ao advento desta fábrica, muitos outros montaram seus *saladeros* na região, chegando a 14 estabelecimentos estreitamente vinculados à firma de Rosas, que liderava os empreendimentos regionais (GIBERTI, 1981, p. 84-85). Anos depois, seu número aumentou. Segundo Montoya, entre 1822 e 1825, existiam 20 *saladeros* ao redor de Buenos Aires (MONTROYA, 1956, p. 39). Somados aos saladeiristas de Montevideú, percebe-se que além dos hispano-plateanos, que formavam a maioria, alguns deles vinham da Espanha e que outra parte significativa era formada por indivíduos com sobrenomes ingleses e franceses. Anibal Pintos faz referência a vários deles: Stanley Black & Cia, Tomas Tomkinson, Henrique Jones, Pablo Duplessis, Buther & Martin, Juan Jackson, Hipólito Doinnel, Juan Hall e o Sr. Young, entre outros (PINTOS, 1971). Isto revela que quando não vinham para trabalhar como mestres, tanoeiros ou assalariados, os imigrantes europeus arriscavam-se a montar uma fábrica nas margens do Prata, com capitais parcialmente reunidos no exterior.

Pelotas, por sua vez, possuía um perfil de investidores um tanto distinto. Embora o número de charqueadas fosse aproximado ao de ambas as localidades platinas (em 1822 havia 18 charqueadas e, em 1833, havia pouco mais de 30 estabelecimentos), a presença de investidores ingleses e franceses era praticamente inexistente. De 62 charqueadores que tiveram seus estabelecimentos em Pelotas entre 1790 e 1835, localizei a naturalidade para 48 deles: 23 eram nascidos na América lusa, 22 no Reino e nas Ilhas, 2 na Colônia de Sacramento e 1 na Espanha. Embora o porto de Rio Grande fosse bastante frequentado por comerciantes europeus e norte-americanos, a vizinha Pelotas (principal núcleo charqueador do sul do Brasil) pareceu estar fechada aos investidores anglo-franceses. Isto não significa que alguns não tenham tentado. Certamente o caso mais

ilustrativo envolve o francês Jean Baptista Roux – provavelmente um dos pioneiros em empregar mão de obra assalariada nas charqueadas pelotenses. Instalando-se primeiramente em Triunfo, Roux passou por Porto Alegre, Rio Pardo e Rio Grande até que, em 1846, arrendou a charqueada do Visconde de Jaguari, em Pelotas. Neste estabelecimento, ele empregou trabalhadores de diferentes nacionalidades juntamente com 30 escravos alugados, num empreendimento que, em sociedade com Eugène Salgues, durou pouco mais de cinco anos. (VARGAS, 2013, p. 101-102; 123-124).

Os *saladeros* platinos fabricavam tanto o charque (*tasajo*) quando a carne salgada. Contudo, os dados sobre exportação nem sempre separavam ambos os produtos, contabilizando-os somente como carnes salgadas, quando se sabe que grandes remessas de *tasajo* eram realizadas nesta época (GARAVAGLIA, 1994; ROSAL e SCHMIT, 1999). Mas a partir de dados coletados por Montoya, sabe-se que em 1798, 1799 e 1800, Montevidéu exportou 24.100, 16.254 e 27.794 barris de carne, respectivamente (MONTTOYA, 1956). Trata-se de um alto índice de remessas para uma indústria em sua fase inicial. O Rio Grande do Sul, por exemplo, não chegou nem perto disso. Nos 16 anos entre 1805 a 1820, a capitania sulina exportou 43.499 barris de carne, ou seja, uma média de 2.718 por ano – bem menos que as exportações orientais no final do século XVIII (CHAVES, 1978, p. 116-118; 134-141). Em 1808, Antônio de Magalhães disse que existiam somente duas fábricas no Rio Grande que fabricavam barris de carne salgada, exportando 3 mil deles por ano (MAGALHÃES, 1980, p. 88).

A pouca representatividade do Rio Grande do Sul nos investimentos em carnes em barris pode ser explicada por dois motivos. Primeiramente, os proprietários e os trabalhadores ingleses e irlandeses, especialistas ou não, parecem ter tido pouquíssima presença nas charqueadas de Pelotas. Não é possível saber se esta relativa ausência foi fruto de seu desinteresse pela região, se era consequência de uma política luso-brasileira mais restritiva antes da abertura dos portos (1808) se comparada ao Rio da Prata ou se os próprios charqueadores pelotenses criavam obstáculos para não tê-los como concorrentes em seu próprio quintal. O fato é que a sua significativa presença nos *saladeros* platinos favoreceu a maior envergadura de

investimentos que aqueles países conheceram ao longo do oitocentos. Como as carnes em barris tinham nas tripulações dos navios uma importante consumidora, não deve ser desprezado o fato de que as Marinhas inglesas e francesas possuíam um perfil muito mais internacionalizado do que a portuguesa. Conforme Jaime Rodrigues, a única internacionalização que caracterizou a Marinha lusa foi a presença de africanos entre os seus marinheiros, ao contrário da francesa e da inglesa que possuíam marinheiros europeus de diversas procedências (RODRIGUES, 2015). Se pensarmos que a presença de franceses e ingleses entre os fabricantes de Montevideu e Buenos Aires foi muito mais expressiva do que em Pelotas, podemos supor que as redes mercantis nas quais os mesmos estavam inseridos apresentavam uma demanda muito maior pelas carnes em barris – alimento tradicionalmente consumido entre as tripulações navais do Atlântico norte.

Contudo, outra questão talvez ajude a explicar parte dos motivos pelo qual os charqueadores pelotenses não investiram nas carnes em barris. Eles estavam inseridos principalmente em redes mercantis luso-brasileiras, que facilitavam os seus negócios com regiões de antigo consumo de carne-seca, como os escravos do norte açucareiro, por exemplo. O charque possuía dentro da própria América portuguesa um vigoroso e promissor mercado consumidor, pronto a gerar bons lucros. Neste sentido, é importante mencionar que um dos responsáveis por levar o charque pelotense para o mercado baiano e pernambucano foi justamente um comerciante que fabricava charque no Ceará e que, após as duras secas que afetaram a Capitania em 1791, migrou para Pelotas de vez, tornando-se charqueador nessa região (VARGAS, 2013, p. 106-113).

Além disso, conforme Sluyter, o charque tinha algumas vantagens sobre as carnes em barris. Sua preparação era mais simples, ele ocupava bem menos espaço nos navios e podia ser colocado em qualquer canto dos porões, ou seja, ele favorecia fabricantes com menos capitais para investir em melhorias técnicas. Soma-se a isso o fato de que o charque comprado para alimentar as escravarias das *plantations* não passava por uma rigorosa vistoria, como as carnes salgadas remetidas para as Armadas.²⁵ Portanto, acredito que as poucas quantidades de carnes em barris exportadas pelo Rio Grande

do Sul também foram resultado de uma escolha dos comerciantes envolvidos em uma rede mercantil cujo objetivo era abastecer a escravaria das *plantations* (com uma mercadoria de qualidade inferior) e não as Armadas europeias (algo que fugia, em parte, dos planos da Coroa lusa). Neste sentido, apesar das dificuldades em acertar o “ponto” das carnes em barris, as poucas remessas rio-grandenses não se tratavam apenas da sua incapacidade técnica. Nas palavras de um próprio charqueador de Pelotas, escritas entre 1817 e 1822, isto fica claro: “a carne salgada em barris é, sim, toda ela fabricada em Porto Alegre: no Rio Grande [o que incluía Pelotas] não se fabrica carne em barris, ainda que se podia fabricar quanta se quisesse” (CHAVES, 1978, p. 141). Talvez Gonçalves Chaves estivesse sendo otimista demais no que diz respeito à possibilidade de se “fabricar quanta [carne] se quisesse”. O tímido sucesso dos fabricantes de carnes em barris instalados em Porto Alegre demonstra as fragilidades do setor na localidade e a pouca competitividade do produto se comparado ao charque pelotense e aos concorrentes platinos.

O fato é que a produção de carne em barris era mais para suprir uma demanda estimulada pelo Reino, que queria substituir as compras das carnes irlandesas para a Marinha lusitana, do que um investimento destinado a outros mercados consumidores.²⁶ Neste sentido, acredito que não era comum pensar nas carnes em barris para alimentar os escravos das *plantations* luso-brasileiras, por exemplo. Além disso, a produção das carnes salgadas também era estimulada por autoridades estrangeiras que mantinham contato com os burocratas portugueses. Nos anos 1790, Donald Campbell, oficial britânico encarregado do comando de uma Esquadra na América, recomendou à Armada portuguesa que empregasse outros métodos para salgar as suas carnes, pois utilizando meios muito primitivos, elas não estavam sendo satisfatórias no abastecimento da tripulação lusa (XAVIER, 1974, p. 9). É provável que Campbell preferisse as carnes em barris ao invés das mantas de charque. Esta também foi a queixa do Governador do Grão-Pará, quando buscou estimular a fabricação de carnes em barris na Ilha de Marajó, pois, na opinião dele, estas eram muito mais higiênicas e saborosas do que as carnes secas que lá se fabricavam e que colocavam em risco a saúde da população consumidora.²⁷ Soma-se a isso o fato de que, entre os

ingleses, o charque era considerado comida de escravos (VARGAS, 2014). Portanto, nos diferentes “projetos” relativos à fabricação de carnes no Rio Grande do Sul, a matriz “nativa” (charque) acabou vencendo a matriz irlandesa (carne salgada em barris).

No Império espanhol aconteceu algo semelhante. Apesar da significativa produção de tabaco e açúcar em Cuba, suas *plantations*, no meado do setecentos, eram bastante prejudicadas pelo alto preço dos escravos importados e pela restrição dos mercados, visto que a Espanha não tinha acesso direto ao tráfico atlântico e restringia bastante o comércio de sua colônia caribenha. Na década de 1780, Cuba possuía “uma classe de aspirantes a proprietários de *plantations* ansiosa para imitar o sucesso das colônias açucareiras das outras potências. Tudo o que precisava era acesso fácil aos escravos e aos mercados”. Em 1787, a livre entrada de escravos foi permitida pela primeira vez e com a Revolta em Santo Domingo, a ilha espanhola importou milhares de cativos e multiplicou a sua produção açucareira. Se em 1787 as exportações atingiram 10 mil toneladas (o dobro da quantidade exportada em 1760), em 1802 este índice saltou para 40 mil toneladas. Na virada do século, mais de mil navios de diversas bandeiras iam anualmente a Cuba. As autoridades coloniais “deram toda ajuda à expansão das *plantations*, ignorando, quando necessário, a legislação ou as instruções da metrópole”. Comerciantes coloniais, atuando em parceria com norte-americanos, fretavam inúmeras embarcações. Se antes de 1789, Cuba teria importado 100 mil escravos, entre 1790 e 1821, este número aumentou para 240 mil cativos africanos (BLACKBURN, 2003, p. 602-604).

O aumento das exportações de Montevidéu e Buenos Aires também foi estimulado por uma série de medidas políticas tomadas pelos Bourbons. Em 1776, a Coroa decretou o livre comércio dos portos espanhóis com Buenos Aires, substituindo o exclusivismo de Cadiz. Em 1777, foi criado o Vice-Reinado do Rio da Prata, oferecendo uma maior autonomia administrativa à região. Como resultado destas medidas, o comércio portenho dinamizou-se e uma poderosa classe de negociantes marítimos constituiu-se a partir destas trocas.²⁸ Entretanto, conforme Montoya, o objetivo inicial dos saladeiristas não era fabricar o *tasajo*. Por atenderem os anseios vindos de Madrid, muitos deles queriam produzir as carnes irlandesas

para a Marinha espanhola (MONTTOYA, 1956). No entanto, diante do *boom* açucareiro em Cuba e do crescimento daquele mercado provocado pela entrada de milhares de escravos, a ampliação da fabricação do *tasajo* foi tentadora e a carne salgada foi lentamente sendo substituída por este, cujas remessas se multiplicaram ao longo do oitocentos (SLUYTER, 2010).

Portanto, a indústria das carnes preparadas teve um impressionante impulso com a crescente montagem de *plantations* açucareiras escravistas que marcou o período colonial tardio. Com vistas a obter maiores lucros no comércio do produto, negociantes de distintas regiões do atlântico instalaram-se no cone sul americano, promovendo o surgimento de dezenas de fábricas, atraindo investidores, estimulando o tráfico atlântico de escravos para a região, a migração de trabalhadores livres, a expansão da fronteira agrária combinada com a pecuária extensiva, contribuindo, assim, com a dinâmica interna do sistema mercantil atlântico que caracterizou o período. Tais fenômenos provocaram uma profunda transformação nas paisagens agrárias rio-grandenses e platinas, cujos efeitos econômicos, políticos e culturais marcaram a história das suas respectivas sociedades.

Conclusão

Tanto a fabricação e o comércio do charque, quanto das carnes em barris, pareciam ser bastante lucrativos. Contudo, o tipo de carne preparada dependia muito dos interesses e das possibilidades dos fabricantes, da rede mercantil em que os mesmos estavam inseridos, dos estímulos governamentais, das conjunturas econômicas e da qualidade da demanda. Em última instância foi um empreendimento cada vez mais liderado por particulares que expressavam as capacidades de inversão das elites coloniais neste ramo de negócios, em detrimento da vontade das Coroas Ibéricas. Um dos motivos pelo qual a produção de carnes salgadas em barris vingou mais entre os platinos do que entre os rio-grandenses (além do suposto pouco interesse dos charqueadores pelotenses em fabricar tais produtos) foi a notável presença de técnicos irlandeses e ingleses entre os *saladeros*

e a influência e conhecimento que os mesmos detinham no que diz respeito a este produto. Além do mais, a população caribenha estava mais adaptada ao consumo das carnes em barris (por herança das carnes irlandesas) do que a América portuguesa – que já vinha, em parte, sendo abastecida pela carne-seca do Ceará e do Piauí (e cujas técnicas de fabricação já eram conhecidas pelos colonos e indígenas mesmo antes do setecentos).

Os ingleses e irlandeses estiveram presentes na indústria das carnes platinas desde a sua fundação. Todo este intercâmbio de homens e ideias foi favorecido pela conjuntura política e econômica que marcou o Império espanhol durante o governo dos Bourbons e que também encontrou certo fomento metropolitano com as medidas pombalinas lusas realizadas um pouco antes do período aqui trabalhado (SCHWARTZ, 1999; VARGAS, 2013). Contudo, nesta fase inicial, a presença de ingleses, franceses e irlandeses em Pelotas foi praticamente inexpressiva. Tal fenômeno não significa que Pelotas estivesse isolada de tais trocas culturais e econômicas. Muitos dos charqueadores e comerciantes estabelecidos naquela região eram reinóis e, como foi visto, o sucesso dos irlandeses neste ramo de negócios era conhecido em todo o Atlântico. Além do mais, esta interação social não deixou de envolver o contato direto dos luso-brasileiros com os portos platinos e vice-versa. Eis aqui algo que ainda precisa ser mais bem estudado. Pesquisas mais recentes demonstram que mesmo concorrendo pelos mesmos mercados, estes agentes trocavam experiências sobre o ramo de negócios, estando imersos em distintas redes de relações imperiais e trans-imperiais que envolviam negociantes, burocratas, traficantes, saladeiristas e charqueadores (PRADO, 2009; KUHN, 2012; VARGAS, 2013). Mas isto já é uma outra história...

“MEAT SECRETS”: THE ATLANTIC MARKET FOR DRIED AND SALTED BEEF AND THE INFLUENCE OF IRISH MANUFACTURING METHODS ON THE SOUTHERN LATIN AMERICA (C. 1780 - C. 1820)

Abstract: In the late colonial period, Pelotas (in Rio Grande do Sul), Buenos Aires and Montevideo were central economic nodes of dried meat industries, supplying the growing demand for food. Before this regional development, Ireland had considerable importance in the manufacture and trade of salted meats in the Atlantic, even though using distinct techniques. This paper demonstrates the conflict between Irish and native methods in the preparation of this important product, by analyzing the circulation of Irish men in this macro-region and the trajectories of investors in this important business.

Keywords: Jerked beef. Atlantic trade. Slavery. Rio da Prata.

Notas

¹ As informações são fruto de um projeto coletivo que teve como principais coordenadores David Eltis e David Richardson. A página foi recentemente traduzida por pesquisadores da Casa de Rui Barbosa e está disponível no site da mesma instituição: <http://slavevoyages.org/> (último acesso em 30 de agosto de 2016).

² A bibliografia sobre esta conjuntura econômica atlântica é vasta. Para algumas sínteses ver BLACKBURN (2003), SCHWARTZ (1999), HOBSBAWM (2009), BORUCKI; ELTIS; WHEAT (2016). Para a região estudada no presente artigo, ver BRADING (1990), ALDEN (1990), OSÓRIO (2007), MENZ (2009), PRADO (2009), VARGAS (2013).

³ Sobre a importância do tráfico de escravos para o Rio da Prata ver BORUCKI (2016), KÜHN (2012), ALADREN (2012). Para o caso de Pelotas ver VARGAS (2013).

⁴ Para uma análise dessa conjuntura e sobre os espaços produtores de carnes na América lusa, ver MARQUES (1987), OSÓRIO (2007), ROLIM (2012) e VARGAS (2013).

⁵ É o que defendo em VARGAS (2013, capítulos 1, 2 e 3). Para uma análise do mencionado contexto, ver MALERBA (2006), PRADO (2009), LINEBAUGH; REDIKER (2008), MARQUESE (2004), PIMENTA (2002), CHIARAMONTE (2011), RINKE; SCHULZE (2010).

⁶ Conforme Robin Blackburn, a “explosão” do comércio colonial foi possibilitada por um crescimento anterior das importações de escravos pelas ilhas inglesas. Este incremento totalizou 263.000 escravos negociados, cuja metade foi remetida

para Barbados, secundada pela Jamaica e as Ilhas Leeward. “A população negra das Índias Ocidentais inglesas cresceu de 42% do total em 1660 para 81% em 1700” (BLACKBURN, 2003, p. 325).

⁷ Dentre as ilhas caribenhas francesas, Santo Domingo superava Guadalupe e Martinica como a principal consumidora das carnes irlandesas. No seu auge, entre 1763 e 1791, a “pérola das Antilhas” produziu mais lucros do que qualquer outra colônia caribenha, tornando-se a maior produtora de açúcar do mundo. Com uma enorme população escrava, Santo Domingo possuía um habitante branco para cada dez negros em seu território (MANDELBLATT, 2007, p. 22).

⁸ Além dos navios mercantis, que negociavam escravos, gêneros alimentícios, tabaco, açúcar e uma série de outras mercadorias, a frota militar também se ampliou de forma notável. Na França, quando Colbert foi indicado para supervisionar as colônias, a França possuía somente duas dezenas de embarcações em alto-mar. Mas em 1683, a Marinha de Guerra francesa já contava com 117 navios de linha, 30 galeões e 80 fragatas corsárias, totalizando 1.200 oficiais e 53.000 marinheiros (BLACKBURN, 2003, p. 354). Ou seja, um notável aumento de potenciais consumidores de carne em barris.

⁹ Em 1685, Luís XIV decretou um código especial visando regulamentar a escravidão nas colônias francesas. O *Code Noir*, como ficou conhecido, mandava que cada escravo recebesse, além de 1,2 Kg de mandioca, cerca de 900 gramas de carne salgada ou 1,4 Kg de peixe salgado por semana, o que também contribuiu para a manutenção das importações de carne salgada (BLACKBURN, 2003, p. 251-253; MANDELBLATT, 2007, p. 29)

¹⁰ Nesta época, Pensilvânia, New York, Virgínia e Maryland passaram a exportar suas carnes para o Caribe, quebrando assim o monopólio prático dos irlandeses (TRUXES, 1988, p. 26-7).

¹¹ No meado do século XVIII, estas colônias também começaram a exportar significativas quantias de peixe salgado para Santo Domingo. No entanto, este mercado jogava com as oscilações e aberturas da política colonial francesa, sem abrir mão do contínuo contrabando. Santo Domingo importava peixe salgado, legumes e grãos americanos, exportando rum, melão e outros produtos tropicais (TREUDLEY, 1916, p. 83-145).

¹² Conforme o mesmo autor, “a produtividade agrícola dos fazendeiros e pescadores do Norte era tal que as colônias de *plantation* das Índias Ocidentais, britânicas ou não, tinham neles seus fornecedores mais baratos” (BLACKBURN, 2003, p. 559-563).

¹³ Ver, por exemplo, os destinos das exportações de carnes irlandesas ao longo do século XVIII. Por diversos anos, Espanha e Portugal foram a terceira maior compradora atrás do Caribe inglês e francês, que somados sempre ocupavam mais da metade das remessas (TRUXES, 1988, p. 262-263).

¹⁴ Segundo Alfredo Montoya, as carnes cortadas permaneciam numa tina com salmoura por cerca de um mês, para depois serem colocadas em barris com camadas alternadas de sal (MONTROYA, 1956, p. 25-26). Segundo Anibal Barrios Pintos, no Uruguai, cada barril suportava 4 arrobas (cerca de 60 kg) de carne (PINTOS, 1973, p. 148). Mandelblatt, por sua vez, considerou que cada barril, na Irlanda do século XVIII, carregava cerca de 90 kg (MANDELBLATT, 2007, p. 20).

¹⁵ Requerimento de 30.09.1789, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU-ACL-CU-019), Cx. 3, Doc. 237 e 238 (Projeto Resgate).

¹⁶ Requerimento de 30.09.1789, AHU-ACL-CU-019, Cx. 3, Doc. 237 (Projeto Resgate).

¹⁷ Carta do Conde de Resende para o Governador da Capitania do RS (20.11.1800) apud MONQUELAT (2010).

¹⁸ Carta do Conde de Resende para o Governador da Capitania do RS apud MONQUELAT (2010).

¹⁹ Requerimento de 30.09.1789, AHU-ACL-CU-019, Cx. 3, Doc. 238 (Projeto Resgate).

²⁰ Ofício de Francisco de Souza Coutinho a Martinho de Melo e Castro (Pará, 11.10.1792). Coleção Carvalho, Seção Manuscritos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

²¹ Requerimento de 07.08.1801, AHU-ACL-CU-019, Cx. 5, Doc. 394 (Projeto Resgate).

²² Requerimento de 23.10.1805, AHU-ACL-CU-019, Cx. 10, Doc. 605 (Projeto Resgate).

²³ Segundo palavras do Vice-Rei, Medina “havia descoberto o segredo e as carnes rioplatenses venceram o mito de suas condições inferiores, pois jamais haviam obtido antes a cor e a consistência das do norte”. O segredo, conforme ele, nada mais era do que “la salmuera del barril com una corta dosis de sal nitro” (MONQUELAT, 2010, p. 80).

²⁴ Na realidade, como demonstrou Montoya, estas carnes pareciam estar sendo exportadas desde o século XVII, mas em quantidades muito pequenas, ainda em caráter experimental e com grandes intervalos de tempo (MONTROYA, 1956).

²⁵ Conforme Sluyter, o produto final tinha várias características vantajosas em relação a outras formas de carne conservadas. A maior *secura* do charque com relação à carne salgada reduziu tanto o peso e o volume a menores custos de transporte. A maior *secura* também permitiu o carregamento a granel em porções de navios e a preservação do produto para muitos meses após a sua fabricação, mesmo em climas tropicais (SLUYTER, 2010, p. 106).

²⁶ Em 1778, um funcionário da Coroa portuguesa recomendou a *produção* das “carnes salgadas que devem ser exportadas a este reino em lugar das que vem

da Irlanda”, e o cultivo do linho cânhamo, que substituiria as importações da Rússia (GUTIERREZ, 2001, p. 53).

²⁷ Ofício de Francisco de Souza Coutinho a Martinho de Melo e Castro (Pará, 11.10.1792). Coleção *Carvalho*, Seção Manuscritos, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

²⁸ O corpo mercantil portenho era composto por imigrantes vindos do País Basco, de Castela, da Galiza e de Santander, além de um grande contingente de nascidos na América. Eles constituíram-se nos maiores beneficiários das reformas borbônicas e passaram a controlar um comércio crescente que ligava Buenos Aires a Montevidéu, Assunção, Córdoba, Tucuman, Jujuy, Salta, Potosi e outras as áreas de mineração andinas, além do Chile (SOCOLOW, 1975, p. 1-2).

Referências

ALADREN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e Guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil* (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835). Dissertação (Doutorado em História)-UFF, PPG-História, 2012.

ALDEN, Dauril. El Brasil colonial tardío (1750-1808). In: BETHELL, Leslie (Org.). *Historia de America Latina*. Barcelona: Editorial Crítica, v. 3, 1990, p. 306-357.

BELL, Stephen. Early industrialization in the South Atlantic: political influences on the charqueadas of Rio Grande do Sul before 1860. *Journal of Historical Geography*, v. 19, n. 4, jul. 1993, p. 400.

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no novo mundo: do Barroco ao Moderno* (1492-1800). Rio de Janeiro: Record, 2003.

BORUCKI, Alex. Notas sobre el tráfico de esclavos al Río de la Plata durante el siglo XVIII. *Revista Latino-americana de Estudios Avanzados*, v. 1, n. 1, jan/jun., 2016, p. 7-28.

BORUCKI, Alex; ELTIS, David; WHEAT, David. Atlantic History and Slave Trade to Spanish America. *American Historical Review*, n. 120, abr. 2015, p. 433-461.

BRADING, D. A. La España de los Borbones y su imperio americano. In: BETHELL, Leslie (Org.). *Historia de America Latina*. Barcelona: Editorial Crítica, v. 2, 1990, p. 85-126.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: Os Jogos das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CASTELLANOS, Alfredo. *Breve historia de la ganadería en el Uruguay*. Montevideu: Banco de Crédito, 1971.

CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1978.

CHIARAMONTE, Jose Carlos. La dimensión atlántica e hispanoamericana de la Revolución de Mayo. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, Buenos Aires, n. 33, jan./dez. 2011.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. De la carne al cuero: los mercados para los productos pecuarios (Buenos Aires y su campaña, 1700-1825). *Anuario del IEHS*, Tandil, n. 9, 1994, p. 61-95.

GIBERTI, Horacio. *Historia Económica de la ganadería argentina*. Buenos Aires: Solar, 1981.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: UFPel, 2001.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções: Europa (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

HORTA, José. O comércio do sal português com a Irlanda no século XIX: uma leitura geográfica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE O SAL PORTUGUÊS, 1., 2005, Portugal. *Anais...* Porto: Universidade do Porto, 2005. p. 297-310.

IOMAIRE, Máirtín Mac Con; GALLAGHER, Pádraic Óg. Irish Corned Beef: a Culinary History. *Dublin Institute of Technology*, Articles, 2011.

KÜHN, Fábio. Clandestino e ilegal: o contrabando de escravos na Colônia do Sacramento (1740-1777). In: XAVIER, Regina (Org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 179-206.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MAGALHÃES, Manoel Antônio de. Almanack da Vila de Porto Alegre. In: FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

- MALERBA, Jurandir. *A Independência brasileira: Novas Dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- MANDELBLATT, Bertie. A Transatlantic Commodity: Irish Salt Beef in the French Atlantic World. *History Workshop Journal*, n. 63, 2007, p. 21.
- MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Episódios do Ciclo do Charque*. Porto Alegre: Edigal, 1987.
- MARQUESE, Rafael de B. *Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660-1860)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- MENZ, Maximiliano. *Entre impérios: formação do Rio Grande na crise do sistema colonial português (1777-1822)*. São Paulo: Alameda, 2009.
- MONQUELAT, A. F. *Desfazendo mitos (notas à história do Continente de São Pedro)*. Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 2012.
- MONQUELAT, A. F. *Senhores da carne: charqueadores, saladeristas y esclavistas*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2010.
- MONTOYA, Alfredo. *Historia de los saladeros argentinos*. Buenos Aires: Ed. Raigal, 1956.
- MONQUELAT, A. F.; MARCOLLA, V. *Charque, charqueadas e charqueadores no primeiro período (1780-1800)*. Diário da Manhã, Pelotas, 23 ago. 2010.
- OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da fronteira: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no prata (1808-1828)*. São Paulo: Editora Hucitec/Fapesp, 2002.
- PINTOS, Anibal Barrios. *Montevideo: Los Barrios (I)*. Montevideo: Ed. Nuestra Tierra, 1971).
- PINTOS, Anibal Barrios. *Historia de la ganadería en el Uruguay (1574-1971)*. Montevideu: Biblioteca Nacional, 1973.
- PRADO, Fabrício. *In the shadows of empires: trans-imperial networks and colonial identity in Bourbon Río de la Plata*. Diss. (Ph.D.) - Emory University, 2009.
- RINKE, Stefan; SCHULZE, Frederik. Los orígenes de las revoluciones de independéncia de America Latina em perspectiva atlântica. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 36, n. 2, 2010, p. 153-178.

RODRIGUES, Jaime. Um perfil de cargos e funções na Marinha mercante luso-brasileira (séculos XVIII e XIX). *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 42, 2015, p. 295-324.

ROLIM, Leonardo. “*Tempo das carnes*” no *Siará Grande*: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na Vila de Santa Cruz do Aracati (c. 1690 – c. 1802). Dissertação de Mestrado, UFPB, 2012.

ROSAL, Miguel A.; SCHMIT, Roberto. Del Reformismo colonial Borbónico al librecomercio: las exportaciones pecuárias del Río de La Plata (1768-1854). *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana*, n. 20, 2ª sem., 1999, p. 69-109.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SLUYTER, Andrew. The Hispanic Atlantic’s Tasajo Trail. *Latin American Research Review*, v. 45, n. 1, 2010.

SOCOLOW, Susan M. Economic Activities of the Porteño Merchants: the Vice-regal Period. *The Hispanic American Historical Review*, v. 55, n. 1, Feb. 1975, p. 1-24.

TREUDLEY, Mary. The United States and Santo Domingo (1789-1866). *The Journal of Race Development*, v. 7, n. 1, jul., 1916, p. 83-145.

TRUXES, Thomas M. *Irish-American Trade (1660-1783)*. Cambridge University Press, 1988.

VARGAS, Jonas M. *Pelas margens do Atlântico*: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese de Doutorado, UFRS, 2013.

VARGAS, Jonas M. Abastecendo *plantations*: A inserção do charque fabricado em Pelotas (RS) no comércio atlântico das carnes e a sua concorrência com os produtores platinos (século XIX). *História* (UNESP), v. 33, n. 2, 2014, p. 540-566.

WALTON, Gary M. *The economic rise of early America*. Cambridge University Press, 1979, p. 81-82, p. 193.

XAVIER, Paulo. Salgas de carne. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 mar. 1974, p. 9.

Recebido em: 12/12/2016

Aprovado em: 01/03/2017

ARTIGOS

Crise e fome na Alta Idade Média: o exemplo dos capitulários carolíngios

Marcelo Cândido da Silva*

Resumo: A “crise” é hoje um tema recorrente nas obras de historiadores, economistas, biólogos, geógrafos, sociólogos, politólogos, ambientalistas etc. Isso se deve, em primeiro lugar, à atualidade do fenômeno, seja em sua dimensão econômica (com a estagnação das taxas de crescimento desde 2008 na maior parte dos países ocidentais), ambiental (o aquecimento climático), sanitária (epidemias de H1N1, ébola, Zika etc.), securitária (terrorismo, crime organizado), política (guerras civis, revoluções, conflitos, migrações) e mesmo intelectual (crise da História, crise das Ciências, crise disciplinar). Uma recorrência e uma abrangência que colocam diversos problemas em torno da noção de crise, sua aplicabilidade e seus limites como instrumento analítico. Essa aplicabilidade e esses limites serão discutidos ao longo deste artigo, tendo como pano de fundo a questão das crises alimentares na Alta Idade Média, especialmente no período carolíngio, através da análise do Capitulário de Frankfurt e do Capitulário de Nimègue, publicados durante o reinado de Carlos Magno.
Palavras-chave: Crise. Fome. Capitulários.

Introdução

Em que pese o interesse atual e crescente pelo tema da crise, a acepção moderna do conceito emergiu lentamente na segunda metade do século XIX (GUERREAU, 2002, p. 369), juntamente

* Doutor em História Medieval pela Université Lumière Lyon 2, França. Professor de História Medieval da Universidade de São Paulo - USP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. E-mail: candido@usp.br

com a História Científica. Fruto das primeiras fissuras do Romantismo, “crise” tornou-se, nas obras de Karl Marx, sinônimo e instrumento de transformação social e histórica. Em seus *Grundrisse*, recentemente objeto de uma nova tradução no Brasil (MARX, 2011, p. 58), Marx afirma que, na sociedade burguesa, há categorias que permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, pois essa sociedade ainda carrega consigo “resíduos não superados”. De um alcance, portanto, limitado, a “crise” não traria consigo a superação de todos os traços do passado, além de ainda permitir que as formas antigas sejam conhecidas por meio das formas modernas: “[...] a economia burguesa fornece a chave da economia antiga”. No âmbito das interpretações materialistas da História, aliás, “crise” adquire um sentido quase rotineiro, que encontrou seu paroxismo na teoria dos ciclos, de Nicolai Kondratieff (KONDRA-TIEFF, 1984). No período entre guerras, porém, um forte sentido de excepcionalidade lhe foi atribuído, o qual se traduziu no tema da “decadência do Ocidente”, segundo a expressão consagrada por Oswald Spengler. Nas décadas que se seguiram ao último conflito mundial, enquanto a noção de crise conheceu uma fortuna crítica entre modernistas e especialistas da História Política, houve um nítido recuo em sua utilização pelos historiadores da Antiguidade e da Idade Média (embora os temas “crise da História” e “crise da História Política” tenham encontrado enorme eco entre esses últimos). Os consensos que pareciam existir em relação a certos períodos da História Antiga e da História Medieval, qualificados até então e de forma unânime como períodos de crise, foram desfeitos. É o caso de três crises paradigmáticas: a “crise do Império Romano”, o “Ano Mil” e a “crise do século XIV”. Paradigmáticas não apenas por terem produzido quase tantas interpretações quanto obras escritas a respeito – em 1984, foram repertoriadas 210 interpretações sobre a crise do Império Romano (DEMANDT, 1984, p. 493) –, ou por terem produzido longos debates da historiografia contemporânea (o debate Dobb X Sweezy, ou ainda o debate entre “mutacionistas” e “antimutacionistas”) mas também – e sobretudo – porque constituíram terrenos de teste e de consolidação de novos métodos e

de novas interpretações, respectivamente, a paleoclimatologia e a etnogênese.

No que se refere àquele que é provavelmente o tema mais controverso ainda hoje entre especialistas da Antiguidade e da Idade Média, “os destinos do Império Romano”, a noção de crise, até os anos 1940 sinônimo de decadência, foi substituída pelas noções de mutação, adequação, transformação. É sintomático que o mais importante projeto coletivo sobre os séculos IV-VII, desde o final do século XX até o momento, tenha se intitulado “Transformations of the Roman World”, e não “The end of the Roman World”, por exemplo. O mesmo ocorreu com o “Ano Mil”: na historiografia da segunda metade do século XX, as noções de crise e de mutação foram duramente colocadas em xeque por historiadores como Dominique Barthélemy, para quem a “mutação do ano mil” nunca ocorreu (BARTHÉLEMY, 1997). No caso da “crise do século XIV”, as pesquisas coordenadas por François Menant e Monique Bourin colocaram em xeque a ideia de uma crise universal naquele período. Estudos regionais desenvolvidos no âmbito do projeto sobre “a conjuntura de 1300” mostraram que regiões, algumas vezes distantes entre si em apenas alguns quilômetros, apresentavam situações demográficas, produtivas e alimentares bastante distintas. Esses estudos concluem que a ideia de uma “crise geral do sistema feudal” não é mais apropriada para definir a situação da Europa Ocidental nos séculos XIV e XV (BOURIN; MENANT; TO FIGUEIRAS, 2014).

Esse recuo da crise na historiografia sobre a Antiguidade e a Idade Média deve-se, em primeiro lugar, ao fato de que a noção de crise é vaga e ambígua, como lembra o historiador Alain Guerreau (GUERREAU, 2002, p. 369). Ela encobre situações bastante variadas, períodos de curta e de longa duração, transformações superficiais e mudanças profundas (FELLER, 2006, p. 5-6). O escopo das realidades que a noção pretende abarcar é extremamente amplo, o que ajuda a explicar a elasticidade do seu uso, tanto em obras que sustentam o colapso do mundo romano quanto em outras que questionam a mesma ideia. Nesse sentido, os historiadores buscaram refúgio em outros conceitos, tais como o de “transformação” ou o de “transição”. Em segundo lugar, o recuo do marxismo nos meios

acadêmicos a partir dos anos 1960 teve, entre seus efeitos, um nítido recuo da articulação entre crise, hierarquia e violência. Esta última deixou de ser considerada como algo que conduz à transformação social, para se tornar uma característica imanente do funcionamento das sociedades e, em alguns casos, aspecto simbólico muito mais do que um dado que define a natureza de certas relações sociais.

Por outro lado, se é verdade que os trabalhos publicados ao longo das últimas três décadas têm sustentado a continuidade das construções políticas e econômicas romanas, bem como reduzido de maneira significativa a amplitude da crise demográfica e econômica no século XIV, isso tem ocorrido a partir dos mesmos materiais (textos escritos e vestígios da cultura material) utilizados por aqueles que, há apenas algumas décadas, diziam exatamente o contrário. Não houve, desde o final do século XIX, descoberta alguma, documental ou arqueológica, que possa por si só explicar essa transformação de perspectivas. O cerne da mudança está nas relações dos historiadores com as suas fontes, que, graças à Nova História, aos Estudos Culturais e ao *Linguistic Turn*, foram desconstruídas e reconstruídas.

Gostaria de elencar outro aspecto pouco considerado, mas que também ajuda a explicar porque o uso da noção de crise entre antiquistas e medievalistas recuou nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra. Entre os especialistas de outros períodos, também é possível notar o nítido recuo do tema da decadência. A oposição entre a “continuidade das civilizações”, defendida por Fernand Braudel em sua Gramática das civilizações [“...les civilisations sont des continuités... en ce sens où parmi les coordonnées anciennes (certaines) restent valables aujourd’hui encore” (BRAUDEL, 1963, p. 161)], em detrimento da ideia de “suicídio civilizacional”, de Arnold Toynbee, é sintomática da mudança do “ambiente intelectual” na Europa no último pós-guerra. Essa oposição ajuda a explicar, ao mesmo tempo, o grande impacto da obra de Braudel e a obscuridade à qual foi condenada a obra de Toynbee na historiografia do pós-guerra. Todavia, a influência daquilo que estou designando aqui de “ambiente intelectual” vai muito além da condenação de certas obras ao sucesso e de outras ao ostracismo. No momento em que o projeto europeu era lançado, tendo como motor a reconciliação franco-alemã, não

era mais de bom tom a associação entre os bárbaros, a violência sem limites e os habitantes vizinhos do além-Reno. Esse período no qual se situariam as origens das nações europeias havia sido terreno da disputa franco-alemã e haveria de ser também um dos terrenos da reconciliação. As grandes pesquisas coletivas dos últimos 30 anos, realizadas com financiamento da União Europeia, responderam a editais que traziam em seus textos alíneas como “as origens da Europa”. Os trabalhos, publicados sobretudo a partir dos anos 1960, e que sustentavam a ideia de que houve uma “coexistência pacífica” entre romanos e bárbaros, ou que associavam as migrações bárbaras (e não mais as invasões) aos primórdios da construção europeia, demonstrariam, caso ainda fosse necessário, que as ferramentas metodológicas e analíticas utilizadas pelos historiadores não constituem categorias refratárias às influências das relações sociais e políticas que elas próprias têm a pretensão de descrever e de explicar. Os percursos historiográficos da noção de crise no segundo pós-guerra emergem tanto da História Intelectual quanto da História Política da Europa no século XX.

Os anos 2000 marcaram um avanço da crise no cenário acadêmico, igualmente perceptível no âmbito da historiografia sobre o final da Antiguidade e o início da Idade Média. Apesar de suas leituras divergentes acerca do período, Bryan Ward-Perkins, Chris Wickham, Jean-Pierre Devroey, François Bougard, Laurent Feller, Régine Le Jan, entre outros, empregam a noção em seus trabalhos. No entanto, a ênfase na decadência, marcante no período entre guerras cedeu lugar a uma visão neutra, senão positiva, da crise, e que se ilustra pela questão colocada no subtítulo do primeiro volume do projeto coletivo *Les élites au haut Moyen Âge*, publicado em 2006 (e do qual participou a maior parte desses historiadores): “crises et renouvellements”. A conclusão de Hans-Werner Goetz é ilustrativa da posição assumida pelos autores do volume:

“[...] houve, sempre, mudanças, perigos, em seguida crises, depois renovações... Entretanto, muitas contribuições [deste volume] trouxeram a prova de renovações a curto prazo das mesmas elites (pessoas e grupos) após (e apesar de) uma crise. Nesse sentido, uma ‘renovação’ (ou renovações

permanentes) parecem ter sido mais característicos para a Alta Idade Média do que uma crise” (GOETZ, 2006, p. 487, p. 494-495).

Mais importante ainda: o centro de gravidade das análises deixou de ser uma crise sistêmica tão ampla quanto monolítica e deslocou-se para as suas formas “substantivadas” (crise econômica, crise política, crise alimentar, crise sanitária etc.) e, sobretudo, para o campo das respostas às crises. Esse duplo deslocamento epistemológico é, por um lado, o fruto da constatação de que o conceito de crise é amplo demais, elástico demais, para ser operacional. Por outro, o resultado da introdução de novos conceitos que ajudaram na compreensão das respostas às crises, tais como “Governança”.

Isso é particularmente visível nos estudos sobre as crises alimentares. A fome, além da “manifestação mais espetacular da crise”, segundo a expressão de Monique Bourin e de François Menant (BOURIN; MENANT, 2011, p. 9), constitui um dos campos de estudos da crise que melhor ilustram a preocupação com os mecanismos de resposta das sociedades. Os principais estudos sobre a fome publicados na segunda metade do século XX, seja sobre a Irlanda em meados do século XIX, o mundo romano antigo, a China do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, ou ainda a Etiópia dos anos 1980, interessam-se pelas respostas à fome¹.

A razão disso é que a fome se tornou, na epistemologia contemporânea, objeto de análise e de definição, e não mais apenas de comparação e de categorização. Essas análises, que são comumente chamadas de “teorias da fome”, também têm como objetivo claramente expresso a busca de soluções ao problema. As “teorias sobre a fome” apresentam um quadro de análise que identifica a fome com determinadas causas, e recomendam, então, diferentes formas de ação. A fronteira que separa alguns desses estudos das propostas de políticas públicas é bastante tênue, senão inexistente, como é o caso dos estudos sobre a fome na Etiópia ou no Sudão do Sul. Paradoxalmente, esses estudos “despolitizam” a fome, ao enfatizarem as questões e as soluções técnicas, deixando de lado as conjunturas políticas nas quais as crises alimentares nasceram e se desenvolveram. Nesse sentido, o melhor exemplo são os primeiros

estudos sobre a fome na Etiópia, que destacavam a seca e as questões ambientais, mas deixavam de lado a guerra civil que atingia o país desde os anos 1960 e que havia se agravado a partir de 1984. A comemoração dos dez anos da fome na Etiópia foi a ocasião para a realização de um colóquio em Adis-Abeba². Apesar de debates acalorados entre especialistas e representantes de organizações humanitárias, houve nítida rejeição da ideia de que a fome de 1984-1985 foi causada pela seca, explicação corrente até então. Papel central foi atribuído ao conflito entre a Etiópia e os separatistas na Eritreia e em Tigré. Os participantes do colóquio também expressaram a opinião de que aspectos técnicos ou gerenciais de prevenção da fome não são os únicos fatores que devem ser considerados, nem mesmo os mais importantes: a atenção dada a aspectos políticos, tais como responsabilidade, participação e controle do processo social e econômico, seria crucial (EDKINS, 2000, p. 8).

Os problemas das fontes

A ênfase de economistas e sociólogos nas causas da fome e nos meios de ação necessários para debelá-la traz dois problemas para os historiadores. O primeiro é que o estatuto e a natureza dos relatos – fundamentais para a reconstituição das conjunturas políticas – acabaram sendo relegados a segundo plano. O segundo é a dificuldade em identificar qual ou quais são os atores que estão na origem das respostas à fome. As teorias da fome, sobretudo após os anos 1990, têm enfatizado os atores não estatais (as ONGs) ou supraestatais (a comunidade internacional). Aos historiadores das sociedades pré-modernas coloca-se o desafio de pensar as respostas à fome em contextos pré-estatais.

Começemos pelo primeiro problema. Da mesma forma que a Econometria enxerga os dados quantitativos tanto da Roma Republicana quanto da Nova York moderna como séries que podem ser objeto de comparação, as “teorias da fome” tendem a aproximar os relatos de épocas e de sociedades distintas, buscando deles retirar constantes de causalidade, intensidade e efeitos, sem que se atente aos aspectos formais da construção desses textos ou que se dê a

devida importância às condições nas quais foram produzidos. Os textos anteriores ao século XIV não oferecem o mesmo número e a mesma qualidade de dados estatísticos que permitem, por exemplo, que se reconstrua a curva de preços de cereais nos mercados urbanos (cf. *Livro do Biadaiolo*) e a curva de salários dos trabalhadores das cidades. No entanto, esses textos fornecem dados quantitativos que, mesmo fragmentados, podem ser integrados à análise das crises alimentares, ainda que não se possa, a partir deles, construir séries estatísticas. Outro desafio consiste em integrar à análise sobre a fome os aspectos formais desses textos, a autoria, os objetivos de seus autores, seus *topoi* retóricos.

Há, nas crônicas, nos anais e nas histórias redigidas na Idade Média, uma série de adjetivos que aparecem ao lado da palavra *fames* ou da palavra *carestia*, e que são indicadores da vontade de seus autores em marcar a intensidade do fenômeno³. O uso desses adjetivos não corresponde à existência de uma convenção ou de um parâmetro de medida entre os autores das crônicas, simplesmente da vontade de cada autor em chamar a atenção para essa ou para aquela fome. Além disso, do século VIII ao século XI, encontramos nos textos treze referências à incidência de casos de canibalismo de sobrevivência associados a crises alimentares (CURSCHMANN, 1970, p. 82 e ss.), ao passo que há apenas um indício arqueológico que parece remeter à prática em questão, embora esteja longe de ser um indício conclusivo (ABADIE, 2013, p. 185-222). Mais extraordinário ainda é que os relatos de canibalismo anteriores ao século XI utilizam como modelo narrativo o texto de Ezequiel, 5:10. Encontramos, frequentemente, menções nos textos anteriores ao século XIV da morte de um terço da população como consequência da fome⁴. Trata-se, mais uma vez, de uma referência ao que diz o texto de Ezequiel, 5:12 (VANDENBERG, 2008)⁵. O texto veterotestamentário é um referencial importante dos autores que escrevem sobre a fome. Os contextos de crise são lidos à luz da realização das profecias bíblicas. Daí a ideia frequente de que esses textos, bem como os valores neles contidos, não se prestam à análise quantitativa, muito menos à qualitativa.

A existência de *topoi* retóricos ou ainda as dificuldades de análise, de avaliação e de comparação dos dados quantitativos não

constituem, de forma alguma, o apanágio dos relatos medievais sobre a fome. Gostaria, a esse respeito, de evocar dois exemplos: os estudos de Margareth Kelleher sobre a associação da figura feminina à fome em memórias e artigos de jornais na Irlanda, nos anos 1850, e em Bengala, na década de 1940 (KELLEHER, 1997, p. 113-114); e também a polêmica em torno do número de vítimas da fome na Ucrânia, que é contemporânea da redação dos primeiros relatos, nos Estados Unidos e na Europa, no início dos anos 1930. As retóricas dos textos e as dificuldades em torno das cifras não são, portanto, provas cabais do “caráter literário” ou da “superficialidade” dos relatos medievais. Como no caso dos textos contemporâneos, essas idiosincrasias também apontam para as disputas políticas em torno da fome.

O exemplo dos capitulários carolíngios

Gostaria de tratar os dilemas da integração dos textos anteriores ao século XIV à análise da crise alimentar através de dois textos legislativos: o *Capitulário de Frankfurt*, de 794, e o Capitulário de Nimègue, de 806. Tive a oportunidade de analisar esses textos em artigo publicado na Revista Anos 90, em 2013. No entanto, proponho aqui uma análise distinta, menos baseada nas concepções éticas presentes nesses textos do que na gestão de preços por eles exercida.

O *Capitulário de Frankfurt*, de junho de 794, um dos mais importantes textos de combate à fome da Alta Idade Média. Apesar de ter sido publicado em um contexto de fome bastante grave e generalizado em todo o reino, pelo que se pode inferir dos dados arqueológicos de que dispomos, o texto menciona apenas a existência de “carestia”, o que reforça aquilo que dissemos anteriormente sobre o fato de o vocabulário dos textos não ser um indicador da intensidade das crises alimentares. Além de medidas contra a “carestia”, o capitulário também condenava o Adocionismo e o culto das imagens, estipulava um peso justo para a moeda, um preço justo para o pão e para os cereais, atacava a heresia e, finalmente, acordava o perdão por

“piedade misericordiosa” ao duque Tassilo, que havia se rebelado contra Carlos Magno. O combate à fome não constitui, portanto, um objetivo isolado do texto. Esse combate é parte de um conjunto de medidas que se fundam na justiça e no estabelecimento da ordem.

As respostas do poder político à fome não são, necessária e exclusivamente, respostas à falta de alimentos, mas também iniciativas de restauração da ordem social. O mercado de cereais de Florença, no século XIV, bem documentado graças ao *Libro del biadaio*, de Domenico Lenzi [que nota com precisão os preços dos diversos tipos de grão no mercado de Florença entre 1320 e 1335], é significativo nesse sentido: a preocupação das autoridades da cidade era tanto com a ordem pública quanto com o preço dos grãos. Um exemplo contemporâneo: Jerry Edkins mostrou como as medidas tomadas contra a fome na Etiópia contribuíram para a construção da ideia contemporânea de ordem internacional (EDKINS, 2000, p. 67-102). É precisamente aí que se encontra a armadilha da “eficácia do Estado”. Ao medi-la buscando indícios de uma diminuição da intensidade da crise alimentar, deparamo-nos frequentemente com lacunas que não são, necessariamente, a prova de que os poderes públicos na Idade Média eram ineficazes, e sim de que a disponibilidade de bens alimentícios não era a sua única e talvez nem a principal preocupação das medidas que adotavam em situações de crise alimentar.

O fato de o Capitulário de Frankfurt ter sido publicado no contexto de uma assembleia episcopal pareceu a alguns historiadores a prova do desespero dos príncipes carolíngios, incapazes de lidar com uma situação que ultrapassava e muito os meios de que dispunham (DOEHAERD, 1971, p. 58). Trata-se de uma análise que projeta sobre o texto do século VIII uma noção de Estado que lhe é absolutamente estrangeira. Gostaria de discutir, agora, o segundo problema advindo da ênfase das teorias da fome nas respostas ao problema: a identificação dos atores responsáveis por essas respostas. Nas últimas décadas, assistimos à perda da centralidade do Estado no âmbito das abordagens acadêmicas, mas também sua eficiência cada vez mais limitada diante dos desafios da ordem, da desordem e da própria “crise” nas sociedades contemporâneas. A fragmentação do poder na época contemporânea, o fato de que ele se manifesta em redes muito mais do que numa relação unívoca de mando e

obediência criada a partir do aparato de governo despertou a sensibilidade e o interesse dos historiadores para novas manifestações.

O conceito de Governança é um dos mais sintomáticos produtos desse contexto de fragmentação do poder. Embora tenha surgido em meados do século XX, no âmbito de uma reflexão econômica (COESE, 1937, p. 386-405), mais precisamente sobre as organizações econômicas, o conceito adquiriu rapidamente uma dimensão transdisciplinar, no campo das Relações Internacionais, do Direito, da Geografia, da Ciência Política, da Sociologia e mesmo da História. Essa difusão tem relação estreita com a perda de prestígio da noção de Estado, e também com a constatação de que essa noção é inadequada para a análise de contextos não governamentais ou de sociedades pré-modernas. James Rosenau, um de seus principais teóricos, utiliza governança para discutir a ordem e a transformação sem a atuação de governos. A definição que ele propõe é suficientemente flexível para prescindir da atuação de instituições políticas modernas (ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. O., 1992).

A dissociação que se produziu, na historiografia, entre Governança e Governo (leia-se Estado) é semelhante àquela que ocorreu entre Norma e Lei. Em comum entre esses dois fenômenos está o fato de que, na visão dos historiadores contemporâneos, os locais de produção dos ordenamentos sociais e mesmo políticos, antes restritos ao Estado e à Lei, ampliaram-se consideravelmente. Essa ampliação é sintomática das novas configurações do Político, muito mais do que da sua falência. A crise epistêmica do Estado, que mencionei anteriormente, foi fundamental para que os historiadores identificassem manifestações do poder fora dos espaços tradicionais das instituições políticas. Não há dúvida de que isso trouxe benefícios para os estudos medievais. Eis uma coincidência que desempenha um papel central nos estudos medievais hoje: o fato de que a mesma noção que serve para descrever a fragmentação do poder no mundo contemporâneo é apropriada para traduzir as especificidades de sociedades anteriores à centralização monárquica. Graças à noção de Governança, foi possível ampliar o escopo da análise do poder para sociedades nas quais o Estado Moderno ou não existia ou não desempenhava um papel central.

O fato de que a noção de Estado não se presta a descrever as especificidades do poder nos primeiros séculos da Idade Média foi lido como a prova cabal de que as sociedades daquele período eram marcadas pela anarquia. É algo bem distinto o que podemos ver por meio dos textos legislativos da Alta Idade Média. No caso específico do Capitulário de Frankfurt, há, claramente, um princípio que preside o estabelecimento de preços máximos para o pão e para os cereais: o da justiça cristã.

O Capitulário de Frankfurt estabelece que homem nenhum, eclesiástico ou laico, pode vender cereais a preço maior que aquele estabelecido para um módio produzido nos domínios reais: para um módio de aveia, um denário; para um módio de cevada, dois denários; para um módio de centeio, três denários; para um módio de trigo candial, quatro denários. A fixação de um preço máximo também era válida para os cereais vendidos em forma de pão: doze pães de trigo candial, pesando duas libras cada um, deveriam custar um denário; quinze pães de centeio do mesmo peso, um denário; vinte pães de cevada do mesmo peso, um denário; vinte e cinco pães de aveia, igualmente um denário. Estabelecia-se um preço diferenciado e menor (cerca de metade do valor dos cereais mencionados anteriormente) para os cereais oriundos dos domínios reais: dois módios de aveia por um denário, um módio de cevada por um denário; um módio de trigo candial por três denários.

Embora o texto não diga claramente como se chegou aos valores para os diversos tipos de cereais e para o pão, é bastante provável que se levava em conta o custo da produção desses mesmos cereais nos domínios reais (cujos valores de venda também são estipulados no texto), com o acréscimo daquilo que o Capitulário de Nimègue, alguns anos mais tarde, definirá como “justo lucro”. O capítulo 4 do Capitulário de Frankfurt exorta aqueles que receberam um benefício (*beneficium*) real a evitar que os dependentes desses benefícios morram de fome. Uma vez que as necessidades desses últimos fossem satisfeitas, os excedentes poderiam ser vendidos conforme o que o próprio capitulário estabelecia (isto é, os valores do “módio público”):

“Nosso pientíssimo rei decidiu, com a aquiescência do santo sínodo, que nenhum homem, seja ele eclesiástico, seja laico, venda o grão mais caro que o módio público recentemente estabelecido, seja em tempo de abundância, seja em tempo de carestia, do módio de aveia, um denário, do módio de cevada, dois denários; do módio de centeio, três denários; do módio de trigo candial, quatro denários. Caso se queira vendê-los em [forma de] pão: que se dê doze pães de trigo candial, cada um pesando duas libras, por um denário; pelos de centeio, quinze do mesmo peso por um denário; pelos de cevada, vinte pães de mesmo peso; pelos de aveia, vinte e cinco pães. Quanto aos cereais públicos do senhor rei, caso sejam vendidos: dois módios de aveia por um denário, um módio de cevada por um denário; um módio de trigo candial por três denários. E que aqueles que receberam de nossa parte benefício, cuidem, no que Deus aprouver, para que nenhum servo dependente deste benefício morra de fome; e quanto à medida que exceder à necessidade de seus dependentes, que seja vendida livremente conforme a lei” [*Synodus Franconofurtensis* (794), c. 4]⁶.

No Capitulário de Frankfurt, a definição de um preço máximo para os gêneros alimentícios era válida tanto para os períodos de abundância quanto para os períodos de carestia: “*sive tempore abundantiae sive tempore caritatis*”. Essa regulamentação era mais do que uma resposta pontual a uma conjuntura de carência de alimentos, mas constitui um conjunto de regras projetadas sobre o conjunto dos sistemas de produção, de troca e de abastecimento. Também no Capitulário de Nimègue, atribui-se aos cereais um preço acima do qual seu comércio é considerado injusto e ilegal:

“Portanto, decidimos, já que neste ano uma fome severa se abateu sobre muitas regiões, que todos os bispos, abades, abadessas, dignitários e condes, assim como seus domesticos, bem como seus subalternos e todos os fiéis que recebem benefícios reais fundados tanto sobre bens eclesiásticos quanto sobre os de ordem diversa, providenciem assistência a seus dependentes com os proventos de seu benefício

e sua família com os recursos de seu alódio. Se, por graça divina, alguém possuir cereais em quantidade excedente à sua necessidade e a de seus dependentes, com os recursos benéficos ou alodiais, e pretender vendê-los, que não o faça a valor superior a dois denários por módio de aveia, três denários por módio de cevada, três denários por módio de espelta debulhada, quatro denários por módio de centeio, seis denários por módio de trigo candial debulhado. E que este módio seja o que está convencionado que todos devem ter, para que cada um receba uma unidade de medida justa e um mesmo módio” [*Capitulare missorum Niumagae* (806), 18]⁷.

Em seu capítulo 18, o Capitulário estabelece que os cereais não poderiam ser vendidos a um valor superior a dois denários por módio de aveia, três denários por módio de cevada, três denários por módio de espelta debulhada, quatro denários por módio de centeio, seis denários por módio de trigo candial debulhado. Como em 794, o capitulário de 806 se preocupava, além do preço, com a quantidade de cereais presentes em cada módio.

Tabela 1: Preços máximos de pão e de cereais em 794 e em 806

Tipo de cereal ⁸	Libras de pão por um denário (794)	Preço máximo do módio de cereais (794)	Preço máximo do módio de cereais (806)
Aveia	50 libras	1 denário	2 denários
Cevada	40 libras	2 denários	3 denários
Espelta	-	-	3 denários
Centeio	30 libras	3 denários	4 denários
Trigo	24 libras	4 denários	6 denários

Fonte: DEVROEY, Jean-Pierre. *Activité monétaire, marchés et politique à l'âge des empereurs carolingiens*. *Revue belge de Numismatique et de sigillographie*, 161, 2015, p. 177-232, aqui, p. 192.

Há um aumento importante dos preços em relação àqueles estabelecidos pelo Capitulário de Frankfurt, aproximadamente doze

anos antes. A diferença é ainda mais significativa se compararmos com os preços estabelecidos em 794 para os cereais oriundos dos domínios reais. Quer tenha sido o produto de uma curva inflacionária, quer seja a simples constatação do fracasso das medidas adotadas anteriormente (CÂNDIDO DA SILVA, 2013), os valores apresentados no Capitulário de Nimègue indicam que a governança, no período carolíngio, implicava um certo número de operações de cálculo. Não estamos diante de números de fantasia, sem nenhuma relação com a dinâmica da produção e da comercialização. Há, nesse texto, um diagnóstico refinado da situação e talvez também a constatação de que as medidas tomadas anteriormente eram insuficientes, mas certamente uma visão de longo prazo no combate às crises alimentares. O Capitulário de Nimègue define preços e pesos justos para cereais e para o pão, e também o combate à especulação. Todas essas medidas têm por eixo uma noção de justiça das trocas mercantis cuja minúcia é sem precedentes nos capitulários francos: define-se claramente o problema – a usura, a cupidez e a avareza – seus resultados imediatos – a especulação e o *turpe lucrum* – bem como a solução – o respeito às regras do comércio (*negotium*). Por outro lado, o capitulário não prevê nenhum tipo de punição àqueles que infringem as regras do comércio. Tais punições são aquelas previstas nos cânones conciliares – documentos eclesiásticos, portanto – para aqueles que cometem o pecado da usura, da avareza, do lucro indevido. A Igreja e a Realeza funcionam aqui como instâncias de Governança, não concorrentes, mas complementares.

Em nenhum momento esses textos representam uma constatação das crises alimentares em termos de um desequilíbrio entre oferta e demanda, e o próprio vocabulário utilizado para descrever essas crises é permeado de referências morais (“*praesenti tribulationes*”, “*usura*”, “*avaritia*”, “*turpe lucrum*”). Isso os tornaria inúteis do ponto de vista de uma teoria da fome que busca identificar sistematicamente suas causas. Esse vocabulário expõe a existência de problemas mais amplos do que a fome em si e que teriam origem em comportamentos que se oporiam ao princípio da justiça. O estabelecimento de um peso e de um preço justos, de regras para o bom comércio, bem como a regulamentação da ajuda aos necessitados, constituem meios para vencer as tribulações e restabelecer o equilíbrio da sociedade.

No entanto, esses meios também são operações por meio das quais a produção e as trocas mercantis de bens alimentícios (cereais e pão) são regulamentadas.

A articulação entre a doutrina cristã e a prática econômica na Idade Média não é um tema novo para a historiografia (ver TODESCHINI, 1994; DEVROEY, 2006). Giacomo Todeschini já havia chamado a atenção para o fato de que elementos de uma “racionalidade econômica” estão presentes nas ideias formuladas pelos autores cristãos (especialmente os Pais da Igreja, os Escolásticos e os Franciscanos), bem como nas práticas da gestão monástica na Idade Média. O que pretendi mostrar é que, por mais que tenham sido orientados por uma percepção moral e cristã acerca da fome e de suas causas, os capitulários carolíngios eram um instrumento de gestão.

Não podemos afirmar peremptoriamente que, ao contrário do que supõem Monique Bourin e François Menant, a parte da alimentação submetida à mercabilidade não era tão marginal, mesmo porque não temos como medir o o impacto desses capitulários. No entanto, é possível afirmar com segurança a existência de uma relação entre justiça e cálculo: a justiça não é um princípio teórico – ou teológico – descolado da concretude das relações sociais. Ele se expressa concretamente na definição dos valores mercantis dos bens alimentícios. A noção de justiça se desdobra em uma ação de regulação e de prevenção para controlar o movimento dos preços do pão e dos cereais. A governança não significa simplesmente a proclamação de um conjunto de princípios, ela concerne a gestão das pessoas e das coisas segundo esses mesmos princípios, o que se traduz, como vimos nos textos legislativos examinados anteriormente, na definição de valores máximos acima dos quais as operações mercantis são consideradas injustas, ainda que esses textos não especificassem as sanções legais às quais estariam submetidos aqueles que praticassem tais ações.

Não sustento, com isso, a existência de uma economia de mercado na Alta Idade Média. A expansão da mercabilidade não é sinônimo de universalização da mercabilidade; a categoria de bens sagrados na Alta Idade Média, bem mais ampla do que aquela que encontramos no século XVIII, excluía terras e vários tipos de bens móveis das práticas de comercialização; além disso, a noção de justiça

projetada sobre as trocas mercantis, tal como podemos enxergar nos capitulários carolíngios, funcionava como um entrave ao desenvolvimento da liberdade formal de mercado – outra condição, ao lado da universalização da mercabilidade, para a existência de uma economia de mercado no sentido moderno (WEBER, 1991, p. 51). Todavia, o sentido moderno atribuído ao mercado tem evoluído: a ideia de uma liberdade total dos agentes econômicos, ou ainda de uma mercabilidade ampla que atinge pessoas e coisas, têm sido contrastadas com diversos princípios extraeconômicos associados à atividade econômica, como a proteção da natureza, ou ainda a ideia de que nem tudo pode ser objeto de transação mercantil. Essas críticas expõem uma questão candente e atual: a dos limites morais do mercado (por exemplo, SANDEL, 2012). Daí o interesse em avaliarmos com atenção as relações que a Idade Média estabeleceu entre justiça e mercado. É importante lembrar que essa noção “medieval” de justiça obrigava ao cálculo, que era o fato de uma autoridade pública. Aqui, saímos do domínio tradicional do controle sobre pessoas e coisas e passamos a outro, mais complexo, da gestão de coisas e de pessoas. A noção de Governança, muito mais do que a noção de Estado, presta-se a identificar os meandros dessa gestão.

Considerações finais

Os discursos acadêmicos contemporâneos sobre as crises alimentares dão ênfase às soluções técnicas – o que é compreensível tendo em vista a premência do tema –, mas também relegam a segundo plano a sua dimensão política (EDKINS, 2000, p. xvi-xvii). Manifestação mais espetacular da crise, a crise alimentar é aquela que pode melhor revelar os mecanismos internos das sociedades. Diferentes descrições e diferentes avaliações são testemunhas das perspectivas adotadas pelos diversos atores envolvidos. Os relatos medievais, com suas construções literárias e seus dados, constituem um material bastante propício à análise política da fome. Os textos legislativos que examinei aqui mostram claramente a intenção de seus autores em responsabilizar produtores e, sobretudo, comerciantes pela escassez de pão e de cereais. As “teorias da fome” têm

como fundamento a ideia de que a fome e os relatos que lhe são contemporâneos constituem, finalmente, o mesmo fenômeno. A contribuição dos historiadores está em poder constatar que se trata de dois fenômenos distintos. Outra dificuldade das chamadas teorias da fome é pretender equacionar e racionalizar toda a diversidade de fatores – climáticos, demográficos, políticos, culturais etc. – que podem se cruzar na origem das crises alimentares. Uma análise que se concentra na construção dos relatos contemporâneos traz a vantagem da compreensão de como a fome foi percebida e, mais ainda, de quais atores sociais foram mobilizados – e de que forma o foram – para responderem à fome.

O fato de que os exemplos que apresentei transitaram com certa frequência entre a época medieval e a época contemporânea pode dar a impressão de que acredito não haver diferenças entre elas, o que é falso, ou de que acredito na necessidade de redefinição das fronteiras entre o moderno e o pré-moderno, o que é verdadeiro. Aquilo que, no caso específico do combate à fome, separa o medieval e o contemporâneo, é menos a ausência e a presença de medidas por parte dos agentes públicos, a eficácia e a ineficácia das medidas adotadas, ou mesmo aquilo que se pretende reconstruir, do que os diversos projetos de construção, bem como a natureza dos agentes que os propõem. Em suma, o estudo das crises medievais, especialmente as crises alimentares, pode nos ajudar a reavaliar as fronteiras entre o moderno e o pré-moderno.

O percurso que desenvolvi aqui só foi possível porque o tema que escolhi, a fome, é, ao mesmo tempo, objeto de análise econômico-sociológica e matéria de relatos históricos. Ao fazer a crítica da abordagem “utilitarista” de alguns economistas e sociólogos – preocupados que estão com as causas da fome e com as soluções para ela – não pretendo dissociar as duas ideias. Do contrário, inclusive, não teria evocado a centralidade da noção de Governança para a compreensão dos relatos sobre a fome. Também não pretendi negar aos historiadores toda e qualquer capacidade de influenciar o debate contemporâneo sobre as crises alimentares. O que pretendi salientar foi a importância de se integrar os relatos à análise por aquilo que são: vestígios muitas vezes lacunares, com visões contraditórias

entre si e comportando dados que nem sempre se prestam à análise serial. Esses relatos permitem que se compreendam as ações dos grupos envolvidos; que se atente para a construção dos discursos sobre a fome; finalmente, que se faça a crítica dos discursos que, à primeira vista, parecem técnicos e mesmo desconexos, mas que se tornam mais claros à medida que os confrontamos com aqueles que os enunciam e com os lugares sociais e políticos que esses últimos ocupam. Ou seja, o que defendo aqui é uma “repolitização” das crises alimentares como objeto de estudo.

CRISIS AND FAMINE IN THE HIGH MIDDLE AGES: THE EXAMPLE OF THE CAROLINGIAN CAPITULARS

Abstract: The “crisis” is a recurring theme in the works of historians, economists, biologists, geographers, sociologists, political scientists, environmentalists etc. This is due to the actuality of the phenomenon, in many dimensions: economic (with stagnant growth rates since 2008 in most Western countries), environmental (global warming), health (H1N1 epidemic, ebola, Zika etc.), securitarian (terrorism, organized crime), political (civil wars, revolutions, conflicts, migration) and even intellectual (History of the crisis, the crisis of science, etc.). A recurrence and a scope that put many problems surrounding the notion of crisis, its applicability and its limitations as an analytical tool. This applicability and these limits will be discussed in this article, throughout the food crises in the Middle Ages, especially in the Carolingian period, through the analysis of Capitular of Frankfort and Capitular of Nimègue, published during the reign of Charlemagne.

Keywords: Crisis. Famine. Capitular.

Notas

¹ KINEALY, Christine. *The Great Irish Famine*. Impact, ideology and rebellion. New York: Palgrave, 2002 (cap. 2: The Government’s Response to the Crisis, p. 31-60); THAXTON JR., Ralph. *Catastrophe and contention in rural China*. Mao’s Great Leap forward and the origins of the righteous resistance in Da Fo village. Cambridge: Cambridge University Press, 2008 (Cap. 7: Indignation and frustrated retaliation. The politics of disengagement; Cap. 8: The market comes first. The Economics of Disengagement and the Origins of Reform); Ó GRADA, Cormac.

Famine. A short history. Princeton: Princeton University Press, 2009 (Cap. 7: Public and private action; Cap. 8: The ‘Violence of Government’); GILL, Peter. *Famine and Foreigners. Ethiopia since Live Aid.* Oxford: Oxford University Press, 2010 (Cap. 6: How to prevent a famine); VIRLOUVET, Catherine. *Famines et émeutes à Rome des origines de la République à la mort de Néron.* Paris: École Française de Rome, 1985 (Cap. 3: L’État romain et les crises frumentaires).

² United Nations. Economic Commission for Africa; Relief and Rehabilitation Commission; Inter African Group (1995-03). *Famine in Ethiopia: learning from the past to prepare for the future: a symposium.* Symposium: Famine in Ethiopia (1995, Mar. 15-18: Addis Ababa, Ethiopia). Addis Ababa: © UN. ECA. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10855/1559>>.

³ Como bem observou Pierre Toubert: “Pour le haut Moyen Âge, c’est-à-dire pour la période qui va jusqu’aux XI^e – XII^e siècles, on constate assez paradoxalement que les sources qui forment alors le terrain de manœuvre favori des médiévistes, les recueils de chartes et les cartulaires, n’offrent que peu d’éléments utiles. Il faut nous tourner vers d’autres types de sources. Ce sont en effet les annales et les chroniques – essentiellement monastiques – qui nous livrent les données les plus précieuses. Avec leur goût naturel pour l’extraordinaire et le merveilleux, elles décrivent des crises d’une manière certes souvent stéréotypée mais souvent aussi originale et saisissante. Elles méritent toujours de notre part une analyse critique attentive” (TOUBERT, Pierre. *Perception et gestion des crises dans l’Occident médiéval. Comptes rendus des séances de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, ano 153, n. 4, p. 1497-1513, 2009).

⁴ “Tanta fames fuit in Boemia, ut tertia pars populi interiret fame” (Cosmae chr. *Boemorum SS IX*, 75, 10); “Pestilentia et fames in Germania saevit maxime, ubi tertia pars hominum prostrata fuit, et infra unum diem infecti deficiebant” (Joh. Staindellii chr. *generale Oefele*, I, 515); “quidam de vita desperantes languébant, fere plus quam tertia pars moriebatur, nullus quasi mortem amici sui curabat, quia quod debuit” (Ann. Parch. *SS XVI*, 608, 35).

⁵ “A terça parte dos teus habitantes morrerá pela peste e perecerá de fome no meio de ti; outra terça parte cairá à espada em torno de ti; finalmente, a outra terça parte a espalharei a todos os ventos e desembainharei a espada atrás deles”.

⁶ “Statuit piissimus dominus noster rex, consentienti sancta synodo, ut nullus homo, sive ecclesiasticus sive laicus sit, ut nunquam carius vendat annonam, sive tempore abundantiae sive tempore caritatis, quam modium publicum et noviter statutum, de modio de avena denario uno, modio ordii denarius duo, modio sigalo denarii tres, modio frumenti denarii quatuor. Si vero in pane vendere voluerit, duodecim panes de frumento, habentes singuli libras duas, pro denario dare debeat, sigalatus quindecim aequo pondere pro denario, ordeaceos viginti similiter pensantes, avenatios viginti quinque similiter pensantes. De vero annona publica domini regis, si venundata fuerit, de avena modius II pro denario, ordeo den. I, sigalo den. II, frumento

modius denar. III. Et qui nostrum habet beneficium, diligentissime praevideat, quantum potest Deo donante, ut nullus ex mancipiis ad illum pertinentes beneficium famen moriatur; et quod superest illius familiae necessitatem, hoc libere vendat iure praescripto”.

⁷ “*Consideravimus itaque, ut praesente anno, quia per plurima loca fames valida esse videtur, ut omnes episcopi, abbates, abbatissae, obtimates et comites seu domestici et cuncti fideles qui beneficia regalia tam de rebus ecclesiae quamque et de reliquis habere videntur, unusquisque de suo beneficio suam familiam nutrire faciat, et de sua proprietate propriam familiam nutriat; et si Deo donante super se et super familiam suam, aut in beneficio aut in alode, annonam habuerit et venundare voluerit, non carius vendat nisi modium de avena denarios duos, modium unum de ordeo contra denarios tres, modium unum de spelta contra denarios tres si disparata fuerit, modium unum de sigale contra denarios quattuor, modium unum de frumento parato contra denarios sex. Et ipsum modium sit quod omnibus habere constitutum est, ut unusquisque habeat aequam mensuram et aequalia modia”.*

⁸ DEVROEY, Jean-Pierre. La politique annonaire des Carolingiens comme question économique, religieuse et morale. In: *L’Alimentazione nell’alto Medioevo. Pratiche, simboli, ideologie*. Spoleto: CISAM, 2016, p. 292-353.

Fontes

Capitulare episcoporum (c.779), ed. A. Boretius, MGH, Capitularia regum Francorum, t. 1, Hanover, 1883, p. 51-52.

Capitulare missorum Niumagae (806), ed. A. Boretius, MGH, Capitularia regum Francorum, t. 1, Hanover, 1883, p. 130-132.

Synodus Franconofurtensis (794), ed. A. Boretius, MGH, Capitularia regum Francorum, t. 1, Hanover, 1883, p. 73-78.

Referências

ABADIE, I. et al. Traces d’intervention anthropiques sur des restes osseux humains déposés dans un silo du haut Moyen Âge. Site de “La Confiserie”, Villiers-le-Bel (Val d’Oise). *Revue Archéologique de l’Île-de-France* 6, 2013, p. 185-222.

BARTHÉLEMY, D. *La mutation de l’an mil a-t-elle eu lieu?* Paris: Fayard, 1997.

BOURIN, M.; MENANT, F. *Les disettes dans la conjoncture de 1300 en Méditerranée Occidentale*. Paris: École Française de Rome, 2011.

- BOURIN, M.; MENANT, F.; TO FIGUEIRAS, L. (Org.). *Dynamiques du monde rural dans la conjoncture de 1300: échanges, prélèvements et consommation en Méditerranée occidentale*. Paris: École Française de Rome, 2014.
- BRAUDEL, F. *Grammaire des Civilisations*. Paris: Flammarion, 2013 (1. ed., 1963).
- BOUGARD, F.; FELLER, L.; LE JAN, R. *Les élites au Moyen Âge. Crises et renouvellements*. Turnholt: Brepols, 2006.
- CÂNDIDO DA SILVA, M. Os agentes públicos e a fome nos primeiros séculos da Idade Média. *Varia Historia*, v. 32, 2016, p. 779-805.
- CÂNDIDO DA SILVA, M. A Economia Moral e o combate à fome na Alta Idade Média. *Anos 90*, v. 20, 2013, p. 43-70.
- COESE, R. The Nature of the Firm. *Economica, New Series*, 4, n. 16, 1937, p. 386-405.
- CURSCHMANN, Fritz. *Hungernöte in Mittelalter. Ein Beitrag zur Deutschen Wirtschaftsgeschichte des 8 Bis 13. Jahrhunderts*, Leipzig: Scientia, 1970 (1. ed., 1900).
- DEMANDT, A. *Der Fall Roms. Die Auflösung des römischen Reiches im Urteil der Nachwelt* Erweiterte und aktualisierte Neuauflage. Munique: Beck, 1984.
- DEVROEY, J.-P. *Puissants et misérables. Système social et monde paysan dans l'Europe des Francs (VIe-IXe siècles)*. Bruxelles: Académie Royale de Belgique, 2006.
- DEVROEY, J.-P. La politique annonnière des Carolingiens comme question économique, religieuse et morale. *L'Alimentazione nell'alto Medioevo. Pratiche, simboli, ideologie*. Spoleto: CISAM, 2016, p. 292-353.
- DOEHAERD, R. *Le haut Moyen Âge: économies et sociétés*. Paris: P.U.F., 1971.
- EDKINS, J. *Whose Hunger. Concepts of Famine, Practices of Aid*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.
- GUERREAU, A. Crise. In: GAUVARD, C.; LIBERA, A. de; ZINK, M. (Org.). *Dictionnaire du Moyen Âge*. Paris: PUF, 2002, p. 369.
- KELLEHER, M. *The Feminisation of Famine*. Durham: Duke University Press, 1997.
- KONDRATIEFF, N. *The Long Wave Cycle*. New York: Richardson & Snyder, 1984.
- MARX, K. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MORDEK, H., Karls des Großen zweites Kapitular von Herstal und die Hungersnot der Jahre 778/779. *Deutsches Archiv für Erforschung des Mittelalters*, 61, 2005, p. 1-52.

WARD-PERKINS, Bryan. *The Fall of Rome and the End of Civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

ROSENAU, J. N.; CZEMPIEL, E. O. (Ed.). *Governance Without Government: Order and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SANDEL, M. *What Money Can't Buy*. The Moral Limits of Markets. Londres: Penguin Books, 2012.

TODESCHINI, G. *Il prezzo della salvezza*. Lessici medievali del pensiero economico. Roma: Carocci, 1994.

TOUBERT, P. Perception et gestion des crises dans l'Occident médiéval. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 153e année, 4, 2009. p. 1497-1513.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília: Ed. UnB, 1991, v. 1.

VANDENBERG, Vincent. Fames facta est ut homo hominem comederet: l'Occident médiéval face au cannibalisme de survie (Ve-XIe siècle). *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, t. 86, fasc. 2, p. 217-282, 2008.

Recebido em: 30/04/2016

Aprovado em: 01/10/2016

“Conversa com gente lá de fora”: Conto rural e crônica urbana na obra de Roque Callage

Luciana Murari*

Resumo: Este artigo analisa as interações entre a escrita regionalista de Roque Callage e sua produção jornalística, como redator da coluna diária “A Cidade”, publicada entre 1925 e 1930 no jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre. Busca-se compreender o duplo papel desempenhado pelo autor no panorama cultural do Rio Grande do Sul no período, atentando para a possível convergência entre a percepção da crise no meio rural e o processo modernizador vivido pela capital do Estado naquele período. Para tal, buscamos definir a relevância assumida pelo projeto regionalista endossado pelo autor e sua função crítica na construção de um discurso sobre as sociabilidades, comportamentos e práticas urbanas.

Palavras-chaves: Brasil república. História cultural. Jornalismo. Literatura. Modernização.

Entre 1925 e 1930, o santa-mariense Roque Callage (1886-1931) assinou a coluna *A cidade*, publicada cotidianamente no *Diário de Notícias*¹. Ele revelava, assim, a outra face do contista rural que já havia publicado duas coletâneas regionalistas (*Terra Gaúcha* e *Rincão*), e que lançaria uma terceira durante os anos em que colaborou com a coluna (*Quero-quero*), além de mostrar-se um pesquisador da linguagem popular com a edição de seu *Vocabulário gaúcho*, em

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. E-mail: luciana.murari@puccrs.br

1926. Neste artigo, pretendemos demonstrar como a vocação saudosista de seus contos regionais e o engajamento modernizador de sua coluna jornalística, que podem parecer aspectos opostos ou mesmo contraditórios, são de fato dimensões complementares em sua trajetória intelectual.

Para tanto, analisaremos a produção intelectual de Roque Callage através de um diálogo entre sua literatura de temática rural, ou seja, os contos regionalistas recolhidos em coletâneas, e as crônicas urbanas de sua autoria publicadas na coluna *A Cidade* durante o período entre 1925 e 1930². Optamos por selecionar, dentro do expressivo conjunto de crônicas, apenas aquelas que trataram explicitamente do tema do choque entre os valores da tradicional cultura estancieira do pampa gaúcho – núcleo formador da identidade regional – e aquilo que compunha o universo mental e comportamental *desejável* em uma capital como Porto Alegre.

Trata-se de um número limitado de crônicas, em uma coluna que tinha como proposta discutir os mais diversos aspectos da vida urbana, sobretudo as demandas coletivas relacionadas a conforto, transporte, lazer, abastecimento e organização do espaço público. No entanto, pela sua própria especificidade, esse conjunto revela alguns dos aspectos mais decisivos da transformação social vivida pelo país nas primeiras décadas do século XX, sobretudo no sentido da intensificação das reformas urbanas, das mudanças culturais e do debate público. Observando os confrontos ideológicos e estéticos estabelecidos em torno da dicotomia fundamental entre a cidade e o campo, buscamos compreender as formas de negociação entre as duas realidades, no contexto de um processo de modernização ainda incipiente, mas que se tinha como inevitável.

Assim, poderemos compreender alguns dos processos através dos quais, na sociedade sul-rio-grandense do período, *história, memória e tradição* foram incorporados ao ambiente moderno e às expectativas de sincronização da realidade regional com o mundo contemporâneo. Nossa principal referência teórica serão os estudos crítico-históriográficos de Anne-Marie Thiesse em torno do problema do regionalismo e da formação das identidades sociais na modernidade, por meio de processos culturais que a autora definiu como uma “modernização do passado”³. A partir de tal referência,

torna-se possível compreender como o passado modernizado, através da literatura regional, por exemplo, participa da legitimação das comunidades políticas do mundo contemporâneo, ao mesmo tempo em que as vincula a um determinado território, o que explica o apelo telúrico dos contos regionais e seu trabalho no sentido da criação de uma memória urbana do mundo rural.

A modernização do passado

Desde o movimento romântico, a literatura voltada para os espaços naturais e para o interior do país ocupou um espaço privilegiado na construção da identidade brasileira, ainda que enfrentando a crítica recorrente dos defensores de uma expressão literária afinada com a estética e os valores da modernidade (LAJOLO, 1998).⁴ A partir dos últimos anos do século XIX, muito longe de assumir qualquer coloração autonomista, o regionalismo afirmou-se como a linguagem por excelência da expressão do nativismo no Brasil. A celebração da vida rural como repositório da autêntica cultura popular conduzia, naquele contexto, à valorização da nacionalidade por meio de representação das variações locais que compunham a diversidade do país e revelavam o “espírito do povo”. No discurso regionalista, tais variações referendavam a unidade cultural brasileira ao ancorá-la na autenticidade da vida interiorana, em sua relação imediata com a terra e com as raízes históricas do país.

Embora construído a partir do repertório nacionalista, o regionalismo possui peculiaridades que não podem ser obliteradas, e que apontam para seu caráter essencialmente contraditório, o que constantemente tem dificultado a percepção de seu alcance cultural e de sua complexidade ideológica. Enquanto o nacionalismo está direcionado à afirmação da unidade, a natureza do regionalismo impulsiona-o em direção às diferenças internas, e acaba por revelar não apenas a diversidade *entre* as regiões, como *dentro* delas. O regionalismo é, ao mesmo tempo, uma linguagem da identidade e da alteridade. Enquanto em sua veia romântica ele busca revelar o que há de característico na expressão cultural de uma região, encontrando no presente a continuidade com o passado e o sentido da

profundidade temporal, em sua veia realista ele se dedica à observação etnográfica dos modos de vida tidos como tradicionais. Politicamente, esse movimento conduz, muitas vezes, à neutralização das diferenças, ao remetê-las a um projeto comum, de alcance nacional (THIESSE, 1991, p. 255-256).

Isto frequentemente implica, por outro lado, em revelar o mundo rural também no que ele pode ter de iníquo, irracional, destrutivo, bárbaro. Ao passo que o primeiro movimento convida à idealização, o segundo acaba muitas vezes por aprofundar o sentimento da diferença, de maneira que a elocução literária que se dedica à observação distanciada pode aprofundar o fosso entre a cultura popular e a cultura erudita, radicalizando a percepção da diferença entre o agente da enunciação (o escritor) e seu objeto (o homem do campo). Por outro lado, a inflexão realista do regionalismo abre espaço também para a promoção de conhecimentos relevantes sobre a realidade nacional em suas diferentes conformações, tornando-se um instrumento significativo para a revelação do país para seus próprios cidadãos (CANDIDO, 1987, p. 156-158).

Na segunda metade da década de 1920, período de aguda percepção da inevitabilidade do progresso, Roque Callage dedicou um espaço considerável de sua obra ensaística aos estudos sobre a cultura rural e popular do Rio Grande do Sul, manifestação de uma veia folclorista adjacente à escrita regional e ao nacionalismo. No artigo *Tradições populares*, por exemplo, o escritor refletiu melancolicamente sobre o efeito deletério do tempo sobre as “lendas passadas e extintas, velharias inúteis que pouco a pouco se apagam na alma da nossa gente.” (CALLAGE, 1920, p. 93) O texto assume o habitual tom alarmista dos estudos da cultura popular, ao revelar o quanto já haviam ficado para trás os antigos costumes, o que desperta o sentimento de uma perda inevitável e conduz o escritor a buscar em sua própria memória as imagens das tradições já desconhecidas pelos jovens da nova geração, o que impediria o alcance da cultura dos ancestrais, os heróis portadores da originalidade de um povo. Como observou Thiesse a propósito do nacionalismo, na retórica de seus cultores esse processo dependia não tanto do trabalho urgente de inventariar a herança da cultura popular quanto de inventá-la: “les traditions sont délaissées, le passage vers la Terre des Héros va

se refermer pour toujours. Mais au fil du temps et des investigations le trésor ne va cesser de s'enrichir”²⁵ (THIESSE, 1992, p. 21).

A produção literária regionalista de Roque Callage faz parte de um processo fundamentado, em termos ideológicos, pela busca das virtudes pretensamente “autênticas” do povo sul-rio-grandense, virtudes atávicas identificáveis através da exemplaridade de relatos ficcionais sobre os eventos próprios à vida campesina – suas práticas, comportamentos, valores, sociabilidades. Ao mesmo tempo, a evocação da cultura popular permitia consolidar a imagem da região como uma permanência histórica, o que, como observou Letícia Nedel, criou um “regime de autoridade” que conferia aos estudos folclóricos e à produção regionalista um caráter pedagógico, sobretudo à medida que, sob a pressão das mudanças culturais características da modernidade, esses produtos culturais “modernos” lançavam-se à tarefa da educação dos jovens no conhecimento e no culto da “tradição”. O período entre 1870 e 1930, que compreende a atuação de Callage como cronista e como contista, é definido por Nedel como aquele no qual se operou o tratamento sistemático das características definidoras do tipo regional, tarefa da qual, acreditamos, o escritor participou intensamente. Caberá à geração seguinte, aquela nascida nas primeiras décadas do século XX, criar e expandir novos espaços para sua atuação no campo da cultura, dentro e fora do âmbito estatal (NEDEL, 2005, p. 43-44).

O regionalismo repetiu o processo romântico de valorização da cultura popular quando, na expressão de Callage,

[v]ários Estados brasileiros, localizando sentimentos estéticos sobre o homem e a natureza, ampliaram um vasto horizonte literário, reproduzindo a vida anônima da nacionalidade em determinados pontos do território (CALLAGE, 1920, p. 29).

No caso do Rio Grande do Sul, o pampa é o *locus* por excelência da tradição gauchesca, uma vez que, em torno da sociedade pastoril definiu-se o repertório simbólico da identidade regional, tomando como principal referência histórica a Revolução Farroupilha (1835-1845). A literatura escrita por Callage em torno do complexo cultural da criação de gado buscou, decerto, atender ao programa regionalista

e produzir uma espécie de escrita etnográfica, interessada em registrar a tradição e também em observar a “invasão” da modernidade nas sociedades rurais. Isso faz com que seus contos regionais estejam colados às contradições e dilemas de seu tempo.⁶

Afinal, a lamentação da perda das referências culturais tradicionais não impede que a literatura regionalista reafirme o discurso da inevitabilidade do progresso e da inutilidade da resistência à mudança, pois a incorporação temática da vida rural pelo gênero não estava limitada à observação da tradição, abrindo espaço para o registro do advento de novas práticas e sensibilidades e do impacto da renovação técnica e produtiva sobre os espaços rurais. Em sua primeira coletânea de contos regionais, *Terra gaúcha*, de 1914, este tema surge já à primeira página, em *Pessimismo de guasca*. Neste caso, a primeira referência à modernização é a figura do colono estrangeiro, “o novo intruso dos pagos”, à qual se contrapõe o velho tropeiro Quincas Pedroso. O avanço da colonização nas terras da antiga estância é visto sob a ótica do gaúcho que, apesar de perceber o caráter irreversível da transformação social e produtiva, demonstra total inconformidade com as “bruscas intrujices de elementos alheios naquele solo que era seu pelo amor e pela bravura”. Sua fala repercute, decerto, a marginalização da população nativa e indígena paralela ao processo de colonização incentivada no Estado (ZARTH, 2002, p. 94-96).

Observa-se que o discurso do narrador do conto jamais desautoriza o orgulho do protagonista pelas origens gauchescas e a história de luta pelo território, esforçando-se, ao contrário, para exaltar o heroísmo dos grandes homens e da grande aventura de fixação do gaúcho luso-indígena na Campanha. O conto produz, assim, o elogio do “velho tipo sem modificações e sem mescla”, o mestiço característico da região, de maneira a nobilitá-lo como um tipo étnico bem-definido e estável, mas que naquele momento estava condenado à mistura com o sangue estrangeiro do colono. A decadência do “legítimo crioulo do campo” não está, portanto, relacionada a seu valor intrínseco, uma vez que sua força física, sua habilidade, sua capacidade de trabalho, sua adaptação ao meio, demonstrariam, pelo contrário, sua total coerência com o ambiente social das antigas estâncias criatórias. O que condena irremediavelmente o velho

gaúcho é seu anacronismo, sua condição de sobrevivente de uma realidade vencida pelo tempo, e que daria lugar a um novo arranjo que não é objeto de qualquer questionamento.

Passava pelo espírito, na crise das meditações, em tumulto de sombras, um desfilar de figuras errantes, onde ele via a alma avoenga dos seus imergir, para sempre, no último farrapo da campanha fronteiriça. Desde muito perscrutara a transformação da terra nativa. Um espectro alucinante bailava à frente da retina: era a grandeza daquela colônia, absorvendo, aos poucos, a grandeza daquele campo... (CALLAGE, 1914, p. 12).

A profunda transformação social observada pelo personagem de Callage é, neste conto, traduzida em termos raciais, dada a incorporação do elemento imigrante como força de trabalho. Observe-se que as ideias de “raça”, “tipo” e “etnia”, de acordo com a linguagem da época, possuem um sentido que extrapola o biológico, definindo também os aspectos que hoje chamaríamos de “culturais” na definição de um dado grupo humano, em um contexto de generalização da visão de mundo científica (WEHLING, 1994). Por outro lado, o advento do processo de modernização resultaria não apenas na decadência da tradicional sociedade campeira e de seu tipo humano representativo, como também na transformação das bases produtivas e tecnológicas da região sul do estado. Ainda que esta não tenha sido naquele momento tão generalizada quanto a ficção pode dar a entender, em função da persistência de métodos tradicionais, seu impacto sobre a percepção da realidade do meio rural foi avassalador (ZARTH, 2002, p. 212-219).

No conto “Civilização”, novamente é lançado um olhar melancólico e fatalista em direção às transformações no espaço social da Campanha. Ainda que estas transformações devam ser definidas como resultado do “progresso”, a resistência à mudança as converte em decadência, à medida que o sentimento da perda transforma o sentido do tempo em ruína. Neste caso, com a expansão do transporte ferroviário, o velho sistema de transporte por diligências tornara-se obsoleto, fazendo com que o velho condutor, entre o ódio e a inveja

das locomotivas, percebesse a completa inutilidade de seus esforços de manutenção de seu espaço de trabalho. Vítimas inocentes da modernização, o tropeiro e o condutor observados nestes contos vivem o destino patético daqueles que sobreviveram a seu tempo e acabaram por perder seu lugar, soterrados por mudanças inevitáveis e, apesar de trágicas em termos individuais, socialmente positivas.

Decerto, à medida do avanço tecnológico e produtivo, o próprio campo não era mais o universo tradicional das estâncias pastoris que deram origem ao imaginário gauchesco. Nem todos, entretanto, como os personagens acima, aferravam-se aos métodos tradicionais e se fechavam na obscuridade de sua existência obsoleta. No conto *Lida nova*, o campeiro João Amâncio percebe a impossibilidade de resistir ao avanço da grande rizicultura, um meio tido como “quase hostil ao seu verdadeiro meio”, mas que o campeiro via-se obrigado a assimilar, engajando-se no trabalho agrícola. Apesar da grande diferença em relação à habitual lida na estância, o protagonista do conto aceita seu novo destino como a oportunidade de fartura por muitos meses, enquanto alguns de seus antigos companheiros entregavam-se à vida ociosa dos galpões e das *pulperías*⁷. Outros tantos, como ele, sofriam com a necessidade de adaptação, mas aos poucos adquiriam novos hábitos que os habilitavam a fazer parte do novo modelo produtivo, que abria para o Rio Grande do Sul novas chances de prosperidade:

Por ali, como se fosse uma estrada larga, havia de cruzar uma grande parte do futuro do pago. Dentro de poucos anos, tudo estaria mudado nos misteres pastoris do seu rincão. O rijo braço do peão sacudido acabaria por traste inútil no afã das marcações, das domas, dos rodeios e de tudo o mais que com o tempo havia de desaparecer ou de se fazer por outros meios (CALLAGE, 1927, p. 120).

Vê-se que a nostalgia não pode ser propriamente definida como uma característica necessária da literatura regionalista de Callage, que observa as mudanças modernizantes, mas claramente relativiza seu impacto negativo ao circunscrevê-lo a personagens claramente anacrônicos – o que não é o caso do José Amâncio de *Lida Nova*.

É certo que estes contos observam o que o passado poderia ter de belo ou nobre, ao mesmo tempo em que atentam para os efeitos negativos do progresso técnico – em *Civilização*, a força mecânica que garantia a superioridade técnica da ferrovia era também a que fazia dela uma ameaça à vida das pessoas e dos animais. No entanto, o balanço final não aponta para qualquer possibilidade de retorno, e nem indica qualquer desejo neste sentido.

O passado tem, certamente, seu lugar no imaginário regionalista, o que se percebe, de forma subjacente, em “Pessimismo de guasca”, pois “modificava-se, aos seus olhos, a figura espartana da raça heroica, produto dum atrito violento nas lutas da conquista”. (CALLAGE, 1914, p. 13). Ele se converte em uma história a ser cultuada como origem dos emblemas da identidade regional. Na leitura de Pierre Nora, perdido definitivamente o vínculo com a “memória viva” que afirma nossa continuidade com o vivido e permitir revivê-lo, torna-se explícita a descontinuidade do passado, com o qual não somos mais capazes de nos comunicar (1993, p. 18). Um “dever de memória” busca então compensar essa perda, o que nos ajuda a compreender o sentido de “projeto” assumido pela escrita regionalista de Callage. Seu compromisso com o universo campeiro não é primariamente artístico, mas ideológico.

O novo estatuto

O passado bélico do Rio Grande do Sul é, de fato, um dos principais temas da literatura gauchesca, que construiu os mitos da identidade regional a partir da idealização do significado das disputas territoriais, das guerras platinas e das revoluções civis ao longo de sua história. O sentido do passado reside, no entanto, naquilo que resta dele no presente, ou seja, naquilo que podemos de fato ter incorporado dele a nós mesmos, o que explica o culto da história pelo imaginário regionalista (como também, pelo nacionalismo). O presente, entretanto, não poderia ser refém do passado, e neste sentido poucas narrativas da literatura gauchesca alcançam a força expressiva de *Fronteira*, publicado na coletânea *Rincão*.

A primeira parte deste conto segue o didatismo da fórmula nacionalista-regionalista, ao buscar no inimigo externo o antagonista capaz de despertar o sentimento de defesa dos brios patrióticos. O protagonista da narrativa neste primeiro momento é Chico Pedro, velho estancieiro que amargava a separação do filho Amâncio, que havia sido sorteado para o serviço militar. Apesar de dizer para si mesmo que “envergar a farda do Exército ao serviço da Pátria era honra que devia orgulhar pobres e ricos, campeiros e doutores”, sentia-se envergonhado pelo sentimentalismo de suas expressões de afeto pelo filho. Em uma de suas viagens comerciais ao Uruguai, Chico Pedro apeia-se na *pulpería* de D. Pancho, onde é confrontado pela figura do correntino Venancio Izaguirre, contrabandista. Depois de o brasileiro recusar com urbanidade sua oferta de bebida, alegando problemas de saúde, o argentino “numa rude linguagem de gíria rural fraseou crespas insolências atrevidas, dizendo que *los macaquitos* não gostavam de *caña* como ‘a los gambás no apeteciam las gallinas’”. E atalhou, em seguida: “*Macaquitos, non, perros...*” (Calage, 1924, p. 42, 44).

Assim, como único brasileiro no lugar, Chico Pedro sente-se na obrigação de defender o Brasil e os brasileiros da ofensa recebida, retrucando, com confiança e delicadeza, que o próprio argentino ganhava a vida contrabandeando mercadorias, e que o Rio Grande do Sul jamais havia faltado com seu dever de hospitalidade: “Se soubesse dizer as cousas como os doutores dizem – acrescentou – le contaria no mais a linda história de sua terra e da sua gente, desde os primeiros entreveros das Missões até as guapas escaramuças de 35... Havera de vê!” A serenidade do brasileiro desperta a agressividade do argentino, de modo que a discussão evolui rapidamente para a luta física, da qual Chico Pedro não se furta, lutando solitário com o bando de Izaguirre. Mas, previsivelmente, o estancieiro acaba abatido com um tiro “à traição”, pelas costas.

Até aí, o que temos é uma esquemática e maniqueísta fantasia nacionalista: enquanto o brasileiro possui todas as virtudes e guarda absoluta lealdade ao tradicional código de honra, que exige a reparação das ofensas e não se esquiva do confronto, o argentino resume todo o comportamento condenável, de acordo com este mesmo código. Observe-se que este conto é, em iguais proporções,

nacionalista e regionalista, e que, na sua construção de um discurso identitário, apela para figuras absolutamente caricaturais, cumprindo à risca a função pedagógica da literatura patriótica: exaltação das virtudes nativas, externalização do conflito social, elogio do ímpeto defensivo e ilustração do comportamento exemplar.

Ao mesmo tempo, observe-se que os insultos dirigidos aos brasileiros dizem respeito, sobretudo, à questão racial, ponto nevrálgico do discurso nacionalista do país.⁸ O enaltecimento da mestiçagem como processo de formação da identidade brasileira havia já sido consagrado por este discurso, e mesmo a presença negra havia sido incorporada por ele como algo, se não inteiramente positivo, passível de neutralização.⁹ Compreende-se, portanto, a gravidade da ofensa que, uma vez dirigida a um dos aspectos definidores da idiosincrasia brasileira, assumia uma generalidade que, naquele contexto, tornava necessária a reparação.

A segunda parte de “Fronteira” desvia o foco da narrativa, que deixa de ser a *mise-en-scène* dos atributos identitários a partir do elogio das virtudes tradicionais, e passa a problematizar o impacto do processo de modernização sobre o comportamento individual esperado. O personagem central é agora Amâncio, que retornava à casa paterna em licença do Exército. Os oito meses de instrução haviam-no transformado profundamente: se antes apenas conhecia a vida campeira, naquele momento “já se sentia desvencilhado da nômade ignorância da campanha natalícia”. (CALLAGE, 1924, p. 47). Esta “nômade ignorância” havia definido positivamente a figura de Chico Pedro, caracterizado por seus costumes cavalheirescos, mas o padrão desejável de comportamento é reformulado quando o conto passa a focar o jovem militar. Este, tendo aprendido a ler no quartel, adquirira as primeiras noções oficiais de civismo, que nada mais eram que a reformulação dos preceitos defensivos praticados pelo pai no episódio da *pulperia*.

Compreendeu então que a sua Pátria podia ter perigosos inimigos disfarçados em distintas cortesias diplomáticas... De contínuo dizia, citando-se exemplos de crescente animosidade contra o Brasil, tremendas cousas que nos deprimiam aos olhos de outros povos. Sabia ele que seus patrícios eram

a cada momento achincalhados, ridicularizados, sem que para tal houvesse a menor razão, o motivo mais leve. Onde estaria o monstro desconhecido, a terrível hidra? Além fronteira, talvez... Mas não havia de ser nada. O Brasil surgia unificado e forte, engrandecido pelo amor e pelo trabalho dos seus filhos, consciente de si e do seu destino, expurgado da caudilhocracia política que se enraizara no território, estrangulando todos os surtos do seu progresso e da sua atividade (CALLAGE, 1924, p. 49).

Os princípios professados pelo protagonista neste momento nada mais refletem que o posicionamento político-ideológico de Callage no contexto específico do Rio Grande do Sul da República Velha, que pode ser compreendido a partir da leitura do artigo *Caudilhismo*, publicado em *Terra Natal*. Trata-se de um comentário ao livro *Anarquia argentina e caudilhismo*, de Lucas Ayarragaray, em que o autor demonstraria as raízes da situação política do país vizinho, atribuindo o personalismo, a arbitrariedade e o uso generalizado da violência ao regime de “escravocracia territorial”, caracterizado pela desordem legislativa e pelo poder absoluto dos chefes locais, implantado no país ainda no período colonial.

Na interpretação do escritor brasileiro, a formação do sul do Brasil possuía as mesmas características, derivadas de condições étnicas similares e de sua condição de fronteira externa, de modo que agitações revolucionárias mantiveram o Rio Grande do Sul, o Uruguai e a Argentina em permanente estado de convulsão social. Segundo Callage, enquanto alguns autores teriam idealizado a “gauchocracia”, de fato estas formações sociais seriam mais bem caracterizadas como “caudilhismo anárquico”. Este ainda estaria, em seu tempo, presente na vida política do estado, pois o passado caudilhesco ainda marcava a vida política do Rio Grande do Sul, sendo o livro sobre a história argentina “um espelho onde claramente se reflete aquilo que não temos o direito de esconder” (CALLAGE, 1920, p. 23-24).

O alvo imediato da crítica de Callage é, sem dúvida, o regime castilhistaborgista do Rio Grande do Sul da Primeira República, ao qual são atribuídas características similares ao caudilhismo platino.¹⁰

O lugar-comum da desordem hispânica, difundido no Brasil desde o Império, permite ao contista uma delicada operação ideológica que valoriza o comportamento cavalheiresco do gaúcho brasileiro como conduta exemplar e condena a atitude caudilhesca, e igualmente tradicional, ainda característica dos políticos regionais:¹¹ o código de honra exaltado no conto *Fronteira* através da figura de Chico Pedro não poderia vigorar de fato no estado, enquanto este se deixasse conduzir pelo personalismo dos chefes; logo, as virtudes brasileiras viam-se “contaminadas” pelos mesmos aspectos negativos que haviam marcado a formação do Prata. O ideal nacional vê-se, assim, conspurcado pela incômoda permanência histórica de um modelo político ainda observável.

Esta ideia se torna mais clara à medida que avançamos na leitura do conto “Fronteira”, e encontramos Chico Pedro, em seu leito de morte, narrando os fatos acontecidos na *pulpería* para Amâncio, e sugerindo a vingança – perfeitamente aceitável, e mesmo necessária, dentro do estatuto da tradição.¹² No entanto, com a morte do pai, o jovem nada mais faz que imaginar a casa dos pais abandonada e partir de volta ao quartel, em Bagé. Chama a atenção, a partir daí, a emergência de um novo código, em que a vingança e a desafronta não se faziam por meio dos atos individuais, mas de uma ordenação jurídica em que o Estado nacional assumia o controle da violência. Não cabia a Amâncio vingar ao pai, como seria de se esperar dentro do dignificante, mas anacrônico, código de honra, mas ele incorporava a si a virtude superior da defesa da pátria nos campos de batalha. A aparente ingenuidade do conto esconde, portanto, por trás da simplória mobilização patriótica, a incorporação da ideologia modernizadora pela literatura regionalista, ao mesmo tempo em que demonstra como a crítica política poderia traduzir-se nos conflitos próprios ao imaginário do gênero.

A educação dos sentimentos

Em sua coluna do *Diário de Notícias*, Roque Callage passou a se ocupar do avesso deste universo rural representado em sua prosa regionalista. Para compreender estes dois universos temáticos, não

devemos nos concentrar em definir cada um deles, pois o fundamental está na capacidade que possuem as categorias “campo” e “cidade” de se definirem mutuamente. Como demonstrou Raymond Williams, esta dicotomia constitui-se como uma linguagem através da qual podemos expressar uma dimensão fundamental da nossa vivência moderna, e ao mesmo tempo referir algumas de suas maiores fontes de conflito. De um lado está a capacidade humana de controlar e de transformar o ambiente, seu poder de conquista; de outro, o vínculo com a natureza, que nos fornece meios de sobrevivência e na qual localizamos o sentimento do passado e da origem (WILLIAMS, 1989, p. 11, 334, 387).

A coluna jornalística criada e mantida por Roque Callage no *Diário de Notícias* propunha-se a ser um espaço de debate sobre as questões urbanas mais candentes, desde as mais grandiosas, como o programa de obras públicas para a atualização do sistema viário e o ordenamento do espaço urbano conforme propostas urbanísticas inspiradas nas grandes metrópoles, até as mais mezinhas questões cotidianas, como o preço do pão e da carne, passando pelo comentário sobre a vida artística e cultural da cidade, os hábitos, as práticas de sociabilidade, o debate político e a observação das diferenças sociais. Callage inseria-se, assim, em uma tendência observada em outros centros urbanos, a crônica jornalística como veículo de expressão da diversidade dos discursos sobre a cidade, que passam a ser transcritos da oralidade para uma escrita capaz de articulá-los em torno de uma voz central que, apesar de aberta à participação do público, organiza-se através de um sujeito mediador idiossincrático, o “*accessible intellectual*” ou “intelectual acessível” (MAHIEUX, 2011, p. 7, 81).

Através de *A cidade*, acompanhamos um processo de transição em que os padrões tecnológicos da cidade e do campo transformavam-se intensamente, e em que os modos de comportamento, as formas de sociabilidade, os intercâmbios simbólicos, eram submetidos a novas formas de regulação, que acabavam por ampliar o hiato entre a vida rural tradicional e a nova experiência urbana que deveria ser aprendida. A dinâmica campo-cidade é um dos temas abordados por Callage em sua coluna, e, embora esse não

seja, quantitativamente, dos mais representativos, assume grande importância por permitir articular a expressão do escritor como contista e como cronista. Como observou Valdéria Thorstenberg, seu trabalho no *Diário de Notícias* articulava polos aparentemente opostos, mas de fato não excludentes, na cultura do modernismo brasileiro, quais sejam: rural-urbano, tradição-modernidade, ficção regional-narrativa moderna. Mesmo definindo Callage como um *flâneur*, caminhante descompromissado, espectador tipicamente moderno da cena urbana, a autora salienta que o escritor não deixa para trás um olhar nostálgico em direção ao passado, como tampouco abre mão de se afirmar como um participante da cena urbana, um interlocutor na formação do espaço público moderno de debate configurado por sua coluna jornalística (2003, p. 246-248).

Por outro lado, o escritor esforça-se por demonstrar a radicalidade da transformação cultural da vida moderna. Na coletânea *Quero-quero*, publicada em 1927, encontramos um conto que ilustra à perfeição a ideia de incompatibilidade entre as vivências do campo e da cidade: *Nem amarrado...* O conto tem como protagonista o guasca Crescêncio, simplório gaúcho que nunca saía de seus pagos, onde oferecia seus préstimos de “passeiro”¹³ no transporte de pessoas e de cargas. Um caixeiro viajante com quem trava amizade o incentiva, apesar disto, a se transferir para Porto Alegre, depois de exaltar as atrações e belezas da cidade, onde, trabalhando como “peão” numa casa atacadista, teria mais futuro. O convite é motivado pelo fato de que a gente da cidade é “ruim e madraça” – o que demonstra uma crença no caráter virtuoso do homem do campo. Nos primeiros tempos, o movimento das ruas, os costumes diferentes e o ritmo agitado entusiasmavam o espírito simplório do guasca, que até então vivera acostumado à solidão e à liberdade. No entanto, em pouco tempo percebeu a sua inadaptabilidade ao meio urbano:

Depois, o Crescêncio voltou a si. Viu que a cidade não era para uma mambira¹⁴ da sua força, por demais curtido na existência pacata lá de fora. No meio de tanta gente, no meio da bulha tão intensa, ele se sentia mais só e mais longe dos distantes pagos amados. A cada momento a recordação lhe

despertava, e com isso começava a ver com os olhos da alma o seu meio afetivo em contraste brutal com aquele outro seu meio artificial, chocante, indiferente (CALLAGE, 1927, p. 22).

Observe-se que a exaltação das qualidades do meio rural não se faz sem a depreciação da cidade. Tudo aquilo que havia anteriormente excitado o personagem no primeiro contato com a ela agora o tornava nostálgico de sua terra natal, o que desperta a imagem da superficialidade dos atrativos do meio urbano. O contista atribui sua incapacidade de adaptação também à sua origem étnica mestiça, marcada pelo rebelde sangue charrua, de onde se depreende que a urbanização viria acompanhada da formação de um novo tipo humano, diverso da etnia gauchesca que se estabelecera em torno das tradicionais estâncias criatórias. De volta ao campo, Crescêncio recupera as energias perdidas, e de novo se torna o tipo “alegre e buenacho” que desfrutava da liberdade do pampa – metáfora geográfica que assimila a amplidão dos campos e a planura à ausência de limites ao movimento.

A mesma expressão que dá título ao conto acima, *Nem amarrado...*, é utilizada na crônica publicada em *A cidade* de 6 de setembro de 1925. Como o Crescêncio do conto, o Quinca da crônica nunca antes tinha deixado o campo e, extraviado na cidade, expressava seu estranhamento, dizendo nunca mais retornar à cidade. Se, por um lado, a inadaptação poderia ser atribuída à diferença de hábitos e comportamentos, e a um sentimento de que o gaúcho não era mais o mesmo, por outro lado Callage faz uso da censura do guasca para expressar duas de suas mais frequentes críticas à vida urbana em Porto Alegre: o barulho das buzinas e a alta velocidade dos automóveis. O recurso permite ao cronista utilizar o discurso do bucolismo campeiro para instrumentalizar sua campanha pela melhoria da vida urbana. Além disto, Quinca observa uma mudança moral que desperta a saudade dos “velhos tempos” em que, apesar da ousadia nas atitudes, ainda havia pudor: “gente como naquele tempo já não há: se eu roubava na garupa do flete com a mesma esperteza com que se peleava uma novilha arisca, o sangue, também, por dá cá aquela palha, coloreava na cara do próximo, de vergonha”.

Nesta crônica, o tema da saudade serve de pretexto para que o cronista aborde a questão que vinha chamando a atenção dos intelectuais sul-rio-grandenses naquele momento: a célebre polêmica entre Rubens de Barcellos e Moysés Vellinho, nas páginas do *Correio do Povo*, sobre a obra de Alcides Maya, decisiva, segundo Flávio Loureiro Chaves, para a renovação do regionalismo assistida naquela década (1979, p. 83). Maya era, naquele momento, a maior referência do regionalismo gaúcho, além ser considerado por Callage o seu grande mestre, com quem mantinha forte relação pessoal: “o maior escritor do Rio Grande do Sul está sendo atacado por mostrar às vezes, nos seus livros, saudade de certos costumes que já se foram, que já desapareceram da vida gaúcha lá de fora” (CALLAGE, 06/09/1925).

Na polêmica, Moysés Vellinho, utilizando o pseudônimo Paulo Arinos, conclamava a nova geração de escritores gaúchos a superar a herança alcidiana, tida como uma expressão do apego à memória, ao passado e à nostalgia. Segundo o crítico, o saudosismo simbolizava desencanto, descrença no presente e falta de perspectiva de futuro, devendo ser iniciada uma “guerra à saudade” para sintonizar as novas energias do estado com o acento heroico condizente com seu espírito de luta e conquista (ARINOS, 1979, p. 113). Rubens de Barcellos, por sua vez, defendia a capacidade da literatura de Maya de exprimir a realidade social da população do campo.

A crítica de Vellinho, membro da nova geração de intelectuais ligados ao Partido Republicano Rio-grandense, tem como foco a dificuldade de instrumentalizar ideologicamente a literatura distópica de Maya que, apontando a falência das estruturas tradicionais e a necessidade de modernização produtiva e institucional do Rio Grande do Sul, fazia uso de uma representação amarga da decadência da Campanha. A proposta de Vellinho direcionava-se, ao contrário, para a exacerbação dos aspectos mais grandiloquentes e autocongratulatórios do discurso regionalista, para fins de mobilização política.

Como observou Mara Cristina de Matos Rodrigues, seu argumento fundamentava-se em noções como as de *tradição* e de *passado*, e conduzia à rejeição da história como categoria central de argumentação, uma vez que essa era assimilada a eventos efêmeros que conduziam à dúvida e à desconfiança, e representavam rupturas no

fluxo do tempo. Não por acaso, a fugacidade dos fatos históricos era simbolizada pela Revolução Federalista, a que muitas vezes, como nesse momento, foi negada legitimidade como episódio representativo do passado regional. A autora demonstra como, na argumentação de Vellinho, os eventos do período 1893-1895 são relegados à memória individual de Maya, à *evocação*, à *lembrança* e à *saudade*, em oposição ao que seriam expressões coletivas de identificação ligadas à vivência social e inscritas na sucessão temporal que descrevia a tradição gauchesca a ser cultivada (RODRIGUES, 2006, p. 43-44).

Ironicamente, a literatura de Callage, leal à figura de Maya apesar de suas diferenças partidárias,¹⁵ mostra-se bem mais adequada que a dele ao uso ideológico, o que podemos confirmar através da leitura de suas obras de propaganda revolucionária, *O drama das coxilhas* – sobre a Revolução de 1923 – e *Episódios da Revolução* – sobre a Revolução de 1930. Em todo o caso, a evocação da polêmica nos traz novamente a percepção da natureza bifronte do regionalismo, dividido entre a idealização romântica da identidade, ao qual se volta Vellinho, e o espírito realista de observação, presente na sombria crítica social de Maya.¹⁶

Assim, apesar de se dizer um “passadista”, Callage mostra-se bastante consciente da necessidade de desenvolvimento de novas mentalidades e comportamentos, coerentes com os modos de vida urbanos, o que implicava em expurgar do cotidiano de Porto Alegre determinados traços culturais que pareciam a ele incoerentes com uma cidade civilizada. Um bom exemplo disto é o tom bucólico com que o escritor, na crônica de 1º de abril de 1925, descreve a paisagem do Campo do Bonfim, assimilando-a ao cenário gauchesco:

Quem passa ali na Várzea, tem a impressão de que o Campo do Bonfim é uma invernada reiuna¹⁷ ou, melhor ainda, é um pedaço lindamente gauchesco da nossa campanha. O que se vê então são animas soltos no uso do gozo da sua liberdade nômade; aqui, cavalhada em tropilha girando de um lado para outro; ali, vacas e terneiros farejando a grama pisoteada em busca de um pasto apetecido; mais além, muares vadios e aposentados da sua alquebrada velhice, olhando entristecidos para os êmulos que passam em pontos vários do local;

e culminando o lindo cenário rústico da existência do campo, um grupo de carreteiros arrinconados num dos extremos daquela planície expatriada bem no coração da “city”, faz correr de mão em mão o “amargo” delicioso das sesteadas e pousadas... (CALLAGE, 01/04/1925).

Tal paisagem poderia despertar o encanto lírico se inserida em um de seus contos regionalistas, mas na crônica urbana ela se presta a um comentário irônico, dada a completa inadequação da cena rural ao meio urbano, atribuída à inação da Intendência Municipal, responsável por converter a área no futuro grande parque da cidade, transformando a natureza bruta em natureza ordenada para o lazer coletivo:¹⁸ “E para que não se queixem os regionalistas ‘crioulos’, a municipalidade, num gesto patriótico de amor às tradições do Rio Grande – perpetua com carinho extremado aquele lindo cenário das coxilhas...” O tom sarcástico na manipulação da linguagem regionalista demonstra a habilidade de Callage de parodiar a retórica de seus próprios contos rurais, fazendo uso de seu repertório simbólico, mas eliminando sua carga sentimental.

Outro bom exemplo da censura do cronista à presença dos elementos do meio rural na cidade é sua crítica ao generalizado uso de armas pela população, das reuniões elegantes às festas populares, entre adultos e crianças, “como se Porto Alegre fosse um pedaço de ‘faroeste’”. Segundo ele, tais hábitos forçosamente despertariam a crítica dos visitantes, em especial porque as armas de fogo não apenas não eram escondidas, como eram ostentadas pela população da cidade, o que revelaria as “perigosas tendências do nosso instinto”. (CALLAGE, 15/04/1925) Estas “tendências” dizem respeito, certamente, ao passado bélico do Rio Grande do Sul, e teriam difundido, Brasil afora, a imagem negativa de uma terra de bárbaros.

No entanto, ao passo que a história e a literatura deveriam registrar e cultivar este passado, no cotidiano da cidade culta e civilizada do presente sua continuidade passa a ser escandalosa, contribuindo para altos índices de criminalidade. Callage parece, ele próprio, acreditar de fato que o nível de violência era mais alto no estado que nas demais regiões do país, ao anotar a recorrência de suicídios e assassinatos que os jornais registravam como uma verdadeira “onda de sangue”.

No interior do estado, afirma ele, até certo ponto era esperado que ocorressem atos de crueldade, reveladores dos instintos humanos mais perversos, como “produto de um meio inculto e bravio, onde tudo contribui para que eles se manifestem, a começar pela própria impunidade em que ficam, não raro, esses criminosos”. (CALLAGE, 10/03/1927) Entretanto, o mesmo era também observado na capital. Diariamente, segundo ele, eram anotadas de duas a três tentativas ou homicídios efetivos, sendo que, dentre estes, havia tanto aqueles motivados por legítima defesa ou afronta à honra, quanto os que eram puramente decorrentes de ações criminosas.

Essas cenas são, entretanto, uma prova evidente de que muito pouco temos progredido em matéria de educação dos nossos sentimentos. Ainda somos sombriamente bárbaros. A essa classificação nem mesmo a nossa capital escapa. Ela está dia a dia dando os mais expressivos exemplos do quanto vai de selvagem e brutal na alma de nosso povo. (CALLAGE, 10/03/1927).

Esta “educação dos sentimentos” exigiria, portanto, que práticas correntes no meio rural – das quais o porte constante de armas era expressivo – dessem lugar a comportamentos menos tolerantes em relação à brutalidade, conferindo ao Estado o domínio sobre a violência física e a solução dos conflitos, doravante regulados pela lei, e não mais pelos costumes tradicionais, que tendiam, ao contrário, a referendar o uso da força bruta. Através de sua coluna, Callage participava, assim, de um processo educativo que buscava inculcar no público geral normas civilizadoras que pudessem reduzir as tensões sociais e apurar a sensibilidade em relação aos atos violentos. A literatura regionalista, ao focar um universo social em que a força bruta ainda era recurso usual e socialmente legitimado na solução de conflitos, produziu inúmeras narrativas sobre a brutalidade do meio rural, da qual os *Contos gauchescos*, de Simões Lopes Neto, fornecem alguns dos melhores exemplos.

A função pedagógica do passado

A observação do conflito entre o rural e o urbano nas crônicas de Callage manifesta-se com especial eloquência nos textos sobre o minuano, elemento da natureza convertido em símbolo da idiossincrasia gaúcha (CALLAGE, 1927, p. 95). Na crônica publicada em *A cidade* de 12 de junho de 1927, Callage reproduziu parcialmente o conto *Minuano*, publicado em *Quero-quero*, num dos raros exemplos de “invasão” de sua literatura rural em sua coluna urbana. Além de encurtar o conto, fez algumas adaptações, como a que transforma a perspectiva da narração: de *o Lautério fora à cidade*, no conto, para *o Lautério viera à cidade*, na crônica, demonstrando que a história é a mesma, mas o lugar de onde se fala agora é outro. O enredo tem como personagem um típico gaúcho da campanha que vai a Porto Alegre ver os fogos do Divino, mas que acaba desapontado pelo fato de que, devido ao mau tempo de inverno, a festa tinha sido cancelada. Segundo ele, a excessiva sensibilidade do morador da capital em relação ao minuano “vem mostrar a ruindade da gente do povo... Gente fraca que não arreseste uma frescurinha destas!... Cruzes!”. Já para o homem do campo “o minuano é a alma solta da campanha. Ele véve em nós, corre nas nossas veias”.

O que temos, até este momento, é uma oposição frontal em que as características físicas descrevem dois tipos humanos diferentes, um rijo e resistente, tão bem adaptado ao meio que o incorpora a si mesmo, e o outro excessivamente suscetível aos rigores do clima. As duas narrativas concentram-se em contrapor os dois tipos, o que poderia tornar problemática a definição da identidade regional, cindida entre campo e cidade. Entretanto, a narrativa acaba por restabelecer a coesão entre os dois tipos de “gaúchos”: o do campo guarda ainda a homologia com o termo original, que designava o trabalhador das estâncias e associava sua personalidade e sua compleição física ao pampa; o da cidade apenas pode ser considerado um gaúcho à medida que o termo é consagrado como gentílico, sinônimo de sul-rio-grandense. Esse processo, como demonstrou Augusto Meyer, dependeu de um paulatino enobrecimento do tipo social do gaúcho, que de nômade, aventureiro e fora da lei converte-se em soldado e peão de estância (MEYER, 1960). Toda

a argumentação sobre as diferenças orgânicas entre os dois tipos humanos deve conviver, neste momento, com a afirmação da unidade essencial da “raça”, que é um pressuposto do debate, embora essencialmente contraditório com as ideias até então apresentadas:

E longamente, numa impetuosa eloquência bronca, o Lau-tério começou a comparar o filho da cidade com o filho da campanha, gaúchos todos, todos produtos da mesma terra, todos com o mesmo sangue a lhes correr nas veias. Entretanto, havia entre um e outro uma diferença sensível na resistência e que se revelava ou que se mostrava ao sentir o sopro do minuano saudável das quebradas, alma errante das energias da raça, que por aí anda encorajando para a luta o gaúcho destemido. (CALLAGE, 21/05/1927)

A crônica de *A Cidade* em 9 de junho de 1928 é um excelente exemplo da manipulação deste duplo significado do termo “gaúcho” e, embora a diferença entre seus dois sentidos seja claramente reconhecida, o gentílico tende a se sobrepor ao termo original. A crônica demonstra o fascínio exercido pelo imaginário gauchesco, e que não se resumia aos regionalistas do Rio Grande do Sul, ao revelar o interesse de um rei deposto, Frederico Augusto III, pelos “cavalheiros rio-grandenses nas suas arremetidas vertiginosas ou entregues aos labores de nossas estâncias pastoris”. Observe-se que o termo correto aqui seria “gaúchos”, e não “rio-grandenses”, uma vez que a difusão do tipo etnográfico campeiro não se limita ao estado brasileiro, o que mais uma vez demonstra a tendência de redução de um significado ao outro. No entanto, ao desembarcar, o visitante decepciona-se ao se deparar com uma cidade como Porto Alegre, com suas fábricas e seus automóveis, questionando se era aquilo “o Rio Grande dos gaúchos”. A resposta positiva recebida por ele só pode ser considerada correta se a diferença entre o sentido etnográfico e o gentílico da palavra “gaúcho” é inteiramente anulada.

A duplicidade do termo cria uma confusão que conduz o interlocutor do “ex-rei” a distinguir o homem da cidade e o do campo. Ainda que se refira a ambos como “gaúchos”, opera-se a diferenciação entre um tipo “tradicional” (o homem da campanha)

e outro que talvez pudesse ser definido como “moderno” (todos os rio-grandenses): “apenas os gaúchos tradicionais estão lá fora, lá longe, na campanha, onde não chegaram ainda as exigências da civilização e do progresso”. Ao monarca europeu que viera conhecer o “monarca das coxilhas” não é oferecida a oportunidade de realizar o objetivo de sua visita, e nem sequer, imaginamos, a chance de compreender aquela sucessão de equívocos criada pela dissolução do significado original do termo “gaúcho” (CALLAGE, 09/06/1928). Chama a atenção, de qualquer modo, o desinteresse dos anfitriões em atender ao pedido do visitante: afinal, se este pretendia conhecer os “gaúchos”, ali estavam eles.

A relação entre o rural e o urbano é o mais das vezes conflituosa nos textos de Callage, o que permite que alguns dos temas do universo regionalista do escritor sejam retomados em *A Cidade*. Um deles é o uso das carretas na remoção de veículos atolados nos caminhos, que já havia sido abordado no conto *Represália*, publicado em 1924 na coletânea *Rincão*. No conto, o carreteiro é tido como um herói do interior do estado, já que o péssimo estado das estradas tornava extremamente penosas as viagens que permitiam o intercâmbio de mercadorias. Segundo o protagonista do conto, os políticos municipais eram os responsáveis por isto, uma vez que, preocupados apenas com as eleições, descuidavam-se das melhorias necessárias à vida produtiva, apesar das elevadas cobranças de impostos. Em uma destas viagens, o carreteiro Escolástico lutava contra os buracos quando foi ultrapassado por um *Ford*, sentindo-se seriamente ofendido pelo escárnio do condutor e do passageiro do automóvel.

Vem à tona, neste momento, o clássico tema da vingança, instrumento básico do tradicional código de honra, e que não se faz esperar: prosseguindo sua marcha, o carreteiro sente o prazer da desforra ao deparar-se com o *Ford* atolado num banhado. Apesar do humilhante pedido de ajuda, Escolástico recusa-se a colocar à disposição do elegante moço da cidade sua junta de bois, mesmo considerando que “havera de sê bonito o auxílio que podia dá prá o tal de porguesso, um pobre carreteiro maula, estropiado da sorte?”. Devolvendo a saudação mordaz que havia antes recebido dos ocupantes do automóvel, o protagonista saboreia a ironia do

fato, ressaltando o valor da compaixão e da solidariedade social ao recomendar que “aguentassem e aprendessem a respeitar as dores alheias” (CALLAGE, 1924, p. 66). Como observou Anne-Marie Thiesse, “[J]e passé a vocation à donner des leçons. Sa principale fonction est pédagogique: montrer à tous comment lire le présent et à chacun comment régler son action et son vouloir”¹⁹ O conto retoma, assim, um tema privilegiado das crônicas urbanas – tema, aliás, também comum no jornalismo paulistano dos anos 1920, registrado por Nicolau Sevcenko: a arrogância dos proprietários, aos quais os veículos automotores concediam reluzente *status* social, ameaçava diariamente a integridade física dos pedestres, e assumia nessa cena da vida rural uma nova manifestação (1992, p. 74-75).

Esta imagem da utilidade das carretas para desatolar os automóveis nas péssimas estradas do estado foi retomada com o mesmo humor cáustico em outras ocasiões. Na crônica de 26 de janeiro de 1929, é previsto que, com o afastamento progressivo dos carreteiros dos centros urbanos, “o automóvel possante e moderno perderá também o seu mais dedicado auxiliar, quando em apuros nos atoladouros dos caminhos”. Em outro texto, um carreteiro relata seus planos de cobrar 10\$000 por cada automóvel que ajudasse a desatolar, dizendo-se vingado pelo fato de que, apesar de expulso da grande cidade, o velho carro de bois tornava-se cada vez mais útil nos caminhos urbanos (CALLAGE, 12/05/1929).

A ironia está na reversão das expectativas de que o processo de modernização dar-se-ia através de uma transição linear das velhas tecnologias e processos produtivos para métodos atualizados e bem mais eficientes. A incúria política criava uma situação em que a suposta dualidade entre rural e urbano é substituída por uma condição intermediária em que os elementos de um e de outro mesclam-se no mesmo cenário, fosse ele a coxilha de São Sebastião onde o carreteiro Escolástico vê-se humilhado pela arrogância dos modernos, ou o “Rincão do Menino Deus”, referência ao bairro porto-alegrense que seria, segundo o carreteiro da crônica, mais adequadamente chamado de “Rincão do Inferno”, dado o mau estado de seu calçamento.

A abordagem da relação entre o rural e o urbano pelas crônicas de Callage não se resume, portanto, a uma contraposição

entre espaços sociais contraditórios, pois algumas cenas de Porto Alegre remetiam imediatamente ao imaginário gauchesco. Dentre elas, além do exemplo citado anteriormente – o acampamento de carretas na Várzea – está a roda de chimarrão formada na Praça da Alfândega e que, oferecendo um “campesino quadro gaúcho em pleno coração vertiginoso da urbe”, converte em “causos” eventos caracteristicamente urbanos, como os golpes aplicados pelos célebres meliantes locais (CALLAGE, 23/01/1929). Outro exemplo é a aglomeração de carreteiros na Rua Benjamin Constant, especialmente se levamos em conta que, juntamente com o tropeiro, o carreteiro era considerado pelo escritor um “tipo representativo de uma tradição secular” (CALLAGE, 1914, p. 127).

Ao contrário do tratamento irônico dispensado à pitoresca paisagem campestre na crônica de 1º de abril de 1925, no texto publicado em 1929 a cena recebe a viva simpatia do cronista. Isto porque, com o progresso da capital desde então, os acampamentos haviam sido afastados da região mais central da cidade, ocupando agora áreas que, de qualquer maneira, eram já caracteristicamente espaços de transição entre o urbano e o rural, de modo que a possibilidade de acomodação entre as duas dimensões não comprometia a imagem de uma cidade moderna. Tudo indicava, segundo o cronista, que em pouco tempo estes carreteiros estariam também afastados dos subúrbios de Porto Alegre, à medida da expansão da modernidade na capital – embora este processo não fosse, como vimos, necessariamente linear.

Outras edições de *A cidade* tratarão de valorizar a presença, na cidade, de elementos culturais que remetiam às tradições da campanha gaúcha, e que a literatura regionalista havia já consagrado. A crônica de 9 de junho de 1927 tem como tema a presença de um gaiteiro cego na rua da Praia, reproduzindo a cena poetizada por Alcides Maya no conto *Ceguinho de estrada*, de *Alma Bárbara* (1922), e pelo próprio Callage em *Alma de cego*, conto em que o personagem é visto como um rapsodo popular, um depositário do cancionero do pampa (CALLAGE, 1914). Segundo o cronista, o tocador de gaita, cego ou não, era “uma figura diletta, um tipo tradicionalmente nosso”, o que fazia com que sua presença na principal artéria urbana evocasse imediatamente a memória de outro tempo e outro lugar, o

pago, a querência. Estes termos carregam consigo, no vocabulário regionalista, duas dimensões comunicantes: a lembrança da morada nativa, por um lado, e, por outro lado o sentimento do “Rio Grande sentimental e heroico do passado, a estremecer no calor das tradições” – a identidade individual e a identidade coletiva constroem-se, assim, simultaneamente.

Por mais que o progresso invada e domine a terra, tu ficarás vivendo com a saudade que não morre. Ignoras tu, ceguinho de estrada hoje obrigado a seres cego de rua, o mal que fazes ao coração de quem não esqueceu, de quem não esquecerá jamais esse trecho querido da terra que se chama querência... Porque tu és, em verdade, um pedaço da querência, de lá arrancado pelas vicissitudes do tempo e da vida... (CAL-LAGE, 09/06/1927).

Na crônica urbana, a narração esforça-se por transferir ao músico cego da Rua da Praia todos os atributos do músico rural, referências visuais e sonoras que imediatamente possibilitavam acesso às mitologias do campo que, cada vez mais ausente da experiência, ganhava força no imaginário social, como fonte das energias vitais que permitiriam a ancoragem da modernidade no universo simbólico de uma tradição segura e revigorante. Gaiteiros, tropeiros, carroceiros, posseiros e peões de estância, extraviados no espaço urbano, personificam uma mudança cultural que assume as formas variáveis da negação, da resistência, da adaptação, do inconformismo e da assimilação, conforme as possibilidades distintas de convivência entre modos de vida consagrados pelo costume e os novos horizontes abertos à experiência à medida da expansão do processo modernizador.

Considerações finais

A ambiguidade manifestada através do entrelaçamento da modernidade com o passado histórico é uma de suas experiências centrais, de modo que a perspectiva propriamente modernista pode

significar tanto o desejo de fugir da vida moderna quanto o impulso de celebrá-la, como afirma Gerard Delanty (2000). A primeira atitude pode equivaler a um instinto romântico e nostálgico, como é o caso de Callage, ou conduzir ao exílio em algum lugar imaginário. A segunda se alimenta do sentimento de independência do sujeito, da libertação de sua subjetividade, a partir da qual é possível criar um novo princípio de coesão. Essas reações à modernidade são permeadas, por outro lado, pelos sentimentos da fragmentação, da contingência e da efemeridade que condenam a experiência individual, em particular no meio urbano, ao movimento incessante (DELANTY, 2000, p. 18-19). Essa é outra das inflexões do discurso de Callage, notadamente em sua coluna devotada à vida na grande cidade.

Ademais, Anne-Marie Thiesse demonstrou que a cultura moderna não determina a obliteração do passado, agindo antes para modelá-lo, à sua imagem e semelhança. Embora os contos regionais de Roque Callage tenham como fundamento o apreço pelo mundo rural, convertido em memória coletiva, eles próprios participam da criação de uma perspectiva a partir da qual o campo é observado desde fora, e valorizado como tal, ou seja, por meio do olhar urbano. Esse mesmo olhar acompanha as obras de infraestrutura, a multiplicidade de estímulos da rua, a paixão pelo cinema e o desfile das vaidades nas vias comerciais. Em seus percursos entre o campo e a cidade, a prática literária e jornalística de Roque Callage ilustra, de forma modelar, as ambiguidades da vida moderna, participando da fundação de um novo espaço afetivo na cidade frenética e impura: a saudade do passado rural.

“TALKING TO THE PEASANTS”: RURAL SHORT-STORIES AND URBAN CHRONICLE ON THE WORKS OF ROQUE CALLAGE

Abstract: This paper intends to analyze the interactions between Roque Callage’s regionalist short-stories and his journalistic career, as responsible by the daily column “A Cidade”, published from 1925 to 1930 on the *Diário de Notícias*, from Porto Alegre. It looks forward to understand the double role played by the author in Rio Grande do Sul’s cultural scene, as there was possibly a convergence between the perception of crisis in the countryside and the modernization process experienced in the state’s capital. Thus, we try to define the

significance of the regionalist trend endorsed by the writer and its critical task in the construction of a discourse on sociability, behavior and social practices in the urban environment.

Keywords: Brazil Republic. Cultural history. Journalism. Literature. Modernization.

Notas

¹ Jornal fundado por Leonardo Truda e outros dissidentes do *Correio do Povo*, com a proposta de manter uma postura política independente. Começou a circular em 1º de março de 1925, apresentando já no primeiro número a coluna *A Cidade*. Foi adquirido em 1930 por Assis Chateaubriand, passando a fazer parte dos Diários Associados, e circulou até 1979, tendo seu auge no início dos anos 1950. Ver GRANDI (2005).

² Apesar de assinar *A Cidade* apenas com um lacônico “C.”, as cartas recebidas de leitores e publicadas pelo cronista naquele espaço demonstram que a identidade de seu autor era bem conhecida entre o público. Roque Callage idealizou a coluna e assinou a grande maioria de suas crônicas, tornando-se o que poderíamos definir como uma “celebridade” local. No entanto, os problemas de saúde do escritor, que o conduziram à morte precoce em 1931, fizeram com que, durante alguns intervalos, em particular a partir de 1928, a coluna tenha sido escrita por outros profissionais do *Diário de Notícias*. Nesses casos, as crônicas não traziam nenhuma assinatura, não tendo sido incorporadas ao *corpus* da pesquisa.

³ Para um aprofundamento do conceito, ver THIESSE (2005).

⁴ A recente revisão da historiografia crítica do regionalismo literário aberta por Marisa Lajolo pode ser exemplificada pelo artigo do Luís Augusto Fisher, *Conversa urgente sobre uma velharia* (FISCHER, 2007).

⁵ (...) as tradições são abandonadas, a passagem para a Terra dos Heróis vai se fechar para sempre. Mas ao longo do tempo e das investigações o tesouro não vai parar de se enriquecer [minha tradução].

⁶ Um exemplo dessa pretensão folclorista de promover o “inventário” da cultura rural pode ser observado, particularmente, através da reprodução das trovas populares em linguagem escrita. Na obra literária de Callage, a citação destes versos ilustra contos como “Alma de cego” (*Terra gaúcha*), “Aspectos de cheia” e “Fandango” (*Rincão*), “Lida nova” (*Quero-quero*), além de ser objeto de estudos específicos em *No fogão do gaúcho* (“As nossas lendas”, “Cancioneiro amoroso” e “A poesia patriótica”) e *Terra natal* (“Aspectos da nossa poesia popular”).

⁷ *Pulperia*: “boliche no campo, taberna, venda” (OLIVEIRA, 2005, p. 218).

⁸ Ver COSTA (2002).

⁹ Para uma visão sintética do debate racial brasileiro em suas inflexões políticas, ver MURARI (2013).

¹⁰ Para uma discussão historiográfica detalhada sobre as práticas políticas vigentes no estado durante a República velha, ver FÉLIX (1987).

¹¹ Sobre o percurso histórico das relações diplomáticas entre os brasileiros e os demais povos sul-americanos, ver PRADO, 2002.

¹² Apesar de tomar como base a sociedade escravocrata do Centro-sul do país, consideramos válida para a compreensão deste código, baseado na legitimidade do ato violento como desafronta à honra ofendida a análise empreendida por Maria Sylvia de Carvalho Franco, em “O código do sertão” (FRANCO, 1974).

¹³ Passeiro: “Homem que, mediante pagamento, ajuda as pessoas a atravessarem rios em canoas ou balsas” (OLIVEIRA, 2005, p. 199).

¹⁴ “Mambira – Significa quase o mesmo que mamaú, com a diferença de ser menos intensivo o sentido”. “Mamaú – Homem extremamente rústico, acanhado e tímido que, nas cidades, a cada passo acha-se embaraçado e confuso. Sin. de guasca, biriva, mambira, mano Juca, caipira, etc.” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 47).

¹⁵ Sobre as posições divergentes e a intensa militância político-partidária de Alcides Maya e Roque Callage, ver MURARI, 2010.

¹⁶ Mais tarde, Lígia Chiappini retomaria essa inflexão da polêmica, ao sugerir a inexistência de ruptura efetiva entre o gaúcho-herói das narrativas gauchescas tradicionais e o gaúcho-Quixote de Maya, ambas direcionadas ao escamoteamento da realidade do trabalhador rural (LEITE, 1978, p. 203-204).

¹⁷ Reiuino: “1. O animal pertencente ao Estado, ou que não tem dono” (OLIVEIRA, 2005, p. 229).

¹⁸ A construção de um parque na região da Várzea (atual Parque Farroupilha, ou da Redenção) havia sido proposta já em meados do século XIX, mas sua efetiva inauguração deu-se apenas no centenário da Revolução Farroupilha, em 1935. O estacionamento de carretas da zona rural foi transferido para o Caminho do Meio, atual avenida Osvaldo Aranha, em 1928 (FRANCO, 1992).

¹⁹ “O passado tem vocação para dar aulas. Sua principal função é pedagógica: mostrar a todos como ler o presente e a cada um como regular sua ação e sua vontade” [minha tradução].

Referências

ARINOS, Paulo. [Moysés Vellinho]. “Pessimismo e realidade”. In: CHAVES, Flávio Loureiro (org.). *O ensaio literário no Rio Grande do Sul* (1868-1960). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: INL, 1979, p. 109-114.

CALLAGE, Roque. *Terra gaúcha*. Scenas da vida riograndense. Porto Alegre, 1914.

_____. *Terra natal*. Aspectos e impressões do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso & C. 1920.

_____. *Rincão*. Scenas da vida gaúcha. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1924.

_____. *Vocabulário gaúcho*. 2ª. ed. cor. aum. Porto Alegre: Globo, 1928.

_____. *Quéro-quéro*. Scenas crioulas. Porto Alegre: Globo, 1927.

_____. *No fogão do gaúcho*. Porto Alegre: Globo, 1929.

[CALLAGE, Roque.] A cidade. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, ano IV, n. 86, 09/06/1928, p. 3.

_____. A cidade. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, ano IV, n. 277, 23/01/1929, p. 3.

_____. A cidade. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, ano V, n. 62, 12/05/1929, p. 3.

_____. A cidade. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, ano III, n. 85, 09/06/1927, p. 3.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987, p. 140-162.

CHAVES, Flávio Loureiro. Paulo Arinos e Rubens de Barcellos. In: _____. *O ensaio literário no Rio Grande do Sul*. (1868-1960). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: INL, 1979, p. 83.

DELANTY, Gerard. *Modernity and postmodernity*. Knowledge, power and the self. Londres: Sage, 2007.

COSTA, Sérgio. A construção sociológica da raça no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, nº 1, 2002, p. 35-61.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FISCHER, Luís Augusto. Conversa urgente sobre uma velharia – uns palpites sobre a vigência do regionalismo. *Cultura e Pensamento*, n. 3, 2007, p. 127-139.

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

GRANDI, Celito de. *Diário de Notícias: o romance de um jornal*. Porto Alegre, L&PM, 2005.

LAJOLO, Marisa. Regionalismo e história da literatura: quem é o vilão da história? In: FREITAS, Marco César (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2 ed. São Paulo: USF/Contexto, 1998. p. 297- 328.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *Regionalismo e Modernismo (o “caso” gaúcho)*. São Paulo: Ática, 1978.

MAHIEUX, Viviane. *Urban Chroniclers in modern Latin America. The shared intimacy of everyday life*. Austin (EUA): University of Texas, 2011.

MEYER, Augusto. Gaúcho, história de uma palavra. In: *Prosa dos pagos*. 1941-1959. Rio de Janeiro: São José, 1960. p. 9-42.

MURARI, Luciana. Intelectuais e mobilização política na República Velha: a escrita militante de Alcides Maya e Roque Callage. In: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de; LOSSO, Tiago (Org.). *Estado e desenvolvimento: política e relações internacionais no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Asterisco, 2010. p. 13-42.

_____. Messianismo e catástrofe: algumas inflexões políticas do debate raciológico brasileiro nas obras de Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna. In: *Agália. Revista de Estudos na Cultura*, n. 108, v. 2, 2013, p. 103-128.

NEDEL, Letícia Borges. *Um Passado Novo para uma História em Crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)* (tese de doutorado). Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 2005 (mimeo).

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-29, dez. 1993.

OLIVEIRA, Alberto Juvenal de. *Dicionário Gaúcho*. 3. ed. Porto Alegre: AGE, 2005.

PORTO ALEGRE, Apolinário. *Popularium sul-rio-grandense. Estudo de filologia e folclore*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*, São Paulo, v. 145, 2001, p. 127-149.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Da crítica à história: Moysés Vellinbo e a trama entre a Província e a Nação*. (tese de doutorado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006 (mimeo).

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole. São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

THIESSE, Anne-Marie. *Écrire la France. Le mouvement littéraire régionaliste de langue française entre la Belle Époque et la Libération*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

_____. *La création des identités nationales. Europe XVIII^e- XX^e siècle*. Paris: Seuil, 1999.

_____. *La modernisation du passé au XIX^{ème} siècle*. Austin: Universidade do Texas, 29 out. 2005. Disponível em: <<http://www.utexas.edu/cola/insts/france/ut/archives/Fall2005/thiesse.pdf>>. Acesso em: 07/09/2006.

THORSTENBERG, Valdéria. *A tessitura da modernidade literária – Diário de Notícias de Porto Alegre no ano de 1925* (tese de doutorado). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003 (mimeo).

WEHLING, Arno. *A invenção da história. Estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí (RS): Unijuí, 2002.

Recebido em: 18/06/2016

Aprovado em: 20/10/2016

“Uma grande empresa alemã na mais primitiva exploração da Amazônia”: A campanha ambientalista contra a Volkswagen (Anos 1970)

Elenita Malta Pereira*

Resumo: Nos anos 1970, em meio a uma série de programas de ocupação para o desenvolvimento da Amazônia brasileira, coordenados pelos governos militares, a empresa alemã Volkswagen implantou um projeto para criar 150 mil cabeças de gado na região. Este artigo aborda a crítica expressa por ambientalistas brasileiros – em especial José Lutzenberger (1926-2002) e Magda Renner (1926-2016) – ao incêndio provocado pela Volkswagen na Amazônia brasileira, em sua fazenda Companhia Vale do Rio Cristalino (CVRC), por meio da análise da correspondência entre eles e Wolfgang Sauer, Diretor-Presidente da empresa no Brasil. Tanto a correspondência como os documentos que embasam este artigo fazem parte do Arquivo Privado de José Lutzenberger (APJL) e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Apelando para uma visão que idealizava a relação da Alemanha com a natureza, os ambientalistas causaram constrangimento e colaboraram para a divulgação, em âmbito internacional, da devastação provocada pela multinacional na Amazônia, com o aval da ditadura militar em vigor no país.

Palavras-chave: Ambientalismo brasileiro. Meio ambiente e ditadura militar. Amazônia. História ambiental.

* Doutora em História e professora no Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: elenitalta@gmail.com

Introdução

Nos anos 1970, ambientalistas brasileiros criticaram a multinacional automobilística Volkswagen pela responsabilidade no que consideraram “o maior incêndio do planeta”. A empresa alemã, desde 1973, instalara uma fazenda de criação de gado em meio à floresta amazônica, a Companhia Vale do Rio Cristalino (CVRC), em Santana do Araguaia, sul do Pará. O projeto da fazenda previa a criação de 150 mil cabeças de boi numa área de 140 mil hectares, além da implantação de um frigorífico para processamento da carne e uma indústria para aproveitamento da madeira.

A compra da fazenda Rio Cristalino pela Volkswagen revelou-se bastante problemática. Desde o início, houve denúncias de irregularidades: em maio de 1975, técnicos que operavam o satélite norte-americano Skylab captaram uma grande queimada na área do projeto (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1976, p. 15, APJL). Em julho de 1976, dois fiscais do IBDF foram destacados para “investigar as possíveis irregularidades” e a Volkswagen foi multada “pela realização de derrubada florestal indiscriminada” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1976, APJL). O motivo da multa era que a empresa teria desmatado “sem retirar a devida licença” (VEJA, 1976, p. 80, APJL). Outra suspeita era a de que o desmatamento fosse muito maior do que o informado pela Volks. Segundo a mesma matéria da revista *Veja*, em depoimento à Comissão de Agricultura do Senado, o paisagista Burle Marx disse que “a Volkswagen produziu na Amazônia o maior incêndio de toda a história do planeta, detectado até por satélites artificiais”. A empresa se defendeu, afirmando que seu projeto agropecuário foi aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e que vinha “cumprindo rigorosamente o Código Florestal, pelo qual se pode desmatar legalmente 50% da área prevista para a implantação de um programa do gênero” (VEJA, 1976, p. 80, APJL).

A fazenda da Volkswagen era, na verdade, a principal vitrine de uma série de projetos incentivados pelos governos brasileiros visando o desenvolvimento da Amazônia, nos anos 1970¹. Durante o período da ditadura militar (1964-85)², diversos megaprojetos foram instalados na região, com a justificativa de modernizá-la, inserindo-a

no circuito econômico mundial, tais como construção de estradas (com destaque para a Rodovia Transamazônica), implantação de fazendas de agropecuária, instalação de indústrias e atração de projetos de colonização em meio à floresta.³

Os militares escolheram a Volkswagen como vitrine, em função de uma longa relação entre a companhia e o país, pois era “uma empresa popular, símbolo do deslumbrante crescimento industrial brasileiro e o maior contribuinte do país, com o interesse atraído, em primeiro lugar, por incentivos fiscais” (ACKER, 2014, p. 17). O ministro do interior na época, José Costa Cavalcanti, “solicitou pessoalmente ao presidente internacional da empresa, Rudolf Leiding, que comesasse um agronegócio no âmbito de um programa de desenvolvimento da Amazônia” (Idem), o que demonstra o estreito vínculo entre a Volks e os representantes da ditadura militar brasileira.

Segundo Acker (2014, p. 16), “em outubro de 1966, um pacote de leis batizado de Operação Amazônia criou as condições políticas e financeiras para uma estratégia de desenvolvimento massivo da Amazônia baseado em planejamento público”. Todo um conjunto de órgãos e dispositivos legais foi formulado pelos governos ditatoriais para tornar realidade o “desenvolvimento da Amazônia”. Foram criados a SUDAM, um dos órgãos centrais nas políticas de ocupação, e o Banco da Amazônia (BASA), ambos em 1966; a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971), formulado pela SUDAM, no ano de 1967. Em 9 de julho de 1970, surgiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a missão de realizar a reforma agrária no país. No entanto, em vez de “promover uma mudança na estrutura fundiária nos locais de conflito (reforma agrária, incidindo sobre terras particulares), a opção foi abrir novas áreas de ocupação, distribuindo terras públicas em territórios ainda ‘inabitados’ (colonização)” (LE TORNEAU; BURSZTYN, 2010, p. 114)⁴.

Os ambientalistas do estado do Rio Grande do Sul posicionaram-se criticamente ao processo de modernização induzido pelos governos militares na Amazônia. No episódio do incêndio promovido pela Volkswagen, manifestaram-se contrários, por meio de correspondência. Entre esses ambientalistas, destacaram-se José Lutzenberger, na época presidente da Associação Gaúcha de Proteção

ao Ambiente Natural (AGAPAN), fundada em 1971, e Magda Renner, também presidente da Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), fundada em 1964 com objetivos assistencialistas, mas que, a partir de 1972, adotou a ecologia como sua principal causa de militância.

As cartas, componentes principais dos arquivos privados, são preciosas fontes para a história, especialmente para o estudo de biografias e trajetórias. Segundo Michel Foucault, a correspondência é uma das formas da “escrita de si”, pois, ao escrevermos ao outro, falamos de nós para nós mesmos também; “a carta enviada atua, em virtude do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como atua, pela leitura e releitura, sobre aquele que a recebe”. Além disso, a carta confere presença; quem escreve fica próximo do destinatário; na leitura e releituras, ela “proporciona um face-a-face” (FOUCAULT, 1995, p. 150).

Porém, como qualquer outro tipo de fonte, sua crítica se faz necessária. A historiadora Ângela de Castro Gomes afirma que a carta, como documento, “não trata de dizer ‘o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento” (GOMES, 2004, p. 14).

Não existe um único método para a análise de correspondência. Na apresentação de *Prezado Senhor, Prezada Senhora: Estudos sobre cartas*, as organizadoras da obra, Walnice Galvão e Nádya Gotlib não propõem uma “teoria da carta”. Em vez disso, enfatizam a diversidade das abordagens, tendo em vista a pluralidade dos objetos (GALVÃO; GOTLIB, 2000). Nesse sentido, Rocha (2008, p. 398) propõe que os “estudos sobre cartas” deveriam “respeitar o caráter plural do objeto e, na medida do possível, apresentar uma análise de tipo fenomenológico da correspondência, considerando as circunstâncias de sua produção e recepção”.

A correspondência é um dos tipos de “práticas de produção de si”: através desses tipos de práticas culturais, como a escrita de cartas, de autobiografias e diários, “o indivíduo moderno está constituindo uma identidade para si através de seus documentos, cujo sentido passa a ser alargado” (GOMES, 2004, p. 11). Além disso, a correspondência é uma prática “eminentemente relacional”, ela “implica

uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê”. Escrever cartas é “dar-se a ver” a um outro, “uma forma de presença muito especial” (GOMES, 2004, p. 19).

Tão fundamentais para a pesquisa em biografia, as cartas podem contribuir muito quando esta se entrelaça com a perspectiva da história ambiental⁵, principalmente quando ideias, percepções, éticas e também práticas de indivíduos ou grupos em relação à natureza são o objeto de estudo. Segundo Donald Worster (1991, p. 201), a história ambiental trata “do papel e do lugar da natureza na vida humana”. Esse historiador define três conceitos básicos para se fazer história ambiental: ecologia, sistema de produção e ideias; seu foco maior é a transição de um sistema de subsistência para um agroecossistema capitalista. Um de seus críticos é William Cronon, que considera a definição de Worster muito estreita e materialista. Para Cronon, a história ambiental deve ir além do estudo dos sistemas de produção, deve focar modos de reprodução social, as construções culturais em torno do conceito de natureza, analisar os vínculos e relações dentro de uma situação ecológica e histórica em mudança (CRONON, 1993, p. 55-67). Já Manuel González de Molina afirma que o surgimento da história ambiental, ou história ecológica, está relacionado com a crise da historiografia moderna, a partir da negação da história como ciência e a preferência por estudos muito específicos: “a história em migalhas”; Molina entende que,

En efecto, la historia Ecológica no es sino una nueva manera de entender la evolución de los seres humanos que implica un cambio radical de enfoque. En ese sentido, aspira sobre todo a *ecologizar* la historia, a entender el pasado de los hombres en su medio ambiente. En la medida en que la historia estudia las sociedades humanas, su evolución en el pasado, la historia ecológica trata de comprender las relaciones estratégicas entre los hombres entre sí y con la naturaleza, de la que dependen para su subsistencia y de la que forman parte como seres vivos, cuyas modalidades distintas de interdependencia han dado lugar a tipos específicos de sociedad (MOLINA, 1998, p. 40, grifo do autor).

Entre as questões básicas colocadas pelos historiadores ambientais estão as próprias noções de “natureza”; as interações sociais, culturais e econômicas da humanidade com o ambiente; o âmbito ético, de valores, na dinâmica homem-natureza; e o pensamento crítico-ambiental. No caso específico deste artigo, permitem um conhecimento maior sobre o teor das críticas de ambientalistas brasileiros à atuação da Volkswagen na Amazônia. Num sentido mais amplo, essas cartas contêm narrativas de um episódio que faz parte da história das lutas ambientalistas no Brasil nos anos 1970, em meio a uma repressiva ditadura militar que governou o país de 1964 a 1985.

Neste texto, o objetivo é analisar a crítica expressa por ambientalistas brasileiros – em especial José Lutzenberger e Magda Renner – ao projeto da Volkswagen, por meio da análise da correspondência entre eles e Wolfgang Sauer, Diretor-Presidente da empresa no Brasil. Após esta introdução, o enfoque recai sobre a militância ambiental de Lutzenberger e Renner, em meio ao contexto de surgimento do movimento ambientalista no Brasil. Em seguida, é necessário abordar a tensão existente entre uma suposta herança germânica de proteção à natureza no Sul do Brasil e, ao mesmo tempo, a devastação provocada pela imigração alemã. A seguir, os argumentos contra a Volkswagen são analisados na referida correspondência e, por último, são apresentadas as considerações finais. Além de condenar o incêndio na Amazônia pelos danos causados aos ecossistemas e às populações locais, veremos que a estratégia de argumentação expressa uma preocupação de caráter étnico⁶ por parte dos ambientalistas, de que a empresa, ao promover essa devastação, estaria maculando a imagem de seu país de origem – a Alemanha – no plano internacional.

Lutzenberger e Magda, dois descendentes de alemães

O ambientalista José Lutzenberger (1926-2002) conquistou, ao longo de três décadas de militância, expressivo reconhecimento internacional. Era filho do arquiteto e artista plástico alemão Josef Franz Seraph Lutzenberger (1882-1951), que emigrou para o Brasil em

1920, em meio ao caos social e econômico enfrentado por seu país no pós-I Guerra Mundial, e Emma Kröeff, brasileira descendente de alemães. Nasceu em Porto Alegre/RS, onde cursou a faculdade de Agronomia da UFRGS (1947-50). Estudou Edafologia nos Estados Unidos na Louisiana State University (1951-52) e foi funcionário da multinacional agroquímica BASF durante treze anos (1957-1970). Esse trabalho proporcionou a residência na Alemanha, Venezuela e Marrocos e viagens para diversos países. No final da década de 1960, a empresa entrou no ramo dos agrotóxicos, o que gerou um drama de consciência em Lutzenberger. Por isso, desligou-se da BASF e voltou para a cidade natal, onde fundou a AGAPAN, em abril de 1971, junto com um grupo de pessoas preocupadas com a devastação da natureza. Ele presidiu a entidade desde o início, até 1983 e, em 1987, foi declarado seu presidente de honra.

Ao longo de sua militância como ambientalista, Lutzenberger envolveu-se em diversas lutas, como a defesa das florestas tropicais; o combate ao desmatamento e à poluição em todas suas formas; a crítica ao modelo de desenvolvimento econômico, embasado no consumo; o combate à revolução verde, principalmente ao uso de agrotóxicos e, por consequência, lutou por uma agricultura de base ecológica. Proferiu inúmeras palestras em vários países sobre a temática ambiental. Além de manifestar-se pela proteção da natureza, preocupava-se com a solução dos problemas ambientais, por isso tornou-se empresário de reciclagem e paisagismo ecológico. Por sua atuação, recebeu, na Suécia, o Livelihood Award, também chamado de Prêmio Nobel Alternativo, em 1988. Foi Secretário do Meio Ambiente durante o governo Collor (1990-92) – com status de ministro – e criou a Fundação Gaia, em Pantano Grande-RS, Organização Não-Governamental dedicada ao trabalho com educação ambiental e agroecologia.

Durante os anos 1970, as lutas da AGAPAN ocupavam com frequência importantes espaços nos jornais, rádios e programas de televisão. A ditadura militar instaurou um sistema de censura que interferia também nas pautas de parte da imprensa: conteúdos considerados “subversivos” poderiam ter a publicação proibida⁷. A AGAPAN não era considerada subversiva pelo regime de exceção em vigor, apesar de trazer à tona todo um questionamento sobre

o modelo econômico vigente, baseado no consumo dos elementos naturais. Desse modo, as temáticas ecológicas passaram a ocupar preciosos espaços na imprensa gaúcha e, em seguida, nos principais jornais brasileiros. Lutzenberger era constantemente chamado a dar sua opinião sobre todo e qualquer assunto na área ambiental, tornando-se muito conhecido no país.

A trajetória de Magda Renner (1926-2016) apresenta interessantes semelhanças com a de Lutzenberger. Sua família também possui origem germânica: ela era filha de dois descendentes de alemães, Christiano Carl Nygaard, nascido em Rio Grande/RS, em 31/05/1895, e Irma Doerken Nygaard, nascida em Porto Alegre/RS, em 04/09/1901. Os avós de Renner eram alemães, ambos vieram de Hamburgo. Seu avô paterno veio com 18 anos, numa espécie de aventura. O avô materno veio para tratar de negócios da família, exportação/importação, e aqui conheceu a futura esposa, descendente de pai francês (huguenote) e mãe brasileira, da família Batista Pereira⁸. No contexto da Segunda Guerra Mundial, sua família enfrentou dificuldades, com a perseguição aos alemães e descendentes que moravam no Brasil (OLIVEIRA, 2005, p. 210). O sobrenome Renner provém do marido, já que Magda era nora de A. J. Renner (1884-1966), alemão que foi importante empresário no Rio Grande do Sul.

Ela era formada em Didática pela Faculdade de Filosofia da UFRGS e em Língua e Literatura Francesa pela Aliança Francesa de Porto Alegre e também tinha mestrado em Línguas Germânicas (UFRGS). Em 1964, ingressou na ADFG, logo após a fundação da entidade. Inicialmente, as integrantes faziam assistência social em creches, clubes de mães, escolas, etc. Em 1972, após assistirem a palestra “Os quatro princípios básicos da ecologia”, proferida por Lutzenberger, elas começaram a interessar-se pela ecologia e, em 1974, mesmo ano em que Renner assumiu como presidente da ADFG, criaram um departamento para tratar do tema dentro da associação. Na época, com mais de quarenta anos, “casada com um grande empresário gaúcho e mãe de três filhos, Magda Renner iniciou uma nova aventura pessoal, abraçando a ecologia como causa básica” (URBAN, 2001, p. 59).

Entre as primeiras lutas ambientalistas da ADFG foram importantes a participação, em conjunto com a AGAPAN, na campanha contra a poluição causada pela Celulose Borregaard (1972-74), na luta pela criação do Parque do Delta do Rio Jacuí, com o objetivo de resguardar as ilhas de Porto Alegre da especulação imobiliária (1974-76), na Operação Hermenegildo (1978) e na campanha em defesa dos “Alimentos sem Venenos” (1979). Magda Renner, bem como Giselda Castro, que foi vice-presidente da entidade por muitos anos, viajaram inúmeras vezes para participar de eventos sobre ecologia no Brasil e exterior. Numa dessas viagens, aos Estados Unidos, Renner entrou em contato com a organização *Friends of the Earth* (Amigos da Terra) e recebeu o convite para ser o *personal contact* da entidade no Brasil. Em 1981, a ADFG foi convidada a integrar a federação Amigos da Terra internacional. Em 1999, mudou seu nome para Núcleo Amigos da Terra/Brasil (NAT/BR).

Renner também foi agraciada com o título de Presidente de Honra da ADFG – NAT/BR. Falecida em 2016, nos últimos anos de vida encontrava-se afastada da esfera pública por motivo de saúde, mas, assim como Lutzenberger, acumulou cerca de três décadas de lutas ambientalistas. Os dois foram alfabetizados em português e alemão, simultaneamente, ambos os idiomas utilizados para a comunicação familiar em suas casas. No caso de Renner, ela ainda possuía mestrado em Línguas Germânicas. Outra semelhança é que os dois tinham a mesma idade e começaram a atuar na área da ecologia já na idade madura, Lutzenberger com 44 e Renner com 45 anos. No início dos anos 1970, ambos despontaram como ícones do ambientalismo no Rio Grande do Sul, chegando a receber o mesmo prêmio – Personalidade em Ecologia, do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, ele em 1973 e ela em 1974.

No contexto do surgimento do ambientalismo moderno no Brasil, na primeira metade da década de 1970, em meio à repressão e censura promovidas pela ditadura militar, a AGAPAN e a ADFG-NAT foram as principais entidades do Rio Grande do Sul. As líderes da ADFG, tanto Magda Renner como Giselda Castro eram senhoras “respeitáveis” da alta sociedade gaúcha, não eram consideradas “subversivas”. Inclusive, conseguiram em 1976 uma

audiência com o presidente da república, Ernesto Geisel, para falar sobre a problemática da Amazônia e do planejamento familiar (como solução para o acelerado crescimento demográfico). Porém, é importante mencionar, Magda e Giselda foram vigiadas pelo regime, como mostram os documentos dos “Acervos do Regime Militar”, no Arquivo Nacional, em Brasília, descobertos recentemente pela produção do documentário Substantivo Feminino, sobre a atuação das duas ambientalistas, cuja estreia ocorreu em 2017.

A AGAPAN e sua principal liderança, Lutzenberger, também foram vigiados, mas não perseguidos, em parte pela intervenção do Almirante Belart, militar próximo aos governantes e que também era ambientalista⁹. Além disso, Lutzenberger declarou em diversos momentos sua crítica ao sistema comunista, considerado por ele causador de tanta degradação ambiental quanto o sistema capitalista, pois ambos buscavam o crescimento econômico ilimitado (LUTZENBERGER, 1980, p. 30-31). No entanto, essa relação aparentemente tranquila das entidades ambientalistas com os governos militares não foi forte o suficiente para interferir nas políticas em relação ao ambiente, garantindo sua preservação ou inibindo possíveis danos.

Alemanha e natureza no Sul do Brasil

Podemos constatar a existência de visão que vincula uma herança germânica com a proteção à natureza, no Sul do Brasil. Antes de Lutzenberger e Renner, essa relação pode ser percebida na atuação de Henrique Luiz Roessler, no Rio Grande do Sul, nos anos 1940-60¹⁰.

Houve uma idealização do território que viria a ser a Alemanha, ocupado, na Antiguidade, por uma densa floresta, composta de abetos, álamos, pinheiros, bordos tílias, castanheiras, plátanos e carvalhos, entre outras espécies. Essa floresta foi abrigo e local de resistência dos germânicos à invasão romana (SCHAMA, 1996). Também havia elementos místicos que contribuíam para essa idealização, como afirmou Arthur Rambo:

à sombra dos carvalhos, reuniam-se os guerreiros germânicos para reafirmarem perante si mesmos, perante seus

companheiros, perante o seu povo e, principalmente, perante Thor, o deus da guerra, o compromisso, o juramento de fidelidade às divindades, ao povo, à tradição, às raízes, com todos os seus valores (RAMBO, 2004, p. 32).

No entanto, com o passar do tempo, a floresta foi perdendo o caráter sagrado e foi caindo perante os machados. Já nos séculos XVIII e XIX, o movimento romântico alemão elaborou a gestação de uma nação nobre, enraizada na floresta, forjada numa relação simbiótica com a natureza. Escritores como Herder, Goethe e Riehl, entre outros, colaboraram para disseminar essa visão.

O historiador José Augusto Pádua abordou a ligação entre o movimento romântico e o ambientalismo. Segundo Pádua (2005, p. 62), “um dos aspectos mais centrais e inclusivos daquele movimento intelectual foi justamente a valorização do mundo natural, seja em termos estéticos, espirituais ou éticos”. No entanto, o historiador aponta que, no Brasil, os autores românticos não chegaram a propor uma crítica civilizatória mais profunda.

Como sabemos, na primeira metade do século XIX, teve início a imigração alemã no Brasil. É interessante constatar que essas concepções que ligavam o país a seus elementos naturais não impediram o desmatamento na Alemanha, tampouco nos lotes ocupados pelos imigrantes no Sul do Brasil. Como apontou Juliana Bublitz, (2010, p. 181), “quilômetros e quilômetros de mata desapareceram sob a lâmina afiada do ‘machado civilizador’ do imigrante e seus descendentes. Derrubadas e queimadas foram a tônica da conquista, incentivada e comemorada pelo estado”.

Entretanto, no final do século XIX surgiram associações preservacionistas em colônias alemãs, o que mostra uma interessante tensão em como essas comunidades se relacionavam com a natureza. Nos anos noventa do século XIX, foi fundada em Bom Jardim, hoje Ivoti, a primeira Associação de Proteção à Mata, *Waldschutzverein*, pelo Pe. Pedro Gasper e por um morador local, Edmund Grohmann. A associação promoveu uma série de “dias da mata”, para incentivar o plantio de árvores na colônia. Nesses dias, os fundadores tentavam convencer os vizinhos da necessidade de reflorestamento (RAMBO, 1994, p. 74). Já no século XX, nos anos 1920-1930, a Sociedade União

“Uma grande empresa alemã na mais primitiva exploração da Amazônia”...

Popular, por meio de sua revista *Paulusblatt*, publicou artigos sobre a preocupação com as florestas nativas e “a consciência de que era preciso reflorestar” (RAMBO, 1994, p. 82).

Nos anos 1930-60, a atuação de Henrique Roessler resgatou, de certa forma, alguns elementos dessa “herança” romântica e alemã de proteção à natureza. Em seus artigos para o *Correio do Povo Rural*, ele defendeu os benefícios da contemplação à natureza, lamentando que o homem moderno não tivesse “mais tempo para meditar; não tem mais tempo para procurar contato com a mãe natureza, que cura todos os males” (ROESSLER, 1961, AHRs). Com frequência, reproduzia notícias e comentários que valorizavam “as maravilhas sobre a organização da proteção à natureza” na Alemanha (ROESSLER, 2005, p. 74).

Tomando essa “herança” como referência, Lutzenberger e Renner, descendentes de imigrantes alemães, formularam argumentos para denunciar o incêndio e o desmatamento na fazenda de gado da Volkswagen na Amazônia. Eles queriam mostrar que a empresa não agia de acordo com uma suposta tradição alemã de proteção à natureza. Juntaram-se na argumentação ambientalistas do centro do país, o que garantiu maior visibilidade à campanha. No intuito de preservar a floresta do fogo, os ambientalistas brasileiros lutaram com as armas que possuíam naquele momento. Tratando-se de uma empresa alemã, optaram pela estratégia de prejudicar sua imagem no país de origem, para provocar constrangimento internacional e, com isso, tentar frear a devastação na área ocupada pela CVRC.

A campanha dos ambientalistas brasileiros

Em 1976, ambientalistas gaúchos entraram em contato com a direção da Volkswagen para manifestar seu repúdio ao grande incêndio provocado na Amazônia. Dois anos antes, a assessoria de imprensa da Volks anunciou orgulhosamente os planos da empresa: iria desmatar 10 mil hectares, “para o que usará equipamento pesado para desmatamento mecânico” (O GLOBO, 1973, APJL). Vangloriando-se, informou seu público que havia queimado 4 mil hectares de floresta amazônica em poucos meses, o que nenhum dos projetos

instalados na região chegara a igualar. Para Acker (2014, p. 22), a Volkswagen desdenhava “a complexidade e imprevisibilidade da ecologia tropical, a CVRC não era exatamente um modelo abrangente, porque estava despreparada para enfrentar uma controvérsia ambiental”.

A atuação do INCRA e SUDAM, na venda ou concessão de extensas porções de terra na Amazônia para multinacionais, foi severamente criticada pelo senador Paulo Brossard (MDB). Segundo ele, os órgãos governamentais estavam criando “verdadeiras capitâneas”, o que era ilegal, pois “desde 1934, as terras públicas com área superior a dez mil hectares não podem ser alienadas sem prévia aprovação do Senado”. No entanto, sem aprovação deste órgão parlamentar, o INCRA alienava ou concedia áreas de até 500.000 hectares (CORREIO DO POVO, 1976, APJL). A declaração do senador da oposição mostrava, além do caráter concentrador de terras dos projetos de colonização da Amazônia e que o regime militar agia sem respeitar o legislativo, que havia uma certa margem de crítica pública, apesar do contexto de ditadura (considerando que o presidente no poder, Geisel, planejava uma “distensão” em seu governo)¹¹.

A controvérsia em torno do que teria sido “o maior incêndio do planeta” começou quando os cientistas norte-americanos que operavam o satélite Skylab (da NASA - Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço dos Estados Unidos), que cobria a Amazônia a cada 45 dias, “descobriram assustados um grande incêndio no Sul do Pará e enviaram a imagem obtida para o Brasil, em maio de 1975” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1976, p. 15, Acervo Digital). Acreditava-se que, para ser detectada pelo Skylab, a queimada deveria estar ocorrendo numa área de pelo menos 25 mil hectares. Indignado, o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Warwick Kerr, repreendeu a Volkswagen por haver queimado “1 milhão de hectares”, em um encontro realizado em Belém, em 1976 (ACKER, 2014, p. 23). Mas a maior repercussão ocorreu quando o arquiteto e paisagista Roberto Burle Marx, figura de projeção internacional, disse em depoimento ao Senado Federal em junho de 1976 que “a Volkswagen produziu na Amazônia o maior incêndio de toda a história do planeta, detectado até

“Uma grande empresa alemã na mais primitiva exploração da Amazônia”...

por satélites artificiais” (VEJA, 1976, p. 80, APJL). Na ocasião, a empresa se defendeu afirmando que o convênio com a SUDAM permitia a derrubada de 50% da cobertura vegetal de sua fazenda e que, por isso, julgou não haver necessidade de solicitar autorização ao IBDF para realizar a queimada.

Diante das notícias do incêndio ocorrido na fazenda Rio Cristalino, os ambientalistas gaúchos entraram em ação, pressionado a Volkswagen por meio de correspondência a seu diretor no Brasil e enviando dossiês sobre o caso a autoridades influentes. O grupo, liderado por Magda Renner e José Lutzenberger, queria causar constrangimento à empresa, prejudicando sua imagem no país de origem, a Alemanha.

Em carta da ADFG à direção da Volkswagen no Brasil (RENNER, 1976, APJL), Magda Renner afirmava que custava a “crer que uma empresa desta categoria adote para suas atividades no estrangeiro diretrizes tão diversas daquelas vigentes em seu próprio país”. E questionava: “Não emprega a Volkswagen na Alemanha recursos financeiros significativos para a proteção ambiental? Como podem V. S. lançar mão, aqui no Brasil, da técnica mais primitiva e destruidora para liquidar uma floresta?”. Na carta, Renner aludia ao fato da Alemanha ser um país “desenvolvido” e, por isso, nele a empresa não poderia ultrapassar certos limites, e questionou o próprio conceito de desenvolvimento que estaria embasando as atitudes da Volks: “significaria a justificativa de um poderio econômico maior para desprezar os valores de outros que não alcançaram ainda o mesmo estágio desse processo evolutivo?”. E esclarecia que, para ela e o grupo da ADFG, desenvolvimento “é um vasto processo de humanização da vida e dos trabalhos humanos, com uma profunda ampliação dos horizontes culturais. E a cultura transcende a civilização porque envolve todo um conjunto de valores que constituem o patrimônio filosófico-ético de um povo” (RENNER, 1976, APJL). A ambientalista informou que estava enviando cópias da carta para autoridades brasileiras e veículos da imprensa alemã, bem como uma tradução da mesma à matriz da Volkswagen na Alemanha.

Em 18/08/1976, o Diretor-Presidente da Volkswagen no Brasil, Wolfgang Sauer, respondeu à ADFG, numa carta com três páginas:

A versão de que a Volkswagen produziu na Amazônia o maior incêndio em toda a história do planeta ganhou ímpetus nos meados do ano passado. Creio que apareceu pela primeira vez na imprensa norte-americana e daí em diante foi dando voltas pelo mundo. E o que é mais curioso – e, para nós, altamente frustrante – é que aparentemente ninguém procurou verificar seriamente a veracidade dessa informação (SAUER, 1976, p. 1, APJL).

Segundo Sauer, até aquele momento a empresa havia desmatado 9.180 hectares, para os quais possuía autorização, de acordo com imposição legal, de desmatar 70.000 hectares no total, ou seja, 50% da área da fazenda. A extensão cortada, nos planos da Volks, abrigaria 110 mil cabeças de gado. Informava também que eram “queimados exclusivamente arbustos, ervas daninhas e outros tipos de mato, jamais árvores” (SAUER, 1976, p. 2, APJL). Na continuidade, a carta relata os planos de exploração econômica nas grandes fazendas amazônicas: a SUDAM havia aprovado 335 projetos agropecuários na região, “que sustentarão um rebanho de 5 milhões de cabeças, instaladas em aproximadamente 4 milhões de hectares e gerando 17 mil empregos diretos”. A fazenda Rio Cristalino era “apenas um deles, utilizando exatamente dos mesmos métodos de desbravamento: derrubada da metade da floresta e queimada da relva”. Sauer esclarecia ainda que, além da criação de gado, instalação de um frigorífico e exploração da madeira, a Volks faria “benfeitorias sociais, como escolas, hospital e estação experimental agrícola. Assim sendo, os brasileiros daquela região passarão a participar do progresso e desenvolvimento do país”. Segundo ele, as senhoras da ADFG não haviam procurado informar-se sobre o projeto junto ao Ministério do Interior ou à SUDAM, e teriam, como fez Burle Marx, partido para “a difamação gratuita, fazendo coro com a imprensa sensacionalista e engrossando o rol daqueles que, de algum tempo para cá, procuram sistematicamente denegrir o nome da maior empresa industrial privada do país”. Sauer informou que enviara carta a Burle Marx, em 08/08/1976, esclarecendo “o que realmente sucedeu na gleba da Cia. Vale do Rio Cristalino”, mas mesmo assim, o paisagista não teria desmentido o fato. Disse ainda não saber se Renner e as demais integrantes da

ADFG “agiram de má-fé ou simplesmente assumiram o papel de ‘inocentes úteis’ aos que, por todos os meios, procuram entravar o desenvolvimento da iniciativa privada no Brasil”. A carta termina com uma ameaça: “o fato, porém de V. Sas. terem espalhado, aos quatro ventos, acusações insubstanciadas contra a Volkswagen do Brasil, é de extrema gravidade e – lamento profundamente dizê-lo – poderá gerar consequências extremamente desagradáveis” (SAUER, 1976, p. 3, APJL).

Em nome da ADFG, Magda Renner respondeu a Sauer, em 07/09/1976. Na carta, a ambientalista dizia não aceitar “a incongruência de sermos consideradas difamadoras gratuitas, espalhando aos quatro ventos notícia que – conforme suas próprias palavras – dá volta ao mundo desde o ano passado [...] a explicação de V. Sa. não nos satisfaz”. Renner afirmava que a ADFG não contestava o empreendimento da Volkswagen na Amazônia “do ponto de vista técnico ou financeiro”, no entanto considerava um “absurdo ecológico a substituição da complexa e magnificamente equilibrada Hiléia por pastos em monocultura”. Segundo Renner, as militantes da ADFG não agiam “de má fé” e não eram “inocentes úteis”, mas lutavam “por uma causa justa, numa batalha que não mais pode ser adiada” (RENNER, 1976, APJL).

A missiva de Sauer à ADFG também foi respondida pelo presidente da AGAPAN, José Lutzenberger, em 13/09/1976. Para ele, a tentativa de atenuar a “orgia de destruição” empreendida pela Volkswagen no Brasil, dizendo que isso é “perfeitamente legal”, aprovado e apoiado pela SUDAM e “severamente fiscalizado pelo IBDF”, em nada alterava o fato, pois “os enfoques desses órgãos há anos vêm sendo combatidos por todos os ecólogos”. De acordo com Lutzenberger, “em vez de trazer ao Brasil progresso genuíno”, a empresa servia-se “aqui de métodos de rapina por todos condenados, infelizmente ainda comuns entre nós”. As definições de progresso das multinacionais eram conhecidas, no entanto “choca profundamente quando verificamos o envolvimento de uma grande empresa alemã na mais primitiva exploração exaustiva, com grandes subvenções do Estado brasileiro [...]. A opinião pública alemã não pode aceitar pacificamente este fato”. Por fim, Lutzenberger se colocava ao lado da ADFG nas possíveis implicações da campanha contra a empresa:

“uma vez que sua carta às senhoras da ADFG as ameaça de ‘consequências extremamente desagradáveis’, nós da AGAPAN queremos participar dessas consequências” (LUTZENBERGER, 1976, APJL). A carta de Lutzenberger também foi traduzida e enviada à direção geral da empresa, em Wolfsburg-Alemanha.

É interessante observar aqui o “ardor” com que Renner e Lutzenberger criticaram a atuação da Volkswagen na Amazônia brasileira. As entidades lideradas por ambos costumavam atuar em parceria em diferentes lutas, nos anos 1970, entretanto, além da defesa ambientalista da floresta em si, podemos encontrar nessa campanha a presença de um forte componente étnico. Ambos eram descendentes de imigrantes alemães e com forte ligação cultural com o país. No caso de Lutzenberger, a ligação com a Alemanha era profunda. Alfabetizado em alemão e influenciado pela cultura transmitida pelo pai, alemão de nascimento, também morou anos no país como funcionário de uma grande empresa alemã, a BASF. Renner possuía mestrado em línguas germânica. A atuação predatória da Volks era inadmissível para eles, pois era como uma mancha que atingia o país que tanto admiravam.

Lutzenberger montou um dossiê com a correspondência trocada entre Renner, ele e Sauer e enviou para ambientalistas de outros estados e para a imprensa brasileira e alemã. O paisagista Burle Marx e o botânico Luiz Emygdio de Mello Filho, na época presidente da entidade conservacionista Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), sediada no Rio de Janeiro, receberam o dossiê e resolveram também escrever à Volkswagen.

Marx afirmou que jamais desmentiria suas afirmações no Senado, até porque o próprio dirigente da empresa admitiu ter queimado quase 10.000 hectares da propriedade. Justificou que não respondera sua carta anterior, pois preferia ocupar seu tempo “tentando convencer, conscientizar ou alertar as autoridades, pois só elas são capazes de mudar leis monstruosas como essa, que permitem a grupos realizar, em nome de suas ideias sobre progresso, genocídios que em outros países seriam punidos com a cadeia” (MARX, 1976, APJL).

Um ponto da carta de Sauer à ADFG abordado por Marx foi a queima de “*exclusivamente* arbustos, ervas *daninhas* e outros tipos

de mato, *jamais* árvores (grifo do autor)”. O paisagista afirmou não acreditar “em fogo amestrado” e colocou em xeque a visão negativa de Sauer sobre os elementos naturais, por meio da ironia: “além de ‘ervas daninhas’, devem ter sido queimadas também araras ‘baru-lhentas’, tatus ‘imundos’, onças ‘ferozes’, cobras ‘peçonhentas’, sem dúvida, árvores de grande porte e talvez até mesmo algum índio ‘traíçoeiro’”. Como Renner e Lutzenberger, Marx utilizou argumentos de cunho étnico contra a atitude da Volkswagen. Segundo ele, os “arbustos e outros tipos de mato” mencionados por Sauer haviam sido objeto de observação e admiração por “alemães ilustres, Martius e Humboldt, que estiveram na Amazônia no século XIX e que já em 1810 Martius, revoltado, denunciou o massacre de tão preciosa flora”. Afirmou discordar “de um Código Florestal que permite a derrubada de 50% de uma gleba independentemente do tamanho, da flora, da fauna e tudo mais. Sou contra essa lei que V. S. usa como escudo”. Para Marx, “o importante é que o sacrifício da natureza é irreversível”. Por isso, esperava que a empresa fosse impedida de continuar seus “planos de queimadas indiscriminadas, o que, acredito, será melhor para todos” (MARX, 1976, APJL).

Mello Filho, em nome da FBCN, considerava a tese defendida por Sauer “decepcionante. Jamais alguém no nível social e cultural de V. S., na culta Alemanha, ousaria sequer pretender empregar processo tão primário e prejudicial à biosfera [...], a coivara”. Para ele, o desmatamento realizado pela Volkswagen era “um crime. [...] Os animais foram exterminados com emprego de recurso cruel e sem chance de escapar – o fogo”. Como Marx, Mello Filho também aludiu às concepções estereotipadas de Sauer sobre os elementos naturais. Utilizando uma concepção cara à agricultura ecológica, defendida também por Lutzenberger, para Mello Filho, a resposta de Sauer à ADFG beirava as “raias do ridículo quando diz ‘foram queimados exclusivamente arbustos, *ervas daninhas* e outros tipos de vegetação’. Permita-me lembrar a V. S. que *ervas daninhas* não existem em mata virgem e são encontradas em terras de cultivo e em áreas sujeitas à influência humana” (grifo do autor). Além disso, “a pretensa permanência de árvores nobres após queimada é uma falácia ecológica que a ninguém convence”. No entanto, mais do que criticar a multinacional, Mello Filho queria “colaborar na

prevenção de erros trágicos já em escala planetária”. Aconselhava que o melhor para a empresa, uma das maiores do hemisfério, seria “aplicar parcela de seus avultados lucros e capitais sobranes em investimentos conservacionistas”, como adquirir áreas florestais não para explorar, mas sim para implantação de reservas. Finalizando a carta, o presidente da FBCN apelava para a “formação moral baseada nos sadios princípios da filosofia cristã” que um homem civilizado e culto como Sauer deveria ter: “medite, reconsidere, faça um exame de consciência e dê nova direção a seu empreendimento” (MELLO FILHO, 1976, APJL).

Podemos perceber que, além de argumentos de cunho ecológico e conservacionista, tanto Burle Marx quanto Mello Filho também apelaram ao caráter étnico das ações da Volkswagen. O primeiro lembrou dois eminentes pesquisadores alemães que, além de observar a floresta, defenderam sua preservação; nessa perspectiva, a empresa estaria agindo contra uma espécie de “tradição” preservacionista alemã. O segundo falou da “cultura Alemã”, da qual Sauer era um representante. As referências às qualidades positivas do país visavam mostrar o quanto as ações da Volks na Amazônia iam contra essa “boa índole” de seu país de origem. Isso fica claro em carta enviada por Lutzenberger ao Almirante José Belart (membro da FBCN), acompanhando o dossiê sobre o caso: “o senhor Sauer precisa compreender que, além do absurdo crime na Amazônia, ele está denegrindo a imagem da Alemanha e de sua firma no Brasil e no mundo”. O ambientalista esperava que Sauer cumprisse a ameaça do processo; assim, teria “o máximo de publicidade adversa e no processo se poderá levantar outros aspectos do grande escândalo na Amazônia” (LUTZENBERGER, 1976, APJL).

O caso não passou despercebido na Alemanha. O próprio Lutzenberger colaborou para sua divulgação, enviando material ao jornal alemão *Stuttgarter Zeitung*, como consta na correspondência trocada entre ele e o redator do periódico, Georg Kleemann (LUTZENBERGER, 1977, APJL). Além disso, alguns anos após o incêndio, a Volkswagen foi acusada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) de utilizar mão de obra forçada nas operações de desmatamento na Amazônia (ACKER, 2013, p. 59). Segundo matéria da *Folha de São Paulo* (1989, APJL), o projeto da Volks na fazenda Rio Cristalino

“Uma grande empresa alemã na mais primitiva exploração da Amazônia”...

“nunca saiu do vermelho”; vigorou até 1986, quando vendeu a área, em decorrência “também dos prejuízos que a empresa sofreu em termos de imagem na Alemanha por se ligar à devastação da mata amazônica”. Em parte, os ambientalistas conseguiram o que queriam: constranger a empresa ao ponto de desistir da atividade, no entanto, dez anos após a campanha, em 1986, ela já havia derrubado 44 mil hectares de floresta, convertida em pasto, o que representava cerca de 31% da fazenda. Embora a Volks tenha desmatado menos do que o Código Florestal permitia, foi muito acima do que os ambientalistas desejavam.

Considerações finais

O caso da campanha contra a Volkswagen é representativo de uma das estratégias adotadas pelos ambientalistas brasileiros, durante os anos 1970, no período de ditadura militar. Por meio da troca de cartas, eles visavam pressionar os responsáveis pela devastação ambiental a modificar suas ações. Em geral, essas cartas eram incluídas em dossiês e enviadas também para terceiros, representantes de governos e de órgãos públicos, jornalistas e aliados que pudessem divulgar a problemática envolvida.

Iniciada por Magda Renner, em nome da ADFG, a correspondência aqui apresentada mostra que a preocupação dos ambientalistas ultrapassava o dano ambiental e social da queimada produzida pela Volks na fazenda Rio Cristalino. Era inadmissível para eles que uma grande empresa europeia viesse praticar no Brasil o que não era permitido no país de origem. Tratando-se de uma multinacional alemã, a indignação dos ambientalistas cujas famílias emigraram do país, Lutzenberger e Renner, era ainda maior. As cartas revelam que eles utilizaram argumentos afins com uma visão idealizada, muito positiva da Alemanha, de que o país seria um exemplo de proteção ambiental, como estratégia para constranger a Volkswagen tanto em seu país quanto no plano internacional como um todo.

Vitrine dos planos de colonização da Amazônia na ditadura militar, a Volkswagen já havia atraído a atenção internacional para

sua fazenda Rio Cristalino, como modelo de investimento. Com as notícias do incêndio e a atuação dos ambientalistas brasileiros, a visibilidade foi ainda maior, porém, ressaltando os aspectos negativos do projeto. Mesmo que o incêndio provocado pela Volks não tenha sido o maior do planeta, sua presença no local causou considerável devastação, até 1986, quando vendeu a fazenda.

A atuação dos ambientalistas brasileiros, de certa forma, contribuiu para o constrangimento da empresa em âmbito global. Antecedendo os clamores mundiais, que tornariam a Amazônia o centro das reivindicações preservacionistas, nos anos 1980, os ambientalistas brasileiros já trabalhavam para que a grande floresta se tornasse temática de interesse além das fronteiras do país. Utilizando argumentos embasados numa visão positiva e idealizada da Alemanha, disseminada no Sul do Brasil, a correspondência enfocada aqui pode ser pensada como uma estratégia de luta, que acabou ajudando na repercussão internacional para o território da Amazônia.

“A MAJOR GERMAN COMPANY IN THE MOST PRIMITIVE EXPLOITATION OF THE AMAZON RAINFOREST”: THE ENVIRONMENTALIST CAMPAIGN AGAINST VOLKSWAGEN (1970’S)

Abstract: In the 1970’s, amidst a series of occupation programs for the development of the Brazilian Amazon Rainforest coordinated by the military government, the German company Volkswagen implemented a project to raise 150 thousand head of cattle in the region. This paper approaches the criticism expressed by Brazilian environmentalists – particularly José Lutzenberger and Magda Renner – to the fire started by Volkswagen in their Companhia Vale do Rio Cristalino (CVRC) farm in the rainforest by means analyzing correspondence between the company and Wolfgang Sauer, their CEO in Brazil. Their correspondence as well as the documents upon which this paper is based are part of José Lutzenberger’s private archive (APJL) and Rio Grande do Sul’s Historical Archive (AHRs). Appealing to a view that idealized the relationship between Germany and nature, the environmentalists helped uncovering to the international public the devastation caused by the company in the Amazon rainforest with the military dictatorship’s endorsement.

Keywords: Amazon rainforest. Brazilian environmentalism. Environment and military dictatorship. Environmental history.

Notas

¹ Os projetos para o desenvolvimento da Amazônia têm sido abordados por diferentes autores. Entre eles, podemos destacar nomes que se dedicaram a estudar profundamente a região. Um deles foi Djalma Batista, que em seu livro *O complexo da Amazônia: análise do processo de Desenvolvimento*, estuda o tema a partir de um enfoque interdisciplinar (BATISTA, 2007). Também a geógrafa Bertha Becker construiu uma obra sobre a região. Em seu livro *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*, Becker faz uma revisão histórica sobre a formação da Amazônia, um processo que mostra os conflitos entre visões diferentes; por um lado, uma perspectiva desenvolvimentista, e por outro, iniciativas conservacionistas. A autora defende que não se pode mais pensar a Amazônia isoladamente, mas como uma região conectada com os processos globais (BECKER, 2009). Outro autor que dedicou uma obra à Amazônia foi Samuel Benchimol; no livro *Amazônia formação social e cultural*, desenvolve um estudo antropológico sobre a formação da sociedade amazônica (BENCHIMOL, 2009).

² Uso aqui a formulação “ditadura militar”, seguindo o historiador Carlos Fico, para quem “não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração. Nesse sentido, é correto designarmos o golpe de Estado de 1964 como civil-militar [...], mas o que veio depois foi uma ditadura indiscutivelmente militar” (FICO, 2014, p. 9-10). Também o historiador Marcos Napolitano afirma que “o golpe civil-militar rapidamente se transformaria num regime militar” (NAPOLITANO, 2014, p. 67).

³ Na redação original do Código Florestal – Lei 4.771, de 15/09/1965 –, no Art. 44 consta: “Na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste enquanto não for estabelecido o decreto de que trata o artigo 15, a exploração a corte raso só é permissível desde que permaneça com cobertura arbórea, pelo menos 50% da área de cada propriedade” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, *Web*).

⁴ O problema complexo da distribuição de terras na Amazônia têm sido alvo de estudos como os do professor e pesquisador belga Jean Hébette, dos quais podemos destacar os livros *Colonização, desenvolvimento e modelos econômicos* (1977), *O Cerco Está se Fechando: O Impacto do Capital na Amazônia* (1991) e *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia* (2004), e do livro de Peter Houtazer, *Os Últimos Cidadãos: conflito e modernização no Brasil Rural (1964-1995)* (2004).

⁵ Pádua (2010, p. 81) afirma que “a História Ambiental, como campo historiográfico consciente de si mesmo e crescentemente institucionalizado na academia de diferentes países, começou a estruturar-se no início da década de 1970. A primeira sociedade científica voltada para esse tipo de investigação, a *American Society for Environmental History*, foi criada em 1977. A publicação de análises

substancialmente histórico-ambientais, no entanto, algo bem diferente da simples proposição de influências naturais na história humana, já vinha se delineando desde a primeira metade do século XX e, em certa medida, desde o século XIX”.

⁶ Aqui o caráter étnico da posição dos ambientalistas gaúchos é entendido no sentido de que levam em conta questões de etnicidade em seus argumentos. O conceito de etnicidade é pensado não como algo dogmático, mas no sentido proposto por Frederick Barth (1976, p. 15), etnicidade não pode depender de uma única definição geral. Não se trata de decifrar um catálogo de diferenças objetivas, “mas somente aquelas que os próprios atores consideram significativas” em cada contexto específico. No estudo proposto aqui, a etnicidade alemã é usada pelos ambientalistas como “orientações de valores básicos”, ou seja, normas de moralidade e excelência pelas quais se julga a ação de outros sujeitos, no caso as ações dos representantes da Volkswagen.

⁷ Segundo Daniel Aarão Reis e Denise Rollemberg, a censura “atingiu a imprensa de maneira diferenciada, uma vez que o termo se refere a um conjunto muito amplo e variado de órgãos de informação. Assim, se a censura serviu para cercar periódicos de grande circulação como *Última Hora* e *Correio da Manhã* e os da imprensa alternativa ou nanica, como *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo*, *Pasquim*, igualmente foi útil a muitos outros para calar aqueles que veiculavam posições contrárias ao regime e/ou à ordem capitalista. A censura, assim, desempenhou papel fundamental na implantação e na consolidação da ditadura, silenciando uns e servindo a outros. Houve abençoados pela censura que construíram impérios de comunicações” (REIS, ROLLEMBERG, *Web*).

⁸ Informações biográficas sobre Magda Renner fornecidas por sua irmã, Verena Nygaard, via *E-mail*, em 01/08/2015.

⁹ Sobre a amizade entre Lutzenberger e Belart, por meio da análise de sua correspondência, ver Pereira (2015).

¹⁰ Essa abordagem foi aprofundada em Pereira (2012).

¹¹ Com a publicação do Ato Institucional N° 2, em 27 de outubro de 1965, os partidos políticos foram dissolvidos e foi instalado um bipartidarismo entre o partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a oposição consentida, moderada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Referências

ACKER, Antoine. Trabalho forçado na fazenda da Volks: Crônica de um escândalo amazônico na Alemanha. *HENDU – Revista Latino americana de Derechos Humanos*, São Leopoldo, v. 4, n. 1, p. 57-69, 2013.

_____. O maior incêndio do planeta: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 13-33, 2014.

BARTH, Frederick. Introducción. In: BARTH, F. (Org.). *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical: uma história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em História)– Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. *Código Florestal*, Brasília, DF, 15 set. 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

CORREIO DO POVO. Mais que uma injustiça, é um escândalo o que está acontecendo na Amazônia. Porto Alegre: jul. 1976 (APJL).

CRONON, William. Ecological Prophecies. In: MERCHANT, Carolyn. *Major problems in American Environmental history: history documents and essays*. New York: Health, 1993. p. 55-67.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Os principais projetos econômicos da região neste século*. Especial Amazônia. São Paulo: 23 mar. 1989, p. 7 (APJL).

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1995.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (Org.). *Prezada senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

JORNAL DO COMÉRCIO. *IBDF investigará possíveis irregularidades da Volkswagen*. Porto Alegre: 5 jul. 1976, p. 4 (APJL).

LE TORNEAU, François Michel; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos rurais na Amazônia: Contradições entre a política agrária e a política ambiental. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. XIII, n. 1, p. 111-130, jan./jun. 2010.

LUTZENBERGER, José. *Carta a Wolfgang Sauer*. Porto Alegre, 13 set. 1976 (APJL).

_____. *Carta a José Belart*. Porto Alegre, 16 set. 1976 (APJL).

_____. *Carta a Georg Kleemann*. Porto Alegre, 4 ago. 1977 (APJL).

_____. *O pesadelo atômico*. São Paulo: Ched Editorial, 1980.

MARX, Burle. *Carta a Wolfgang Sauer*. Rio de Janeiro, 4 nov. 1976 (APJL).

MELLO FILHO, Luiz Emygdio de. *Carta a Wolfgang Sauer*. Rio de Janeiro, 7 dez. 1976 (APJL).

MOLINA, Manuel González. La crisis de la modernidad historiográfica y el surgimiento de la historia ecológica. Culturas y civilizaciones. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN DE HISTORIA CONTEMPORÁNEA, 3., 1998, Valladolid. *Anais...* Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico, Universidad de Valladolid, 1998.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. No Pará, desmatamento pode custar 120 milhões. São Paulo: 26 jun. 1976, p. 15 (Acervo Digital).

O GLOBO. Fazenda da Volks no Pará terá 150 mil bois em 1980. Rio de Janeiro: 09 dez. 1973 (APJL).

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. *Paixão pela natureza: atuação profissional e participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000*. Tese (Doutorado em Antropologia Social)—Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

PÁDUA, José Augusto. Herança romântica e ecologismo contemporâneo. Existe um vínculo histórico? *Varia História*, Belo Horizonte, n. 33, jan. 2005.

_____. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

PEREIRA, Elenita Malta. Sacralização da natureza: Roessler e as ideias protecionistas no Brasil (1930-60). *Cadernos IHU (UNISINOS)*, São Leopoldo, v. 38, p. 1-48, 2012.

“Uma grande empresa alemã na mais primitiva exploração da Amazônia”...

_____. Cartas pela natureza: a correspondência entre José Lutzenberger e o almirante José Luiz Belart (1973-1979). *HALAC*, Guarapuava, v. IV, n. 2, p. 288-310, mar./ago. 2015.

RAMBO, Arthur Blasio. Imigração alemã e ecologia. *Estudos leopoldenses*, São Leopoldo, v. 30, n. 136, p. 71-90, mar./abr. 1994.

_____. Na sombra do carvalho. In: SIDEKUM, Antônio. *Às sombras do carvalho*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

REIS, Daniel Aarão; ROLLEMBERG, Denise. *Censura nos meios de comunicação*. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/campanha/censura-nos-meios-de-comunicacao/>>. Acesso em: 5 março 2016.

RENNER, Magda. *Carta da ADFG à direção da Volkswagen no Brasil*. Porto Alegre, 06 ago. 1976 (APJL).

RENNER, Magda. *Carta da ADFG à Wolfgang Sauer*. Porto Alegre, 07 set. 1976 (APJL).

ROCHA, João Cezar de Castro. Resenha de Prezado senhor, prezada senhora: Estudos sobre cartas. *Teresa*, Revista de Literatura Brasileira, v. 8-9, São Paulo, p. 395-428, 2008.

ROESSLER, Henrique. Bicho estúpido e feroz. *Correio do Povo Rural*. Porto Alegre, 13 out. 1961 (AHRs).

_____. *O Rio Grande do Sul e a ecologia*: Crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Semar; Fepam, 2005.

SAUER, Wolfgang. *Carta à ADFG*. São Paulo, 18 ago. 1976 (APJL).

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

URBAN, Teresa. *Missão (quase) impossível*: Aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Editora Peirópolis, 2001.

VEJA. *A Amazônia devastada*. São Paulo: 07 jul. 1976, p. 80 (APJL).

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

Recebido em: 22/06/2016

Aprovado em: 01/11/2016

Cabra marcado para morrer: um filme entre história e memória

Roberto Abdala Junior*

Resumo: O texto é resultado de uma pesquisa sobre o filme *Cabra marcado para morrer*, do cineasta brasileiro Eduardo Coutinho (1984). O trabalho explora algumas possibilidades de apreender o impacto da obra na época em que ela vem a público. Trata-se de uma pesquisa de caráter historiográfico, tomando a *Didática da História* (RÜSEN) como paradigma teórico, recorrendo às teses de Vygotsky, Bakhtin e Williams de forma articulada para demonstrar como muitos dos procedimentos empregados pelo cineasta são análogos aos empregados por historiadores. Assim, investigamos as possibilidades de apreendermos as relações que o filme estabeleceu com a cultura história dos anos 1980 e como a narrativa pode ser considerada uma obra “entre memória e História”, aproximando-se de uma escrita audiovisual da história.

Palavras chaves: Didática da História. História e narrativas audiovisuais. Ditadura.

*Penso que a escrita do historiador está mais próxima da montagem
de um filme do que, por exemplo,
da narrativa de um romancista.*

Jacques Le Goff¹

* Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor da Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: abdalajr@gmail.com

Introdução

As relações entre história e cinema sempre encantaram e desafiaram historiadores e cineastas. O texto a seguir aborda o tema de forma ampliada e atualizada, como história/História e narrativas audiovisuais. Não há pretensão de realizar um estudo sobre esse universo temático, mas sim de explorar um recorte teórico-metodológico que apresenta questões sobre essas intrincadas relações para as quais as respostas não são, unicamente, teóricas.

O objeto de estudo que vamos explorar, com o fito de demonstrar algumas possibilidades de responder às questões sobre o tema, é o documentário *Cabra marcado para morrer* (COUTINHO, 1984). A narrativa audiovisual que é objeto da análise visa a responder as seguintes questões: é possível a representação audiovisual do passado²? Como a linguagem audiovisual emprega elementos da realidade ao representá-la?

Decorre das questões anteriores a interrogação primeira deste estudo: como uma narrativa audiovisual sobre experiências do passado de uma sociedade aproxima-se da narrativa historiográfica? Apesar de contrariar as convenções historiográficas mais recentes, o estudo será precedido de uma argumentação teórica sumária. O procedimento é necessário devido à complexidade do problema. A intenção final é apresentar, explorar, demonstrar analogias entre as duas categorias de narrativas e colocar em debate um quadro conceitual que nos parece muito pertinente a esse tipo de investigação.

Considerações teóricas preliminares

Proposições teóricas em diálogo

Os autores que servem como referência ao “diálogo”³ teórico que orienta nossa análise são amplamente conhecidos: L. S. Vygotsky, M. M. Bakhtin e R. Williams. Os *objetos* aos quais dedicaram suas pesquisas e reflexões são muito distintos – a mente humana, a linguagem e as manifestações culturais, incluindo as *mediáticas*,

respectivamente e em sentido *lato*. Seus argumentos oferecem uma possibilidade rara de articulação entre esses campos de conhecimento, como o próprio Williams defendeu em 1971.⁴

A articulação entre áreas de conhecimento distintas pode ser defendida, nesse caso, porque, embora cada autor tenha se dedicado a um campo específico de pesquisa – Vygotsky, à psicologia sociocultural; Bakhtin, à filosofia da linguagem e Williams, à sociologia da cultura – todos foram obrigados a considerar o papel da linguagem para que seus estudos avançassem. Noutros termos, o que permitiu a convergência de muitos dos argumentos, o deslocamento para um viés comum de abordagem e perspectivas epistemológicas, além da aproximação de algumas noções para objetos e campos distintos foi a resposta ao problema da linguagem que cada área apresentava.

Algumas das reflexões e argumentos disciplinares são considerados complementares. Vamos explorar aqueles que podem ser tomados em comum, mas tendo em vista que foram aprofundados mais por um dos autores e menos pelos demais. A intenção é aplicar as proposições de cada autor para esclarecer os processos que envolvem a linguagem nos diversos campos, apontando como ajudam a investigar as complexas relações entre história/História e narrativas audiovisuais.

Em resumo e em sentido amplo, podemos afirmar que os autores concordam que as obras de *linguagem* são estruturantes da mente humana. Tais obras são operadas em processos de interações sociais necessários para que os seres humanos sejam capazes de lidar com o meio, material e/ou simbólico no qual estão imersos, com o fito de sobreviverem.⁵ Visto dessa maneira, a *comunicação* converte-se em elemento fundamental desses processos que são, em essência, antropológicos.⁶

As obras humanas e seus significados são considerados, analiticamente, como respostas às situações reais da vida prática. Decorre dessa premissa que os problemas que as experiências do cotidiano apresentam são enfrentados por uma criatividade humana intrínseca e operatória, segundo a qual se forjam novas “ferramentas” – materiais e simbólicas – em situações histórica e culturalmente dadas, quando há “carências de interpretação” – considerando aspectos históricos (RÜSEN, 2001) – e/ou *empobrecimento* da “descrição”, no sentido de

ela deixar de responder às demandas socioculturais – pensando nas artes (WILLIAMS, 2003).⁷

O caráter histórico de todas as experiências e manifestações humanas é outro aspecto seminal nas respectivas reflexões dos autores. São, portanto, as características “empiricistas” das reflexões e pesquisas dos autores, a distinção objetiva de seus respectivos *objetos* e campos de pesquisas, bem como o problema da linguagem nos processos de interação social que configuraram um ambiente favorável para pensar a possibilidade de interdisciplinaridade. A História, especialmente a *Didática da História*, é um campo a acolher algumas das proposições dos autores, pois a forma de partilhar o conhecimento da história exige o emprego da linguagem, aliás, pensando mais contemporaneamente, das linguagens. (RÜSEN, 2010).

Cultura histórica e memórias

O termo *Cultura Histórica* foi proposto por Rüsen (2001, 2010) para se referir a toda produção de uma dada cultura que realiza alguma interpretação das experiências coletivas no tempo. Nesse sentido, as memórias sociais, os discursos históricos oferecidos pela escola, por outros agentes sociais, pela historiografia, mas também pelas artes, pelo cinema, pelo teatro, pelas festas, rituais, etc. entram na composição dessa “cultura histórica”. A noção se refere, portanto, ao conjunto de “discursos” que circulam na cultura sobre o passado. A noção de “cultura histórica” é análoga ao “repertório cultural” bakhtiniano (BAKHTIN, 1997), considerando os discursos sobre um aspecto e/ou fenômeno do passado que é partilhado por parte da sociedade em questão e numa determinada época.

O enunciado como problema: pensando historicamente

Bakhtin, partindo da premissa partilhada com Vygotsky de que a principal e antropológica função da linguagem é a comunicação, argumenta que mais importante para apreender os significados, não são os discursos considerados isoladamente, mas o papel que desempenham para os envolvidos nas interações sociais. Decorre

dessas considerações que as pesquisas sobre a linguagem devem ter por foco o “enunciado” dos discursos. (BAKHTIN, 1997)

Bakhtin propõe o necessário deslocamento da análise dos significados dos discursos para o contexto sociocultural e histórico no qual ocorre a enunciação, insistindo que somente assim é possível apreendê-los (BAKHTIN, 1992; 1997). Sob esse viés analítico, os significados se enraízam nas práticas sociais nas quais nasceram os discursos e ganham autonomia, no momento do uso contextualizado que os indivíduos (e/ou agentes sociais) fazem do repertório cultural disponível.

Linguagem: fundamentos teóricos e metodológicos

Segundo Bakhtin, os discursos apresentam um princípio que é intrínseco à linguagem e que rege seu emprego na vida comum: o “dialogismo”. Os significados dos discursos são, portanto, engendrados em processos interacionais “dialógicos” que ocorrem em diversas dimensões: entre indivíduos e/ou os agentes sociais, mas também entre eles e as obras/discursos, e/ou com o “repertório cultural”, bem como com o contexto não verbal da enunciação. Importa observar que não há hierarquização ou exclusão entre os elementos em “diálogo”. (BAKHTIN, 1997).

O *dialogismo* bakhtiniano é, pois, o elemento metodológico chave para a análise dos discursos e seus significados. Ele permite, de um lado, apreender aspectos dos processos comunicativos que forjam a mente humana (VYGOTSKY, 1994; WERTSCH, 1993) – incluindo seus aspectos ligados às representações do passado (WERTSCH, 1993, 2002). O dialogismo torna possível identificar os significados dos repertórios aos quais é necessário recorrer nas práticas cotidianas. Os discursos que constroem cognitivamente a realidade são mantidos como foco analítico, mas também o são as práticas empíricas, socioculturais e historicamente situadas, no interior das quais eles foram empregados. (VIGOTSKI, 2010, p. 395-486; BAKHTIN, 1992, p. 261-335).

Há a outra dimensão dos diálogos: o impacto da enunciação sobre o(s) interlocutor(es) – o público. As teses bakhtinianas nos

oferecem, novamente, uma possibilidade de apreender algumas dessas dimensões dialógicas, ao explorarem outra característica precípua dos discursos: a “reação responsiva”. O argumento é que, assim como a réplica do diálogo, uma obra/discurso visa à resposta do outro (dos outros), uma compreensão responsiva ativa. Nesse sentido, as teses de Bakhtin propõem que, para alcançar essa “compreensão responsiva” do público ao qual se destina, a obra adota todas as espécies de formas: “busca exercer uma influência didática sobre o leitor, convencê-lo, suscitar sua apreciação crítica, influir sobre êmulos e continuadores” etc. (BAKHTIN, 1992, p. 197).

A narrativa histórica

Um elemento figura como central e estratégico para a análise, no quadro conceitual com o qual trabalhamos: o papel da narrativa nesses processos, que é concebido em conformidade com as teses de Rüsen. A premissa de que a narrativa consiste de uma realização antropológica que funda uma temporalidade humana compartilhada, entre as duas outras dimensões – cósmica e subjetiva – propostas por Ricoeur é preservada e ampliada em Rüsen. As experiências humanas no tempo ganham articulação em discursos de tipo narrativo, propícios ao compartilhamento de histórias nas interações sociais. Noutros termos, os seres humanos fazem uso dos repertórios culturais com a finalidade de articularem discursos-narrativas que têm por objetivo apreenderem e partilharem a experiência do tempo.

As reflexões desses autores nos permitem considerar também que as obras cinematográficas guardam, pelo menos, dois elementos essenciais das narrativas históricas: primeiro, estão enraizadas na cultura na qual encontram um repertório que atribui significados ao mundo da experiência. Narrativas carregam simbolismo e historicidade, ao recorrerem às convenções e outros elementos dos repertórios culturais nos quais nasceram. Muitas das narrativas cinematográficas também estão empenhadas em superarem as carências de interpretação sobre as experiências do passado apresentadas no presente.⁸

O foco de nossas análises recairá, portanto, nos processos *dialógicos* de interação da obra com o repertório cultural de época,⁹

ou – como preferimos, seguindo Rösen – com a “cultura histórica” brasileira da época, tomando como referência o filme *Cabra marcado para morrer* (COUTINHO, 1984). O filme é uma fonte histórica privilegiada, pois os processos de interação que entram na construção da obra são reconhecidos e empregados coletivamente pelos realizadores. A obra está, então, em diálogos permanentes com uma diversidade de outros discursos que circulavam na cultura brasileira (sobretudo a cultura política) sobre o passado – em cada época – no caso, no início da década de 1960 e em meados dos anos 1980.

Um aspecto de época é importante ser observado: no final da ditadura, como a polarização política havia se aprofundado, também os discursos se tornaram mais facilmente identificáveis com as posturas ideológicas dos agentes sociais, nas disputas que visavam a legitimar sua versão do passado.¹⁰ O filme emerge como elemento “indiciário” que configura o campo no qual essas lutas se travavam, embora elas não se restringissem aos elementos aqui analisados.

O contexto histórico de produção

A década de 1980 na América Latina e no Brasil caracterizou-se pela emergência dos movimentos sociais. No caso brasileiro, desde os anos finais da década de 1970, ainda durante a ditadura militar, irromperam os movimentos sociais com uma pujança desconhecida na história nacional. O mais expressivo entre eles foi, sem dúvida, a emergência do “novo sindicalismo”. A política passava também pela Igreja Católica, nas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, muito inspiradas pela Teologia da Libertação, além da emergência das lutas pelos direitos das “minorias”, como o movimento das mulheres, dos negros, dos homossexuais etc.

O regime ditatorial fazia água por todos os lados, desde meados dos anos 1970: no campo econômico, os empréstimos internacionais que haviam assegurado o apoio de segmentos da classe média escassearam após a crise do petróleo de 1973, acompanhada pelo avanço inflacionário. No campo social, a classe média começa a se ressentir do apoio dispensado à ditadura, sobretudo por causa do avanço da censura a partir de 1968 (com a decretação do AI-5),

a suspensão dos direitos individuais e a escalada da violência. Os “presos políticos” que abarrotavam as masmorras dos órgãos de repressão e tortura compunham-se, especialmente, de filhos da classe média (RIDENTI, 2000). No âmbito internacional, os militares perderam apoio dos EUA depois da eleição de Carter (1977/81) (SKIDIMORE, 1988).¹¹

Na caserna, os órgãos de repressão e tortura começavam a ameaçar, além das instituições, também as corporações oficiais, garantindo, inclusive, promoções e cargos públicos aos seus membros. Seus poderes faziam frente às próprias hierarquias militares, muitas vezes se sobrepondo a elas, como ficou evidente no “Atentado do Riocentro” (SKIDIMORE, 1988).

Mais tarde, um dos mais importantes movimentos sociais brasileiros da segunda metade do século XX – *Diretas Já!* – despontou nas cidades, mobilizando milhões de brasileiros ao longo do ano de 1984. Nesse ambiente complexo, configurado por uma efervescente ação política e de crise geral da ditadura civil-militar é que o filme de Eduardo Coutinho vem a público.

Argumento e enredo

A obra pode ser considerada um meta-documentário, cujo tema é a luta de trabalhadores rurais brasileiros por direitos, bem como o impacto da ditadura militar sobre essa saga (e em alguns de seus líderes de forma emblemática), tendo o período da ditadura militar como recorte temporal. Na verdade, essa seria uma “descrição” do filme nos anos 1980, quando ele foi, enfim, finalizado.

A história do filme começa em 1962, ano em que João Pedro Teixeira, um líder das *Ligas Camponesas* – entidade civil que cumpria um papel de sindicato no Brasil da época – é assassinado. Um comício que reuniu cinco mil pessoas foi organizado em protesto ao assassinato do “líder camponês” – termo empregado no filme que remete às concepções da esquerda brasileira na época. O fato ocorrido num lugarejo de nome *Sapé* levou Coutinho que trabalhava “há uns cinquenta quilômetros”, na capital da Paraíba, a ter a ideia de realizar um filme sobre a vida daquele *herói popular*.

O diretor soube do comício quando realizava filmagens como membro da UNE-Volante – uma unidade móvel da União Nacional dos Estudantes, a UNE – que percorria o Brasil para discutir propostas para a reforma universitária. Merece atenção o tipo de mobilização que a UNE realizava então, sobretudo se levarmos em conta que o país somente conquistaria uma rede de telecomunicação nacional em 1970 e sob a ditadura militar.

A cultura histórica brasileira dos anos 1960 não deixa dúvida quanto à intenção da UNE de ampliar diálogos com o “povo”, trazendo o debate político e temas de esquerda para seu cotidiano, com o fim de “conscientizá-lo”.¹² Entre as estratégias empregadas estaria o uso do cinema como “agitador das massas”, aspecto que Coutinho não explicita, mas que fica evidente no momento em que os vestígios do filme de 1964 é exibido para a comunidade do “Engenho Galícia”, nos anos 1980. Não podemos deixar de observar que a própria experiência de exibir o filme de 1964, realizada nos anos 1980 e registrada pelas câmeras, consiste de um exercício fundamentalmente *dialógico*, como aqui o concebemos.

A intenção do cineasta de fazer lembrar ao público aquele debate também pode ser depreendida pela menção que o narrador (*voz over* do poeta Ferreira Gullar) faz sobre a fundação de outros *Centros de Cultura Popular – CPC* – da UNE. Os CPC’s que a entidade estudantil pretendia criar pelo país a fora, reuniam essas duas dimensões: cultural e política. No interior dessas instituições o debate a respeito do papel do intelectual e a necessidade de se conscientizar politicamente o “povo” era acirrado.¹³

As filmagens começaram dois anos depois, nos moldes do *docudrama* – documentário que dramatiza acontecimentos reais, recorrendo a atores amadores que vivem em condições semelhantes – um traço de historicidade das convenções cinematográficas de época. Foram convidados para atuar alguns moradores da primeira *Liga* fundada em Pernambuco – no “Engenho Galiléia” – e a família do líder “camponês”. O cineasta e sua equipe foram surpreendidos com o *Golpe militar* de 31 de março de 1964 que impôs ao Brasil uma ditadura, em moldes *fascistas* – respeitando anacronias, mas destacando um aspecto sempre negado pelos militares – por vinte e um anos.

Os membros da equipe foram perseguidos e foi confiscado tudo o que se referia à filmagem. Mas, como quase metade dos negativos havia sido enviada ao Rio de Janeiro para serem revelados, as cópias puderam ser recuperadas mais tarde e o filme foi retomado dezessete anos depois. Assim, em 1984 *Cabra marcado para morrer* tem sua primeira exibição pública em São Paulo.

O *novo* filme não retoma o argumento de 1964. Rompe com o primeiro projeto, abandona as convenções do cinema documentário dos anos 1960 e vai em busca da trajetória de vida dos atores do primeiro filme, inclusive dos filhos e da viúva de João Pedro Teixeira que se transformam em personagens da história/filme. Opera-se então a inserção dos *personagens* da narrativa nos processos históricos dos quais suas vidas fizeram parte nos últimos dezessete anos contemplando, exatamente, os anos de ditadura.

O cineasta faz um exercício análogo ao de um historiador: oferece ao seu público uma narrativa na qual a história ganha “nova” interpretação para suas experiências do período. A condição social que os personagens representam no filme também ganha dimensão histórica, no sentido que propõe Rüsen, pois eles retomam suas trajetórias individuais, reconhecendo-as como um elemento no interior da história do Brasil, que tem caráter mais amplo, social e que foi/é compartilhada por *todos*. Os grifos no termo “todos” têm a finalidade de destacar que, no momento da exibição do filme, os brasileiros que fizessem parte do público estariam, obrigatoriamente, partilhando da história em alguma medida (RÜSEN, 2007b).

Muitos outros elementos da cultura histórica de época e/ou do repertório de um conhecimento histórico a respeito da ditadura serão, sistematicamente, interpelados pela obra de Coutinho. O cineasta não poupa ninguém – nem mesmo o público a quem ele endereça sua obra/discurso. O filme, em certa medida e com uma justificativa razoavelmente legítima – como veremos a seguir – *exige* que o público detenha essa “cultura histórica” sobre a ditadura, independente de ele ser fruto da experiência histórica ou de um esforço para conhecer o passado (escolar, literária, política etc.).

A narrativa cinematográfica é aberta com uma cena paradoxal: observamos imagens recentes (1984/coloridas) do horizonte de uma paisagem rural que emoldura uma moradia simples, em frente dela

vemos pessoas circulando em torno de uma mesa sobre a qual há um projetor de filmes. A seguir são mostradas imagens (em preto & branco) de 1962, apresentando uma “passarela” de uma construção em *palafitas* – um tipo de moradia construída sobre as margens de rios e em condições miseráveis – e crianças trabalhando em regiões ribeirinhas, tendo a música *Canção do subdesenvolvido* (Carlos Lyra, 1962) ao fundo.

Na letra há referências irônicas à condição do país (“subdesenvolvido”) e aos discursos “imperialistas” que circulavam na cultura de então. Segundo a *voz over* de Gullar que divide a narração com o próprio diretor, “as imagens da miséria se contrastavam com a do imperialismo”. Vemos na tela cenas de uma feira – evento muito presente no nordeste – onde circula gente do povo e, ao fundo, logomarcas da *Texaco* e da *Esso* (COUTINHO, 1984, 1^o 36”). Assim, tem início a história do próprio filme que nos é narrada por dois nordestinos: Gullar e Coutinho – ambos, membros dos Centros de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes – CPC’s da UNE.

Os realizadores definem, logo na abertura da narrativa, o lugar social do qual “enunciam” seu discurso-obra, estabelecendo claramente suas escolhas ideológicas. O documentário também não deixa margem à ambiguidade, marcando com ênfase sua posição no campo das disputas pela memória. O “sotaque” de ambos “dialoga” com preconceitos velados, alimentados contra os originários desta região do Brasil que formaram a mão de obra, em geral, desqualificada que vai trabalhar por salários míseros, em subempregos nas grandes metrópoles.

Um preconceito¹⁴ nascido, provavelmente, do fato de formarem o maior contingente de migrantes que aportaram nas “megalópoles” – com suas mega-favelas – fabricadas pelo crescimento desordenado do país. Um fenômeno ampliado, aprofundado e explorado durante o período ditatorial. Uma realidade sempre “apagada” nas narrativas ufanistas oficiais e oficiosas. Narrativas veiculadas, principal, mas não unicamente, pelas mídias; especialmente a televisão, sobretudo a Rede Globo – empresa na qual o cineasta, entre outros intelectuais e artistas de esquerda, trabalhou durante a ditadura.

A seguir, o cineasta vai exhibir seu trabalho de investigação sobre os desdobramentos da ditadura militar sobre os “personagens da vida real” do primeiro filme. Nessa trajetória a obra ganha mais densidade histórica e revela sua importância para a cultura histórica e cinematográfica brasileira, permitindo observar um poder desconhecido do cinema, que talvez tenha sido vislumbrado por Walter Benjamin nos anos 1930.

A história em cena

Se a narrativa historiográfica estiver mesmo mais próxima da cinematográfica, como afirma o historiador na citação que abre este texto, não é difícil observar esse traço epistemológico no filme de Coutinho. *O cabra marcado para morrer* é, não somente uma obra-prima do cinema documentário, mas, sobretudo, uma obra na qual os argumentos bakhtinianos sobre os discursos e a construção “dialógica” de seus significados parecem ganhar uma pertinência metodológica dificilmente superável.¹⁵ Leva a pensar como o cinema permite formular um discurso análogo ao historiográfico, especialmente ao analisarmos as formas de (re)apresentação do passado e os resultados esperados que alimentam esses propósitos.

Uma das estratégias a qual o cineasta recorre, frequentemente, consiste em colocar em tela – nesse caso, na tela “monumental” do cinema – evidências, vestígios do passado em meio a testemunhos orais (emocionantes, é preciso destacar). Ao concebermos a construção de significados nos quadros conceituais bakhtinianos, esse discurso trava *diálogos* pontuais com o repertório de cultura histórica sobre a ditadura. No momento da exibição/enunciação do filme vai se “revelando” ao/com o público como o regime agiu ao longo de vinte e um anos de ditadura. Mascarando, falseando ou silenciando a realidade brasileira; oprimindo, violentando e/ou corrompendo pessoas, instituições, agentes sociais etc. O recorte que daremos nesta apresentação incidirá, principalmente, nesses momentos da obra: nos seus *diálogos* com a cultura histórica sobre a ditadura nos anos 1980.

A respeito de uma suposta exigência por parte dos realizadores de o público deter um repertório (ainda que mínimo) sobre

a história brasileira do período da ditadura e outros aspectos aos quais o filme faz referência ao longo da narrativa, merece destaque o fato de que historiadores tenham passado a denominar a ditadura de “civil-militar” só recentemente, visando a destacar o apoio de segmentos da sociedade civil – efetiva e, muitas vezes, tácita – ao regime. Não parece que agentes sociais mais esclarecidos estivessem dispostos, no passado ou no presente, a reconhecer a situação política na época (REIS FILHO, 2004). Não há dúvida também que essa crítica se atém àqueles que pudessem formular uma interpretação mais complexa da realidade da época.

Sabemos que empresários, proprietários de terras, segmentos da classe média e da Igreja toleraram abusos do regime, apoiaram suas ações de opressão, censura e/ou silenciaram a respeito da ditadura, chegando a se beneficiar da proximidade com o poder. O interesse em reconhecer e tornar público as prisões arbitrárias, as torturas e assassinatos tardou. No entanto, o mais incisivo e decisivo dos agentes sociais de apoio ao golpe e à ditadura que o seguiu foi, sem dúvida, a mídia, cuja participação pode ser considerada quase unânime, contando com raríssimas e admiráveis exceções, como o jornal *Última Hora*.

O filme não poderia, portanto, ser conivente com esse aspecto da história, sob o risco de não respeitar o primeiro compromisso de uma investigação dessa natureza: ser fiel ao que se sabe sobre o passado, mantendo um “compromisso com a verdade” – exatamente, por se tratar de um *documentário* (GUALTHIER, 2011). A obra pode ser tomada, nesse caso, também como um “lugar de [legítima] memória”. Um dos elementos que conferem brilhantismo ao *Cabra* consiste, exatamente, em empregar uma das formas narrativas mais exploradas ao longo da ditadura para legitimar-se – a audiovisual – com a finalidade de lhe apresentar um contraponto incontornável que, embora pontual, tornava-se “monumental” no cinema.¹⁶

Na maioria das sequências, nas quais a montagem intercala imagens de manchetes de periódicos, os realizadores optaram por “expor” registros de época, de forma que eles estivessem em franca contradição ou que corroborassem com o argumento fílmico em *voz off ou over*¹⁷ – dependendo da sequência. O resultado final interpela o público e, em certa medida, o *obriga* a não receber o discurso

sonoro de forma ingênua. Os diálogos entre o discurso sonoro e o imagético que *apresentam* as notícias que circulavam na cultura na época do golpe operam de forma reflexiva, instigando o público a construir por si mesmo a “narração final” que pode ser considerada como resultados dos *diálogos* entre esses dois discursos e o repertório do público. Vejamos como isso se opera explorando a obra.

Nas primeiras sequências do filme, mesclam-se manchetes de jornais sobre o assassinato do líder “camponês”, com imagens dos trabalhadores em direção ao comício de protesto contra o ocorrido. Coutinho informa (*voz over*) que foi obrigado a transferir o local das filmagens para o “Engenho Galiléia” porque houve um conflito de terras, no qual estiveram envolvidos “camponeses”, polícia militar e empregados de uma usina. Segundo a narração, onze pessoas haviam morrido no confronto e a região foi ocupada pela polícia militar da Paraíba. No entanto, nas imagens apresentadas na tela, vemos somente corpos de “camponeses” (COUTINHO, 1984, 4’ 48”).

Seguem-se imagens das práticas sociais e condições de vida do “Engenho Galiléia” nos anos 1960, cuja pobreza é evidente e servem também de fundo à narrativa de Coutinho que explica as escolhas que o levaram àquele lugar. As imagens não somente ilustram, mas testemunham as condições que os trabalhadores rurais, “supostamente” enfrentavam no Brasil daquela época. O que está em questão, quando empregamos o termo supostamente, são as convenções das duas formas de narrativa: a historiográfica que poderia recorrer a uma citação para comprovar seu argumento e a cinematográfica, na qual o artifício precisa ser empregado com parcimônia e segundo funções diegéticas muito específicas.

A violência também está presente nestas sequências iniciais. Afinal, “apenas dois dos camponeses que iniciaram as lutas de Galiléia ainda estavam vivos, José Hortêncio da Cruz e João Virgínio da Silva, que não sabe ler nem escrever e é uma espécie de memória da *tribo*” (COUTINHO, 1984, 8’ 55”) afirma Gullar, com sua voz (*over*) grave e marcante, mas sem emoção. A informação é fornecida como um dado sociológico – secamente. A seguir, a voz de um dos sobreviventes invade a cena fílmica. A estratégia narrativa faz com que o público se depare com uma “evidência” empírica: aquele homem do passado reaparece no presente por meio da película. O

filme nos faz “testemunhar” – no sentido clássico do termo – que, embora muitos dados pareçam “impessoais” ao serem expressos, eles se referem a homens e mulheres como aqueles que compõem a narrativa e, também, ou sobretudo, o público.

Os nomes dos sobreviventes e a ideia de uma memória “não letrada” já demonstram que as intenções de Coutinho são bem precisas. Ao longo da ditadura, o Estado sempre buscou fundar uma memória coletiva na qual o golpe e o regime teriam se restringido a “combater” os membros da esquerda revolucionária – no sentido militar, pois as torturas ainda são negadas. O filme coloca em pauta, exatamente, membros da sociedade brasileira rural e pobre que nem poderiam ser considerados revolucionários, embora assumissem posições políticas mais à esquerda e, por isso, constituíam-se como adversários do regime. Enfim, com esta sequência, o cineasta desmente o discurso oficial forjado pela ditadura.

A história do filme inicia-se com a criação da *Liga* de Galileia, contada pelo sobrevivente, João Virgínio da Silva e com imagens diversas da região em 1981. O homem explica as condições de vida e morte na região e os passos para que se criasse a primeira *Liga*. Ali viviam cento e cinquenta famílias de “foreiros” que trabalhavam e pagavam ao proprietário o “foro”. A *Liga* foi criada com o fim de resolver problemas ligados à morte, na verdade, ao enterro dos moradores do engenho, pois eles precisavam recorrer à artimanha de pedir um caixão emprestado ao prefeito para enterrar seus mortos. Ao saber que a *Liga* não se preocupava somente com os mortos, o dono das terras resolveu expulsar todos os trabalhadores do “Engenho Galiléia”.

Os trabalhadores então buscaram a justiça e encontram o advogado que viria a se tornar o grande defensor das *Ligas*, Francisco Julião Arruda de Paula. Membro do Partido Socialista Brasileiro desde 1947, Francisco Julião era um político considerado líder do movimento dos “trabalhadores do campo” como diz Virgílio. Algumas imagens registram conversas do personagem Julião nos anos 1960 (COUTINHO, 1984, 11’ 29”).

Na história de Virgílio vamos nos dando conta que a luta “política” pela desapropriação do engenho tinha sido árdua. Segundo diziam os deputados, ela representava “muitas Galiléias” e que a desapropriação poderia fazer “pegar fogo no Brasil, de ponta

a ponta!” Nessa sequência o público vê um “documento”, uma caderneta mostrada por um trabalhador de “Galiléia”, na qual está “registrado” a afiliação de um dos membros deste à criação da *Liga* (COUTINHO, 1984, 13’ 08”).

Enquanto isso, Gullar explica que a desapropriação foi realizada “através de justa e prévia indenização em dinheiro, como determinava a Constituição” de 1946 – considerada por juristas uma Carta Liberal. Mas, até hoje (1981) os “galileus” não têm as escrituras das terras, sentencia o narrador. Noutros termos, tratava-se de uma luta política permanente – insiste, metaforicamente, a narrativa. Afinal, o estado indenizou o proprietário, mas os trabalhadores ainda não detinham o registro legal de suas terras.

Segundo Coutinho, depois da chegada à Galileia, em 1981, a equipe de filmagem improvisou uma exibição do material filmado nos anos 1960 para os moradores do engenho. A chegada da Kombi com visitantes, as máquinas de projeção, tudo é exibido para o público. Nesse momento, o cineasta realiza uma ruptura com as convenções do documentário até então vigentes: o realizador aparece no filme e se apresenta ao seu público, deixando de ser um narrador onisciente e velado. Assume seu lugar de enunciação e revela a “verdade” do filme: um discurso sobre a realidade, um “ponto de vista” sobre as experiências humanas no tempo.

A obra realiza, então, outra contribuição – de caráter mais cultural do que histórico: “desconstrói” as mesmas convenções que são mobilizadas cotidianamente pelas mídias, visando à manipulação do passado. O filme de Coutinho “ensina” o público, por meio desse artifício cinematográfico, a observar essas estratégias com a finalidade de não se ver tão refém de manipulações muito características das linguagens audiovisuais.

Os atores eram convidados especiais para a projeção: atitude que também quebra a “magia” cinematográfica, colocando frente a frente, ator e personagem. Coutinho filma o encontro dos sobreviventes da aventura de 1964 e a experiência da exibição das filmagens passadas para todos os convidados no presente. O filme formula um diálogo entre as imagens dos homens/atores no passado e no presente, oferecendo para os participantes das “comemorações”,

inclusive o público dos cinemas – nos anos 1980 e/ou atualmente, registros da passagem do tempo, um confronto entre as filmagens dos anos 1960 e dos anos 1980.

As imagens dos personagens do passado e do presente do filme servem para que o público opere, cognitivamente, o reconhecimento da passagem do tempo e testemunhem a historicidade dessa realidade (inclusive humana) que é explicitada visualmente, por meio da obra. Numa analogia às proposições de Rüsen para a narrativa histórica, o filme oferece, em relação ao “conteúdo” da narrativa, a oportunidade de que o público possa “aprender a *olhar* o passado [que, nesse caso, não é um artifício de linguagem] e resgatar sua qualidade temporal” (RÜSEN, 2010, p. 59).

Alguns dos chamados dispositivos do cinema são colocados em questão pelas posições assumidas no filme na relação ator/passado – personagem/presente. Os realizadores têm a participação explicitada na construção da narrativa e muitas das convenções cinematográficas estão sendo “reveladas” ao público de Galileia e das salas de cinema onde o filme é exibido. Mas, ao contrário do que se poderia esperar, o deslocamento da verossimilhança característica do cinema confere à obra mais confiança, apresentando o “registro audiovisual”.

A exibição dos fragmentos do primeiro filme transforma-se em evento em Galileia e é o mote que permite a Coutinho traçar as trajetórias dos atores/personagens de seu antigo filme. Todos ainda vivendo uma situação de trabalhadores, o que levou o evento a ser realizado em um sábado. O cineasta coloca em *close* um dos atores do filme e explica:

Braz Francisco da Silva foi o único dos atores do filme que prosperou: em seu sítio de quatro hectares produz verduras que vende no CEASA [tipo de mercado atacadista de produtos agrícolas] do Recife. Seis de seus filhos estão em São Paulo e três moradores o ajudam no trabalho. Dando duro na lavoura desde os oito anos, Braz se confessa cansado e diz que quer vender o sítio (COUTINHO, 1984, 17’ 37”-17’ 59”).

A seguir, o cineasta pergunta ao personagem se ele quer mesmo vender o sítio. Ele afirma que fugiu de Galileia em 1964, trocou de nome para evitar perseguições, se desiludiu com a política e não gosta de falar sobre isso. Não são sequências inócuas. Ao contrário, as imagens e os testemunhos apresentados pelo cineasta deixam a impressão de que o material que o público vê na tela é uma *verdade* incontestável. Isso se desdobra ao longo da narrativa.

Há uma série de diálogos com as sequências seguintes nas quais os testemunhos de vida são mais graves. Nelas, outros atores são apresentados de forma que os personagens voltem a figurar na tela e confirmem a situação de permanência das (péssimas) condições em que todos se encontravam no início dos anos 1960, de maneira que o “sucesso” relativo de Brás se evidencia como exceção. A noção de “reação responsiva” bakhtiniana é fundamental, isso porque o resultado não é atribuído a dispositivos de retórica cinematográfica, mas sim de conclusões que a diegese fílmica nos leva a reconhecer.

O filme corrobora, afinal, a história/História – negada e/ou silenciada – e cujos “testemunhos” não deixam dúvida: as condições de vida no campo, ao longo dos dezessete anos de ditadura, mantiveram-se as mesmas. No entanto, não há uma réstia de retórica na narrativa do *Cabra*. Se existe retórica, ela se apresenta, cinematograficamente: os personagens reais, desdentados, com rostos marcados pelo trabalho árduo, das marcas do sol e das condições de vida muito limitadas são elementos registrados pelas câmeras, bem como os testemunhos orais servem de “prova”, atestam a realidade empírica incontornável. Novamente, a ausência de uma retórica política e/ou social funciona de maneira a conferir ao filme uma qualidade: trata-se de um registro que não se abre a contestações de quaisquer natureza.

Elizabeth Teixeira, viúva do líder camponês morto em 1962, logo foi reconhecida pelo público na exibição em Galileia (COUTINHO, 1984, 21’ 27”-21’ 46”). A sequência é registrada pelas câmeras de 1984 e formula um *diálogo* entre passado (em preto e branco) do qual o filme foi testemunha e presente (colorido) que este novo trabalho permite registrar. Uma experiência de reconhecimento pelas imagens.

Ocorre o registro cinematográfico de uma experiência coletiva/social que nos é dado a ver nas salas de projeção. Uma experiência que somente o cinema permite realizar. Formula-se um *diálogo* que, cinematograficamente, coloca frente a frente passado e presente, exibindo visualmente os traços humanos da passagem do tempo e da historicidade humana, convidando-nos todos a experimentar, a “presenciar”, (quase) a participar do evento.

O cinema aqui é meta-cinema: faz o público ver e o “interpela” a participar deste encontro “histórico”. Mobiliza nossa atenção e emoção como seres que reconhecem sua historicidade, sua humanidade histórica. Há, portanto, um apelo emocional que se opera pelo reconhecimento do tempo histórico que é partilhado por uma comunidade, que poderia ser considerada nacional. Afinal, a ditadura que surge, velada e metaforicamente, na vida desses personagens foi uma experiência partilhada por todos os brasileiros, inclusive o público das salas de cinema, ainda que não da mesma forma.

A presença cinematográfica de Elizabeth permite ao cineasta explicar que ela estava desaparecida desde 1964. Inicia-se então a saga da equipe em busca dessa personagem da vida real e sua história. A viúva do líder camponês vivia, sob nome falso de Marta Maria da Costa, numa cidadezinha onde nem mesmo sinal de televisão chegava, com um dos seus onze filhos.

Na primeira entrevista de Elizabeth, seu filho mais velho, Abraão, diz:

“reconheço a abertura política do presidente Figueiredo”
 “graças a ele, nós estamos aqui”. A mãe completa: “graças a ele eu estou aqui hoje, com a presença de vocês” (COUTINHO, 1984, 24’ 05”-24’ 13”). “Eu não tinha mais esperança... de nunca mais encontrar, nem sequer com meus filhos”... “A perseguição era grande! Os caras tinham esperança de me exterminar.” (COUTINHO, 1984, 25’ 15”) “Antes eu era calada. Assombrada... Mas, graças a Deus, hoje estou aqui, contando a história. E o João Alfredo, e o Pedro fazendeiro?” [que foram assassinados] pergunta. (COUTINHO, 1984, 26’ 20”-31’ 00”).

O testemunho da heroína da história é comovente e muito contundente; revela um aspecto da ditadura ao qual há pouca referência historiográfica: o medo. As pessoas, sob uma ditadura, estão em constante estado de alerta. A sensação de estar sob ameaça permanente é muito citada pelos membros da luta armada, mas pouco se fala dela entre a população em geral (FICO, 2004). As ameaças que o regime representa no cotidiano espreitam todos os membros da população e a todo o momento. Uma marca que, certamente, caracteriza o clima que perpassa todas as práticas individuais e/ou sociais, independente de seu caráter. Todos permanecem “assombrados”, como Elizath, pelos fantasmas da opressão e violência.

No testemunho, Elizabeth não fala, pois, somente de sua vida, mas da vida de todos os brasileiros que viveram sob a ditadura, exceto aqueles que não sabiam o que ocorria. Afinal, mesmo os que consideravam ter alguma garantia sob um regime de exceção, sabiam que a situação de uma ditadura é sempre incerta. A sequência *interpela* todos aqueles que viveram durante o período da ditadura, trazendo o medo do período para o presente, colocando-o na pauta dos debates sobre a ditadura, evidenciando esse traço que marcou a vida brasileira e que tendia a ser apagado das memórias e até da História.

Abraão afirma, um pouco exaltado que: “nenhum [sistema de governo] presta para o pobre!”, pedindo que Coutinho registre essa sua opinião. Observamos que o filho mais velho de um dos mais importantes líderes do movimento dos trabalhadores rurais da história do Brasil não tem uma visão clara dos processos aos quais foi submetido. O aprendizado político que o convívio com o pai poderia lhe oferecer, permitindo que ele construísse uma reflexão mais elaborada da vida política, se perdeu. Não só para ele, mas para toda uma geração de brasileiros que cresceu e viveu por vinte e um anos sob uma ditadura.

O testemunho fala por si. O filme é, nesse aspecto, finalista: trata-se de um dado e o que se pode fazer é reconhecê-lo. No entanto, para que o reconhecimento ganhe efetivo caráter de denúncia é necessário que se esteja muito atento à narrativa e que se tenha refletido a respeito das perdas que ocorreram também, ou talvez, sobretudo, no campo de uma cultura política.

Coutinho explica, em *voz off* que “a presença de Abraão havia influído no clima da primeira entrevista com Elizabeth”.

Nas sequências seguintes Elizabeth (re)toma a palavra: a heroína reconquista sua “voz”, fala de sua “história”, abandona a vida clandestina, a qual ficou submetida ao longo da ditadura e oferece às câmeras (e ao público) seu testemunho da luta dos trabalhadores rurais brasileiros antes do golpe de 1964. As duas sequências nas quais observamos posições políticas tão díspares, não somente em termo ideológicos, mas, sobretudo, de reflexão sobre a realidade (histórica) põem em destaque alguns dos aspectos aos quais fizemos menção anteriormente.

Há um corte na montagem e o filme apresenta um companheiro de João Pedro no trabalho da cidade. Segundo seu testemunho, depois que João passou a participar do sindicato, o trabalho escasseou. Então ele resolveu voltar para a zona rural. Mas, quanto ao perigo das *Ligas*, ele havia dito ao companheiro que: “posso até morrer ‘a bala’, mas é melhor que morrer aqui, de fome” (COUTINHO, 1984, 33’ 35”-33’ 52”).

A ideia expressa por esse homem do povo e atribuída ao “herói” do filme é muito impactante. Há também um apelo estético difícil de alcançar em uma narrativa escrita e que o cinema é capaz de realizar por meio de uma sequência: o testemunho audiovisual, o personagem real e a lembrança narrada. Além disso, a sequência, em diálogo como algumas das anteriores torna explícitas e incontornáveis as condições em que viviam esses migrantes rurais, principalmente do nordeste – um artifício que, comparado a linguagem escrita, seria caracterizado como retórico.

A sentença de morte de Pedro Teixeira e de todos os demais migrantes nordestinos nessas mesmas condições estava, então, preestabelecida. Restava ao trabalhador escolher como ocorreria. O *Cabra* [estava, pois] *marcado para morrer!*

O Brasil em cena

288

O trabalho pretendeu apreender alguns dos significados que o filme *Cabra marcado para morrer* configurou, ao ser exibido nas salas brasileiras de cinema. O exercício foi concebido como a recuperação dos “diálogos” que se travaram entre obra cinematográfica e a *Cultura História* sobre a ditadura civil-militar no Brasil dos anos 1980. Ao *objetivarmos* os possíveis “diálogos” nascidos nas interações sociais que se constituíram entre os diversos discursos sobre a história que circulavam na cultura, povoavam as mentes de homens e mulheres que formavam os públicos desses cinemas, conferimos um caráter de fonte histórica e, por que não, de cine-historiografia ao filme de Coutinho.

Ao procurarmos apreender a *obra como diálogo*, tentando dar conta da experiência de se assistir ao filme naquela época, acreditamos que esclarecemos como alguns dos “significados” que a obra pretendeu oferecer ao público poderiam ter emergido no contexto sociocultural e histórico do ocaso da ditadura civil-militar brasileira. Ainda que tenhamos claro que conhecer a cultura que os brasileiros dos anos 1980 compartilhavam seria uma generalização arriscada, acreditamos que o trabalho oferece elementos para apreender uma “recepção social” do *Cabra marcado para morrer*.

Finalmente, o emprego do filme, não somente como testemunho de época, mas, sobretudo, como *escrita audiovisual da história* esclarece e aproxima-o de uma obra historiográfica, permitindo demonstrar a pertinência da metodologia empregada e as possibilidades “objetivas” que ela oferece para apreender significados de uma obra audiovisual em seus próprios termos, recorrendo à *Cultura Histórica* de época para esse fim. Sobretudo, contribuí para refletirmos sobre a arte e a magia que aproximam as narrativas de cineasta e historiador.

CABRA MARCADO PARA MORRER: A FILM BETWEEN HISTORY AND MEMORY

Abstract: This paper is a research about the movie *Cabra marcado para morrer* (1984), the Brazilian filmmaker Eduardo Coutinho. The paper explores some possibilities to grasp the impact of the work at the time it goes public. It is a historiographical research study, taking the Didactic of History (RÜSEN) as a theoretical paradigm and use theories of Vygotsky, Bakhtin and Williams in an articulated, of way to demonstrate some of the procedures employed by the filmmaker are similar to those employed by historians. Thus, we investigated the possibilities to apprehend the relationships that the film set with the historical culture of the 1980s and as narrative can be considered a work “between memory and history,” approaching an audiovisual writing of history.

Keywords: Didactics of History. History and audiovisual narratives. Dictatorship.

Notas

¹ LE GOFF, 1997, p. 62.

² Não desconhecemos algumas das respostas a questão, a maioria afirmativa, especialmente aquelas oferecidas por Ferro (1992), Davis (1987) e Rosenstone (2010). Ver também sobre o tema Nóvoa et al., 2009.

³ A noção de “dialogismo” como fundamento da linguagem e elemento estruturante da cultura tem sido explorada em diversos campos de conhecimento, como linguística, literatura, antropologia, psicologia e comunicação.

⁴ Conferir em *Marxismo e literatura* (1979; 1971, p. 27-49).

⁵ A concepção é defendida como traço antropológico por autores como Vigotski (2010), Habermas (1992) e Geertz (1989).

⁶ Wertsch (1993) observou que conceitos de Vygotsky podem ser “aproximados” aos de Bakhtin. Nesse sentido, pode-se o empregar obras de linguagem como análogas ao uso de ferramentas nos processos de trabalho, aproximando-as da noção de “signo” e/ou “discursos”, conforme Vygotsky e de “discurso” conforme Bakhtin.

⁷ Nessa perspectiva, pode-se concluir que, tanto Rüsen quanto Williams concebem processos e papéis sociais análogos, desempenhados pela História e pela Arte, respectivamente.

⁸ Rüsen considera que essa é a característica que distingue as narrativas históricas das demais narrativas. (RUSEN, 2010).

⁹ Autores como Stam (1992) e Williams (2003; 1971) têm defendido a pertinência do emprego das noções bakhtinianas, também historiadores, como Darton (1990)

e Burke (2004). Aproximam-se da perspectiva “dialógica” na metodologia que imprimem em seus trabalhos Morettin (2003), Napolitano (2012), sobretudo, Schwarzman (2014).

¹⁰ A década de 1980 tem sido definido como de “lutas pela memória”. Sobre esse debate consultar Reis Filho (2004).

¹¹ Empregamos Skidmore (1988) como fonte historiográfica, um dos importantes discursos que compõe a Cultura História de época.

¹² Sobre o tema ver, entre outros, Napolitano (2001) e Ridenti (2005).

¹³ Uma tomada clássica do filme de Glauber Rocha, *Terra em transe* (1967), na qual o poeta/intelectual tapa a boca de um personagem que representa “o povo” para, em seguida, acusá-lo de ser: “um despolitizado”, “um analfabeto político” talvez expresse de forma exemplar uma das posições desse debate.

¹⁴ O preconceito pode ser um desdobramento da “tradição” brasileira relacionada ao trabalho e a escravidão.

¹⁵ Ver Stam (1992).

¹⁶ A ausência de uma historiografia sobre a ditadura transformou o livro de Skidmore (1988), *De Castelo a Tancredo*, em *best-seller* da década de 1980.

¹⁷ Os termos *voz off* ou *over* referem-se a presença diegética do narrador: quando ele conhecido, embora não esteja em cena, trata-se de *voz off*; mas quando somente há a voz do narrador é reconhecida pelo público é a *voz over*.

Referências

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular*: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996.

DARTON, Robert. Cinema: Danton e o duplo sentido. In: _____. *O Beijo de Lamourette*: Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990. p. 51-53.

DAVIS, Nathalie Z. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DREIFUSS, Réne A. *1964, a conquista do estado*: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

- FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GAUTIER, Guy, *O documentário: um outro cinema*. Campinas, SP: Papyrus, 2011.
- GINZBURG, Carlo. Sinais. In: _____. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 143-179.
- LE GOFF, Jacques. *Uma vida para a história*. São Paulo: Unesp, 1997.
- MORETTIN, Eduardo V. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 38, p. 11-42, 2003.
- NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955/1968). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 28, 2001, p. 103-124.
- _____. Nunca é cedo para se fazer história: o documentário *Jango*, de Silvio Tendler. In: MORETTIN et al. *História e documentário*. (Org.). FGV: Rio de Janeiro, 2012, p. 152-178.
- NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni B.; FEIGELSON, Cristian (Org.). *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. Salvador; São Paulo: EDUFUBA; Editora UNESP, 2009.
- REIS F^a, Daniel A. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS F^a, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (Org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 29-52.
- RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, ano 1, v. 17, jun. 2005, p. 81-110.
- _____. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ROSENSTONE, Robert A. *A história nos filmes, os filmes na história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da História I: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- _____. *Reconstrução do passado*. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007a.
- _____. *História Viva*. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007b.
- SCHVARZMAN, Sheila. Construindo a história na televisão: Marc Ferro e os Cinejornais em Histoire Parallèle. *Revista Tempo*, Niterói, v. 20, 2014. [Epub]: 30 jan. 2015.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 a 1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STAM, Robert. *Bakhtin*: da teoria literária à cultura de massa. São Paulo: Ática, 1992.

STAM, Robert; SHOHAT, Ella. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

VIGOTSKI, Lev S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WERTSCH, James V. *Voices de la mente*. Madrid: Visor Distribuciones S/A, 1993.

_____. *Voices of Collective Remembering*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *La larga revolución*. Tradução Horacio Pons. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

_____. *Literatura e marxismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 [1971].

Recebido em: 08/05/2016

Aprovado em: 15/10/2016

Entre o nacional e o regional: Uma reflexão sobre a importância dos recortes espaciais na pesquisa e no ensino da História

André Roberto de Arruda Machado*

Resumo: Ao propor a discussão de qualquer problema, seja ao ensinar ou pesquisar, o historiador sempre faz um recorte espacial que julga ser o mais adequado para compreender o objeto em estudo. Esse é um problema crucial para qualquer historiador, mas ainda mais evidente para aqueles que estudam ou vivem em regiões consideradas como periféricas, como o Pará, já que a história tida como “nacional” frequentemente ignora ou relega ao segundo plano os eventos ocorridos nesses locais. Partindo de exemplos de pesquisa sobre a história do Grão-Pará durante a independência e o Império do Brasil, este artigo pretende refletir sobre quatro pontos principais: 1) O recorte espacial é uma questão metodológica e, como tal, reflete a visão de mundo do historiador professor/pesquisador; 2) O potencial do estudo e ensino sobre regiões periféricas para problematizar as grandes questões nacionais; 3) A necessidade de problematizar os eventos locais dentro de contextos mais amplos; 4) Os diferentes sentidos da “história regional” em São Paulo e no Pará.

Palavras-chave: Metodologia. Recortes espaciais. Grão-Pará.

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. E-mail: andremachados@yahoo.com.br

Entre centros e periferias: uma batalha historiográfica

Quem, até o início da recente reforma, visitava ou trabalhava no Museu Paulista da USP – popularmente conhecido como Museu do Ipiranga – via todos os dias professores e uma grande quantidade de alunos dos ensinos fundamental e médio em seus corredores. Não é por acaso que esta é uma das instituições mais procuradas do gênero na cidade de São Paulo. O grande fascínio da população e dos turistas pelo Monumento à Independência, depois transformado em museu, deve-se à consagração da ideia de que ali os visitantes estão “vivenciando a história”, seja por estarem no sítio onde D. Pedro bradou “Independência ou Morte!” ou porque a todo momento visualizam retratos e objetos de personagens tidos como protagonistas da história nacional. (OLIVEIRA, 2002, p. 65-80).

Sem uma leitura crítica, este impacto visual leva o professor e o aluno a crerem que estão diante de um retrato da história e não de um recorte que tem como um dos seus objetivos ressaltar a importância de São Paulo na construção da nação brasileira.¹ Nesse sentido, um dos grandes apelos do monumento-museu, que o faz lotar em todas as comemorações do sete de setembro, é a concepção de que ali se fez a independência do Brasil. Sem recorrer à ampla bibliografia que deixa evidente que o Estado e a nação brasileira não nasceram no ímpeto do “grito do Ipiranga” (JANCÓS, 2005; MACHADO, 2010), bastaria para desiludir o visitante a informação de que o “sete de setembro” teve um caminho tortuoso até ser considerado uma efeméride nacional e que em muitos momentos isto atendeu a interesses marcadamente paulistas. Hendrik Kraay, por exemplo, demonstra que já em 1822 havia o projeto entre os paulistas de criar um monumento no Ipiranga para consagrar a data, mas no planejamento das festividades do Império para 1823 essa comemoração foi solenemente ignorada (KRAAY, 2010). Cecília Helena de Salles Oliveira é ainda mais radical que Kraay: insiste que os jornais da época jamais deram ao sete de setembro o sentido de ruptura com Portugal que a historiografia consagrou. Segundo ela, o esforço para consagrar a data na constituinte de 1823 partiu da bancada paulista que era defensora do monumento já citado (OLIVEIRA, 2002). Kraay demonstra que ao longo do primeiro reinado, o sete de setembro foi incluído e excluído

por diversas vezes dos projetos que visavam definir as datas nacionais. Em várias ocasiões o sete de setembro foi desbancado pelos defensores do 12 de outubro – data da coroação de D. Pedro I – como data da fundação do Império. Na primeira legislatura, até mesmo uma voz como a do deputado Vergueiro – um dos mais importantes parlamentares de São Paulo – considerou o sete de setembro como uma data de importância apenas regional. Como explica Kraay é apenas na Regência, por conta da repulsa a D. Pedro I que acabara de abdicar, que o 12 de outubro perde força e o sete de setembro consolida-se. Ainda assim, este processo só será completado nas décadas de 1850 e 1860 (KRAAY, 2010; OLIVEIRA, 2002).

Esse recorte do passado não se presta a construir o protagonismo de São Paulo na história nacional apenas na escolha do sítio onde está o monumento-museu. É no interior do edifício que os episódios em terras paulistas deixam de ser uma particularidade para se fixar como o motor da história nacional. A exemplo de outros autores, Cláudia Mattos deu grande destaque à decoração interna do museu, que foi idealizada, para as comemorações do centenário da independência, por seu diretor Affonso Taunay. Não se deve esquecer que Taunay se notabilizou pelo esforço em fixar os bandeirantes paulistas como os heróis que desbravaram o território americano e teriam garantido ao Brasil o seu tamanho atual.² No enorme hall de entrada, o visitante não pode deixar de notar duas enormes estátuas de bandeirantes, uma de cada lado da entrada, que formam um conjunto com as ânforas cheias de águas de cada um dos grandes rios brasileiros apoiadas nas escadas monumentais. Acima das ânforas, quadros de bandeirantes com os nomes de estados que anteriormente pertenceram ao território considerado paulista. No meio da escada monumental, ao lado dos quadros dos bandeirantes e acima das ânforas, a estátua de D. Pedro I em um gesto heroico, renunciando a catarse do visitante que se dá no salão nobre, em frente ao famoso e gigantesco quadro “Independência ou Morte!” de Pedro Américo, onde ganha materialidade a ideia do nascimento da nação em terras paulistas.³

O que se quer chamar a atenção é para o fato de que poucos visitantes e professores observariam as enormes figuras e quadros dos bandeirantes e seriam remetidos a uma ideia de “história

regional”. O museu é apenas a síntese de um projeto historiográfico vitorioso, que fundiu a história de São Paulo à própria história da nação. Sintomaticamente, as grandes universidades em São Paulo não têm matérias específicas obrigatórias sobre a história em território paulista. Essa é uma situação bem distinta da maior parte das universidades em outros estados. No Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco, as suas mais tradicionais universidades federais dedicam à formação dos futuros historiadores pelo menos uma disciplina obrigatória de história circunscrita ao território desses estados.⁴ No Ceará e no Maranhão, o número de disciplinas com esse teor chega a três obrigatórias, quase o mesmo número dedicados ao estudo do Brasil como um todo.⁵ No Pará, tem-se o caso mais extremo entre os pesquisados: quatro disciplinas obrigatórias dedicadas à história e a historiografia da Amazônia, exatamente o mesmo número das oferecidas ao estudo do Brasil.⁶ Como extensão desse fenômeno, é bastante significativo que nas universidades os historiadores que analisam o Império do Brasil com o foco em outros estados que não São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, sejam tradicionalmente identificados como “regionalistas”, algo que dificilmente acontece com o primeiro grupo.⁷

Nos ensinos fundamental e médio essa dinâmica se repete. Em vários Estados do Brasil, tradicionalmente, parte do conteúdo da disciplina História é voltada aos eventos que ocorreram nesses territórios (BITTENCOURT, 2009, p. 160-164). Ao analisar algumas das orientações curriculares estaduais isso é evidente, ainda que as abordagens sejam diferentes. Na rede pernambucana, por exemplo, os “Parâmetros para a Educação Básica” de 2013, previam que o ensino de História de Pernambuco seria um dos três eixos temáticos que percorriam toda a segunda etapa do ensino fundamental e médio.⁸ Nas escolas públicas goianas, o “Currículo Referência” de 2012 sugeria uma presença constante da História de Goiás, muitas vezes como contraponto ou complemento às temáticas da História do Brasil.⁹ Como último exemplo, no Rio Grande do Sul o referencial curricular de 2009 dedicou, quase exclusivamente, toda a quinta série ao estudo da História deste estado, além do assunto voltar a aparecer esporadicamente em anos seguintes.¹⁰

As próprias políticas públicas nacionais deixam perceptível como isso foi incorporado. No início da década de 1990, Sandra Jatahy Pesavento já assinalava que as diretrizes da política educacional nacional “enfatazaram a necessidade de regionalizar os currículos”, algo com impacto direto para a disciplina de história no Ensino Básico (PESAVENTO, 1990, p. 67). Como consequência, o último PNLD (2016) demonstra a força dessa tradição, com a disponibilização de vários livros didáticos do ensino básico dedicados a contar uma história circunscrita ao território do estado dos alunos.¹¹

Mais do que isso, a atual discussão da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) para a disciplina de História, demonstra a centralidade dessa questão. Curiosamente, poucos puseram em xeque o próprio significado da uniformização dos currículos e quanto isso afeta uma ação central da atividade docente: a de identificar e selecionar os assuntos relevantes para a formação dos seus alunos (SILVA, 1999; BITTENCOURT, 1998). Ao contrário disso, foi possível perceber que as críticas e as defesas do estabelecimento das BNCC estiveram concentradas no atendimento ou supressão de temáticas ou eventos específicos. Na defesa dos formuladores da BNCC esteve o argumento que interessa a este artigo: a de que as Bases nunca ultrapassariam 60% do currículo escolar de cada ano escolar, portanto cabendo ao professor autonomia para questões específicas. Mais de uma vez, ficou explícito que parte significativa dessa autonomia na construção do currículo estava reservada ao que se entendia como especificidade regional. Para não restar dúvidas da pertinência dessa observação, o próprio ex-ministro da Educação Renato Janine Ribeiro usou a disciplina História para exemplificar o que seriam essas especificidades regionais que deveriam ser contempladas nos currículos:

Embora nossa língua seja a mesma no país todo, nós temos formas de construí-la e de usá-la diferentes, conforme a região e o estado. É importante que quem nasça na região da Amazônia saiba e desenvolva a história da colônia que se chamou Grão-Pará, que era separada da colônia no Brasil. Eu não aprendi isso na escola.¹²

Apesar da força dessa tradição na maior parte do Brasil, a ponto de pautar políticas do Ministério da Educação, mais uma vez essa não é uma realidade em São Paulo. De modo geral, não há espaços nas escolas paulistas para discutir especificamente a história desse estado. Essa característica pode ser vista de forma ainda mais evidente recentemente, já que nas últimas gestões do governo estadual resolveu-se criar um currículo mínimo. Para alcançar esse objetivo, o governo de São Paulo instituiu a distribuição de um material didático único para toda a rede, adotando uma estratégia muito próxima do que conhecemos como “sistema apostilado de ensino”.¹³ Ao observar a *Proposta Curricular do Estado de São Paulo: História*, podemos perceber que mesmo os capítulos dedicados especificamente ao Brasil ou à América Portuguesa no ensino médio, por exemplo, não passam de um quarto do total, algo que já demonstra o alinhamento à tendência da chamada “história integrada” muito em voga nos materiais didáticos.¹⁴ Se nessa proposta curricular há poucos momentos específicos dedicados ao Brasil ou à América Portuguesa, não é surpreendente que não exista nenhum capítulo exclusivo sobre episódios ocorridos em São Paulo.

A despeito da situação em São Paulo, temos um fenômeno historiográfico muito arraigado no Brasil, mas pouco debatido. Afinal, o que significa “História Regional”? Quando um episódio, necessariamente circunscrito a um território específico, deixa de ser parte de uma “História Regional”? Uma breve consulta aos anais dos dois últimos Encontros Nacionais de História da ANPUH, em 2013 e 2015, revela a quase inexistência de qualquer simpósio dedicado a esse tema, fosse para compartilhar experiências empíricas ou promover uma discussão metodológica crítica. Dos mais de 200 simpósios organizados, sobre as temáticas mais diversas, apenas um, em 2013, foi dedicado ao debate da “história regional”, por sua vez vinculando essa discussão ao ensino de história para a educação básica.¹⁵ Não é por acaso: debates sobre “história regional” ou mesmo a chamada “história local” parecem hoje promover uma discussão mais intensa no ensino de história do que em outras áreas. Talvez isso se dê pela força das diretrizes da política educacional nacional citadas acima, ou pela crença de correntes pedagógicas, hoje questionadas, que preconizam que o ensino deve se dar do

mais concreto, ou do mais próximo do aluno, ao mais abstrato (PESAVENTO, 1990, p. 70).

Talvez a discussão nacional mais intensa sobre esse tema continue sendo aquela promovida pela ANPUH na década de 1980 e que depois foi publicada em livro organizado por Marcos Antonio Silva com o título *República em migalhas: história regional e local* (SILVA, 1990). Nessa ocasião, diversos historiadores buscaram problematizar o conceito de “regional”, procurando apoio em diversos outros campos do conhecimento, notadamente a geografia. Lidos em conjunto, os debates parecem expressar a arte básica de qualquer historiador: o recorte espacial de um pesquisador deve estar alinhado ao problema a ser investigado e não circunscrito a priori. No entanto, como muito bem sintetizado por Rosa Maria Godoy Silveira, no Brasil ocorreu uma “entificação” do que se entende por “História Regional”. Dessa maneira, coube aos territórios dos Estados da federação o papel desse “ente” (SILVEIRA, 1990), tendo, como regra, a descrição de episódios desconectados de contextos maiores, ilhados nas fronteiras das antigas províncias.

Nessa operação, o recorte espacial não é definido pelo problema historiográfico a perseguir, mas por uma obrigação pretérita de salvaguardar episódios ocorridos no interior do território dos estados da federação que seriam condenados ao “buraco negro” da história nacional. Contudo, como tem destacado alguns pesquisadores, a história regional ou local, especialmente dedicada ao ensino na educação básica, muitas vezes tem se prestado apenas a conservar a memória e o prestígio de grupos locais ou a reproduzir uma história de culto aos grandes homens já abandonada por outras abordagens historiográficas.¹⁶ Qual o sentido, por exemplo, de um livro didático sobre a história do Pará reservar um capítulo inteiro à única visita de D. Pedro II à província, contando refeições, rezas e outros pormenores, tratando-se de uma simples escala para os Estados Unidos que durou não mais do que quatro horas (ROQUE, 2001, p. 76-79)? Por que comemorar a efeméride e não problematizar a distância dos centros de poder ou o papel das festas no século XIX? E o que dizer do festejado plano de abolição da escravidão no Pará que não ocorreu porque a lei áurea o antecipou em um ano (ROQUE, 2001, p. 74-75)?

Ainda faz sentido ter como centro da preocupação de um trabalho historiográfico ou de ensino, episódios ocorridos fora de São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais? Este artigo buscará demonstrar que sim, mas por uma razão inversa da defendida por Renato Janine Ribeiro, o ex-ministro da Educação a implementar o BNCC: como citado acima, para ele era importante que um aluno do Pará conhecesse a existência de uma colonização portuguesa na América em paralelo com o Estado do Brasil, como uma forma de entender a sua própria identidade. Ao contrário disso, parece-nos evidente que esse é um conhecimento que interessa a qualquer aluno e, até mesmo, à formação de qualquer historiador. Busca-se uma história que selecione episódios ocorridos fora do centro de poder, não para preencher uma lacuna, mas para contemplar problemas em toda a sua complexidade.

Certamente, para um aluno e mesmo para um professor de São Paulo a ideia de uma “história regional” não é uma questão urgente e cotidiana, ao contrário do que ocorre com esses mesmos personagens no Rio Grande do Sul, no Paraná ou no Pará. Ao pensar na independência, por exemplo, além de todas as questões mais estruturais, os alunos de São Paulo frequentemente lembrarão do Ipiranga, do grito de D. Pedro e, se necessário, verão a província como partícipe dessa história na figura de José Bonifácio. Ao contrário disso, alunos do Pará não terão sua realidade contemplada por essa narrativa que se apresenta como nacional.¹⁷ No entanto, não são justamente episódios como os ocorridos no Pará, marcados por um conflito armado duro e longo, que põe em xeque a ideia de uma independência pacífica no Brasil? Isso é o específico, o detalhe, ou algo a ser debatido em todos os níveis da formação em História? E o medo das elites baianas durante o processo da independência com o possível levante de um “partido negro”, evento celebrizado por João José Reis, não deveria ser uma imagem tão popular quanto o “grito do Ipiranga”? Esses episódios não fazem parte de uma história nacional complexa?

Este artigo busca fazer alguns apontamentos sobre o enorme potencial de um olhar mais atento para as províncias sobre os grandes modelos historiográficos do Brasil do século XIX. Para tanto, as escolhas do recorte espacial não devem se prender aos

territórios das antigas províncias, mas mover-se para dentro e para fora dessas fronteiras, de acordo com a lógica dos problemas a serem analisados. Nessa direção, busca-se demonstrar, na primeira parte do artigo, que nada mais está se propondo do que o exercício a que já foram submetidos historiadores preocupados com recortes espaciais maiores, já cientes da impossibilidade de restringir seus recortes às atuais fronteiras do Brasil, especialmente durante o período colonial. Na segunda parte do artigo, buscam-se alguns exemplos desses impasses e possibilidades a partir de pesquisas sobre a história do Grão-Pará no XIX.

O recorte espacial e a visão de mundo do historiador

Como dito anteriormente, ao propor a discussão de qualquer problema, seja ao ensinar ou pesquisar, o historiador sempre faz os recortes que julga serem os mais adequados para compreender o objeto em estudo. Esses recortes nunca são neutros. A escolha de uma cronologia, por exemplo, expressa uma determinada compreensão que temos do passado. Ainda se fixando no problema da formação do Brasil como um país independente, podemos explicar ou pesquisar esses episódios com diferentes recortes cronológicos. Por exemplo, pode-se fixar o estudo ou a aula apenas nos episódios de 1822, atribuindo-se a ruptura política à suposta e hoje questionada tentativa de “recolonização” do Reino do Brasil pelas Cortes de Lisboa. Esquece-se, assim, que muito tempo depois ainda existiam províncias americanas ligadas a Portugal, como o Pará e o Maranhão.¹⁸ Essa é uma abordagem que reduz o processo a uma trama palaciana.

Por outro lado, aqueles que enxergam o surgimento de países independentes na América como um desdobramento da crise do Antigo Regime, e no seu interior da derrocada do Antigo Sistema Colonial e do surgimento da moderna ideia de nação, com frequência retrocedem sua análise em muitos anos e décadas antes de 1822, não raras vezes tendo seu ponto de partida na segunda metade do XVIII.¹⁹ Há ainda aqueles que estendem a análise para anos depois de 1822, seja mostrando como foi errático o processo de construção

do Brasil como país independente, seja enfatizando que havia outras coisas em disputa para além da ruptura ou não com Lisboa.²⁰ Em todos esses casos é uma determinada visão do mundo, necessariamente ancorada também nos resultados de pesquisa, leitura e reflexão, que sustentam essa opção do historiador.

Da mesma forma, o recorte espacial diz muito sobre a nossa compreensão do passado. Nesse sentido, tanto no ensino como na pesquisa em História é muito comum nos reportarmos à ideia de “Brasil Colônia” para definir territorialmente um objeto de estudo, como se ela representasse uma unidade dada pela natureza, com características desde sempre singulares. No entanto, essa ideia faz sentido? Apesar de ser ainda muito utilizado – inclusive como nome de disciplina em graduações em História – a ideia de “Brasil Colônia” hoje enfrenta uma severa oposição. Símbolo famoso desse questionamento foi a escolha do subtítulo “Cotidiano e vida privada na América portuguesa” para o primeiro volume da coleção “História da Vida Privada no Brasil”. Fernando Novais, diretor da coleção, explicou de forma muito didática a razão dessa opção: pretendia-se, assim, evitar o anacronismo, pois os homens que viveram na colônia portuguesa na América não podiam prever o Estado independente que se formaria no século XIX (NOVAIS, 1997, p. 17). Apesar do termo Brasil ser muito utilizado mesmo antes do XIX, como lembrou um deputado na constituinte de 1823, este era um vocábulo que reportava a uma ideia geográfica e não a uma unidade política, pois os habitantes da colônia se identificavam como portugueses até a ruptura com Lisboa e a formação de um novo pacto (RODRIGUES, 1974, p. 57-58).²¹ Os ingleses, por exemplo, utilizavam o termo Brasil no plural (Brazils), pois não identificavam a colônia como uma unidade (MELLO, 2004, p. 18; DONGHI, 1985, p. 22-36). Se não bastasse tudo o que foi dito acima, nunca é demais lembrar que a colônia portuguesa na América foi durante a maior parte do tempo dividida em dois Estados, um ao norte e outro ao sul.

Apesar da inexistência do Brasil como uma unidade até o XIX parecer uma obviedade, a força dessa ideia, ainda muito vulgarizada, nutre-se da frequente utilização dos territórios coloniais como “mito de origem” das historiografias que embasaram não só nacionalismos, mas também outras formas de identidades, como

a regional (PIMENTA, 2002; CHIARAMONTE, 1989). Assim, se o termo “Brasil colônia” não faz sentido, o que dizer de ideias como o “Amapá no século XV” ou “a independência no Paraná”?

Não se trata de um preciosismo, ou uma reflexão que só interessa a um pesquisador especializado no período. Ao invés disso, pensar nessas questões é algo fundamental para a nossa prática como historiador no ensino e na pesquisa. Na sala de aula, por exemplo, este cuidado é fundamental para que o aluno perceba que os homens do passado se guiavam por uma lógica diferente daquela que hoje ele compartilha. Da mesma forma, só assim poderá entender que o Brasil ou o Pará são construções históricas e não elementos da natureza. Para que isso seja possível, no entanto, é fundamental que o profissional em História tenha noção de como é difícil estabelecer o nosso recorte espacial, de forma que ele faça sentido. Ao mesmo tempo, esse cuidado é necessário para fugirmos do anacronismo que recorrentemente cometemos ao estabelecermos esses recortes em função de identidades que apenas hoje fazem sentido.

É preciso ter percepção do que é a parte e o que é o todo. E, ainda mais do que isso, é preciso saber que essa resposta irá variar dependendo da pergunta que estamos fazendo. Por exemplo, se estamos querendo entender a colonização, é necessário perceber que a atuação portuguesa na América é apenas um desdobramento de uma série de transformações que acontecem nesse período na Europa (NOVAIS, 1985). Da mesma forma, a compreensão da atuação portuguesa na América perde muito quando pensamos que o todo é o chamado “Brasil Colônia” e não percebemos que as ações metropolitanas se guiavam pelas preocupações de um Império espalhado por vários continentes.

Apesar disso, é inegável que a nossa formação historiográfica para pensar a colonização portuguesa e, conseqüentemente, quase a totalidade do material didático disponível, tem seu foco no dito “Brasil Colônia”. Foram raros os autores como Charles Boxer que buscaram entender a colonização portuguesa como um sistema em que os seus administradores tomavam decisões pensando não apenas em uma localidade, mas tendo em mente o jogo de xadrez da política internacional que não podia ser ignorado por um Império com domínios em vários continentes (BOXER, 1973). Mais recentemente,

alguns historiadores e grupos de pesquisa têm buscado reverter essa tendência com estudos que buscam perceber a sincronia das ações portuguesas em suas diversas colônias (FRAGOSO; BICALHO; GOUVEIA, 2001). Outros estudos de grande mérito nessa direção são aqueles que evidenciam as trajetórias da alta nobreza portuguesa recrutada para a administração das colônias, pois deixam evidente que os mesmos homens que em determinado momento estavam governando na África, poucos anos depois estavam na América, na Ásia, ou mesmo em algum cargo de prestígio em Lisboa (SOUZA, 2006; MONTEIRO, 2001).

Luiz Felipe de Alencastro exemplifica muito bem como, dependendo da nossa pergunta, esse recorte no “Brasil Colônia” pode limitar a nossa compreensão do passado: ao falar da ocupação holandesa no nordeste do XVII, Alencastro lembra que poucos historiadores perceberam como a África teve um papel crucial nesse confronto. Ao contrário disso, os holandeses logo se deram conta que para dominar Pernambuco era crucial conquistar Angola, já que essa outra colônia portuguesa se convertera no polo exportador de mão-de-obra escrava para o nordeste. Da mesma forma, na luta pela reconquista dessa parte da América pelos lusos, teve papel decisivo a bem-sucedida retomada de Angola que, por sua vez, se converteu em moeda de troca para premiar todos que tinham se empenhado na guerra da Restauração Pernambucana (ALENCASTRO, 2008; ALENCASTRO, 2000). Nesse sentido, as observações de Alencastro são importantes não só por demonstrar que episódios frequentemente pensados como restritos ao “Brasil Colônia” tinham uma lógica intercontinental para os homens do período. Mais do que isso, a descrição dessas conexões na guerra da Restauração Pernambucana exemplifica a ideia de Alencastro de que para a compreensão da formação do Brasil é necessário atentar para o Atlântico Sul. Ou seja, para ele os historiadores, quando superam os limites do “Brasil Colônia”, só dão importância às relações entre a América e a Europa. No caso da ocupação holandesa no nordeste, por exemplo, no contexto internacional costuma-se lembrar dos conflitos entre a Espanha e a Holanda e se esquece que os destinos da colônia portuguesa no Novo Mundo estavam diretamente ligados às possessões lusas na África. Esse vício do nosso olhar sobre o

passado, altamente eurocêntrico, tem sido lentamente modificado pela inclusão de disciplinas de História da África nas universidades e pela obrigatoriedade da história e da cultura afro-brasileira no ensino básico.²²

Outro exemplo pode ser dado a partir de um tema caro aos paraenses: o Diretório Pombalino. Muitos são os debates sobre as modificações implantadas por Pombal no trato com os índios, primeiramente na Amazônia e depois no restante da América. Há autores, inclusive, que insistem que a particularidade amazônica foi o que moldou a política do Diretório (COELHO, 2005). Apesar disso ser verdade em grande medida, as reformas empreendidas no Estado do Grão-Pará e Maranhão estavam em estreita consonância com os ajustes empreendidos por Portugal no tocante à mão-de-obra em seus domínios espalhados por vários continentes. No mesmo período, proibiu-se igualmente a escravização dos chineses em territórios lusos, assim como o trabalho cativo africano era igualmente vetado na sede do Império Português (DOMINGUES, 2000, p. 37-41 e 67-76; NOVAIS; FALCON, 2005). O outro lado dessa política, muitas vezes não percebida, era que ao mesmo tempo em que eram proibidos o trabalho escravo de índios na América, de chineses na Ásia e de africanos na Europa, o tráfico de cativos vindos das colônias portuguesas na África era fortemente incrementado através das companhias monopolistas. Olhando-se isoladamente cada região não se percebe que essa era uma política geral visando regular os fluxos de mão-de-obra em todo o Império de forma a potencializar os lucros do tráfico de braços (NOVAIS; FALCON, 2005).

Com tudo isso não se quer advogar aqui que qualquer pesquisa em História deve pensar em uma escala planetária. Ao contrário disso, o que se quer apontar é que o nosso recorte espacial é sempre dado pelas perguntas às quais se quer responder, seja em sala de aula ou na pesquisa. Mais do que isso, as ponderações aqui expressas visam atacar um preconceito corrente na historiografia: a ideia de que estudos com foco “nacional” – mesmo que isso seja ancorado no questionável “Brasil Colônia” ou em pesquisas restritas a São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais – são obras de grande fôlego por terem uma visão do todo, ao contrário de trabalhos dedicados ao estudo de uma região que seriam sempre parciais e, portanto,

uma história menor. Estudar o “Brasil”, o “Império Português” ou o “Pará” não são, por princípio, escolhas certas ou erradas.

Potencialidades e riscos de histórias focadas em regiões

Como dito acima, nenhum evento nasce como história regional ou local. É a nossa visão de mundo que seleciona e hierarquiza os episódios, definindo o lugar que eles terão na nossa compreensão do passado. Nesse sentido, aqueles acontecimentos tidos como história regional recebem, geralmente, dois tratamentos.

No primeiro caso, nos livros com a pretensão de contar uma história nacional, esses eventos são ignorados – a não ser quando são içados à categoria “superior”, como a Confederação do Equador – ou tratados como uma complementação ao que seria a narrativa principal. Exemplar dessa última postura é o livro de Francisco Adolfo de Varnhagen – *História da Independência do Brasil* – em que toda a primeira parte do volume é composta por uma sequência principal de fatos – tidos como nacionais – acrescido por uma espécie de anexo no qual são descritos os acontecimentos particulares de algumas províncias no período de ruptura com Lisboa (VARNHAGEN, 1957).

Por outro lado, costumeiramente, o tratamento dispensado pela literatura que se assumiu como história regional foi o de isolar os eventos estudados, como se eles tivessem uma lógica autônoma. Ainda que não seja o melhor exemplo, em grande medida pode-se identificar esse comportamento na maior obra amazônica do gênero no século XIX – o *Motins Políticos* de Domingos Antonio Raiol (RAIOL, 1970). Na obra de Raiol poucas são as conexões entre os eventos ocorridos em território paraense e outros centros de poder. Nesse sentido, em *Motins Políticos* opera-se justamente o inverso da lógica que guiou o livro de Varnhagen: os acontecimentos no Rio, em Lisboa ou em outras regiões aparecem como um apêndice que serve, quando muito, para situar o contexto em que ocorreram as ações principais narradas no livro.

Nos dois tratamentos o problema é que a seleção dos eventos a serem pesquisados ou ensinados se dá em função de uma

lógica geográfica que muitas vezes apenas hoje faz sentido e não em torno de um problema a ser respondido ou refletido. Voltando ao problema da independência, é muito salutar perceber que o livro *Motins Políticos* descreve esses acontecimentos no Pará como se toda a lógica e articulação política dos protagonistas acompanhados por ele estivessem restritas às fronteiras do Pará. Ao contrário disso, novos estudos demonstram como a articulação de grupos em várias províncias foi determinante para as tomadas de decisão na província (MACHADO, 2005).

Desse modo, a questão fundamental é: por que razões um historiador focaria sua pesquisa em uma região ou se prestaria a dar aulas nesse formato? Por que seguir este caminho e não os temas historiográficos que têm maior prestígio social? Essa é uma pergunta obrigatória e que não tem uma resposta óbvia. Estudar ou ensinar sobre os acontecimentos no Pará ou em Bragança não são coisas necessariamente boas ou ruins em si mesmas.

Feitas essas considerações, também se deve levar em conta o grande potencial a ser trabalhado pelo historiador que resolve observar os eventos “locais” e “regionais” para responder suas questões no ensino e na pesquisa. Por exemplo, muito dos que defendem a dita história local advogam que ela pode dar destaque à trajetória dos homens que em seu tempo não pertenciam aos estratos dominantes e daria relevância a cenários conhecidos pelos alunos e pelos leitores. Ou seja, isso reforçaria a ideia de que a história não só pertence como é modificada pela luta e pelas ações de todos os homens. Esse pode ser, de fato, um caminho frutífero. No entanto, ao reconstruir as trajetórias particulares ou da região é sempre necessário que também se integre isso a contextos mais amplos. Por exemplo, ao reinterpretar como viviam os escravos em uma fazenda da localidade, se na sala de aula ou em um texto não articularmos esse debate à questão mais geral da mão de obra – o tráfico internacional, as outras formas de trabalho compulsório, o papel dos homens livres pobres etc – corremos o risco de oferecer apenas o exótico.

Em síntese, recomenda-se que os eventos ocorridos na localidade e na região não sejam vistos sob a ótica da particularidade ou do fragmento. Ao invés disso, defende-se aqui que o real papel desses

estudos é iluminar os contextos mais amplos dos quais foram parte, já que a nossa historiografia consagrou grandes modelos explicativos que, em geral, não encontram respaldo no passado das zonas periféricas. Ou seja, o desafio é desfazer a seleção e hierarquização dos eventos já consagrada em nossas “obras gerais” e, mesmo, na chamada “historiografia regionalista”.

Tomem-se dois exemplos: o primeiro deles, voltando ao processo de independência do Brasil.²³ Como já dito, ainda prevalece, tanto no senso comum como em nossa historiografia, a ideia de que o Brasil se tornou um país independente de forma pacífica, com pequeno ou quase nulo envolvimento da população no processo. Essa tese foi construída a partir de diferentes olhares. Varnhagen, por exemplo, esmerou-se por tornar natural a passagem da colônia para o país independente, como se a primeira, inclusive seu território e povo, fosse uma herança do segundo (PIMENTA, 2002, p. 38-42). Por sua vez, autores como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Luiz Felipe de Alencastro, entre muitos outros, defenderam a ideia de que a ruptura com Lisboa e a manutenção do território do Império do Brasil decidiu-se “por cima”, já que teria sido habilmente construída por um acordo entre as elites da antiga América Portuguesa (ALENCASTRO, 1985; PRADO JR., 1975). No entanto, ao analisarmos esse processo tendo especial atenção aos acontecimentos no Pará esse modelo não encontra respaldo. Chama a atenção não só as incertezas quanto à integração da província à órbita do Rio de Janeiro, mas também a persistência de grandes conflitos até 1825, com grande envolvimento de indígenas²⁴, escravos e desertores (COELHO, 1978; MACHADO, 2010; SOARES, 2010). Tudo isso deixa patente que estava em jogo mais do que a decisão se os homens do Pará seriam portugueses ou brasileiros: o que estava em disputa era o modelo de Estado a ser implantado, pois enquanto alguns grupos desejavam barrar ao máximo as mudanças sociais, outros enxergavam a oportunidade para uma revolução. Não é por acaso que, ainda em 1824, grupos de indígenas lutavam contra a exploração compulsória da sua mão-de-obra sob o argumento de que estavam em guerra para fazer vencer a “verdadeira causa da independência” (MACHADO, 2007).

Desde Raiol, os conflitos ocorridos no Pará nesse período foram quase sempre entendidos como uma particularidade. Ao invés disso, acredita-se que esses confrontos abrem uma nova perspectiva para pensar a formação do Império do Brasil como um todo. Novos estudos têm revelado como questões sociais e o próprio modelo do Estado não foram alvos de disputas apenas no Pará, mas também na Bahia, Pernambuco, Maranhão, entre outros (BERNARDES, 2003; KRAAY, 2002; ASSUNÇÃO, 2005). Os avanços dessas pesquisas vão tornando cada vez mais insustentáveis os grandes modelos explicativos da independência do Brasil.

Outro exemplo que pode ser dado diz respeito ao parlamento no Império do Brasil. Ainda são tímidos os estudos sobre essa instituição, sendo ainda pior o seu tratamento nos materiais didáticos para o ensino básico. Nesses últimos textos, em geral, o parlamento só aparece para lembrar a dissolução da constituinte de 1823, as fraudes nas eleições e para ressaltar a versão de que o Imperador criava e dissolvia ministérios ao seu bel-prazer. Em resumo, prevalece nos textos de divulgação a visão historiográfica construída pelos próprios agentes políticos no século XIX e sintetizada por Sérgio Buarque de Holanda: para essa corrente, todo o sistema representativo no Império do Brasil era uma farsa, pois o Imperador tinha todo o controle através do poder moderador (HOLANDA, 1997). Por extensão, não haveria nenhuma conexão entre legislativo e a realidade nas províncias.

Contudo, novos estudos sobre o parlamento e o sistema representativo no Império do Brasil têm demonstrado que senadores e deputados eram uma peça importante do jogo político e não um mero objeto decorativo (GREGÓRIO, 2012; DOLHNIKOFF, 2009; DOLHNIKOFF, 2007). Por sua vez, chamam a atenção trabalhos como a tese de Vantuil Pereira, que analisam o parlamento para além do que acontecia em plenário, sublinhando as relações entre essa instituição e o conjunto da população. Nessa obra, Pereira examinou petições, requerimentos e representações enviadas por particulares de todas as partes do país, inclusive do Pará, em que se recorria aos parlamentares para fazer reivindicar direitos e o cumprimento das leis (VANTUIL, 2010).

Nesse sentido, a análise de eventos locais e regionais é fértil terreno para repensar o papel do legislativo na política das províncias, tradicionalmente concebidas como sensíveis apenas às intervenções dos ministérios. Ao contrário disso, por exemplo, hoje sabemos que jornais paraenses acompanhavam com atenção as votações no Rio de Janeiro, faziam campanha a favor e contra candidatos (MACHADO, 2009a; MACHADO, 2009b; MACHADO, 2011).²⁵ Da mesma forma, há um grande volume de representações enviadas de vilas paraenses para a Câmara e o Senado reclamando do golpe de 1831 que depôs o Visconde de Goiana da Presidência da província (MACHADO, 2011). Essas representações, assim como os embates no Conselho Geral de Província, são demonstrações da importância dada pelos paraenses ao Parlamento, então visto como uma instituição que garantiria a liberdade e o direito.

Dessa forma, por exemplo, pode-se investigar o Parlamento no Império do Brasil num sentido inverso do costumeiro. Afinal, qual era a conexão entre a política nas províncias e o jogo de forças no parlamento? Voltando ao exemplo do golpe de 1831, não é possível compreender os desdobramentos desse acontecimento na província sem atentar para os compromissos e os juízos do Parlamento (MACHADO, 2011). Dessa forma, não havia isolamento político mesmo em uma província afastada como o Pará. Igualmente, não é possível compreender a atuação de deputados e senadores do Pará sem considerar suas ligações com a província, a não ser que se queira insistir em uma desconexão dos parlamentares com o restante da sociedade, como de certa forma preconizou José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2011).

Em nossas salas de aula ou em nossas pesquisas não valerá mais a pena trilhar esse novo caminho do que repetir os velhos modelos pensados a partir do Rio de Janeiro?

**BETWEEN THE NATIONAL AND THE REGIONAL :
A REFLECTION ON THE IMPORTANCE OF THE SPATIAL
CUTTINGS IN THE RESEARCH AND IN THE HISTORY
TEACHING**

Abstract: When proposing the discussion of any problem, teaching or researching, the historian always makes a spatial cutting which judges to be the most appropriate to understand the object in study. That is a crucial problem for any historian, but still more evident for those who study or live in areas considered as peripheral, like Pará, since the History taken as “national” frequently ignores or relegates to the second plan the events happened at those places. Starting from research examples about the history of *Grão-Pará* during the independence and the Empire of Brazil, this article intends to contemplate about four main points: 1) the spatial cutting is a methodological subject and, as such, it reflects the vision of the historian professor/researcher; 2) the potential of the study and teaching on peripheral areas to problematize the main national issues; 3) the need to problematize the local events in wider contexts; 4) the different senses of the “regional History” in São Paulo and in Pará.

Keywords: Methodology. Spatial cuttings. *Grão-Pará*.

Notas

¹ Em um pequeno volume organizado pelo próprio Museu Paulista, Ulpiano Menezes – que foi seu diretor – publicou uma série de pequenos textos em que abordava a necessidade de abordar criticamente os museus históricos, ao mesmo tempo em que situava a singularidade do Museu Paulista (MENESES, 1992). Sob um outro enfoque, para uma análise crítica de um discurso expositivo, veja (PAIVA, 2015).

² Entre outras colaborações, John Monteiro demonstrou que os bandeirantes não fixaram novas fronteiras porque não se fixavam nos terrenos alcançados, assim como estavam longe de serem povoadores de novas terras: ao contrário, Monteiro afirma que os bandeirantes eram despovoadores, uma vez que eliminavam a população indígena das áreas que alcançavam (MONTEIRO, 1994).

³ Sobre a decoração do interior do Museu Paulista e o quadro de Pedro Américo, veja MATTOS, 2003; OLIVEIRA; MATTOS, 1999. É preciso lembrar que o quadro de Pedro Américo estava no monumento à independência muito antes das reformas dirigidas por Taunay. Aliás, um dos objetivos da construção do monumento era abrigar o quadro. Antes da recente reforma, o próprio Museu Paulista expunha textos ao visitante em que fazia uma leitura crítica da proposta expositiva organizada por Taunay.

⁴ Para a grade curricular da UFPR, veja <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/graduacao/disciplinas/>>. Para grade curricular da UFRGS, veja <http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=333>. Para a grade curricular da UFPE, veja <https://www.ufpe.br/proacad/images/cursos_ufpe/historia_bac_perfil_0200.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2015.

⁵ Para a grade curricular da UFMA, veja <<https://sigaa.ufma.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/14471851>>. Para a grade curricular da UFC, veja <<https://si3.ufc.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf;jsessionid=E91F1CA2A9078ABF1295C-C03D5DE2D27.node142>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

⁶ Para a grade curricular da UFPA, veja <<http://www.ufpa.br/historia/projeto%20pedag%C3%B3gico.PDF>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

⁷ Partindo de uma análise marxista, Sandra Jatahy Pesavento arrisca uma explicação para o fato da história de São Paulo e Rio de Janeiro se confundirem com a história nacional: para ela, isso se daria porque nestas regiões repousaria o centro do capitalismo no Brasil. Como contraponto, diz que o Rio Grande do Sul nunca alçou esta condição, mesmo durante o governo de Getúlio Vargas, o que teria reforçado a concepção da história gaúcha como uma singularidade (PESAVENTO, 1990).

⁸ Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco - Parâmetros Curriculares de História – Ensino Fundamental e Médio. Udime, 2013. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/4171/historia_parametros_efm2013.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015. Os parâmetros curriculares aqui citados foram disponibilizados por Antonio Simplicio de Almeida Neto durante uma disciplina que ministramos em conjunto.

⁹ Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás (2012). Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/arquivos/Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%Aancia/Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%Aancia%20da%20Rede%20Estadual%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Goi%C3%A1s!.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

¹⁰ Referencial Curricular – Lições do Rio Grande – Ciências Humanas e suas tecnologias (2009). Disponível em: <http://www.gipeonline.com.br/pdf/Curriculares/volume_5.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.

¹¹ Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/pnld-2016/>>. Acesso em: 17 nov. 2015. Deve registrar que, numa direção contrária a de outras constatações desse artigo, no PNLD há vários livros de história e geografia focados em São Paulo.

¹² Discurso do ministro Renato Janine Ribeiro, em 16 de setembro de 2015. Transcrito no site G1: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/09/escolas-devem-ter-60-do-conteudo-curricular-padronizado-diz-mec.html>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

¹³ Obviamente, há diversas manifestações contrárias a essa decisão do governo paulista, sobretudo por torna o professor um mero cumpridor de tarefas. Veja CIAMPI et al., 2009, p. 361-382; BITTENCOURT, [s.d.].

¹⁴ Proposta curricular do Estado de São Paulo: História. Disponível em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portais/18/arquivos/Prop_HIST_COMP_red_md_20_03.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2010. Veja também de CIAMPI et al, 2009, p. 375-382 e BITTENCOURT, 2009, p. 159-160.

¹⁵ Para a ANPUH 2015, veja <<http://www.snh2015.anpuh.org/simposio/public>>; Para a ANPUH 2013, veja <<http://www.snh2013.anpuh.org/simposio/public>>. O simpósio citado acima é o de número 43.

¹⁶ Pesavento faz duras críticas à forma como o ensino de História para a educação básica no Rio Grande do Sul tem se prestado a perpetuar a memória dos chamados “grandes homens”, assim como solidificar o mito da especificidade gaúcha (PESAVENTO, 1990). Veja também BITTENCOURT, 2009.

¹⁷ Para um resumo do debate historiográfico sobre o processo de independência no Pará, entre outros, veja MACHADO, 2010; COELHO, 1993; SOUZA JR., 1997.

¹⁸ Em um texto bastante contundente, Márcia Berbel demonstra que não havia fundamentos reais para uma tentativa de recolonização das Cortes, atribuindo ao jogo político a consagração dessa idéia (BERBEL, 2005). Por outro lado, a experiência constitucional portuguesa permitiu uma liberdade política até então jamais experimentada na América (BERNARDES, 2006). Mesmo durante a constituinte de 1823 havia dúvidas sobre a integração ou não de províncias como Maranhão e Pará ao Império do Brasil, como atesta, entre outras coisas, a manifestação do deputado José de Alencar. Sobre essa fala de Alencar, veja de RODRIGUES, 1974, p. 113-117.

¹⁹ Veja, entre outros, NOVAIS, 1995; DONGHI, 1985; JANCÓS; PIMENTA, 2000; JANCÓS, 2003.

²⁰ Nesse sentido, alguns autores mostram que havia diferentes entendimentos do significado da independência. Em algumas províncias, camadas desprestigiadas da sociedade, como negros e índios, entendiam a independência como uma revolução (ASSUNÇÃO, 2005; MACHADO, 2010).

²¹ A exemplo de vários outros historiadores, Laura de Mello e Souza afirma que foi no interior da alta burocracia portuguesa que o Brasil foi visto primeiramente como uma unidade, não sendo esta uma percepção compartilhada pela população local (SOUZA, 2006, p. 17).

²² Ainda há pouco material disponível para o ensino básico. Veja de MATTOS, 2007.

²³ Para uma ampla revisão da historiografia sobre a independência do Brasil, veja COSTA, 2005.

²⁴ Trata-se de um tipo específico de indígena, os chamados “índios avilados”, “índios cristãos” ou “tapuios” que viviam espalhados pelas vilas, povoados e pela cidade do Pará, sendo que estes homens constituíam ainda no começo do século XIX a maior parte da mão de obra da província. Sobre estes indivíduos pesava a legislação de 1798 que tornara estes indígenas livres de qualquer tutela,

equiparando-os aos demais vassallos do monarca português, mas ao mesmo tempo criara normas que os obrigavam a trabalhar de maneira compulsória em obras públicas e privadas. Sobre os tapuios e a exploração compulsória de sua mão-de-obra, veja de CLEARY, 1988; MOREIRA NETO, 1988; FREIRE, 2004, cap. 4; PRADO JR, 1972, p. 98-99; SAMPAIO, 2012; HARRIS, 2010; SANTOS, 2014, MACHADO, 2010.

²⁵ Sobre os jornais paraenses, veja também de SALLES, 1992; BARATA, 1973.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Desagravo de Pernambuco e glória do Brasil. A obra de Evaldo Cabral de Mello. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte; São Paulo: UFMG; Perseu Abramo, 2008.

_____. *Le commerce des vivants: traite d'esclaves et "Pax Lusitana" dans l'Atlantique Sud*. Doutorado, Paris: Université de Paris X, 1985-1986.

_____. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ASSUNÇÃO, Mattias Röhrig. Miguel Bruce e os "horrores da anarquia no Maranhão, 1822-27. In: JANCSE, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

BARATA, Manuel. *Formação histórica do Pará*. Belém: UFPA, 1973.

BERBEL, Márcia Regina. A retórica da colonização. In: JANCSE, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

BERNARDES, Dênis Antonio de Mendonça. *O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-22*. São Paulo: Hucitec/Fapesp; UFPE, 2006.

_____. Pernambuco e o Império (1822-24): sem constituição soberana não há união. In: JANCSE, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo; Ijuí: Hucitec/Fapesp; Unijuí, 2003.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Livros didáticos de história: práticas e formação docente. In: ENDIPE, 15., Belo Horizonte. *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: currículo, ensino de educação física, ensino de geografia, ensino de história, escola, família e comunidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. Propostas curriculares de História: continuidades e transformações. In: BARRETO, Elba Siqueira de Sá (Org.). *Os currículos do Ensino Fundamental para as escolas brasileiras*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Campinas: Autores Associados, 1998.

BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola: 1602-1686*. São Paulo: Editora Nacional; Edusp, 1973.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem / Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CHIARAMONTE, José Carlos. Formas de identidad en el Río de la Plata luego de 1810. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. E. Ravignani*. Tercera série, n. 1, 1. sem. de 1989.

CIAMPI, Helenice et al. O Currículo Bandeirante: a proposta curricular de história no estado de São Paulo, 2008. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 361-382, 2009.

CLEARY, David. Lost Altogether to the Civilised World: Race and Cabanagem in Northern Brazil, 1750 to 1850. *Comparative Studies in Society and History*, v. 40, n. 1, 1988.

COELHO, Geraldo Mártires. *Ação e reação na província do Pará: o conflito político-social de 1823*. Niterói: UFF, 1978. Dissertação de mestrado.

_____. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993.

COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da Colônia. O caso do Diretório dos Índios (1751-98)*. São Paulo: USP, 2005. Tese de doutoramento.

COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

Dolhnikoff, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2007.

_____. Representação na monarquia brasileira. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 9, maio 2009. Disponível em: <www.almanack.usp.br>.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para a comemoração dos descobrimentos Portugueses, 2000.

DONGHI, Tulio Halperín. *História de América Latina. Reforma y Disolución de Los Impérios Ibéricos (1750-1850)*. v. 3. Madri: Alianza Editorial, 1985.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEIA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREIRE, Ribamar Bessa. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-1867)*. São Paulo: Anablume, 2012.

HARRIS, Mark. *Rebellion on the Amazon: the Cabanagem, Race, and popular culture in the North of Brazil, 1798-1840*. New York: Cambridge University Press, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Poder Pessoal. In: _____. (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. t. II: O Brasil Monárquico. v. 5: do Império à República. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Fapesp/Hucitec; Unijuí, 2003.

_____. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. IN: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: Histórias. São Paulo: Editora Senac, 2000.

KRAAY, Hendrik. A Invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. *Almanack Brasileiro*, São Paulo, n. 11, p. 52-61, maio 2010. Disponível em: <www.almanack.usp.br>.

_____. Em outra cosia não falavam pardos, cabras e crioulos. O “recrutamento” de escravos na guerra de independência da Bahia (1822-23). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 43, 2002.

MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010.

_____. Apontamentos para o estudo da reinvenção do Estado no Grão-Pará: 1823-25. In: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *De um império ao outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2007.

_____. As esquadras imaginárias. No extremo-norte, episódios do longo processo de independência do Brasil. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

_____. As “reformas em sentido federal”. A atuação dos representantes do Grão-Pará no Parlamento e as expectativas na província em torno do Ato Adicional. *Revista Estudos Amazônicos*, v. 4, n. 1, 2009 (A).

_____. O Fiel da Balança: o papel do parlamento brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará. *Revista de História (USP)*, São Paulo, n. 164, 2011.

_____. Redesenhando Caminhos. O papel dos representantes do Grão-Pará na primeira legislatura do Império do Brasil (1826-1829). *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 10, nov. 2009. Disponível em: <www.almanack.usp.br> (B).

MATTOS, Claudia Valladão de. Da Palavra à Imagem: sobre o programa decorativo de Affonso Taunay para o Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v. 6/7, p. 123-145 (1998-1999). Editado em 2003.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

MENESES, Ulpiano B. Museus Históricos: da celebração à consciência histórica. In: MUSEU PAULISTA (Org.). *Como explorar um Museu Histórico*. São Paulo: USP, 1992.

_____. Para que serve um museu histórico? In: MUSEU PAULISTA (Org.). *Como explorar um Museu Histórico*. São Paulo: USP, 1992.

_____. O Salão Nobre do Museu Paulista e o teatro da História. In: MUSEU PAULISTA (Org.). *Como explorar um Museu Histórico*. São Paulo: USP, 1992.

MONTEIRO, John Manuel. *Os Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Trajetos sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEIA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia, de maioria à minoria. 1750-1850*. Petrópolis: Vozes, 1988.

NOVAIS, Fernando A. (Dir.). *História da vida privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. v. 1. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

_____. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

NOVAIS, Fernando; FALCON, Francisco C. A extinção da escravatura africana em Portugal no quadro da política pombalina. In: NOVAIS, Fernando. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naif, 2005.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O Museu Paulista da USP e a memória da independência. *Caderno CEDES*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 65-80, dez. 2002.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MATTOS, Cláudia Valadão (Org.). *O Brado do Ipiranga*. São Paulo: Edusp/Museu Paulista/Imprensa Oficial, 1999.

PAIVA, Odair da Cruz. Migrar: experiências, memórias e identidades. Análise da exposição de longa duração do Museu da Imigração do Estado de São Paulo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 28., Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: <<http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: os direitos do cidadão na formação do Estado Imperial Brasileiro (1822-31)*. São Paulo: Alameda, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Regional e transformação social. In: SILVA, Marcos A. (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-28)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.

PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: UFPA, 1970. 3 v.

RODRIGUES, José Honório. *A Assembleia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Vozes, 1974.

ROQUE, Carlos. *História Geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: Distribel, 2001.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992.

SAMPAIO, Patrícia Maria de Melo. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SANTOS, Raquel Dani Sobral. *A Construção do estatuto de cidadão para os índios do Grão-Pará (1808-1822)*. São Paulo: USP, 2014. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Marcos A. (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: Questão de Método. In: SILVA, Marcos A. (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SOARES, Eliane Cristina Lopes. *Roceiros e vaqueiros na Ilha Grande de Joanes no período colonial*. Belém: NAEA/UFPA, 2002. Dissertação de mestrado.

SOUZA JR., José Alves de. *Constituição ou revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-23)*. Campinas: Unicamp, 1997. Dissertação de mestrado.

SOUZA, Laura de Mello. *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela Antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

Recebido em: 04/05/2016

Aprovado em: 20/10/2016

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A *Revista Anos 90* aceita artigos inéditos de Doutores em História e em áreas afins (desde que os artigos sejam de grande relevância para a área da História) e outros gêneros, como resenhas de livros, entrevistas e discussões historiográficas da atualidade.
2. A *Revista Anos 90* foi publicada em versão impressa (ISSN 0104-236X) entre os anos de 1993 e 2014 e, atualmente, é publicada somente em versão eletrônica (E-ISSN 1983-201X). O envio de artigos para a revista implica a autorização para sua publicação.
3. O material para publicação, redigido em português ou espanhol, deve incluir um resumo em português (ou *resúmen*, em espanhol) de até 15 linhas e uma versão do mesmo em inglês (*abstract*), bem como uma lista de até cinco palavras-chave com sua versão para o inglês (*keywords*). O título do artigo também deverá ser vertido para o inglês.
4. Os textos para publicação devem ter entre 21 mil e 45 mil caracteres (aproximadamente 15-25 páginas), parágrafo justificado, espaço 1,5, fonte Times New Roman, tamanho 12. As citações diretas com mais de 3 linhas devem estar em parágrafo separado, justificado, fonte Times New Roman, tamanho 11. As notas devem ser numeradas sequencialmente, no final do texto, em números arábicos,

fonte Times New Roman, tamanho 10. As notas devem ser sucintas. As remissões bibliográficas não devem ser feitas em notas, e sim figurar no corpo principal do texto, conforme o seguinte modelo: (FREITAS, 2002, p. 32). Somente a bibliografia citada deverá ser relacionada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome, conforme a padronização da ABNT. As resenhas não poderão ultrapassar 6 páginas, com as mesmas características dos artigos.

5. Todos os trabalhos serão apreciados pela Comissão Editorial da Revista e, caso estejam nas normas, serão submetidos à avaliação cega por pares, sendo que os autores serão informados se o artigo for aceito, recusado ou aceito com alterações. A Comissão Editorial decidirá sobre a oportunidade da publicação das contribuições recebidas.
6. Para submeter seus originais, os autores deverão acessar o Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas (SEER) da UFRGS no *website* <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90>. Em caso de dificuldades na operação do sistema, deve contatar o editor, através do endereço eletrônico: anos90@ufrgs.br
7. Os artigos devem ser submetidos sem indicação de autoria. Os dados do autor devem ser colocados como “documento suplementar” e conter o nome do autor, os dados sobre a instituição a qual está vinculado, a titulação acadêmica, o endereço eletrônico e o endereço para correspondência no sistema SEER.

ANOS 90

Política Editorial

A *Anos 90* é um periódico acadêmico avaliado no Qualis/CAPES como A2 para a área de História. São publicados, atualmente, dois números por ano. Todos os artigos recebidos na plataforma SEER são apreciados pela comissão editorial e, após decisão para a avaliação, são encaminhados anonimamente a dois pareceristas especialistas na área do texto. Quando há acordo entre os dois pareceres para a publicação ou para a não publicação, a avaliação é encerrada. Os textos aprovados seguem para agendamento, edição e publicação. Os textos reprovados são arquivados. Quando há divergências entre os dois pareceres, o texto é enviado a um terceiro especialista que tem como responsabilidade decidir pela publicação ou não do artigo. Esse mesmo procedimento acontece com as resenhas e entrevistas.

Prima-se pela publicação de um dossiê temático a cada número, organizado por um membro do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Além disso, são publicados artigos avulsos e resenhas aprovadas em fluxo contínuo.

Nesta obra foram utilizadas as fontes Garamond,
Franklin Gothic Book, Arial e Amerika Sans.



Editoração e impressão:

Gráfica da UFRGS
Rua Ramiro Barcelos, 2500
Porto Alegre/RS
(51) 3308 5083
grafica@ufrgs.br
www.ufrgs.br/graficaufrgs